



Editorial:

Prof. Dr. Jose Luiz Vianna
UFF - PUCG

Entrevista:

Profa. Dr^a. Nanci Vieira
Arqueologia Pública e
Educação Patrimonial

Resenha:

Prof^a Dr^a. Margaret Bakos
Prof^a Dr^a. Kátia M. P. Pozzer

**Autores desta edição
(Ordem alfabética):**

Prof. Dr. André Bueno
Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso
Prof^a Dr^a Kátia Maria Paim Pozzer

Graduando Leandro Barbosa dos Santos
Prof. Dr. Leonardo Soares
Prof. Ms. Mahmoud Ibrahim

Prof^a Dr^a. Maria do Carmo
Prof^a Pós Doutoranda Maria Rosa Guasch Jané
Prof^a Dr^a Maria Violeta

Prof. Dr. Moacir Elias
Prof^a. Doutoranda Liliane Coelho
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari
Prof^a Doutoranda Sofia Fonseca





Revista Mundo Antigo

Revista científica eletrônica

Publicação semestral

História Antiga, Medieval e Arqueologia

Ano I - Volume I – Número I - Junho – 2012

Electronic journal

Biannual publication

Ancient History, Medieval and Archaeology

Year I - Volume I – Number I – June –2012



EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

Reitor: Prof. Dr. Roberto de Souza Salles

PÓLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPO DOS GOYTACAZES - PUCG

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Henrique Reis

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ESR

Diretor: Prof. Dr. Hernán Armando Mamani

DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – SFC

Diretor: Prof. Dr. Walter Luiz Carneiro De Mattos Pereira

CURSO DE HISTÓRIA

Coordenador: Prof. Dr. Marcio Soares

NEHMAAT - UFF - PUCG

NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA MEDIEVAL, ANTIGA E ARQUEOLOGIA

TRANSDISCIPLINAR (NEHMAAT)

Coordenador: Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha

EDITOR

Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha (UFF – PUCG)

EQUIPE EDITORIAL

Profª. Drª. Fabrina Magalhães (UFF – PUCG)

Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha (UFF – PUCG)

Prof. Dr. Leonardo Soares (UFF – PUCG)



CONSELHO EDITORIAL

Profª. Drª. Adriana Zierer (UEMA)
Universidade Estadual do Maranhão

Profª. Drª. Adriene Baron Tacla (UFF)
Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª. Ana Livia Bonfim (UEMA)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Celso Tompson (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Claudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)
Universidade do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Claudio Carlan (UFAL)
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT)
Universidade Federal de Mato Grosso

Profª. Drª. Margarida Maria de Carvalho (UNESP)
Universidade Estadual Paulista – Franca

Profª. Drª. Maria do Carmo (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Maria Regina Candido (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Renata Garrafoli (UFPR)
Universidade Federal do Paraná



Todos os direitos reservados aos autores.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores.

All rights reserved to the authors.

The articles are the responsibility of their authors.

FICHA CATALOGRÁFICA

R454 Revista Mundo Antigo. – Revista científica eletrônica. – ano 1, v. 1 (Junho 2012) – Modo de acesso: <http://www.nehmaat.uff.br/mundoantigo>

Semestral

Texto em português e inglês

Publicação do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia

Transdisciplinar (NEHMAAT) do curso de História da Universidade Federal

Fluminense – Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes

ISSN 2238-8788

História antiga. 2. História medieval. 3. Arqueologia antiga.

CDD 930



SUMÁRIO

EDITORIAL

- 08** *Jose Luiz (UFF – PUCG)*
Ex-Diretor e Coordenador do Projeto de Expansão do PUCG 2008-2012

HOMENAGEM AO PROFESSOR Ddo Cristiano Bispo

- 11** *Equipe Editorial*

APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

- 13** *Julio Cesar Mendonça Gralha (UFF-PUCG)*

ENTREVISTA/INTERVIEW

- 17** Arqueologia Pública e Educação Patrimonial
Novas abordagens na relação Ciência e Sociedade.
Public Archaeology and Patrimonial Education
New approaches in science and society relationship
Nanci Vieira (UERJ)

RESENHA/REVIEW

- 220** *Margaret Bakos (PUC-RS)*
225 *Katia Maria Paim Pozzer (ULBRA)*

NOTÍCIAS/NEWS

- 227** *Equipe Editorial*

NORMAS DE PUBLICAÇÃO / GUIDELINE FOR PUBLICATION

- 234** *Equipe Editorial*



ARTIGOS/PAPERS

- 29 *Construção de Monumentos Régios e Simbolização do espaço no antigo Egito (Reino Novo, séculos XVI-XI a.C.*
Ciro Flamarion Cardoso (UFF/CEIA/GEEMAAT)
- 55 *Algumas inscrições latinas, em tradução e anotações.*
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)
- 68 *Espacio y tiempo ritual en la antigua Tebas. Consideraciones en torno a su representación (parte I).*
M. Violeta Pereyra (Univerisdade de Buenos Aires)
- 86 *O Desmanche de uma tradição: Reformas urbanas e herança medieval no Rio de Janeiro de fins do XIX.*
Leonardo Soares dos Santos (UFF – PUCG/NEHMAAT)
- 116 *Muçulmanos e Cristãos: Uma definição nem sempre tão fácil da alteridade dos fiéis das duas crenças.*
Maria do Carmo Parente Santos (UERJ/NEA)
- 125 *Compreendendo o “Novo Confucionismo”: a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea.*
André Bueno (UNESPAR)
- 139 *O vinho no Antigo Egito: uma história mediterrânea*
Sofia Fonseca (Univ. de Nova Lisboa)
Rosa Guasch Jané (Univ. de Nova Lisboa)
Mahmoud Ibrahim (Univ. de Nova Lisboa)
- 156 *Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional.*
Moacir Elias Santos (UFF/CEIA/GEEMAAT)
- 188 *Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos.*
Liliane Cristina Coelho (UFF/CEIA/GEEMAAT)
- 206 *Tortura, Sujeição e Flagelo nos Relevos Assírios.*
Katia Maria Paim Pozzer (ULBRA)
Leandro Barbosa dos Santos(ULBRA)



Revista Mundo Antigo

Editorial

Editorial



“Tenho duas mãos e o sentimento do mundo”

Carlos Drummond de Andrade

A Revista Eletrônica Mundo Antigo nasce fazendo história... fazendo a história da passagem de “tempos antigos” para novos tempos numa região do interior do Brasil, mundializada pela mediação virtual deste periódico eletrônico, borrando os limites de tempo e espaço e, simultaneamente, tributário de tempo e espaço bem nítidos.

Tempo de crescimento e re-fundação de uma grande universidade no interior, e espaço de criatividade e de profundas transformações.

Mundo Antigo nasce da novidade da expansão, no interior do ERJ, de uma Universidade Federal, onde cinco novos cursos foram instalados, a partir de 2009. Processo de crescimento geométrico, em que um multiplicou-se por seis, com cinco novos cursos: Geografia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Psicologia e História, sendo que os três últimos, embora recém-criados, foram pioneiros no lançamento dos primeiros periódicos eletrônicos da Universidade Federal Fluminense no interior do estado.

Essa iniciativa é tributária do presente esforço de ampliação da integração do interior do país no território da criação intelectual e acadêmica, ou, em outras palavras, da construção do futuro da descentralização e da regionalização do ambiente intelectual acadêmico brasileiro. Tudo isto, ao mesmo tempo em que vai ao encontro da demanda de fomento e dinamização de localidades e regiões fora das metrópoles históricas, faz justiça às potencialidades inscritas nos mais distantes rincões do país e resgata as diversas pequenas grandes histórias que compõem o patrimônio cultural e social da nação, presentes em todos os lugares, onde tempos e espaços diversos compõem o mosaico de uma nação complexa, primitiva e cosmopolita.

Não é possível um desenvolvimento descentralizado e equitativo sem uma produção intelectual, científica e acadêmica descentralizada, que seja o corolário de um processo histórico de construção de saberes, práticas, hábitos, tradições e



rupturas, inovações e criações assimétricas e heterogêneas, na dimensão socioespacial.

Por tudo isso, trata-se de uma rica iniciativa, porque carrega na sua concretude presente o simbolismo das possibilidades históricas de construção de um futuro a partir do amálgama das diferentes histórias e trajetórias, representada pelo trabalho de jovens professores, recém-integrados no sistema federal do ensino superior, oriundos de diferentes municípios estados e regiões do país, que vêm fundir suas vivências e seus saberes com as vivências e saberes locais/regionais. Ao fazer isso, prestam reverência e se engajam na dinamização intelectual e acadêmica de uma região do interior, construindo uma revista enquanto tecem o próprio curso de História, ambos inseparáveis e a se reforçar mutuamente.

A Mundo Antigo é vinculada ao NEHMAAT-Núcleo de Estudos de História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar, do Curso de História do Depto. de Fundamentos das Ciências da Sociedade – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/UFF-Universidade Federal Fluminense/Polo Universitário de Campos dos Goytacazes, no norte do Estado do Rio de Janeiro, e coordenada por uma equipe liderada pelo Prof. Dr. Júlio Cesar Mendonça Gralha e que tem como colegas os profs. Drs. Fabrina Magalhães e Leonardo Soares.

A eles, nós, que fazemos parte da história desta unidade universitária há vários decênios, agradecemos por essa contribuição ao fortalecimento dessa casa de educação superior, por ajudar a transformar sonhos de futuro em presente de realização, trazendo reflexões sobre um tempo pretérito, diante do qual ainda nos encontramos perplexos, tal como a personagem de Guimarães Rosa, quando diz ... “o passado é que veio até mim, como uma nuvem, vem para ser reconhecido; apenas não estou sabendo decifrá-lo”.

Prof. Dr. José Luis Vianna da Cruz
Ex-Diretor e Coordenador do Projeto de Expansão do PUCG 2008-2012
Depto. de Ciências Sociais
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
UFF-Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Campos dos Goytacazes



Revista Mundo Antigo

Homemagem

Prof. Cristiano Bispo



A *Revista Mundo Antigo*, neste primeiro número, presta homenagem ao professor Cristiano Pinto de Moraes Bispo que nos deixou recentemente (21/03/2012) antes de finalizar seu doutoramento na UERJ.

O prof. Doutorando Cristiano foi provavelmente um dos poucos especialistas brasileiros em África Antiga e vinha desenvolvendo um trabalho de pesquisa analisando elementos do Mundo Antigo no tempo presente. Tema que hoje em dia, pela novidade e pionerismo, sofre certa reação no mundo acadêmico.

Nós do corpo editorial e eu em particular (Julio Galha) lamentamos a perda deste grande colega. Em sua breve trajetória acadêmica e aos 33 anos o prof. Bispo nos legou uma pesquisa singular e esperamos que gerações futuras possam retomar tais temas.

Cristiano ainda era professor pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ), do Laboratório de Estudos das Diferenças Sociais (LEDES/UERJ), Professor Colaborador do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (NEHMAAT/UFF-PUCG), professor e coordenador do Módulo de Perspectivas Transversais da Pós-graduação Lato Sensu de História Antiga e Medieval (NEA/UERJ), coordenador da Linha de Pesquisa África e Diáspora Negra no LEDES/UERJ, diretor de Projetos da OSCIP Comunidade em Movimento, Professor de História da Prefeitura do Rio de Janeiro (SME) e do Colégio SION.



Cristiano Bispo - Lattes

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/2945085926080600>

Fonte: <http://memoriaqueimados.blogspot.com.br/2012/03/nota-de-falecimento.html>



Revista Mundo Antigo

Apresentação

Presentation



PORTUGUES – DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

A *Revista Mundo Antigo* é uma publicação científica semestral sem fins lucrativos de História Antiga, Medieval e Arqueologia do *Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar* (NEHMAAT) do curso de História da Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes que por objetivo:

- Promover o intercâmbio entre pesquisadores, professores e pós-graduandos do Brasil e do exterior.
- Disseminar pesquisas de professores e pós-graduandos do Brasil e do exterior.
- Permitir acesso ágil e fácil à produção acadêmica de modo a ser usada em pesquisas futuras por discentes e docentes.
- Estimular a produção de conhecimento sobre a História Antiga, História Medieval e Arqueologia Antiga.
- Divulgar publicações, eventos, cursos e sites, quando possível, de modo a contribuir com a pesquisa docente e discente.
- Estabelecer uma relação entre mundo antigo e mundo contemporâneo, quando possível, para uma melhor compreensão dos processos históricos.

Todos os direitos reservados aos autores.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores.

ENGLISH – DESCRIPTION AND OBJECTIVES

The Mundo Antigo Journal is a biannual nonprofit scientific publication of Ancient History, Middle Ages and Archaeology from *Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar* (NEHMAAT - Center for Studies in Middle Ages, Ancient History and Interdisciplinary Archaeology) of undergraduate program in History, of University Federal Fluminense - Campus Field of Campos dos Goytacazes city. which aims to:

- To promote exchange between researchers, teachers and graduate students from Brazil and abroad.



- Disseminate research professors and graduate students from Brazil and abroad.
- Allow access faster and easier to scholar research in order to be used in future research by students and teachers.
- Stimulate the production of knowledge about Ancient History, Medieval History and Ancient Archaeology.
- Disseminate publications, events, courses and sites in order to contribute to the research staff and students.
- Establish a relationship between ancient and modern world, when possible, to a better understanding of historical processes.

All rights reserved to the authors.

The articles are the responsibility of their authors.

PORTUGUES - LINHA EDITORIAL E DE PESQUISA

Usos do Passado no Mundo Moderno e Contemporâneo.

Visa analisar a utilização ou apropriação de elementos do mundo antigo e medieval como forma de legitimidade cultural, social e das relações de poder no mundo moderno e contemporâneo.

Cultura, Economia, Sociedade e Relações de Poder na Antiguidade e na Idade Média.

Permite ampla possibilidade de pesquisa no que se refere à Antiguidade e a Idade Medieval. Com relação à Antiguidade pretende-se privilegiar culturas tais como: Egito, Grécia, Roma, Mesopotâmia, Pérsia e Índia em princípio.

Religião, Mito e Magia na Antiguidade e na Idade Média.

Permite ampla possibilidade de pesquisa sobre práticas mágico-religiosas e relações sociais e de poder.



Cultura, Religião e Sociedade na África Antiga e Medieval.

Visa analisar sociedades africanas complexas e a ocupação de certas regiões da África pelas civilizações do Mediterrâneo tomando por base as contribuições européias, norte-americanas e sul-americanas, bem como as contribuições de pesquisadores africanistas.

ENGLISH - LINE EDITORIAL AND RESEARCH

Uses of the Past in Modern and Contemporary World.

Aims to analyze the use and appropriation of elements of ancient and Middle Ages to promote cultural and social legitimacy in the modern and contemporary world.

Culture, Economy, Society and Power Relations in Antiquity and the Middle Ages.

Allows ample opportunity to study with regard to the antiquity and Middle Ages. Regarding the antiquity intended to focus on cultures such as Egypt, Greece, Rome, Mesopotamia, Persia and India in principle.

Religion, Myth and Magic in Antiquity and the Middle Ages.

Allows ample opportunity to research magic-religious practices and social relation of power.

Culture, Religion and Society in Ancient Africa and Middle Ages African.

Aims to analyze African societies and the occupation of Africa (certain areas by Mediterranean societies) based upon Europe, North America and South America contributions as well as the African researchers.

**Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha
(Editor)**



Revista Mundo Antigo

Entrevista Interview



Arqueologia Pública e Educação Patrimonial Novas abordagens na relação Ciência e Sociedade.

Public Archaeology and Patrimonial Education New approaches in science and society relationship



Entrevistada (interviewed): Profª Drª Nanci Vieira (UERJ)¹
Entrevistador: Prof. Dr. Julio Galha (UFF-PUCG)

Professora Nanci para darmos início a esta entrevista poderia contar-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica.

Decidi pela graduação em História por esta área de conhecimento apresentar relações com Arqueologia e na época não havia graduação em Arqueologia. Desde o final da graduação e por seis anos fui estagiária no Museu Nacional, na área de Antropologia Biológica e em seguida no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Envolvida em pesquisa e eventos científicos de Arqueologia, em 1980 participei da criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da qual sou sócia-fundadora. Cursei o Mestrado na USP, também em História, tendo por orientador o Prof. Afonso Passos, arqueólogo. Escolhi como objeto de pesquisa o material ósseo humano de dois sítios arqueológicos de Camburiú, em Santa Catarina, com o apoio do arqueólogo João Alfredo Rohr. Durante alguns anos participei da equipe da arqueóloga Lina Maria Kneip, desenvolvendo atividades nos sambaquis de Guaratiba e Saquarema

¹ Profª Drª de História e Arqueologia da UERJ. Coordenadora do Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ.



(1983-2001), tendo analisado os sepultamentos do Sambaqui Zé Espinho no Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ. Através de um colega de departamento, aceitei colaborar com o Grupo Tortura Nunca Mais, iniciando escavações no Cemitério de Ricardo de Albuquerque para a identificação de desaparecidos políticos (1992). Nesta época já defendia uma maior inserção do conhecimento acadêmico em questões sociais, envolvida também com o Comitê Intertribal na Conferencia dos Povos Indígenas (1992), tendo implantado no Laboratório de Antropologia Biológica um projeto de extensão que atendia escolas e desenvolvia atividades de Educação Patrimonial (1990 – 2001). Como coordenadora do Laboratório de Antropologia Biológica, venho coordenando projetos de pesquisas arqueológicas, atualmente o laboratório tem o reconhecimento do IPHAN para guarda de acervo arqueológico. Após algumas pesquisas realizadas em Maricá e Itaboraí, defini meu Doutorado na UNICAMP, sob a orientação do arqueólogo Dr. Pedro Paulo Funari, quando desenvolvi tese na área de Arqueologia Histórica (2002). Com Pedro Paulo Funari venho desenvolvendo pesquisas e prática em Arqueologia Pública e Educação Patrimonial no Sul Fluminense, bem como diversas consultorias em Arqueologia nos Estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro.

A Arqueologia Pública parece ainda não ser bem conhecida entre docentes e discentes de algumas áreas das ciências humanas. Como podemos defini-la e qual é o panorama atual?

O termo “Arqueologia Pública” foi utilizado pela primeira vez em 1972, associado às questões práticas relacionadas à gestão de patrimônio cultural em distinção aos estudos puramente acadêmicos. Entretanto, na década de 1980 a disciplina passa a abranger diversos outros questionamentos a partir das lutas pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural. Nos últimos anos a Arqueologia vem intensificando sua atuação junto às comunidades e diversos grupos sociais, de forma a divulgar e compartilhar o conhecimento arqueológico,



reconhecendo a multiplicidade de interpretações do patrimônio arqueológico e cultural.

Cabe lembrar que a gestão eficaz dos recursos arqueológicos implica no desenvolvimento de diversos instrumentos e ações que desenvolvam senso de responsabilidade e mobilização da comunidade na identificação e proteção do patrimônio arqueológico. Em outras palavras, a preservação ocorre a partir da promoção de maior visibilidade aos recursos arqueológicos através das ferramentas da Arqueologia Pública e da Educação Patrimonial.

As discussões sobre Arqueologia Pública foram intensificadas pelo desenvolvimento de pesquisas preventivas através de contratos em empreendimentos diversos, com o desenvolvimento de estratégias e instrumentos para a sustentabilidade sócio-ambiental. Este processo teve início com a Resolução CONAMA Nº1 que inseriu nos Estudos de Impacto Ambiental os estudos arqueológicos com o objetivo de estabelecer, em conjunto com os empreendedores, estratégias de preservação do patrimônio nacional. De forma a conciliar as licenças ambientais com a urgência de estudos preventivos de Arqueologia, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) regulamentou através da Portaria 230/2002 a necessidade de contextualização arqueológica e etnohistórica por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamentos arqueológicos de campo, resgate para os sítios arqueológicos a serem impactados, bem como um programa de Educação Patrimonial na área de influência do empreendimento.

A Arqueologia Pública tornaria o arqueólogo e Arqueologia mais próximos do público?

Sim. A Arqueologia Pública como campo de debate, preocupada com questões políticas e sociais, tem contribuído nas discussões sobre os problemas éticos do profissional em Arqueologia e sua contribuição para a sociedade quanto a aspectos científicos, educativos e econômicos. O que podemos observar é que tanto nos



Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira como na internet cada vez mais encontramos trabalhos apresentados por arqueólogos sobre o tema.

A diversidade cultural e étnica do país representa um desafio para os arqueólogos preocupados na relação entre a pesquisa e os grupos sociais locais, na gestão do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Observamos profissionais cada vez mais conscientes da responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, da sensibilização patrimonial e do processo re-educacional entre os pesquisadores, gestores e moradores da região. A Arqueologia Pública contribui para o interesse da sociedade sobre o patrimônio e nas medidas de preservação a serem adotadas em conjunto com a população, enquanto sujeito no processo de recuperação histórica local.

Uma Arqueologia Colaborativa/Participativa pressupõe uma prática arqueológica que estabelece reflexões sobre a produção e utilização dos conhecimentos sobre o passado, com a colaboração e o envolvimento coletivo, discutindo-se as questões relativas ao próprio desenvolvimento da pesquisa e a gestão do patrimônio cultural.

O que se entende por Educação Patrimonial?

Educação Patrimonial constitui uma prática educativa e social que integra estudos interdisciplinares na análise do patrimônio e da memória, de forma a fornecer aos indivíduos um instrumental que permita identificar, compreender e valorizar o patrimônio histórico-cultural de seu país, de sua região, de seu povo. Reinterpretar, reintegrar este patrimônio significa adquirir uma dinâmica moderna, um elemento na construção de uma identidade cultural.

Acredito que a Educação Patrimonial deve ser um processo permanente e sistemático sobre o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. O contato direto com as evidências materiais e manifestações culturais em seus múltiplos aspectos, permite levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.



Educação Patrimonial não deve se utilizar do patrimônio arqueológico como simples representação do passado, mas reconhecer a multiplicidade de interpretações.

Que benefícios a Educação Patrimonial pode trazer para a cultura e para a economia de uma localidade ou região?

A preservação de um patrimônio cultural depende do significado que possui para a população. Para que este adquira significados no presente, torna-se necessário todo um novo “trabalho cultural” que parta da premissa de que o que é vivido, o experimentado é incorporado e utilizável em situações novas.

A acessibilidade ao patrimônio arqueológico e histórico permite ao público reinterpretar o passado, que ao se articularem com o presente adquirem novos significados. Esse processo de re-significação do patrimônio é que reveste o ato de preservar, pois se o patrimônio mantiver sua roupagem original, mantêm-se estático e não ocorre a identificação das pessoas com o mesmo. Assim, Educação Patrimonial é fundamental como suporte para a construção de uma consciência cultural e turística.

Qual a relação entre Arqueologia Pública e Educação Patrimonial?

De acordo com a Carta de Nairobi/UNESCO (1976) a "salvaguarda" de um sítio arqueológico ou conjunto destes implica na identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação, manutenção e revitalização dos mesmos e de seu entorno. As ações de preservação e conservação do patrimônio devem ser acompanhadas por programas educativos (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural/UNESCO, 1972), de forma a integrá-lo a um processo cultural, dando-lhe nova roupagem, significado para a população local.

Uma Arqueologia Pública pressupõe processos de sensibilização, acessibilidade e a gestão do patrimônio cultural, promovendo inclusão social através de instrumentos da Educação Patrimonial.



Existe um bom relacionamento entre as empresas, prefeituras (governos) e arqueólogos nos projetos envolvendo a Arqueologia Pública e Educação Patrimonial?

Na Europa são freqüentes os sítios museus, áreas arqueológicas preparadas para visitação, trazendo ao público em uma linguagem moderna temas da pr -história e sociedades do passado. No Brasil, o primeiro sítio museu foi criado em Goiânia com financiamento do governo do Estado e a Universidade Católica de Goiás. Iniciativas similares vêm ocorrendo no território fluminense como em Saquarema e Rio das Ostras, ambos com apoio das prefeituras locais. No Sul Fluminense as iniciativas ocorreram com financiamento da Eletrobrás Eletronuclear em Angra dos Reis e da Light em São João Marcos, Rio Claro. Estas iniciativas que permitem acessibilidade do público aos recursos arqueológicos estão cada vez mais disseminados no território brasileiro, como na Serra da Capivara (Piauí) e Xing  (Sergipe), com estratégias de inclusão social e turismo cultural.

A professora Naci poderia relatar sua experiência de Arqueologia Pública e Educa o Patrimonial no Sul fluminense?

Na  rea de Piraquara de Fora, em Angra dos Reis, foram identificados sócios arqueológicos pr -coloniais e Históricos, objetos de pesquisa financiada pela ELETRONUCLEAR como condicionante de Angra 2. As interven es arqueológicas tiveram por objetivo fornecer subsídios para a preserva o destes vestígios e implanta o de um espaço para Educa o Patrimonial. A identifica o de um sítio arqueológico do tipo sambaqui na área das Usinas Nucleares através do Diagnóstico Arqueológico de Angra 3, ressaltou a importância da promo o de uma maior visibilidade dos recursos arqueológicos através das ferramentas da Arqueologia Pública e da Educa o Patrimonial.



Escavações no local do Sítio em Angra.



O desenvolvimento do sítio museu na região de Angra.

As atividades de Educação Patrimonial, financiadas pela ELETRONUCLEAR, foram dinamizadas a partir de 2007 através da parceria com o Programa Jovens Talentos - CECIERJ/FAPERJ com a implantação de bolsas para alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Angra dos Reis e Paraty e da Escola Indígena da Aldeia de Bracuí. Atualmente o projeto tem a participação de jovens de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.



Jovens indígenas em campo com a prof^a. Nanci



A diversidade cultural e étnica do sul fluminense exige a utilização de instrumentos pedagógicos que cultivem a sensibilidade inter-cultural, a construção do conhecimento a partir da experiência, da busca da ancestralidade e conhecimentos tradicionais. Desta forma, as ações educativas patrimoniais compreendem a identificação, documentação, pesquisa, divulgação, com o objetivo de proporcionar a revitalização do patrimônio local, regional e sua preservação. Nesse sentido, ao se trabalhar o patrimônio histórico e cultural, busca-se estabelecer a permanência de vínculos entre a comunidade e este patrimônio, como bens de valores sociais e simbólicos, instrumentos de cidadania, marcadores de identidade étnica e cultural.

A participação de indígenas Guarani é motivada pela indagação de como a Arqueologia pode contribuir para o conhecimento das sociedades indígenas e, ao mesmo tempo, problematizar os encontros e desencontros, as continuidades e discontinuidades no processo de interação entre as sociedades indígenas e não-indígenas.

A estratégia pedagógica parte do princípio que aprender deve ser um ato de prazer, de descobertas, dinâmico. Desta forma, por meio de palestras, discussões, oficinas, buscam-se “o homem comum”, anônimo, emergindo na cena histórica.



Assim, ao fazermos este patrimônio arqueológico e histórico aproximar-se de seus cotidianos, os tornamos reais, palpáveis e acima de tudo inteligíveis.

Oficina de Arqueologia



Oficina de Cerâmica



Ao mesmo tempo, no âmbito acadêmico, as atividades, ao envolver alunos de graduação, buscam prepará-los na decodificação do discurso acadêmico para a população, dinamizando a relação ensino-pesquisa-extensão.

O projeto representa um caminho de mão dupla, onde as pesquisas com a participação das comunidades não somente enriquecem as discussões acadêmicas, mas os jovens como multiplicadores, ampliam a divulgação do conhecimento arqueológico, ambiental e histórico. Para a empresa financiadora, o projeto envolvendo de forma sistemática as comunidades, permite uma maior visibilidade de suas ações sociais na região.



Mini currículo:

Currículo Lattes. <http://lattes.cnpq.br/5325449144623750>

Licenciada em História pela FAHUPE – Faculdade de Humanidades Pedro II – RJ (1976); mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2002. Sócia Fundadora da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Atualmente é professora adjunta da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde faz parte do corpo docente do curso de graduação em Ciências Sociais. Na mesma universidade coordena o Laboratório de Antropologia Biológica. Possui experiência nos campos de Arqueologia, Antropologia e História, com ênfase em Arqueologia Histórica, Antropologia Biológica e Etnologia Indígena. Possui experiências em Arqueologia Preventiva, com produção técnica em especial para a Eletrobras Eletronuclear e Grupo EBX.

Algumas publicações:

OLIVEIRA, Nanci Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A; CHAMORRO, Leandro K.M. . Arqueologia Participativa: Uma experiência com Indígenas Guaranis. Revista de Arqueologia Pública, v. 4, p. 13-19, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo A; OLIVEIRA, Nanci Vieira de ; TAMANINI, Elizabete . Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. Praxis archaeologica, v. 3, p. 131-138, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo A; OLIVEIRA, Nanci Vieira de . La Arqueología del conflicto en Brasil. In: Pedro Paulo A. Funari; Andrés Zarankin. (Org.). Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006, v. 1, p. 121-128.

FUNARI, P.; OLIVEIRA, N. V. & TAMANINI, E.. Arqueologia para o Público Leigo no Brasil: Três Experiências. In FUNARI, P.; ORSER, CH & NUNES DE OLIVEIRA SCHIAVETTO, S. (Eds) Identidades, Discursos e Poder: Estudos da Arqueología Contemporânea. Fapesp/Annablume, San Pablo, pp. 105-116, 2005

OLIVEIRA, Nanci Vieira de . Arqueologia e Historia: estudo de um Aldeamento Jesuítico no Rio de Janeiro. Cadernos do CEOM (UNOESC), Chapecó, v. 18, 2005.



Revista Mundo Antigo

Artigos
Papers



Construção de monumentos régios e simbolização do espaço no antigo Egito (Reino Novo, séculos XVI-XI a.C.)

Ciro Flamarion Cardoso¹

RESUMO:

Este texto visa a mostrar os caminhos seguidos, na antiga civilização egípcia, para a construção de um espaço simbólico de fundo mítico, mediante exemplos variados que enfatizam o período relativamente bem documentado que é o Reino Novo. A razão principal para desenvolver este tema é a refutação da noção de que os egípcios, dotados de um forte sentido temporal, careceriam, no entanto, de um ângulo espacial desenvolvido.

Palavras-Chave: Egito antigo - Reino Novo - construção mítica e simbólica do espaço

ABSTRACT:

The building of royal monuments and the symbolization of space in Ancient Egypt (New Kingdom, 16th-11th centuries a.C.)

This text purports to show by which means the ancient Egyptians were able to build a kind of space mythically symbolized. We try to do that by presenting examples of different sorts, pertaining to the New Kingdom, a relatively well documented period. The reason that led us to choose this subject was to refute the contention that the ancient Egyptians, while disposing of a strong temporal sense, lacked a spatial sense equally developed.

Key-Words: Ancient Egypt - New Kingdom - mythical and symbolic construction of space

¹ Professor Titular em História Antiga da Universidade Federal Fluminense - UFF, Coordenador do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA) e do Grupo de Estudos em Egiptologia MAAT (GEEMAAT).



Introdução

Neste texto, “monumento” será entendido como um elemento integrante da cultura material –um artefato, portanto–; segundo Andrea Carandini, nos monumentos, “o efêmero poder dos pensamentos e das emoções materializou-se de forma duradoura” (CARANDINI, 1997, p. 217). Por tal razão, o monumento é uma modalidade de artefato especialmente adequada aos estudos das ideologias e visões de mundo. Também nos interessa a noção de Jacques de Goff a respeito de ser o monumento “um produto da sociedade que o fabricou segundo o entramado das forças que, nela, detinham o poder” (LE GOFF, 1991, p. 227). Uma terceira maneira útil de definir o monumento, perfeitamente compatível com as anteriormente citadas, liga-o a uma forma de consumo conspícuo vinculada, como na visão de Le Goff, ao exercício do poder político, entendendo-se o consumo conspícuo como aquele que contradiz o princípio do mínimo esforço –e, poderíamos agregar, do mínimo expêndio possível de recursos– que habitualmente caracteriza a produção e distribuição de bens. Nessa linha de raciocínio, para Bruce Trigger, o monumento, mais especificamente a arquitetura monumental, se caracteriza pelo fato de que sua escala e elaboração vão bastante além do que seria estritamente necessário para o cumprimento da função prática de uma dada edificação (TRIGGER, 1990, pp. 125,119).

Jan Assmann, caracterizando a visão do mundo típica do antigo Egito como um “drama cósmico”, considera que os egípcios não encaravam a realidade de um ângulo basicamente espacial e material, mas sim, como algo temporal e fundamentado no desempenho, isto é, em ações realizadas ou a realizar (ASSMANN, 2000, p. 73). Embora achando ser correta a idéia da importância de uma concepção agônica ou dramática do mundo para a elite egípcia da época dos faraós, não aceito o corolário de que, por isso, lhe faltasse uma visão espacial.

Não se dispunha, obviamente, de conceitos *abstratos* de tempo ou de espaço. Mas acho que Rundle Clark tem razão ao afirmar que a cosmogonia egípcia se mostra sensível à espacialidade (CLARK, 1978, p. 80). Para apoiar esta opinião, o autor usa –atribuindo-lhe outro número, pois segue uma classificação dos textos diferente da



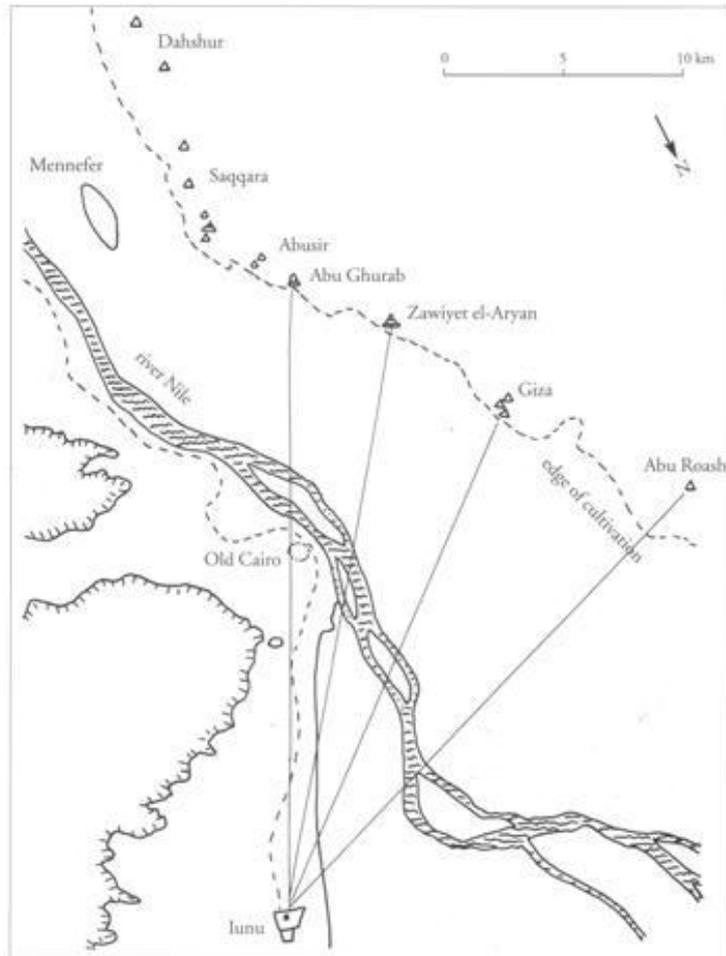
habitual– o que, na numeração padrão, seria o Encantamento 132 dos Textos dos Sarcófagos (FAULKNER, 1972-1978, vol. 1, p. 114). Nos mitos de criação, Ra precisou de um lugar em que ficar de pé para poder efetuar sua atividade de demiurgo –a colina inicial que emergiu das Águas Primordiais, em forma análoga a como as terras do Egito emergiam anualmente da cheia do Nilo, ao baixar esta–; Ptah, como deus criador, é associado à “terra que se levanta” (SAUNERON, 1959, pp. 28, 35-36, 46); na fundação de um templo, o faraó começava por delimitar seus contornos com um fio de agrimensura e a seguir com tijolos –teoricamente fabricados por ele mesmo– que marcassem os limites do edifício: em outras palavras, a delimitação espacial é que se ligava mais centralmente ao rito fundador. Um bom exemplo é a estela de Amenhotep II, faraó da XVIII^a dinastia (1425-1398 a.C. segundo a cronologia curta: neste artigo, todas as datas seguem a cronologia curta, atualmente preferida pelos egiptólogos), no templo de Amada, na Núbia. De acordo com as linhas 13-14 da inscrição principal contida na estela, “Assim sendo, a Majestade deste deus perfeito, o Rei do Alto Egito Aakheperura [nome de trono de Amenhotep II], estendeu o fio e soltou a corda para todos os seus pais [divinos], para deste modo erigir um grande portal de pedra dura” (HELCK, 1955, pp. 1287-1299). A defesa de Uaset (Tebas) era garantida pela distribuição de quatro santuários do deus tebano da guerra, Montu, em torno da cidade (em Ermant, Tod, Medamud e Karnak setentrional), portanto, delimitando simbolicamente o território a ser preservado (FRANCO, 1999, p. 167). Outrossim, textos raméssidas –passagens dos papiros Anastasi II e III– sobre Per-Ramsés, cidade de Ramsés II, da XIX^a dinastia, claramente expõem uma espacialização religiosa da nova Residência régia, ao mesmo tempo vista como núcleo organizador do espaço do mundo (PRITCHARD, 1969, pp. 470-471).

Note-se que o esforço despendido na construção de um espaço simbolizado é muito antigo na civilização egípcia. Para dar um exemplo do terceiro milênio antes de Cristo, David Jeffreys e Stephen Quirke chamaram a atenção, como é recordado pelo último autor, para a constatação de que todas as tumbas régias da área menfita, da II^a até a VI^a dinastia, eram visíveis do centro por excelência do culto solar, lunu



(Heliópolis), e vice-versa, considerando-se a atmosfera límpida do deserto numa época desprovida das chaminés industriais atuais do Cairo e arredores. Isto implicava um planejamento espacial mediante alinhamentos, de forte simbolismo solar, efetuado segundo os mesmos princípios ao longo de mais de meio milênio! (QUIRKE, 2001, pp. 88-89.) Ver a Figura 1.

Figura 1: **Alinhamento de várias necrópoles régias menfitas com a cidade de Iunu (Heliópolis), terceiro milênio a.C.**



Referência: **Stephen Quirke. *The cult of Ra: Sun-worship in ancient Egypt*. New York: Thames & Hudson, 2001, p. 89.**

Devido a uma documentação mais abundante do que a que nos restou de períodos mais antigos, é possível, porém, estudar em detalhe bastante maior, no que concerne à segunda metade do segundo milênio a.C., algo que, no entanto, estava presente desde muito antes: a simbolização do espaço como uma espécie de subtexto –a ser decifrado, mas bastante evidente e sem ambiguidade– subjacente aos monumentos de emissão faraônica, entendidos semioticamente como textos a



descodificar. Analisaremos sumariamente quatro modalidades dessa simbolização no Reino Novo: (1) a que aparece nos templos axiais (que só os reis podiam construir ou modificar); (2) a que caracteriza os palácios monárquicos; (3) a que se constata nas tumbas régias; (4) por fim, o planejamento espacial da distribuição das construções e reconstruções de um mesmo faraó –nos casos, pelo menos, dos reinados mais longos e prósperos–, no Egito e na Núbia. Verificar-se-á que, sem exceção, a forma de simbolizar o espaço nos monumentos régios remete a concepções cósmico-religiosas que eram consideradas centrais para que se mantivesse vivo e ativo o mito da monarquia divina, preservadora da ordem social e daquela do próprio universo.

O templo axial do Reino Novo

Para os egípcios, o *horizonte* é onde o mundo divino se encontra com o dos homens, e este com o mundo dos mortos. Por tal razão, as pirâmides eram chamadas de “horizontes”, sinal, igualmente, da preeminência solar quando surgiu tal forma de tumba, associada ao conceito de horizonte e também à vida após a morte desde que se admitiu que, à noite, o Sol ilumina o domínio dos mortos. No templo de Ra em Heliópolis adorava-se uma pedra –talvez um meteorito modificado, segundo alguns– que tinha forma de pirâmide (ou foi talhada para ter esta forma): assim, desde muito cedo a pirâmide associava-se ao Sol. O sentido exato da forma piramidal, porém, constitui ponto de controvérsia entre os egiptólogos: alguns, por exemplo, acham que representa uma rampa que daria acesso ao céu; outros, que seja uma forma geométrica gerada por quatro raios solares divergentes a partir de um ponto (representado pelo vértice da pirâmide). A partir de então –ou seja, desde pelo menos meados do III^o milênio a.C.–, considerou-se também cada templo como “horizonte” do deus principal nele venerado: como o Sol ao nascer no horizonte oriental, o templo é o lugar onde um deus adota uma morada terrestre e se manifesta aos humanos. A “casa do deus” é insistentemente chamada de horizonte por ser uma passagem do mundo visível ao invisível, aquele povoado pelos deuses e pelos mortos, de modo análogo ao horizonte geográfico do mundo visível, onde céu, terra e mundo subterrâneo fazem



interseção (resumimos, aqui e nos parágrafos abaixo, considerações que se acham em CARDOSO, 1999, pp. 64-68).

No III^o milênio a.C., os templos parecem ter continuado sem grandes mudanças o hábito do Pré-Dinástico de construir, para abrigo dos deuses entre os humanos, estruturas pequenas feitas principalmente de tijolos, madeira e juncos, embora a pedra já fosse então empregada nos templos funerários dos faraós. No Reino Médio os santuários se sofisticam, usam a pedra, cobrem-se de decorações: mas conhecemos mal seu aspecto nessa época. Já o templo axial posterior (que atingiu sua forma canônica, que desde então não mudou, no Reino Novo) foi bem estudado graças a se conservarem numerosos exemplares: nós o conhecemos melhor. Os seus elementos básicos, que podem repetir-se, são: pilono ou grande pórtico, pátio aberto, sala hipóstila, sala das oferendas, santuário da barca divina, santo dos santos onde reside o deus. O templo é de pedra e está no interior de um terreno delimitado por um muro alto de tijolos, construído (pelo menos em épocas tardias) em linhas onduladas que sugerem as águas primordiais. Dentro do domínio divino havia ainda residências sacerdotais, um lago sagrado para abluções, oficinas, salas de depósito, um centro de cópias de manuscritos. A complicação máxima do modelo, nós a achamos no templo de Amon em Karnak, Tebas, cuja construção gradativa durou muitos séculos, com seus dez pilonos; é bem mais comum a duplicação, pelo menos, do pilono e do pátio.

Quase sempre se favorecia uma orientação leste-oeste, perpendicular ao Nilo, embora também existissem templos paralelos ao rio. Em certos casos, como em Abu Simbel (onde o Sol duas vezes por ano penetrava no fundo do templo rupestre) e nos templos mandados construir por Akhenaton durante a reforma amarniana, a preocupação com o curso solar era o elemento central; em Elefantina, a orientação estava dada por Sírius, a estrela cujo nascimento helíaco era arauto da inundação, que os egípcios acreditavam originar-se em míticas cavernas sob a primeira catarata do Nilo, portanto, próximas a Elefantina.

Nos pilonos e nas paredes exteriores dos templos, a decoração servia para fins apotropaicos: afastar o mal, afugentar forças inimigas ou caóticas. A imagem mais



frequente é, aí, a do rei massacrando seus adversários; sob as XIX^a e XX^a dinastias, isto cede lugar a algo menos genérico: a vitória sobre inimigos historicamente específicos (núbios, hititas, líbios, “povos do mar”). A mesma função protetora pode ser exercida por cenas de caça. Diante do pilono de entrada estavam estátuas dos reis, mastros com bandeiras, obeliscos (símbolos solares); a partir de Hatshepsut, em seu templo de Deir el-Bahari, também avenidas de esfinges, que estendem para fora o caminho das procissões e podem conduzir ao cais da barca divina, usada quando o deus navega no Nilo. Passado o primeiro pilono, entra-se em extenso pátio aberto que não era usado para o culto diário, mas sim, reservado aos grandes festivais que incluíam um público mais vasto. Conforme se avança, o templo se torna mais escuro, pois o teto se abaixa e o chão se eleva, prenunciando a colina primordial da criação. Na sala hipóstila, a luz é escassa e filtrada. As cenas agora não têm a ver com proteção ou com os grandes festivais, e sim, com o culto, também com certa imagem do mundo. A barca do deus passeia às vezes entre as colunas e serve aos oráculos. O rei fundador do templo é que se faz representar cumprindo as diversas modalidades de ações cultuais, motivo este repetido ao infinito na decoração.

Uma teoria desenvolvida há algumas décadas sobre a decoração dos santuários egípcios pretende que, nela, nada fosse deixado ao acaso: tudo seria cuidadosamente planejado no conjunto, configurando o que se costuma chamar de “sintaxe do templo”. De estar certa esta idéia, seria absolutamente necessário levá-la em conta nas tentativas de decodificação, análise e interpretação das representações contidas nas diferentes partes desses edifícios religiosos antigos. Um dos defensores principais de tal noção é Philippe Derchain (DERCHAIN, 1977, pp. 139-140). Haveria correlações passíveis de serem estabelecidas entre figuras contidas em paredes que se opõem segundo o eixo templário; outras correlações dependeriam de uma organização das cenas de uma mesma parede, consideradas horizontal ou verticalmente. Christiane Zivie-Coche, concluindo sobre este tema, diz:

No estado atual das coisas, está claro que a organização da decoração dos templos só se torna



inteligível se discernirmos as combinatórias múltiplas que serviram à sua elaboração e lhe multiplicam o sentido (DUNAND; ZIVIE-COCHE, 1991, p. 107).

As cenas figuradas não se dispõem, portanto, livremente ou ao acaso: certos autores chegam a falar de uma gramática do templo egípcio ou até de sua sintaxe e ortografia. Talvez se tenha exagerado um pouco, querendo explicar cada detalhe ou variação. Ora, com frequência, algumas das variações refletem somente o desejo dos artistas de evitar a excessiva monotonia (DUNAND; ZIVIE-COCHE, 1991, pp. 96-97). Outrossim, quando a construção se estendia por mais de um reinado, o novo monarca podia introduzir mudanças na decoração de alguns dos elementos arquitetônicos do santuário.

Se o muro externo do domínio divino representa as águas primordiais, o pilono de entrada, com seus obeliscos, simboliza o Sol nascente. O pátio é o meio dia cheio de luz. A sala hipóstila, o crepúsculo; ao mesmo tempo, costuma conter uma representação de um pântano primordial: as colunas são todas de motivo vegetal, além de que relevos e pinturas podiam reforçar tal impressão (por exemplo, com representações de Hápy, o deus da inundação: ver a Figura 2). Nas partes cobertas, o teto podia ser decorado de estrelas. Conforme se avança no templo, o chão sobe e o teto baixa. O santo dos santos, noturno em sua escuridão, representa também a colina primordial da criação.

Figura 2: Duas personificações do deus da inundação do Nilo, Hápy, cercadas da vida aquática dos pântanos, motivo comum na decoração das salas hipóstilas dos templos.



Referência: Bernadette Menu. *Ramesses II: Greatest of the pharaohs*. New York: Harry N. Abrams, 1999, p. 62.

Os santuários eram constantemente reconstruídos; tinha-se entretanto o cuidado de deixar subsistir partes antigas, incorporadas às novas, propiciando assim forte noção de continuidade ao culto. Certos elementos descartados, utilizados como enchimento de pilonos ou enterrados, puderam ser recuperados pelos arqueólogos, sobretudo em Karnak, permitindo a restauração de elementos desativados por novas construções, ou mesmo, a reconstituição dos templos ao Aton construídos por Akhenaton em Karnak e demolidos depois.

Escreve Stephen Quirke:

O modelo tebano [de templo axial] pode ser usado para demonstrar o modo em que os egípcios inseriam na arquitetura templária a sua percepção do cosmo, mas não se deveria pensar que exatamente o mesmo método simbólico fosse aplicado em todos os casos. A noção do templo como manifestação da colina primordial sobre a qual o deus solar ficou de pé na aurora da existência parece ser comum a todos os templos. (...) [A] incorporação do festival na arquitetura do templo parece



ser uma inovação do Reino Novo –o período, precisamente, em que os templos começaram a crescer para receber a parte maior da produção de monumentos: uma parte, no Reino Antigo e no Reino Médio, que cabia aos complexos destinados ao culto do rei (QUIRKE, 1992, p. 76).

Nos cenários grandiosos dos enormes complexos templários de Tebas, bem como nos demais templos axiais do Reino Novo, um drama cósmico destinado à preservação do universo organizado da criação tinha lugar todos os dias. Nas palavras de Philippe Derchain,

O templo, imagem do mundo, converte-se (...) em uma verdadeira central energética na qual se liberam e se dirigem as forças possuídas pelos deuses, de acordo com um plano universal conhecido pelos técnicos –melhor dizendo, pelos oficiantes– que as manejam. (...) um gasto mínimo de energia basta para liberar uma torrente dela. A palavra ou o gesto simbólico que assegura o curso do Sol, a derrota dos inimigos ou a abertura das minas, correspondem ao dedo que gira um comutador ou abre uma comporta. O rito é a prova visível de que a ordem do mundo é racional, e esta prova é necessária para assegurar o bom funcionamento da realidade segundo essa razão (DERCHAIN, 1977, p. 143).

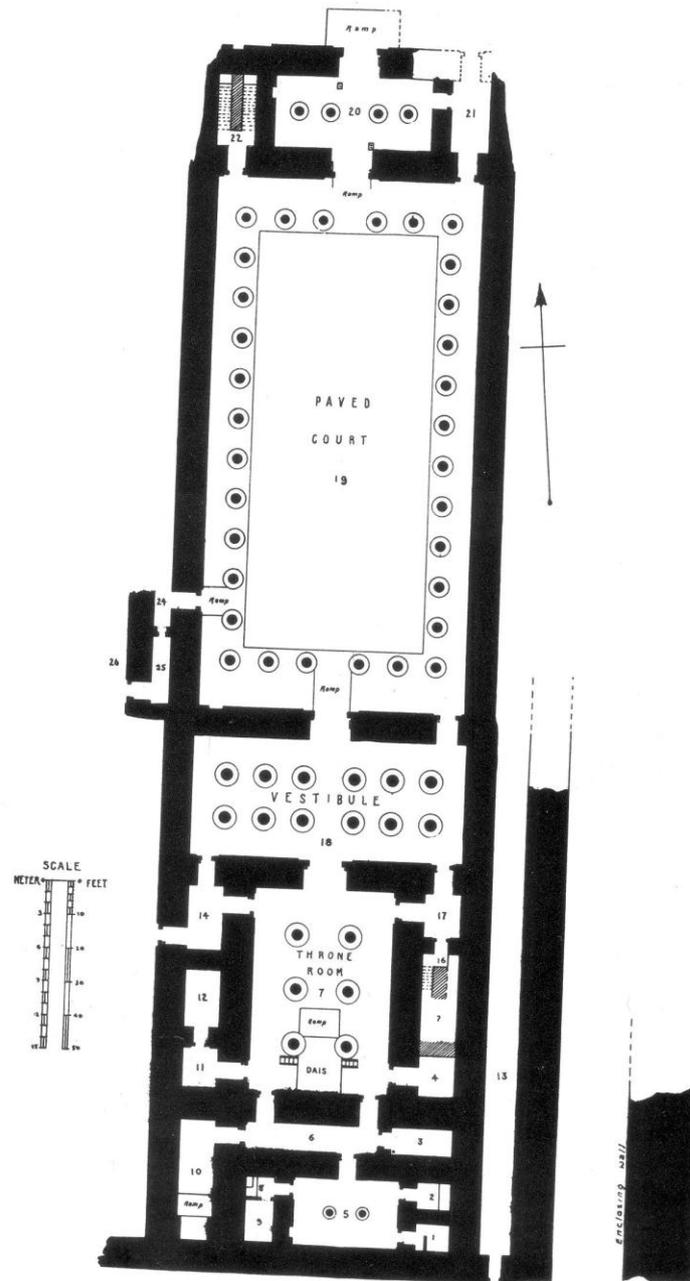
Uma das caracterizações mais completas do templo como cosmografia é a de Richard Wilkinson, que percebe, a respeito, três grandes temas que, desenvolvidos em parte em independência recíproca, do ponto de vista cronológico, acabaram por juntar-se, entretanto, na simbologia do templo axial egípcio. Em primeiro lugar temos o templo como microcosmo, como um resumo do mundo: estrelas e pássaros em vôo no teto, colunas de capitel vegetal variado (papiroforme, lotiforme, palmiforme), chão identificado com o pântano primordial do qual a colina inicial se levantou. As rampas ou escadas que conduzem de um a outro nível do santuário formam, quando vistas de perfil, um dos hieróglifos que podem grafar a palavra Maat, ou seja, um signo que remete à verdade-justiça-ordem-medida, tanto cósmica quanto social. Em segundo lugar, o templo, em seu simbolismo, remete ao ciclo diurno do Sol. Os pilonos formam



as colinas entre as quais o Sol nasce e, portanto, o hieróglifo *akhet* ou “horizonte”, que vem completar o próprio disco solar ao brilhar a pino sobre eles. O eixo templário reproduz o ciclo diurno do Sol ao navegar no céu: por tal razão, sobre os portais ao longo de tal eixo, um disco solar alado é representado diversas vezes. A diminuição da luz na sala hipóstila representa o entardecer, o santuário escuro é noturno. Os obeliscos constituíam, também, símbolos solares. Em terceiro e último lugar, o templo pode ser visto como uma tumba e servir à ideia tanto de renovação quanto de ponto de passagem entre o mundo dos homens, dos deuses e dos mortos, algo já implicado no fato de ser o templo chamado de “horizonte”. É interessante notar que Wilkinson salienta ser essa cosmografia do templo egípcio relativa tanto ao aspecto espacial do mundo, quanto ao temporal (WILKINSON, 2000, pp. 78-79).

Os palácios monárquicos

Figura 3: Planta do palácio de Merenptah em Mênfis. **A planta mostra muitos pontos de semelhança com a dos templos axiais do Reino Novo.**



Referência: David O'Connor. Mirror of the cosmos: the palace of Merenptah. In: Edward Bleiberg; Rita Freed (orgs.). *Fragments of a shattered visage: The proceedings of the International Symposium on Ramesses the Great*. Memphis: Memphis State University, 1993, p. 193.

Uma abordagem sintética ou genérica como a que se acaba de fazer no tocante à construção de um espaço simbólico nos templos axiais egípcios não seria possível



para os palácios monárquicos. Estes, na verdade, conhecem-se em muito menos detalhe que os templos, já que, embora imponentes e muito decorados, eram construídos com materiais perecíveis. No caso do Reino Novo, trata-se de um tema diretamente ligado ao que se conhece como Teologia Política – em especial, a relação simbiótica entre o deus dinástico maior, Amon-Ra, e o faraó (SPALINGER, 2005, p. 75; ASSMANN, 1991).

Os palácios régios egípcios do Reino Novo podiam ser de vários tipos. Reunindo elementos expostos por vários autores, é possível estabelecer a seguinte tipologia: (1) palácios residenciais, onde o faraó vivia habitualmente; (2) palácios administrativos, destinados à condução dos negócios públicos; (3) palácios vinculados a templos, utilizados pelo rei quando se dirigia aos templos em questão para fins rituais; (4) palácios cerimoniais, construídos precipuamente para o desempenho de certas cerimônias (por exemplo as do jubileu do rei, ou Festival *Sed*); (5) palácios ligados a funções específicas, raramente frequentados pelo rei: por exemplo, o palácio-harém de Miur, no Fayum, onde viviam damas que, habitualmente, fiavam e teciam em grande escala (BADAWI, 1968; ASSMANN, 1972; STADELMANN, 1979).

Vamos tratar de um caso específico: os aspectos simbólicos da construção do espaço no palácio construído por Merenptah (1213-1203 a.C.), da XIX^a dinastia, em Mênfis. A classificação deste palácio como cerimonial é justificada por Stadelmann pela ausência tanto de depósitos de víveres quanto de aposentos destinados às rainhas e outros familiares do rei, bem como pelo caráter sumário das áreas de serviço. Trata-se de um edifício de 110,30 por 30 metros, com uma superfície importante, mas ocupada por relativamente poucos cômodos, com ênfase em grandes salas cobertas. Não sabemos que tipo de cerimônias se desenvolvia no palácio; Assmann é de opinião que estaria vinculado ao jubileu ou Festival *Sed*.

Interessam-me, aqui, os aspectos simbólicos –cosmológicos– da espacialidade do palácio em questão, tal como expostos por um de seus escavadores (O’CONNOR, 1993).



O palácio de Merenptah foi destruído pelo fogo e nunca reconstruído ou reocupado. É possível, entretanto, a partir dos vestígios disponíveis, reconstituí-lo em três dimensões com bastante detalhe e autenticidade, incluindo em muitos casos a decoração. Ao fazê-lo, sobressaem semelhanças numerosas que apresenta com um templo axial do Reino Novo, destinadas a evocar as mesmas implicações cosmológicas dos santuários, em especial, a afirmação de que o monarca, residente (habitual ou não) dessa estrutura palacial, era ele mesmo considerado divino. O pórtico com colunas tinha um teto evocando o céu noturno com estrelas. Discos solares alados (decorados com folhas de ouro) se achavam em vários lintéis de portas. As colunas se pareciam a enormes plantas a emergir do pântano primordial: as bases de várias delas conservaram restos de representações das diferentes partes do Egito adorando o rei e venerando os seus diversos atributos divinos, o que reforça a impressão de ser o palácio um “templo para o rei”. O dossel do trono representava a colina primordial da criação, identificando assim o rei com o demiurgo criador; sua decoração de cativos amarrados simbolizava o domínio do monarca do Egito sobre todos os países, ao mesmo tempo que o ato de dominar os estrangeiros rebeldes (agentes do caos) era ato apotropaico em favor de Maat, a ordem do mundo. Embora, no caso dos pavimentos pintados, só as extremidades decoradas sobreviveram, ao que parece representavam, na sala do trono, o mundo terrestre cheio de vida, como equivalente iconográfico dos hinos da Teologia Solar a Amon-Ra e a Aton: assim, o rei, em seu trono, “iluminava”, como hipóstase do deus solar, uma representação resumida do mundo, animada mas submissa; que, por sua vez, adorava o soberano e se submetia a ele. O’Connor esclarece:

A cosmologia palacial não é precisamente paralela à do templo. O palácio representa o cosmo como seria visto do ponto de vista do faraó, com seu enfoque mais voltado para o domínio terrestre no contexto do cosmo como um todo. Em contraste, a cosmologia templária enfatiza mais o domínio sagrado ocupado pelos próprios deuses (O’CONNOR, 1993, p. 184).



A decoração dos hipogeus régios de meados da XVIII^a dinastia ate o Período Raméssida: aspectos espaciais de uma cosmologia

Os egípcios levaram a cabo, nos textos mas sobretudo no programa iconográfico de composições destinadas à decoração das tumbas régias, como os Livros do mundo inferior, em especial se levamos em conta os meios de expressão limitados de que dispunham, um esforço gigantesco de mapeamento do mundo invisível de Osíris e dos mortos, bem como dos processos de ameaça, proteção e regeneração que lá tinham lugar, segundo acreditavam. A precisão que pretendiam atingir nessa reconstituição pode ser percebida em certos detalhes. Assim, no *Livro de Amduat*, especifica-se que, em cada uma das horas da noite, o Sol percorria, em sua jornada subterrânea, 745 milhas. No drama cósmico da regeneração da luz solar mediante o percurso noturno de Ra intervêm centenas de personagens em dezenas de contextos ou ambientes, em cada um dos “livros” mencionados. Para possibilitar uma tentativa de tais dimensões, uma das estratégias representativas foi a economia de meios configurada por personagens e objetos que podem desempenhar mais de uma função simultaneamente. Por exemplo, no *Livro de Amduat*, na nona hora da noite, seres sobrenaturais encarregados do aprovisionamento de vestimentas são caracterizados ao mesmo tempo como formadores de um tribunal que “derruba os inimigos de Osíris”. Em todas as composições, a figura da serpente é multifuncional: as serpentes figuradas podem ser adversárias, delimitadoras de espaços protegidos, forças regeneradoras, representações da passagem do tempo (as horas da noite). O montículo que representa na quinta hora do *Livro de Amduat* a tumba de Osíris serve ao mesmo tempo de colina do horizonte da qual emerge Khépri, o Sol nascente, numa antecipação do resultado final do processo de regeneração em curso. Na única cena de julgamento dos mortos presente –um episódio adicional que precede a sexta hora no *Livro dos portais*–, os mortos, presumivelmente numerosíssimos, são representados por nove deles somente, (nove é um “plural de plurais”, já que na escrita arcaica a triplicação de um signo indicava o plural: assim, a representação de uma figura nove



vezes transmite a idéia de algo multitudinário), de pé diante de Osíris entronizado. No *Livro dos portais*, o Lago de Fogo aparece ao mesmo tempo como aprovisionador dos mortos justificados e lugar de castigo flamejante para os rebeldes (HORNUNG, 1999, pp. 40, 60, 90). O entendimento dessas composições, apesar do predomínio do registro visual, exige trabalhar figuras e textos em conjunto.

Os Livros do mundo inferior manifestaram uma preocupação predominante: numa primeira fase, com a especificação da dimensão temporal da odisséia subterrânea do Sol, nas composições mais antigas –*Livro de Amduat*, *Livro dos portais*–; a seguir, com a categorização do espaço do mundo de Osíris (sem que desaparecesse por isso a categorização do tempo: divindades das horas continuaram a ser representadas), nas mais recentes, como o *Livro das cavernas* e o *Livro da terra*.

Assmann demonstrou a existência constante no Egito, desde o terceiro milênio a.C. –tal como já se pode inferir da “Câmara do mundo” do templo solar de Niuserra (2445-2421 a.C.)–, de uma observação atenta da alternância das estações do ano na representação dos elementos naturais, coisa que interpreta em ligação com uma percepção do deus solar em sua qualidade de senhor das estações e do aprovisionamento. Esta mesma noção foi desenvolvida por Quirke em seu recente estudo do culto solar, em capítulo significativamente intitulado “O culto solar e a medida do tempo”. Ambos os autores usam tais noções em sua interpretação da organização do *Livro de Amduat* e do *Livro dos portais*, composições centradas, em sua estruturação mesma, na sucessão das doze horas da noite. Também mostram haver uma preocupação análoga com a categorização das horas do dia, detectável, por exemplo –embora fragmentariamente devido a problemas de conservação–, no templo de Hatshepsut (1479-1458 a.C.) em Deir el-Bahari. A cada hora do dia ou da noite associava-se uma divindade que presidia essa hora; e a categorização do ciclo das horas ligava-se a cerimônias de culto, envolvendo ações e recitações diversas, no contexto do esforço ritual destinado a sustentar o Sol para garantir sua vitória constante sobre os inimigos que tentavam embargar-lhe o curso –portanto, a manter em existência o universo da criação, organizado e diferenciado. Daí que, na



interpretação de Assmann, a inclusão, nas tumbas reais, dos Livros do mundo inferior em suas várias modalidades ao longo dos séculos, bem como de composições análogas nos seus objetivos, como por exemplo a *Litania de Ra*, dever-se-ia à concepção do faraó como sacerdote solar. A intenção funerária *stricto sensu*, voltada para o bem estar do rei enterrado em cada tumba do Vale dos Reis, se realizaria mais, para utilizar uma expressão coloquial, por tabela; ou, se se preferir, por analogia: o título original do *Livro de Amduat* era *Livro da câmara oculta*; e tal câmara continha uma espécie de arca que podia ser interpretada como representação ao mesmo tempo da tumba de Osíris e da câmara funerária situada na tumba do rei (HORNUNG, 1999, pp. 27-77; ASSMANN, 2000, pp. 53-82; QUIRKE, 2001, pp. 41-72).

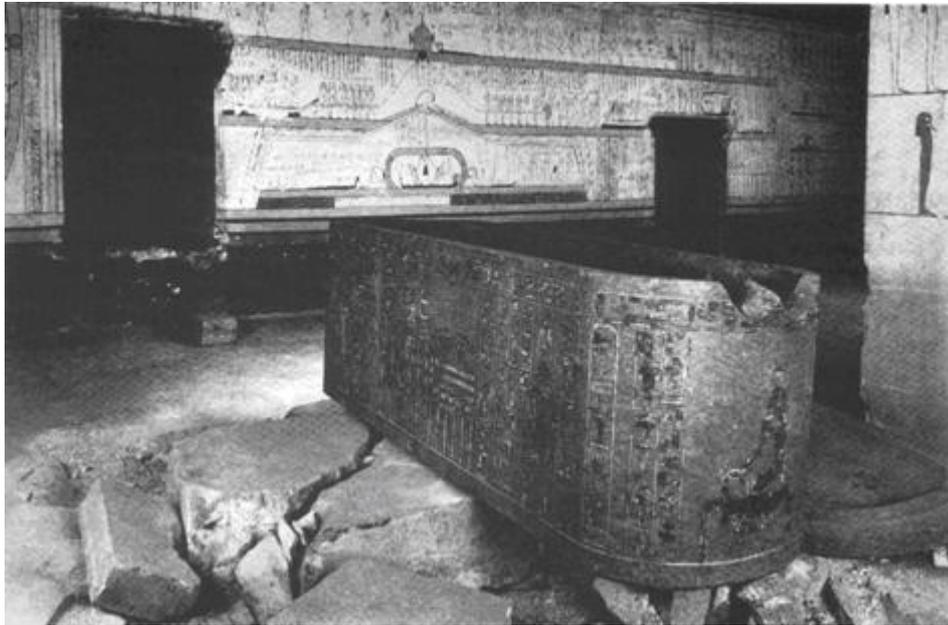
Os mais recentes dentre os Livros do mundo inferior abordam a cosmografia do mundo invisível a partir da priorização de seu aspecto espacial. Como se sabe, a relação entre o visível e o invisível é central para qualquer pensamento mítico (IVANOV, 1976). Deve notar-se, entretanto, que mesmo em composições mais antigas existe uma preocupação espacial de peso. Isto fica patente na tumba de Thotmés III (1479-1425 a.C. para o reinado completo, 1458-1425 a.C. se considerarmos somente o reinado pessoal do faraó, após a morte de Hatshepsut), da XVIII^a dinastia. Isto é especificado por Forman e Quirke:

Os textos na tumba do rei Thotmés III explicitam exatamente onde esta ressurreição dos mortos ocorre, ao identificar a seção² na parede leste de sua câmara funerária com os textos que devem escrever-se na parede leste da Câmara Oculta. Instruções similares estão inscritas no tocante às seções noturnas nas outras paredes daquela câmara funerária, mostrando ser ela a própria Câmara Oculta, o domínio secreto onde Osíris e Ra partilham, cada um, sua imortalidade com o outro e com os defuntos (FORMAN; QUIRKE, 1996, p. 118).

² Trata-se de uma seção do *Livro de Amduat*.



Figura 4: A câmara funerária de Thotmés III transformada na Câmara Oculta de Osíris pela inclusão, nela, do *Livro de Amduat* (parede ao fundo, por trás do sarcófago).



Referência: Christine El Mahdy. *Mummies, myth and magic in ancient Egypt*. London-New York: Thames & Hudson, 1989, p. 17.

No *Livro das cavernas* – cuja representação mais completa está na tumba de Ramsés VI (1142-1134 a.C.), da XX^a dinastia, a própria forma de ordenar os materiais é a divisão do mundo inferior em “cavernas”, similares às que já apareciam na oitava hora da noite tal como representada no *Livro de Amduat*. Adicionalmente, os seres que se encontram nessas cavernas tendem a estar encerrados numa delimitação oval –sarcófagos que circunscrevem o espaço ocupado por cada morto, incluindo deuses e deusas. Embora no caso do *Livro da terra* a lógica das divisões seja muito menos clara, tal composição se centra em representar a única visão explícita que tenhamos da Câmara Oculta, aludida no entanto já no *Livro de Amduat*: trata-se de um espaço que contém uma espécie de arca ou cofre fechado no qual jaz o corpo de Osíris. Outrossim, a importância assumida neste caso por três divindades da terra –Geb, Tatenen e Aker,



este último representado como um duplo leão– alude aos poderes regeneradores terrestres ou ctônicos: uma referência principalmente espacial, não temporal, embora se trate de uma questão de grau (HORNUNG, 1999, pp. 83-111; FORMAN; QUIRKE, 1996, p. 128). Seria interessante pesquisar a hipótese seguinte: a ênfase comprovadamente bem maior em Osíris, nestas composições mais tardias –sendo este deus vinculado à temporalidade não-cíclica, portanto carecendo de uma ligação direta com a sistematização das horas–, está ligada a uma preocupação mais espacial do que temporal.

Questão espacial de tipo diferente –tendo a ver com a configuração do universo em sua forma atual– aparece no *Livro da vaca do céu*. Esta composição é atribuída por certos autores ao Reino Médio devido a estar redigida em egípcio médio, o que, dada a permanência em textos religiosos desta modalidade da língua egípcia no Reino Novo tardio e mesmo além, não constitui uma prova conclusiva. Mesmo se tiverem razão tais autores, no entanto, seria preciso perguntar por que se julgou ser preciso reiterar os conteúdos veiculados na composição em questão a partir do reinado de Tutankhamon (1336-1327 a.C.), um faraó da parte final da XVIII^a dinastia. Interessante em especial a noção de que, em reação a uma rebelião dos humanos –levando o deus solar a ordenar um massacre da humanidade que, entretanto, depois tratou de interromper–, Ra decidiu reordenar o universo, dando-lhe sua forma atual, separando-se ele mesmo, simultaneamente, do mundo dos homens, já que passou a percorrer o céu (a deusa Nut) em sua barca:

Então este deus (Ra) disse a Nut: “Eu me coloquei em tuas costas para ser elevado: e então?” Assim ele disse, e Nut tornou-se o céu. (...) Então a majestade desse deus olhou-a e ela disse: “Transforma-me em uma multidão!” E (as estrelas) vieram a existir. Então a majestade desse deus –que ele viva, prospere e tenha saúde!– disse: “Pacífico é o campo aqui!” E o Campo da Paz [Hotep] veio a existir. (...) Então Nut começou a tremer devido ao peso. Então a majestade de Ra disse:



“Se eu tivesse os deuses Heh [oito deuses atmosféricos de Hermópolis] para sustentá-la!” E então os deuses Heh vieram a existir. Então a majestade de Ra disse: “Que meu filho Shu seja colocado sob minha filha Nut e me separe dos deuses Heh”... (PIANKOFF, 1977, p. 30).

Nesta passagem do Livro da vaca do céu temos, portanto, a descrição de sucessivas intervenções criadoras (pela palavra) de Ra, cujo resultado final é: a topografia do mundo como o vemos; adicionalmente, o mundo inferior dos mortos (aqui simbolizado pelo Campo de Hotep); e o início da navegação celeste do Sol –ponto de partida do tempo cíclico (neheh). Com efeito, o texto descreve, a seguir, a barca solar, com Ra em seu interior, navegando no céu. Segundo Forman e Quirke, teríamos aqui uma resposta à afirmação, por Akhenaton, na heresia que precedeu ao reinado de Tutankhamon, de um deus solar que governasse em forma imediata a criação: na verdade, afirma-se agora, Ra, que em passagens anteriores do Livro da vaca do céu era chamado de Rei do Alto e Baixo Egito, retirou-se no entanto, a seguir, do mundo dos homens, deixado doravante para campo de ação do rei do Egito –humano e divino ao mesmo tempo– em sua qualidade de campeão de Maat (FORMAN; QUIRKE, 1996, p. 126).

Existia uma unidade na programação da emissão de monumentos de cada faraó?

Tentaremos responder mediante o recurso às interpretações mais recentes acerca do programa de construções monumentais de Amenhotep III (1390-1352 a.C.), cujo reinado se situa no auge da XVIII^a dinastia.

As novas interpretações desse programa de Amenhotep III –templário, muito especialmente, já que não vamos aqui considerar o complexo palacial régio de Malqata, em Tebas ocidental, aparentemente construído para finalidades vinculadas ao jubileu do rei ao alcançar trinta anos de reinado–, que se fizeram presentes nos estudos egiptológicos a partir do início da década de 1990, aparecem como um passo



lógico adiante, se considerarmos a renovação das perspectivas ocorrida precedentemente, desde meados do século XX sobretudo, a respeito de como interpretar o templo axial egípcio do Reino Novo, entendendo-o como mensagem cosmológica estruturada e um resumo do próprio universo, dotado, quanto à sua disposição espacial e no tocante à sua decoração, de uma “gramática” e mesmo, mais em detalhe, de uma “sintaxe” e uma “ortografia” –um assunto que já mencionamos.

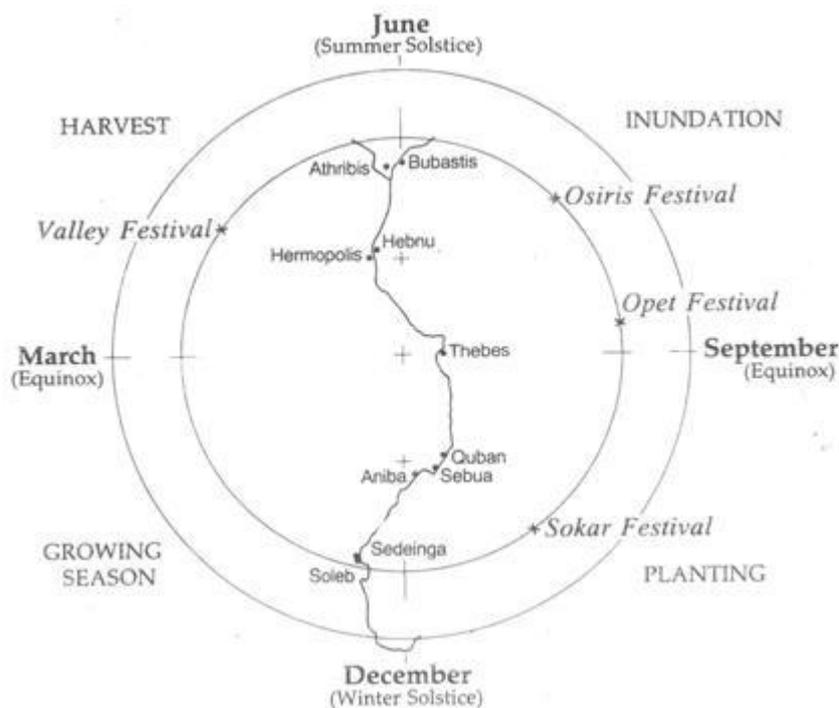
O passo seguinte, uma vez estabelecido o templo axial do Reino Novo como mensagem cosmológica complexa, seria estender tal concepção ao programa monumental templário de cada faraó (pelo menos, daqueles reis poderosos e ricos que tiveram reinados longos, cuja *entourage* pôde, assim, desenvolver um programa detalhado e coerente de grandes obras) para, nele, perceber regularidades e uma lógica geral. Este assunto será ilustrado com um estudo de Betty M. Bryan. Partindo da constatação de que, no reinado de Amenhotep III, numerosos templos do Egito e da Núbia foram fundados ou reconstruídos a fundo, a autora, em coautoria com A. P. Kozloff bem como em escritos só seus, interpreta a disposição geográfica dos santuários, no conjunto do vale do Nilo ocupado pelos egípcios (incluindo, portanto, a Núbia), como a realização concreta de uma visão de mundo com o faraó no centro, identificado com diferentes aspectos da divindade solar –inclusive e principalmente Amon-Ra. Diversas correlações míticas e cosmológicas são estabelecidas –sobretudo no que tange a cinco sítios arqueológicos escolhidos para análise, aqueles onde as construções do rei se conservaram melhor e podem ainda ser estudadas em maior detalhe– a favor da hipótese de um programa de construção templária e desenvolvimento cultural de âmbito englobante em todo o território egípcio ou sob domínio egípcio, cujas finalidades seriam duplas. Em primeiro lugar, a expressão de determinadas crenças mítico-cosmológicas, em especial no tocante aos mitos relativos à migração, para o sul, dos olhos lunar e solar do demiurgo criador, bem como alusões ao aspecto ameaçador em oposição àquele, apaziguado, das divindades, em especial as femininas –o que associava a figura da rainha Tiy à do rei– que encarnavam tais olhos. Em segundo lugar, a ampliação da estatura e das funções teológicas do



monarca, numa época em que existiam ameaças ao papel tradicional do faraó egípcio como único intermediário entre a humanidade e os deuses.

Assim, tratar-se-ia de um esforço no sentido de, mediante o uso de novos meios, voltar a estabelecer a preeminência religiosa do rei, mediante uma renovação das concepções inscritas numa memória mítica da monarquia sagrada, nela salientando o aspecto solar, central no Reino Novo (JOHNSON, 1998. KOZLOV; BRYAN; BERMAN, 1992).

Figura 5: Distribuição espacial de templos significativos de Amenhotep III, correlacionados com as estações, os ciclos agrícolas e os processos rituais.



Referência: David O'Connor; Eric H. Cline (orgs.). *Amenhotep III: Perspectives on his reign*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997. Figura fora do texto número 5.1.



Conclusão

Os exemplos reunidos neste artigo o foram para demonstrar que, ao contrário do que às vezes se afirma, os antigos egípcios contavam com meios para estabelecer uma categorização explícita e uma simbolização mítica bastante elaborada do espaço, paralelamente à construção análoga que também efetuavam do tempo (ponto, este último, que jamais foi posto em dúvida). Tal construção do espaço já se formara desde o Reino Antigo, embora o Reino Novo proporcione mais elementos para um estudo detalhado do tema.

Referências bibliográficas

Fontes primárias:

FAULKNER, Raymond O. The ancient Egyptian coffin texts. Warminster: Aris & Phillips, 1973-1978. 3 vols.

HELCK, Wolfgang. Urkunden der 18. Dynastie. Heft 17: historische Inschriften Thutmosis III and Amenophis III. Berlin: Akademie Verlag, 1955.

HORNUNG, Erik. The ancient Egyptian books of the afterlife. Traduzido por David Lorton. Ithaca; London: Cornell University Press, 1999.

PIANKOFF, Alexandre. The shrines of Tut-Ankh-Amon. Princeton: Princeton University Press, 1977

PRITCHARD, James B. Ancient Near Eastern texts relating to the Old Testament. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1969.



SAUNERON, Serge. La naissance du monde selon l'Égypte ancienne. In: SAUNERON, Serge et al. La naissance du monde. Paris: Seuil, 1959, pp. 17-91.

Bibliografia:

ASSMANN Jan. Palast or Tempel? Überlegungen zur Architektur und Topographie von Amarna. *Journal of Near Eastern Studies*. 31, pp. 143-155, 1972

ASSMANN, Jan. Politische zwischen Ägypten und Israel. München: Carl Friedrich von Siemens Stiftung, 1991.

ASSMANN, Jan. The search for god in ancient Egypt. Traduzido por David Lorton. Ithaca; London: Cornell University Press, 2000.

BADAWY, A. A history of Egyptian architecture. The Empire (The New Kingdom). Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968.

CARANDINI, Andrea. Historias en la tierra: Manual de excavación arqueológica. Traduzido por Xavier Dupré Raventós. Barcelona, Crítica, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Deuses, múmias e ziggurats: Uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CLARK. R. T. Rundle. Myth and symbol in ancient Egypt. London: Thames and Hudson, 1978.

DERCHAIN, Philippe. La religión egipcia. In PUECH, Henri-Charles (org.). Las religiones antiguas 1. Traduzido por Isabel Martínez Martínez; José Luis Ortega Matas. Madrid; México: Siglo XXI, 1977, pp. 101-192.



DUNAND, Françoise; ZIVIE-COCHE, Christiane. Dieux et hommes en Égypte 3000 av. J.-C.-395 apr. J.-C.: Anthropologie religieuse. Paris: Armand Colin, 1991.

FORMAN, Werner; QUIRKE, Stephen. Hieroglyphs and the afterlife in ancient Egypt. Norman: The University of Oklahoma Press, 1996.

FRANCO, Isabelle. Nouveau dictionnaire de mythologie égyptienne. Paris: Pygmalion, 1999.

IVANOV, V. V. La catégorie “visible”-“invisible” dans les textes des cultures archaïques. In: LOTMAN, Y. M.; OUSPENSKI, B. A. (orgs.). Travaux sur les systèmes de signes: École de Tartu. Bruxelles: Éditions Complexe; Paris: Presses Universitaires de France, 1976, pp. 58-61.

JOHNSON, W. Raymond. Monuments and monumental art under Amenhotep III: Evolution and meaning. In: O’CONNOR, David; CLINE, Eric H. (orgs.). Amenhotep III: Perspective on his reign. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1998, pp. 63-94.

KOZLOFF, A. P.; BRYAN, B. M.; BERMAN, L. M. Egypt’s dazzling sun: Amenhotep III and his world. Cleveland: Cleveland Museum of Art; Bloomington: Indiana University Press, 1992.

LE GOFF, Jacques. El orden de la memoria: El tiempo como imaginario. Traduzido por Hugo F. Bauzi. Barcelona: Paidós, 1991.

O’CONNOR, David. Mirror of the cosmos: the palace of Merenptah. In: BLEIBERG, Edward; FREED, Rita (orgs.). Fragments of a shattered visage: The proceedings of the



international symposium on Ramesses the Great. Memphis (Tenn.): Memphis State University, 1993, pp. 167-185.

QUIRKE, Stephen. Ancient Egyptian religion. London: British Museum Press, 1992.

QUIRKE, Stephen. The cult of Ra: Sun-worship in ancient Egypt. New York: Thames and Hudson, 2001.

SPALINGER, Anthony J. War in ancient Egypt: The New Kingdom. Malden (Mass.); Oxford: Blackwell, 2005.

STADELMANN, R. Totentempel und Millionenjhrhaus in Theben. Mitteilungen des deutschen archaeologische Instituts, Cairo. 35, pp. 104-321, 1979.

TRIGGER, Bruce. Monumental architecture: a thermodynamic explanation of symbolic behaviour. World Archaeology. 22, 2, pp. 119-132, 1990.

WILKINSON, Richard H. The complete temples of ancient Egypt. New York: Thames and Hudson, 2000. KOZLOFF, A. P.; BRYAN, B. M.; BERMAN, L. M. Egypt's dazzling sun: Amenhotep III and his world. Cleveland: Cleveland Museum of Art; Bloomington: Indiana University Press, 1992.



Algumas inscrições latinas, em tradução e anotações

Pedro Paulo A Funari¹

RESUMO:

A partir de uma perspectiva crítica da tradução, segundo uma postura atenta aos aspectos históricos latente nos textos originais, buscou-se fazer uma tradução de três documentos epigráficos latinos. O primeiro trata-se de uma tábua relativa a um banho público em Vipasca, na Lusitânia romana. Os dois últimos se referem a documentos militares provenientes de Vindolanda, na Bretanha romana. Ao se referirem aos procedimentos de uma literatura oficial e darem conta da construção da identidade de seus interlocutores, os fragmentos revestem-se de interesse para os estudiosos do mundo romano.

Palavras chave:

epigrafia romana – tradução – tábuas de Vipasca – tábuas de Vindolanda

ABSTRACT:

Using a critical approach to translation, taking into account historical aspects in the original version, three Latin inscriptions are translated and commented upon. The first one is a tablet from Vispasca, from Roman Lusitania, relating to a public bath. The other two refer to military tablets from Vindolanda, from Roman Britain. The inscriptions refer to official procedures but also to processes of identity building, so that they are of special interest for those concerned with the Roman world.

Key-words:

Roman epigraphy – translation – Vipasca tablets – Vindolanda tablets.

¹ Professor Titular, Universidade Estadual de Campinas, Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp e pesquisador do CNPq.



Há pouco, José Antônio Dabdab Trabulsi, chamou atenção para alguns aspectos e limites para o conhecimento histórico, relevantes para qualquer circunstância, e tanto mais, quando buscamos retornar ao passado por meio de documentos originais antigos vertidos para um idioma moderno. Dabdab propõe que:

L’histoire, selon un mot sublime de De Sanctis, plutôt que maîtresse de la vie, en est sa disciple; l’Histoire est un étrange mélange de connaissance et d’opinion, d’où il ne sera jamais possible d’extirper la partie que relève de l’opinion; et, ne pouvant jamais extirper la partie que relève de l’opinion, il ne sera jamais possible d’accéder à la vérité.

A História, segundo uma definição sublime de De Sanctis, antes que mestre da vida, é sua discípula; a História é uma estranha mescla de conhecimento e opinião, do qual nunca será possível retirar a parte relativa à opinião; e, não podendo extirpar a parte da opinião, nunca será possível chegar à verdade (TRABULSI, 2011, p. 15).

Se não há verdade absoluta, como traduzir? Isso dependerá da postura epistemológica do tradutor, dos objetivos a serem atingidos pelo estudo da linguagem. A partir de uma perspectiva interessada nos aspectos históricos, nos contextos das relações sociais e de poder, pode valorizar-se uma postura atenta às nuances relativas à historicidade latente nos textos originais e em como podemos tentar, de alguma maneira, recriar essas características em outra língua e em outro contexto histórico em tudo diverso. Uma abordagem histórica, na lide do tradutor, pode revestir-se de um caráter definidor da sua estratégia analítica².

² Cf. Edoardo Sanguineti, alla presentazione del volume “Teatro antico”, Palermo, Facoltà di Lettere e Filosofia, 27 marzo 2007: *Come vedete il discorso rinvia a questa specie di **storicismo assoluto** che è la mia posizione di base, la mia ideologia, e che si può ripercuotere anche in un minimo dettaglio traduttivo (grifo acrescentado); “como podem ver, o discurso refere-se a este tipo de **historicismo absoluto** que é a*



Na teoria social, em geral, e nos estudos linguísticos, em particular, tem havido crescente preocupação com questões relativas à identidade, interação, narrativa e ideologia da linguagem, de forma a relacionar os estudos linguísticos às outras disciplinas. O interesse em capturar os liames, às vezes tênues, entre processos e estruturas institucionais mais amplas e os detalhes textuais dos contatos diários produziu uma gama de projetos que começam por preocupar-se com a definição teórica da própria abordagem. A pergunta que se faz é “como o estudo da linguagem pode contribuir para a compreensão deste fenômeno sócio-cultural específico (e.g. formação de identidade, nacionalismo, globalização)?”. Este tipo de questões considera a língua como um instrumento para ter acesso a processos sociais complexos. O linguista estuda temas também perscrutados por antropólogos ou historiadores, como os processos de construção e transformação de identidades. As características dessa postura são as seguintes:

Objetivos: o uso das práticas linguísticas para documentar e analisar a reprodução e transformação das pessoas, instituições e comunidades, no tempo e no espaço;

A língua como objeto: uma expressão recheada com valores ideológicos e outros;

Unidades de análise preferidas: prática da língua, contextos de participação, identidades;

Questões teóricas: liames micro-macro (encontros corriqueiros), heteroglossia, integração de diferentes fontes semióticas, intertextualidade, formação e negociação de identidades, narratividades e ideologias da linguagem;

Métodos preferidos de coleta de dados: análise sócio-histórica, documentação audiovisual de encontros específicos, com particular atenção para a momentânea negociação de identidades, instituições e comunidades.

minha posição de base, minha ideologia e que pode repercutir até mesmo nos mais mínimos detalhes de tradução”.



Não menos relevantes têm sido as discussões em âmbito histórico, literário e filosófico. A busca do estranhamento na tradução tem sido importante para mostrar as diferenças insuperáveis entre o texto de outro lugar, espaço e cultura e, nesta direção, parece correto Edoardo Sanguineti:

La traduzione è un lavoro di travestimento. L'artificio nella traduzione rende evidente che la cultura di Sofocle o di Aristofane non è la nostra cultura. Io sono contro la formulazione dei classici come nostri contemporanei, non amo puntare sul sentimento di familiarità o di empatia, ma sul senso di spaesamento: a me interessa sottolineare l'esotismo di tempo e spazio, il fatto cioè che tutte le categorie, dall'amore alla morte, oggi funzionano in modo radicalmente diverso rispetto all'antica Grecia o all'antica Roma. Bisogna rendere evidente che con i classici siamo in un altrove che non ci appartiene, siamo di fronte a uomini che dispongono di altre strutture mentali. Sottolineare la nostra distanza rispetto ai classici suggerisce che la storia e gli uomini son modificabili, e se il mondo non è eternamente uguale a se stesso, anche il presente è modificabile. Per questo il tradurre deve evidenziare l'artificio con cui realizzo il passato e non perpetuare l'idea di un tempo immobile, l'idea che la storia in fondo è passata invano.

A tradução é um trabalho de fingimento. O artifício na tradução torna evidente que a cultura de Sófocles ou de Aristófanes não é a nossa cultura. Sou contra a formulação dos clássicos como nossos contemporâneos, não gosto de ressaltar o sentimento de familiariedade ou de empatia, mas no sentido de algo estar fora do lugar: para mim, interessa mostrar o exotismo do tempo e do espaço, o fato que todas as categorias, do amor à morte, hoje funcionam de modo radicalmente diverso em relação à antiga Grécia



ou Roma. É necessário tornar evidente que com os clássicos estamos em um outro lugar que não nos pertence, diante de pessoas com outras categorias mentais. Sublinhar a nossa distância em relação aos clássicos sugere que a História e os homens são modificáveis, e se o mundo não é sempre igual a si mesmo, também o presente é passível de mudança. Por isso, a tradução deve evidenciar o artifício com o qual reconstruo o passado e não perpetuar a ideia de um tempo imóvel, a noção de que a História, no fundo, passou em vão.

Apresento, a seguir, documentos de duas províncias romanas fronteiriças, Lusitânia e Bretanha, referentes à vida regrada das minas e dos acampamentos, respectivamente, a partir dos pressupostos mencionados.

Fragmento de um documento lusitano

A Lusitânia romana possuía diversas minas e, em Aljustrel, uma mina de cobre localizava-se no povoado Vipascum ou Vipasca. A área mineira de Vipasca era administrada por um *procurator et rationalium uicarius*. Entre 1876 e 1906 encontraram-se placas de bronze contendo a legislação que vigorava no distrito à época de Adriano (117-138 d.C.). Os diversos serviços públicos de Vipasca, com o banho mencionado no trecho reproduzido e traduzido a seguir, constituíam monopólios, que o procurator entregava a administradores privados mediante o pagamento de uma renda. O fragmento abaixo faz parte da tábua encontrada em 1876, hoje desaparecida. O texto foi originalmente publicado no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 5181, por Aemilius Hübnner. A reconstituição do texto, aqui adotada, foi realizada por José d'Encarnação, em *Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis*. Sobre a Epigrafia latina, pode consultar-se de Raymond Bloch, *L'Épigraphie Latine*.



Trata-se de um documento oficial, publicado para conhecimento geral, utilizando um vocabulário técnico, de cunho jurídico e uma grafia conservadora. Na transcrição, seguindo a praxe da edição epigráfica, os sinais <> são usados para acrescentar trechos que faltam no original, enquanto os sinais () são utilizados para completar palavras abreviadas.

A tradução procurou afastar-se pouco do original latino, tendo em vista o caráter técnico do texto. Alguns termos, assim, merecem breve menção. Conductor foi traduzido por “arrendatário”, por tratar-se, precisamente, de um arrendamento. Serui Caesaris, traduzido, em geral, por “escravos imperiais”, foi vertido pelo pouco usual “escravos de César” a fim de ressaltar a ligação do escravo com o estado, fato ressaltado na mesma oração pela expressão qui procuratori in officis erunt, “que estiverem a serviço do procurador”. O texto apresenta, como é comum em epígrafes, termos que não são encontrados na tradição literária e cuja interpretação é hipotética. Mencionem-se os seguintes: rana, que pode significar uma rã esculpida na parede para determinar a altura que a água devia atingir ou que pode ser um termo técnico que não sobreviveu nos vernáculos; ostile, um hapax, provavelmente ligado a ustilis, derivado de uro (“queimar”). A grafia de alguns vocábulos tampouco é clássica, como aliut por aliud, ou siquid por siquis.

O documento reveste-se de interesse, também, por referir-se ao cuidado com o funcionamento dos banhos. Nota-se divisão de homens e mulheres no uso das instalações, reservando-se para estas o período matinal, quando a água estava quente. Observe-se, ainda, a cobrança que colocava escravos e libertos imperiais em condições de vantagem, em relação aos pobres, em geral.

Embora um texto técnico, as Tábuas de Vipasca representam bem uma imensa literatura oficial, em parte preservada em inscrições e, só por isso, merecem a atenção dos estudiosos do mundo romano.



Balnei fruendi. Conductor balinei sociusue eius omnia sua inpena balineum, <quod ita conductum habe>bit in pr(idie) k(alendas) lul(ias) primas omnibus diebus calfacere et praestare debeto a prima luce in horam spetim<am diei mulieribus> et ab hora octaua in horam secundam noctis uiris arbitrato proc(uratoris) qui metallis praeerit. Aquam in <aenis usque ad> summam ranam hypocaustis et in labrum tam mulieribus quam uiris profluentem recte praestare debeto. Conductor a uiris sing(ulis) aeris semisses et a mulieribus singulis aeris asses exigit. Excipiuntur liberti et serui <Caes(aris) qui proc(uratori)> in officis erunt uel commoda percipient, item inpuberes et milites. Conductor socius actorue eius <balineum et instrumen>ta omnia quae ei adsignata erunt integra conductione peracta reddere debeto nisi si qua uetustate c<orrupta erunt>. Aena quibus utetur lauare tergere unguereque adipe e recenti tricensima quaque die recte debeto. <Si uis maior per aliquod tempus inpedi>erit, quo minus lauare recte possit, eius temporis pro rata pensionem conductor reputare deb<eto. Praeter> haec et siquid aliud eiusdem balinei exercendi causa fecerit reputare nihil debebit. Conductoru ue<ndere ligna> nisi ex recisaminibus ramorum quae ostili idonea non erunt ne liceto. Si aduersus hoc quid fecerit, in singul<as uenditiones HS. (sestertios)> centenos n(ummos) fisco d(are) d(ebet). Si id balineum recte praebitum non erit, tum proc(uratori) metallorum multam conductori quo<ti>ens recte praebitum non erit usque ad HS (sestertios) CC (ducentos) dicere liceto. Lignum conductor repositum omni tempore habeto, quod diebus <satis sit>.

Sobre o uso do Banho. O arrendatário do Banho ou o seu sócio deve prover a calefação da sala de banho, inteiramente às suas custas, todos os dias, até à véspera das calendas de Julho, e tê-la em condições de uso, para as mulheres, desde o alvorecer até à sétima hora do dia e, para os homens,



desde a oitava hora até à segunda hora da noite, a juízo do procurador que estiver no comando das minas. Deverá encher de água, corretamente, as caldeiras de bronze até o topo da rã e fazê-la fluir para a banheira, tanto para as mulheres como para os homens. O arrendatário cobrará aos homens meio asse, cada um deles, e um asse a cada mulher. Excetuam-se os libertos e os escravos de César a serviço do procurador ou que dele recebam retribuição, bem como os impúberes e os soldados. O arrendatário, seu sócio ou agente, deve entregar íntegros o Banho e todas as instalações que lhe tiverem sido confiadas, quando terminar o prazo de arrendamento, excetuando-se o que se tiver deteriorado com o tempo. Deverá, a cada trinta dias, lavar, polir e untar, com gordura fresca e com cuidado, as caldeiras de cobre em uso. Se por motivo de força maior e por um tempo determinado, o Banho não puder ser convenientemente utilizado, dever-se-á conceder ao arrendatário uma indenização proporcional ao período de interdição. Excetuando-se este caso e se precisar fazer algo para o uso do Banho, não terá direito a indenização alguma. Não é permitido ao arrendatário vender lenha, a não ser que sejam ramos impróprios para a queima. Se fizer algo em desacordo com esta determinação, terá de pagar ao fisco cem sestércios por cada venda ilegal. Se a sala de banho não estiver em boas condições, então o procurador das minas poderá aplicar ao arrendatário uma multa, quantas vezes ocorrer de não estarem bem mantidas, até o valor de duzentos sestércios. O arrendatário sempre terá armazenada lenha suficiente para...dias.



Documentos militares da Bretanha romana

A partir dos aspectos teóricos esboçados (DURANTI, 2003, pp. 323-347, especialmente, páginas 332-333), pode estudar-se a elaboração de discursos como o castrense e propor uma tradução que tente dar conta da construção e negociação de identidade própria e específica. Para isso, apresento dois documentos epigráficos provenientes de Vindolanda, na Bretanha romana, acampamento militar ao norte da província romana. Representam bem a expressão latina militar de início do segundo século d.C. O latim vulgar, já há algumas décadas, como atestado pelas inscrições parietais pompeianas, apresentava características muito particulares, em clara direção às línguas românicas, tanto no vocabulário, como na sua sintaxe. O latim, contudo, além de manter-se como língua erudita, encontrou no exército romano a instituição mais propícia à propagação de uma língua de comunicação. O latim militar não se preocupava com o conhecimento literário, como era o caso do latim erudito, nem tampouco era uma língua materna. Devia servir como elemento de comunicação para o exército, como um idioma comum ou *koiné*. Tal língua aparece bem nas tabuinhas recolhidas aqui.

A primeira é uma *littera commendaticia*, ou carta de recomendação que retrata bem como a administração romana, de caráter militar, fundava-se em relações pessoais e, portanto, na recomendação, na concessão de um favor (*subscribere*, como aparece, tardiamente, em Tertuliano, Idol.13). A cidade de Luguualium (atual Carlisle) estava sob o comando de um militar (*centurio regionarius*), Ânio Equestre e, na carta, Cláudio Caro indica o amigo Brigônio, sem que, no entanto, mencione qualquer mérito do protegido. Como argumento, afirma que ficarão devedores, tanto o recomendante como o recomendado e deverão - está implícito - retribuir o favor concedido.

A segunda é uma carta de dois comandantes, Niger e Broco, ao colega estacionado em Vindolanda, Cereal. Niger parece ter sido *praefectus* em Bremetennacum e Broco em Briga, acampamentos distantes um do outro. Enquanto



na carta anterior o oficial superior era chamado de ‘senhor’ (*domine*), nesta, como são todos comandantes, usam ‘irmão’ (*frater*), para indicar o companheirismo dos militares e, ao final da carta, adicionam ‘senhor’ para indicar que, apesar de colegas, Cereal era o comandante de sua unidade (*dominus*). O tema a ser tratado no encontro de Cereal com o governador (*consularis*) não está explicitado, o que pode ser explicado pelo caráter sigiloso das conversas entre os militares, de modo a evitar que informações confidenciais pudessem chegar às mãos de outras pessoas, inclusive de potenciais inimigos. Qual o objetivo da carta, então? Trata-se do apoio político dos dois colegas à sua conversa com o governador, expresso nos votos conjuntos de rezarem pelo colega.

Flávio Cereal era prefeito da oitava coorte dos batavos, enquanto Cláudio Caro pode ser desconhecido ou ser identificado como Júlio (não Cláudio) Caro, mencionado em inscrição em Cirene como *ex prouvincia narbonensi, praefectus cohortis ii Asturum*. Brigônio é um nome celta (provavelmente, derivado da raiz *brig*, ‘colina’, ‘aldeia’, como em Conimbriga e, neste caso, o nome seria algo como ‘aldeão’). Ânio Equestre era *centurio legionarius* (esta é a mais antiga atestação deste cargo militar romano), originalmente na *legio IX Hispana*, que servia em Eburacum (York), tendo sido antes, com probabilidade, centurião auxiliar da *cohors viii Batauorum*. Níger parece ter sido *praefectus* em Bredientennacum, talvez no comando da *ala ii Asturum*. Broco, nome de possível origem itálica, deve ser C. Aelius Brocchus que dedicou um altar a Diana em Arrabona, na Panônia, quando era prefeito da cavalaria (CIL III 4360). Os comandantes são, portanto, homens que atuaram em diversas partes do império e, como era usual, no comando de tropas de variadas origens étnicas. Brigônio, por sua parte, parece ser um habitante local bem integrado ao exército romano. O latim utilizado, portanto, era a língua de comunicação militar, com o uso de jargão profissional (como a referência aos oficiais da mesma patente com o termo *frater*, ‘irmão’), de fórmulas de comunicação oficial militar estereotipadas (como *opto + inf.*, que se usa de praxe).



Como manter esse registro castrense e esse caráter de língua de comunicação do latim das cartas aqui apresentadas? Parece-me que convém manter uma linguagem portuguesa distanciada do cotidiano falado, com frases um tanto tortas ou empoladas (como ‘serei colocado como devedor’).

Carta de recomendação (Vin.Tab. 22, c. 100 d.C.)

Claudius Karus Ceriali suo salutem.

Brigonius petit a me, domine, ut eum tibi commendaret. Rogo ergo, domine, si quot a te petierit ut uelis ei subscribere. Annio Equestri centurioni regionario Luguualio rogo ut eum commendare digneris eius meoque nomine debetorem me tibi obligaturus. Opto te felicissimum bene ualere. Vale, frater.

Cláudio Caro para seu Cereal, saudações.

Brigônio pediu-me, senhor, que o recomendasse para ti. Peço, assim, senhor, que, se te pedir algo, dê a ele sua aprovação. Peço que o considere digno de recomendação a Ânio Equestre, centurião encarregado da região de Luguvalio e, desse modo, serei colocado como devedor em meu nome e em nome dele. Espero que estejas muito bem e em boa saúde. Saudações, irmão.



Saudação de um colega (Vin.Tab. 21, 103 d.C.)

Niger et Brocchus Ceriali suo salutem.

Optamus, frater, it quot acturus es felicissimum sit. Erit autem, quom et uotis nostris conueniat hoc pro te precari et tu sis dignissimus. Consulari nostro utique maturius occurres.

Optamus, frater domine, te bene ualere in honore esse.

Níger e Broco para seu Cereal, saudações.

Esperamos, irmão, que o que estás por fazer tenha o melhor êxito. Será, na verdade, pois está de acordo com nossos votos de rezar por ti e tu es o mais digno. Encontrarás nosso governador o quanto antes.

Esperamos, irmão e senhor, que estejas em boa saúde e bem quisto.

Conclusão

Os documentos latinos referem-se a realidades, ao mesmo tempo, próximas e distantes de nossa compreensão contemporânea. Por um lado, aspectos do asseio e da vida castrense parecem-nos assimiláveis à nossa experiência, mas, imediatamente, somos levados a todo um universo cultural diverso do nosso. A sociabilidade nos banhos ou as hierarquias embutidas nesses fragmentos mostram-se muito particulares e sem correspondência direta com nossas práticas e clivagens sociais. Um inventário das diferenças constitui esforço primeiro do estudioso do passado, preocupado, muitas vezes sem que se dê conta, com suas próprias realidades. Tornar óbvias as diferenças parece ser necessidade essencial para o estudioso de outros modos de vida.



Agradecimentos

Agradeço a Raoni Cordeiro, José Antônio Dabdab Trabulsi, João Batista Toledo Prado e Margareth Rago, assim como menciono o apoio institucional do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica Unicamp/CNPq, CNPq e FAPESP. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

Bibliografia

BLOCH, Raymond. L'Épigraphie Latine (col. "Que sais-je?" 534). Paris: PUF, 1952

D'ENCARNAÇÃO, José. Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis: Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

DURANTI, Alessandro. Language as culture in U.S. Anthropology. Current Anthropology. Merced, 44, 3, 2003.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. Le Présent dans le Passé, Autour de quelques Périclès du XXe. Siècle et de la possibilité d'une verité en Histoire. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011.



Espacio y tiempo ritual en la antigua Tebas. Consideraciones en torno a su representación (parte I)

M. Violeta Pereyra¹

“La forma de generar “frío” en las culturas, para así congelar cualquier cambio, es la conversión del tiempo ritual en ciclo”

(Assmann, 1995, 7)

RESUMO:

Este artículo indaga en las formas en que se expresó la temporalidad en las tumbas de la elite tebana del Reino Nuevo y sus relaciones con las expresiones de espacialidad. Las fórmulas adoptadas para su representación iconográfica en la necrópolis de Tebas Occidental se analizan desde las perspectivas de la memoria cultural y el arte, y enfocadas en las prácticas rituales. La iconografía conservada en la tumba de Neferhotep (TT49) constituye el material de análisis a partir del cual se sugiere una interpretación que atiende tanto a los diferentes tipos de temporalidades reconocidas como a sus nexos espaciales.

Palabra clave: Egipto, Tebas, necrópolis, iconografía, espacio, tiempo

ABSTRACT:

This paper inquires into the ways in which temporality was expressed in the tombs of the elite Theban New Kingdom, and its relations with the expressions of the spatiality. The formulas adopted for its iconographic representation in Western Thebes necropolis are analyzed from the perspectives of cultural memory and art, and focused on the ritual practices. The iconography preserved in the tomb of Neferhotep (TT49) is

¹ Doctora de la Universidad de Buenos Aires. Profesora Asociada de Historia Antigua I (Oriente); Directora del Proyecto “Espacios de interpretación en la necrópolis tebana” (Programación UBACyT 2010-2012), Instituto de Historia Antigua Oriental “Dr. A. Rosenvasser” de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires; Investigadora del CONICET.



the material from which analysis is suggested an interpretation that addresses both, the various types of temporalities recognized and their spatial connections.

Keyword: Egypt, Thebes, necropolis, iconography, space, time

1. Cuestiones introductorias

Referirse a la antigua Tebas implica abordar el universo funerario y ritual del que da cuenta la evidencia arqueológica y epigráfica preservada en los monumentos de ambas orillas del Nilo. Por consiguiente, su interpretación permite avanzar en la reconstrucción de las celebraciones de la necrópolis para comprender las prácticas rituales de una sociedad cuyo extraordinario legado ha sido intensamente investigado. No obstante, las innumerables cuestiones que aún permanecen abiertas justificaron la implementación un proyecto interdisciplinario² enfocado en la investigación del espacio tebano, del que forma parte este artículo. En estas páginas nos proponemos atender a algunas de ellas, sugeridas por el repertorio iconográfico de las tumbas de la elite del período del Reino Nuevo (1550-1070 a.C.), que revelan características distintivas respecto de otros períodos históricos.

2. Las escenas parietales de las tumbas tebanas de la elite del Reino Nuevo

Los relieves y pinturas murales que decoraron esos monumentos mortuorios documentaron la riqueza del estado y la posición alcanzada por sus propietarios en la sociedad, y en Tebas se remontan a las tumbas de la dinastía VI excavadas en la colina de el-Khokha (Saleh 1977).

Desde mediados del siglo XIX³ esas escenas fueron consideradas como una de las principales fuentes de información sobre la vida cotidiana y religiosa de los antiguos egipcios y en las últimas décadas los nuevos abordajes metodológicos pusieron

² En el proyecto mencionado en nota 1, que se lleva a cabo codirección con la Dra. Liliana M. Manzi y cuyo objeto es tanto el paisaje cultural construido en el oeste de Tebas y sus representaciones.

³ John Gardner Wilkinson (1797-1875).



enfáticamente de manifiesto la necesidad de trascender esa interpretación directa a través de la decodificación de los aspectos simbólicos que involucraban.

De acuerdo con ello, nos propusimos una indagación de los ritos atestiguados en el registro iconográfico de las monumentos funerarios de los funcionarios tebanos, atendiendo a la disposición espacial de las representaciones figurativas y de las inscripciones, a su articulación en el espacio sagrado de las tumbas y a los medios expresivos empleados para su ejecución.

En nuestro abordaje el espacio plástico es considerado como un recurso que puede dar cuenta de la puesta en escena de los rituales representados y, en consecuencia, tanto el plano bidimensional como las relaciones tridimensionales intra-sitio adquieren significación.

Asimismo, asumimos la necesidad de interpretar las fórmulas plásticas empleadas para expresar la temporalidad como componente esencial de la experiencia litúrgica, capaz de convertir el tiempo ritual en ciclo y así las prácticas del culto en ritos de control.

Conformada como una unidad espacial, la ‘tierra sagrada’, la necrópolis de Tebas occidental, se integró sin duda en un paisaje cultural construido en torno a la dinámica de las celebraciones anuales, cuyo significado procedía de los ritos vinculados al sistema mortuorio. Sin embargo, su configuración se llevó a cabo a lo largo de su historia en congruencia con el sistema social vigente en cada período y así, el calendario litúrgico tebano involucró en los diferentes eventos una secuencia de rituales que se realizaban en puntos específicamente determinados por las construcciones que jalonaban las vías procesionales. Los trayectos a recorrer, las detenciones para descanso y los templos visitados pueden reconocerse a partir de sus vestigios arqueológicos, en tanto que parte de las características de los eventos involucrados pueden esclarecerse por medio de las representaciones preservadas (Cabrol, 2001).



Aunque no conocidos con total precisión⁴, los itinerarios seguidos en las diversas celebraciones unían los templos ubicados en la ribera oriental del Nilo con los de millones de años de la ribera occidental y ponían de relieve el poder del estado, capaz de trascender lo mundano para movilizar la armónica dinámica del cosmos bajo la conducción del soberano. En la Bella Fiesta del Valle, la más importante de las festividades de la margen occidental de Tebas, el faraón reinante conducía la celebración anual, en la que se renovaba la vida de sus ocupantes -reales y privados-, y en la que el dios Amón visitaba el santuario de Hathor, Señora de la necrópolis y los templos de sus pares divinos. Las referencias escritas e iconográficas a esta fiesta son muy frecuentes en las tumbas tebanas de la elite (Porter y Moss, 1970, 472) y entre ellas la evidencia que provee la tumba de Neferhotep hijo de Neby⁵ constituye el foco de nuestra indagación. En su capilla se conserva el registro iconográfico más completo del gran templo de Amón (Karnak) hasta ahora conocido, además de una esquemática representación del santuario de Hathor de Deir el-Bahari (Davies, 1933, II, Pl. III y I, Pl. LIV), que hemos interpretado como una evocación de la Bella Fiesta del Valle (Pereyra, 2010).

Nuestro objetivo es contribuir a la comprensión de las fórmulas plásticas empleadas para representar en el plano bidimensional los eventos rituales que fueron llevados a cabo en forma efectiva en el curso de la celebración y que evocan a la vez un tiempo y espacio de naturaleza mítica, con énfasis en las expresiones iconográficas que expresaron la temporalidad en sentido amplio.

3. Consideraciones teóricas y metodológicas

El eje de nuestro planteo surge del programa decorativo de la mencionada tumba de Neferhotep, cuya estructura corresponde al tipo VIb de Kampp (1996, 13), con un vestíbulo transversal y una capilla de culto con cuatro pilares (Davies, 1933, I, Pl. VI) que siguen una orientación axial este-oeste. Las formas de aproximación

⁴ Los itinerarios debieron variar en los sucesivos reinados.

⁵ Identificada como tumba tebana n° 49 [TT49].



elegidas para abordar nuestros materiales figurativos derivan de variadas disciplinas que se han interesado por el antiguo Egipto en general y su ámbito funerario en particular.

Hace varios lustros, Assmann (1995, 6) propuso un abordaje de la civilización faraónica desde una perspectiva cultural, en la que Egipto se presentaba como una forma cerrada enmarcada en un espacio y tiempo definidos y cuya historia podía indagarse como forma que constituía una función del tiempo cultural. Este abordaje nos interesa en especial, porque nuestra investigación se integra en una concepción del paisaje tebano precisamente como una construcción socio-cultural, producto de una época en un espacio determinado.

El tiempo físico, igual que el espacio, es una dimensión susceptible de ser medida como período de duración, a diferencia del tiempo cultural que debe ser interpretado, por ser una construcción social en la que tiempo y sentido se aúnan (Assmann, 1995, 6). También destacamos que en tanto las culturas se desarrollan en los tiempos culturales que ellas interpretan y construyen -y que de este modo ellas mismas producen-, podemos asumir que el tiempo cultural sólo existe como pluralidad de constructos temporales significativos. En consecuencia, la interpretación de los rituales que nos proponemos requerirá de una decodificación de las escenas representadas en los monumentos funerarios de la antigua Tebas, en la que la temporalidad real constituye un componente clave en tanto productor cultural dinámico.

En su análisis, el Assmann retoma la categoría analítica de ‘cronotopo’ de Mijail Bajtin⁶, cuyas dos variedades más conocidas, tiempo cíclico y tiempo lineal, fueron distinguidas por Eliade (1994 [1951]) y sirvieron de base a Lévi-Strauss (1964) para diferenciar entre sociedades “frías” y “calientes”.

Nuestra preocupación por interpretar el sentido de la decoración parietal de TT49 requiere de una reconstrucción de los rituales desarrollados en la necrópolis tebana, lo que hace insoslayable la consideración de la forma en que la temporalidad

⁶ De acuerdo a la cual espacio y tiempo son insolubles, y expresa la conexión esencial de las relaciones temporales y espaciales que pueden reconocerse en la producción cultural.



fue expresada en el registro epigráfico funerario del Reino Nuevo egipcio. Pero también es necesario considerar que además del carácter individual de los enterramientos, el mantenimiento del culto funerario representó una práctica social de carácter estatal, lo mismo que las festividades anuales, que regularmente renovaban la vida de la necrópolis bajo la conducción del soberano.

4. Las celebraciones de la necrópolis

En Tebas occidental se combinaron dos tipos diferentes de ritos: los fúnebres, que se proponían conjurar el tiempo lineal que representaba la vida⁷ y cuya dimensión temporal era irreversible, con otros que podemos identificar como prácticas de control social. Y así, mientras que los primeros se proyectaban del pasado hacia el presente y operaban sobre la diacronía, los segundos forzaban a la acción sincrónica de la sociedad en las grandes festividades del estado. La Bella Fiesta del Valle (Foucart, 1924; Schott, 1953) puede clasificarse dentro de este tipo de celebración, cuya periodicidad renovaba el ‘buen entierro’, obtenido por los miembros de la elite en un momento de su historia funcional.

La concurrencia de tiempos míticos e históricos, en un espacio sagrado construido a partir de las relaciones mundanas de carácter socio-político se encuentra en el centro de nuestro actual interés y conjuga una compleja red de prestaciones y servicios mutuos entre el estado y sus funcionarios. Los mitos vinculados al Más Allá habrían servido para sostener el sistema social y pueden identificarse como motores esenciales de los cambios a través del proceso histórico del antiguo Egipto. Las variaciones que con facilidad reconocemos en los diferentes períodos guardan correspondencia con ello, en tanto que las nociones de temporalidad que podemos reconocer en las inscripciones aparecen con un sentido casi invariable.

¿Cómo abordar entonces el problema del tiempo como componente inherente al ritual? Una vía es la que ofrecen las propias representaciones, dispuestas en

⁷ Y que tenía la muerte como término final.



secuencias y articuladas con otras series por nexos topográficos cuyo significado no siempre es evidente.

Por ello es que nos interesan los resultados alcanzados por los estudiosos del arte egipcio⁸, que han procurado interpretar los temas y formas de expresión empleados en la ejecución de las pinturas murales y los relieves que decoran los monumentos funerarios del Reino Nuevo, enfocándonos en particular en aquellos que han considerado la variable temporal en sus planteos.

El gradual reconocimiento de la importancia y complejidad del lenguaje empleado en el ámbito funerario para comprender la realidad ha cambiado en las últimas décadas y esta situación condujo a una notable renovación tanto en el enfoque como en el abordaje metodológico.

En el caso de los materiales procedentes de las tumbas tebanas de los funcionarios se requiere pues comprender la naturaleza compleja del lenguaje plasmado en sus muros. Escenas e inscripciones se articularon en ellos para configurar una forma de representación de la realidad en la cual palabras y figuras jugaron roles tan intrínsecamente integrados como indisolubles. Los mensajes así creados constituyen nuestra fuente primaria y su decodificación nuestro objetivo.

La complejidad de tal lenguaje implica en primer lugar la tridimensionalidad del mensaje, cuyo soporte puede ser desde un artefacto decorado con iconografía o que porta una inscripción, un papiro funerario, una tumba o incluso un templo. Por lo tanto, una cuestión que subyace a nuestro planteo es la necesidad de considerar de manera integral cada monumento como una unidad de sentido en los términos planteados por Tefnin (1984, 55-59).

La noción del 'tiempo' en la lengua y el arte egipcio

⁸ Por convención aceptamos designar como 'arte egipcio' las pinturas y relieves que decoraban los monumentos funerarios. No obstante, nos interesa señalar que en nuestra opinión se trata más precisamente de un complejo lenguaje tridimensional que integraba estatuaria, pintura y escultura parietal en una estructura arquitectónica cuyo carácter unívoco era el de un conjuro, es decir que era utilitario.



No obstante los importantes resultados alcanzados por diferentes investigadores, todavía se revela una fuerte tendencia a analizar el arte funerario egipcio en forma segmentada y a hacer un uso de esos materiales como fuentes cuya lectura directa las hace aptas para la interpretación histórica.

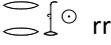
Gaballa sostuvo que en el arte egipcio era posible reconocer la elaboración de verdaderos relatos, como por ejemplo en la tumba de Neferhotep la secuencia que recuerda su exaltación y recompensa por el rey (1976, 92-93). Para el autor se trata de la descripción de eventos particulares, llevados a cabo en un tiempo y lugar determinados. Esta opinión fue ampliamente aceptada y ha sido reafirmada por Kadish (2001, 408) entre otros, señalando que con frecuencia los egipcios retrataron sucesos en una serie de viñetas ordenadas en secuencias, ilustrando los textos que ellas acompañaban. Este autor asume además, igual que en su momento lo hiciera Groeneberg-Frankfort (1987, 36), que las escenas de las tumbas están desprovistas de materiales biográficos, los que conservaron en cambio las inscripciones⁹.

Una reciente argumentación en esta dirección es la de Lashien (2011, 112), para quien la decoración de las tumbas del Reino Antiguo retrata situaciones particulares e incluso incidentes, y muestra el uso de un método para representar el progreso de la acción en el tiempo¹⁰ y, ocasionalmente, en el espacio.

Una primera cuestión a plantear es la carencia en la lengua egipcia de una palabra que exprese un concepto capaz de definir la temporalidad como una entidad de carácter absoluto. Por el contrario, podemos identificar una serie de vocablos que representan diferentes períodos de la duración¹¹ y dos que en forma conjunta

⁹ Gaballa considera que las escenas funerarias estaban estandarizadas, no obstante lo cual eran adaptadas ('actualizadas') por el artista para cada propietario (1976: 2-3).

¹⁰ Por la repetición de un personaje o un objeto, por ejemplo. En la representación de los viajes se revela los dispositivos artísticos adoptados para mostrar la acción en el tiempo y el espacio (Lashien, 2011, 112). En TT49, en cambio, los movimientos de los hombres y mujeres que plañen sobre las barcas está indicado por la posición en secuencia adoptada por cada integrante de un mismo grupo (Davies, 1933, I, Pls. XXII-XXIII).

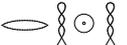
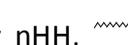
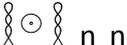
¹¹ Otras formas de expresar la noción "tiempo" como la categoría de la duración con sentido mundano en lengua egipcia son  At "momento", "instante", "tiempo" (Sánchez, 2000, 68);  aHaw "tiempo", "período", "tiempo de vida" (Sánchez, 2000, 126);  nw "tiempo" (Sánchez, 2000, 231);  rr "tiempo" (Sánchez, 2000, 266);  rk "tiempo", "época" (Sánchez, 2000, 268);



expresan la totalidad de la temporalidad como unidad de naturaleza doble: ¹²

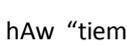
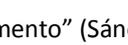
nHH y  Dt, que traducimos en el primer caso por “eternidad” (Sánchez 2000, 244) y en el segundo por “perpetuo”, “perdurabilidad” (Sánchez 2000, 502).

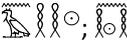
Ambos vocablos fueron intensamente discutidos¹³ y constituyen una cuestión que aún está abierta. Pueden cumplir la función del adverbio de tiempo correspondiente, en cuyo caso los dos pueden traducirse como “eternamente” y el segundo también por “siempre”. Como formas circunstanciales nHH y Dt pueden combinarse entre sí  para reforzar el concepto de lo eterno que abarca el tiempo total.

Asimismo, ambos vocablos pueden también formar parte de diferentes frases adverbiales:  r nHH,  n nHH y  xr nHH, que se traducen respectivamente por “eternamente”, “para siempre”, “para la eternidad” (Faulkner 1976, 137; Sánchez 2000, 244), igual que  n Dt “eternamente”. Otras

expresiones relacionadas, como  Dt Dt;  n Dt Dt “for ever” (Faulkner, 1976, 317) y , , , ,  “for ever and ever” y  imt nHH (Faulkner 1976, 137) expresan de manera enfática el concepto de lo eterno, del tiempo infinito, de la duración.

Esta amplia gama de expresiones ponen de relieve la idea egipcia de la continuidad renovada de la duración, tal como lo señalara Bakir (1960, 253), carente de las delimitaciones propias de nuestro llamado tiempo, que puede ser presente, futuro o pasado. El autor también señala el punto de inflexión representado por el nacimiento, renovado en forma periódica en el universo natural, con la inundación y la

 hAw “tiempo” (Sánchez, 2000, 276);  sp “tiempo”, “ocasión” (Sánchez, 2000, 364);  tri “tiempo”, “momento” (Sánchez, 2000, 471).

¹² Variantes: ;  (Faulkner 1976, 137).

¹³ A partir de la comunicación de Bakir (1953: 110-111).



emergencia del sol por ejemplo. Pero es claro que nHH y Dt constituyen expresiones de una temporalidad infinita de naturaleza específica y que no pueden considerarse sinónimos.

Los diferentes géneros de uno y otro vocablo -nHH masculino y Dt. femenino- dan indicio de su parcialidad y sólo entre ambos es posible completar la noción de totalidad de su categoría ontológica. Su uso en las inscripciones ha mostrado además que implican una idea de continuidad, uno siguiendo al otro, como el tiempo de la oscuridad llega después del día (Bakir, 1960, 253-254).

Más allá de sus respectivas asociaciones con Ra como ‘Señor de nHH’ y de Osiris como ‘Señor de Dt’, esos epítetos en ocasiones varían y así Osiris puede presentarse como ‘Señor de nHH’, lo que permitió que durante la dinastía 18 fuera posible concebir a Osiris como sol nocturno, émulo de Ra en la oscuridad del Inframundo, y que entre ambos conformaran una totalidad sin solución de continuidad en su dinámica circular.

En cuanto a los signos empleados como determinativos en uno y otro vocablo creemos que ellos son igualmente informativos de su semántica, el sol para nHH y la tierra para Dt.

Estas nociones de tiempo que registran los monumentos de la necrópolis, aluden a los significados míticos de la existencia, lo mismo que un tercer vocablo que en lengua egipcia se empleó para designar al tiempo es  pAwt(y), “tiempo primordial”, “comienzo de un tiempo” y con igual sentido el compuesto pAwt tpt (Sánchez, 2000, 176). En este caso, el fundamento mítico de ambas expresiones revela su sentido unívoco.

Desde otra perspectiva, también se reconoce la imposibilidad de delimitar conceptualmente el tiempo diferenciándolo del espacio. Las construcciones disponibles en la lengua egipcia antigua para expresar la temporalidad, son en realidad extensiones semánticas de expresiones espaciales (Zamacona 2010: 15).

Respecto de la representación iconográfica del tiempo, la dificultad para graficar un concepto tan abstracto y complejo llevó a la creación de una imagería fantástica (como la serpiente Metuy), capaz de contener los diferentes aspectos del concepto de



tiempo en un sistema simbólico aplicable al dominio divino y, de ahí, al tiempo eterno (Bochi, 1994, 59).

Al plantearse las posibilidades de interpretar el elemento temporal en el arte egipcio, Gaballa (1976, 5) señaló que era un factor abstracto que se lograba expresar de dos formas: por medio de una inscripción asociada a la representación para significar el tiempo del evento descrito, o a través de otros elementos de la representación. En el primer caso se trataba de un elemento extrínseco a la representación, mientras que en el segundo era implícito y podía ser percibido; ambas formas eran por otra parte frecuentemente empleadas en una misma representación.

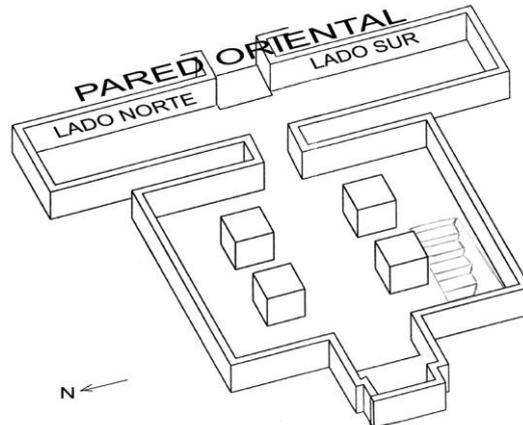
Bochi, por su parte, discute el problema y el tratamiento que ha recibido en el transcurso de las últimas décadas, y distingue entre las “imágenes de tiempo” de las representaciones figurativas de eventos con variados grados de significación que denomina “imágenes referidas al tiempo” (1994, 62), poniendo de relieve esas diferencias.

5. Tiempos y lugares en la tumba de Neferhotep

A partir de lo antes considerado proponemos analizar dos temas desarrollados iconográficamente en la tumba de Neferhotep. El primero es la procesión funeraria, que ocupa el registro superior de los dos lados de la pared oriental del vestíbulo (Figura 1); el segundo la representación del gran templo de Amón y sus dominios, dispuesta en la pared norte de la capilla de culto y cuyo término complementario se encuentra en la pared norte del nicho de las estatuas (Figura 4).



Figura 1. La procesión funeraria de Neferhotep (pared oriental del vestíbulo, lados norte y sur)



Las secuencias de la procesión funeraria que se encuentran del lado norte de la pared este muestran (a la izquierda) el cruce del Nilo por las barcas, el arribo a la margen occidental del río y los ritos frente a la tumba (a la derecha) (Figura 2).

Figura 2. El cruce del río, el desembarco y los ritos frente a la tumba (pared este, lado norte del vestíbulo)



Los eventos se desarrollan de norte a sur, para continuar del lado sur de la pared, en la que se registraron el traslado del sarcófago hasta la tumba, en la que Neferhotep es recibido por la diosa de Occidente (Figura 3).

Figura 3. La procesión terrestre y la recepción en la tumba (pared este, lado sur del vestíbulo)





En ambas secuencias la orientación general de las figuras del registro es hacia el sur. No obstante, es interesante notar que del lado norte los acontecimientos que ocurrieron en primer lugar –el cruce del río- se ubicaron en el extremo norte (a la derecha de la figura), siendo precedidos por el desplazamiento del cortejo por tierra, que debió producirse después. Del lado sur, la expresión del tiempo de ejecución de los hechos se alteró, de manera similar, para mostrar el arrastre del sarcófago (hacia la izquierda) y el avance hacia la tumba, pero también la llegada e ingreso de Neferhotep a ésta. Los momentos de inicio y final ocuparon así los extremos de la pared, marcando la unidad del proceso a través de su localización, en tanto que la orientación y dirección general de las escenas se corresponde con la ubicación de la estela falsa puerta en la pared sur del vestíbulo y el acceso a la cámara funeraria sobre ese mismo lado del monumento.

Desde el punto de vista fáctico, los episodios del registro superior corresponden a un momento posterior a los que se ilustran en los registros medio e inferior: del lado norte la preparación del equipo funerario y del lado sur las celebraciones del enterramiento en el patio de la tumba.

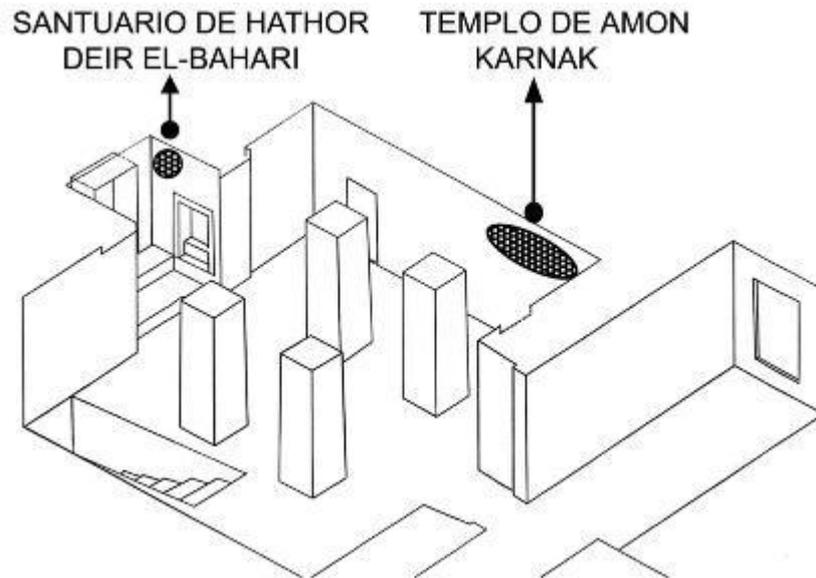
El orden de las dos secuencias parece adecuarse más a un concepto general de movimiento de la procesión hacia el destino final de la momia de Neferhotep, la cámara funeraria, que a mostrar la sucesión de los acontecimientos en un espacio y tiempo ‘reales’. Se evocaba así el desplazamiento del sol en su recorrido diario, siempre renovado de acuerdo al mito, al que el difunto aspiraba a sumarse.

En el segundo caso, identificamos una clara correspondencia entre la presencia de estructuras arquitectónicas por las que se evoca la realización de rituales y los espacios físicos en los que éstos se llevaban a cabo (Pereyra, 2010, 30-33). Una secuencia, sugerida por la organización de las escenas representadas a lo largo del lado norte de la capilla de Neferhotep, fue identificada como una evocación de la celebración de la Bella Fiesta del Valle a partir de la presencia del gran templo de Amón de Karnak y del santuario de Hathor de Deir el Bahari respectivamente en el extremo oeste de la pared



norte de la capilla y en el extremo este de la pared norte del nicho de las estatuas.
(Figura 4)

Figura 4. En santuario de Hathor y el gran templo de Karnak en TT49 (lado norte de la capilla de culto)



La inclusión de los dos centros de culto más importantes involucrados en la fiesta se dispuso en correspondencia con la localización real de ambos santuarios en el paisaje de la necrópolis y en la estructura de las escenas se indicaron -a través de las subescenas representadas- diferentes temporalidades. La primera resulta de la propia presencia del tema en la decoración, que actualiza su función mítica; la segunda indica una secuencia de rituales que se desarrollaron 1) en el interior del templo de Amón, un sacerdote le entrega el ramo de vida a Neferhotep; 2) en el jardín del templo, frente al pylon Neferhotep entrega el ramo a su esposa; y 3) presentación de ofrendas ante la estatua de Hathor, que como vaca surge de la montaña en su santuario. Incluso sería posible apelar a la representación del embarcadero de Karnak para mostrar que los eventos ocurren en ambas orillas del Nilo.

Asimismo, en nuestro estudio de la representación del palacio en la tumba de Neferhotep (Pereyra, en prensa, 871-883) señalamos sus relaciones con otras



estructuras arquitectónicas también presentes en el registro iconográfico del monumento y con otros edificios de Tebas, concluyendo que las correspondencias existentes se fundaban en el sentido sagrado y ceremonial de la ciudad, como centro ritual y de exaltación de la dinastía reinante, pero también en razón de la naturaleza igualmente sacra de las tumbas.

Ponderamos allí el sentido mágico de la decoración mural, apta para actualizar los rituales evocados, que debieron representar los itinerarios de las celebraciones a través de la orientación y articulación espacial de las escenas.

Y para concluir, la escena de la recompensa de Neferhotep por el rey desde la ventana del palacio –como émulo de Ra- y la presentación del funcionario ante Osiris entronizado en su kiosco -como su manifestación nocturna- se desarrollaron en la pared oeste del vestíbulo y enfrentan a sendas representaciones de la procesión funeraria.

Estas dos escenas que ocupan los puntos focales del vestíbulo de TT49 expresan la totalidad de la temporalidad en la que se desarrolla la ‘vida’ de Neferhotep transfigurado: la eternidad de Ra (nHH) y la de Osiris (Dt), como uno que fue recompensado por el rey y justificado por el tribunal de los dioses.

Ambas escenas remiten además a dos diferentes tipos de tiempo. En tanto que la de la recompensa evoca la vida mundana del funcionario y su lealtad en la prestación del servicio al estado, que es retribuida con ‘el oro¹⁴ de la eternidad’; la presentación ante Osiris, en cambio, evoca la vindicación de Neferhotep y su póstuma integración social junto a la corporación divina, eterna por su propia naturaleza..

Esta dinámica de indicación de tiempos y espacios para marcar procesos ha sido ya señalada en la literatura por Pérez-Accino (2011, 177-194), en su estudio de la estructura del Cuento de Sinuhe, en el cual ha reconocido la presencia de indicadores

¹⁴ Representado por los collares *shebyw* que Neferhotep recibe de manos del rey -quien asoma desde la ventana de aparición del palacio- y su esposa Merytra de la reina -en equivalente posición desde otras dependencias palatinas (Davies, 1933, I, Pls. IX y XIV).



de cortes temporales y espaciales que enmarcan formas de comportamiento pero que cargan también con claros simbolismos funerarios¹⁵.

Creemos haber mostrado que la fórmulas para representar la temporalidad en las pinturas murales que hemos analizado no se ajustaron a otros requerimientos fuera de los imperativos para construir su mensaje para conjurarla muerte. La selección de temática, ya sea el enterramiento, la recompensa o la Bella Fiesta del Valle son indicativos de la propia necesidad del propietario de la tumba de percibirse como parte del conjunto social que comparte una misma memoria y participa de los mismos rituales.

Bibliografía

ANTONOVA, Clemena. *Space, Time, and Presence in the Icon. Seeing the World with the Eyes of God*. Surrey, Ashgate, 2010

ASSMANN, Jan. *Egipto a la luz de una teoría pluralista de la cultura*. Madrid, Akal, 1995.

ASSMANN, Jan. *Religión y memoria cultural. Diez Estudios*. Buenos Aires Lilmod, 2008.

BAJTIN, Mijail. *Las formas del tiempo y del cronotopo en la novela. Ensayos sobre Poética Histórica*. En: BAJTIN, Mijail. *Teoría y estética de la novela*. Madrid, Taurus, 1989.

BAKIR, Abdel Mohsen. *NHH and Dt Reconsidered*. En *Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 39, pp. 110-111, London, 1953.

BAKIR, Abdel Mohsen. *A Further Re-appraisal of the Terms nHH and Dt*. En *Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 60, pp. 252-254, London, 1974.

BOCHI, Patricia A. *Images of Time in Ancient Egyptian Art*. *Journal of the American Research Center in Egypt*. San Antonio, vol. XXXI, pp. 55-62, 1994.

CABROL, Agnés. *Les voies processionnelles de Thèbes*. *Orientalia. Lovaniensia Analecta* 97. Leuven, Peeters, 2001.

¹⁵ En su estudio Pérez-Accino identifica un modelo circular en el que se articularon las decisiones del héroe y su valoración por referencia a su lealtad hacia el soberano egipcio ().



DAVIES, Norman de Garis. *The Tomb of Neferhotep at Thebes*. New York, Metropolitan Museum, 1933.

ELIADE, Mircea. *El mito del eterno retorno*. Barcelona, Altaya, 1994 [1951].

FOUCART, Georges. 1924. *Études thébaines. La belle fête de la vallée*. BIFAO . Le Caire, vol. 24.

GABALLA, Ali G. *Narrative in Egyptian Art*. Mainz am Rheim, von Zabern, 1976.

GROENEWEGEN-FRANKFORT, Henrietta A. *Arrest and Movement. Space and Time in the Art of the Ancient Near East*. Cambridge – London – Harvard, 1987.

HAENY, Gerhard. *New Kingdom 'Mortuary Temples' and 'Mansions of Millions of Years'*. En SHAFER, Byron E. (ed.), *Temples of Ancient Egypt*. Ithaca, Cornell University Press, 1997, pp. 86-126.

KADISH, Gerald E. *Time*, pp. 405-409. En REDFORD, Donald (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Cairo, The American University in Cairo Press, 2001, vol. 3, pp. 405-409.

KAMPP, Friederike. 1996. *Die Thebanische Nekropole zum wandel des Grabgedankens von der XVIII. bis zur XX. Dynastie*. 2 vols. Theben 13. Mainz am Rhein.

KINNEY, Lesley J. *Dancing on a Time Line. Visually Communicating the passage of Time in Ancient Egyptian Wall Art*. Bulletin of the Australian Centre for Egyptology. Sydney, vol. 18, 2007, pp. 149-160.

LASHIEN, Miral. *Narrative in Old Kingdom Wall Scenes: The Progress Through Space and Time*, BACE. Sydney, vol. 22, pp. 101-114.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *El pensamiento salvaje*. Breviarios, 173. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.

PEREYRA, M. Violeta. *The Great Temple of Amen in the Epigraphic Record of Neferhotep's Tomb-Chapel*, Kmt. Sebastopol, vol. 21, n. 3, pp. 30-33. Fall 2010.

PEREYRA, M. Violeta. *El palacio real en el umbral del Más Allá*. En: Actas del IVº Congreso Ibérico de Egiptología. Lisboa, 13-17 de Setembro de 2010. Lisboa, Universidad de Lisboa, en prensa, pp. 871-883.

PÉREZ-ACCINO, José-Ramón. *Text as Territory: Mapping Sinuhe's shifting Loyalties*. En



HAGEN, Fredrik; JOHNSTON, John; MONKHOUSE, Wendy; PIQUETTE, Kathryn, TAIT, John y WORTHINGTON, Martin. *Narratives of Egypt and the Near East. Literary and Linguistic Approaches*. Leuven - Paris - Walpole, Peeters, 177-194, 2011.

PORTER, Berta; MOSS, Rosalind 1970² [1960]. *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic Texts, Reliefs, and Paintings. I. The Theban Necropolis, Part 1. Private Tombs*. Oxford: Griffith Institute.

SALEH, Mohamed. 1977. *Three Old-Kingdom Tombs at Thebes: I. The Tomb of Unas-Ankh n° 413; II. The Tomb of Khenty n° 405; III. The Tomb of Ihy n° 186*. *Archaeologische Veröffentlichungen (Deutsches Archäologisches Institut. Abteilung Kairo)*, 14. Mainz am Rhein: von Zabern.

SCHOTT, Siegfried. 1953. *Das schöne Fest vom Wüstentale: Festbräuche einer Totenstadt*. *Abhandlungen der geistes - Sozialwissenschaftlichen Klasse 11, Jahrg 1952*. Wiesbaden: Akademie der Wissenschaften und der Literatur in Mainz.

TEFNIN, Roland. *Discours et iconicité dans l'art égyptien*. *Göttinger Miscellen Göttingen*, vol. 79, pp. 55-59, 1984.

ZAMACONA, Carlos Gracia. *Space, Time and Abstract Relations in the Coffin Texts*, *ZÄS, Ciudad*, vol. 137, n° 1, 2010, pp. 13-26.



O Desmanche de uma tradição: Reformas urbanas e herança medieval no Rio de Janeiro de fins do XIX

Leonardo Soares dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho procura evidenciar como as reformas urbanas desencadeadas no Rio desde a 1850 até as primeiras décadas do século XX atuaram na desarticulação e extinção de um importante acervo de marcos e símbolos da paisagem da cidade. A qual está ligada a uma tradição urbana medieval. Neste trabalho o enfoque recairá prioritariamente sobre o papel do governo Pereira Passos e o seu amplo conjunto de obras, financiados simultaneamente pela municipalidade e pelo governo federal durante a gestão de Rodrigues Alves.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro – Reformas Urbanas – Pereira Passos – Urbanismo Medieval – Espaço.

ABSTRACT

This work intent to show how urban reforms realized in Rio since 1850 to early decades of 20th century helpened to dislocate and to extinguish an important collection of marks and symbols of Rio de Janeiro downtown landscape. That was related to urban tradition medieval. In this text the primordial focus treat about the role of Pereira Passos government and your broad set of works, simultaneously supported by municipality and federal government during Rodrigues Alves administration.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, professor adjunto do curso de Ciências Sociais do ESR/UFF e pesquisador do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (NEHMAAT). E-mail: leossga@gmail.com



KEYWORDS: Rio de Janeiro – Urban Reforms – Pereira Passos – Urbanismo Medieval – Space.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada, concebida e construída sob parâmetros medievais, tendo Lisboa como principal referência (GLEZER, 2007).² Isso teve certamente reflexos na maneira como era pensada a questão da coexistência de usos urbanos e rurais no espaço da cidade. A qual como já observou Le Goff, referindo-se ao contexto da Idade Média, era basicamente estimulada e vista como salutar para o seu desenvolvimento.³ Tal relação também teria importantes implicações no plano do ordenamento e nomeação das ruas da cidade e sobre a própria organização de seu território.

Por incrível que possa parecer, ao raiar do século XX, as picaretas demolidoras acionadas pelas administrações republicanas com o intuito de transformar a paisagem urbana do Rio de Janeiro teriam ainda que lidar com um rico legado urbanístico cuja matriz remontava ao urbanismo medieval português.

² É significativo a esse respeito a concessão pela Coroa portuguesa de “privilégios” aos “cidadãos e moradores” da cidade do Rio. Importante em termos políticos, pelo fato que os igualava aos cidadãos do Porto, como também por demonstrar a consagração de um claro princípio medieval, no qual a relação entre súditos e soberanos eram mediados pela instituição de privilégios e concessões de direitos:

“Pelo alvará de 10 de fevereiro, concedeu o rei, depois de ouvido o procurador da Coroa, e atendendo às solicitações que lhe apresentara a Câmara, aos cidadãos e moradores do Rio de Janeiro o uso e gozo 'das honras, privilégios e liberdades de que gozam os cidadãos da cidade do Porto'.

Essas prerrogativas, concedidas aos *homens bons* do Porto, em 1490, por D. João II, compreendiam o gozo do fôro dos nobres ou infanções; a isenção da tortura, exceto nos casos em que se pudesse aplicar aos fidalgos; o direito ao porte de armas defensivas e ofensivas, tanto de dia como de noite; o não ficarem sujeitos a dar aposentadorias ou bestas de sela, a não ser por sua livre vontade; a isenção dos serviços de terra e mar para a gente empregada nos serviços de suas herdades; e alguns outros, entre os quais os que se referiam a particularidades do vestuário. “Deve-se, entretanto, registrar que nem sempre o arbítrio e prepotência das autoridades reais respeitou semelhantes prerrogativas”, comenta Vivaldo Coaracy (1965, 111).

³ Moses Finley (1984, 37) vai mais longe, melhor dizendo, acaba se deparando com tal perspectiva (integração entre usos urbanos e rurais) no contexto das cidades da Grécia Antiga, sob a hegemonia de Atenas. Tamanho seria essa tal integração que o historiador inglês defende que a cidade e o campo constituíam uma unidade, “não como variáveis distintas em competição ou conflito, real ou potencial. Inclusive os agricultores que viviam fora da cidade, estavam integralmente na *polis*.”



O mundo das ruas no Rio colonial

O peso e a influência do universo rural sobre a cidade do Rio de Janeiro foi historicamente considerável. Tão significativo para a sua conformação social e econômica ao longo do tempo que ainda hoje é possível testificar sobre boa parte desse legado. A toponímica das várias zonas da cidade nos fornece um rico acervo. A força do rural se apresenta tanto em localidades cujos nomes fazem referência a aspectos eminentemente rurais: Campo Grande, Campinho, Rocinha, Laranjeiras, Mangueira, Caju, Morro dos Cabritos, Curral Falso, Anil, Bananal, Dendê, Pitangueiras, Caroba, Morro do Salgueiro; como nas denominações que fazem alusão às grandes propriedades (fazendas) da qual se originaram – e que são mais recorrentes quanto mais nos aproximamos da Zona Oeste: Jardim Piaí (Sepetiba), Cantagalo (Campo Grande), Caxamorra (Guaratiba), Realengo, Engenho Novo, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Fazenda Botafogo, Vale do Curtume, Fazenda Coqueiro, Serra do Lameirão, Fazenda da Bica, Campo do Peixoto, Campo do Engenho de Fora, Serra do Viegas. E não esqueçamos o fato de que a hoje Tijuca fora por quase três séculos chamada de Engenho Velho. Por outro lado, encontramos alusões diretas aos próprios grandes proprietários – eis os casos de (Lourenço) Madureira, Leblon (de [Charles Le Blond](#)), Meiór (de [Augusto Duque Estrada Meyer](#)), (Barão da) Taquara, Botafogo (apelido do fazendeiro João Pereira de Sousa, já que fora chefe de artilharia do galeão de mesmo nome), Vitor Dumas e talvez o mais curioso exemplo: a Praça Seca, que seria uma corruptela de Visconde de Asseca, cujas terras iam ao que hoje conhecemos como Barra da Tijuca. Os nomes, como todos sabemos, têm uma história. E isso por dois motivos. O nome tem uma história, já que possui uma origem, uma data de nascimento. Mas ele também a tem porque foi criado numa época determinada, numa conjuntura precisa. E no caso de uma toponímica, o nome pode indicar elementos preciosos do contexto histórico no qual ela foi gerada. E tantos nomes referentes a



elementos de uma dinâmica rural demonstram o quanto o conjunto das experiências sociais da cidade era atravessado por aspectos do universo agrário.⁴

Ainda poderíamos citar alguns logradouros cujos nomes não mais existem, casos de Mata-Porcos (Estácio) e Mata-Cavalos (Riachuelo), mas que foram imortalizados por alguns romances de Machado de Assis, que por diversas vezes os utilizou para ambientar as trajetórias de seus Bentinhos, Conselheiros Acácios, Brás Cubas...

Analisando o contexto urbano medieval português, Amélia Andrade nota que a intensa relação entre usos urbano e rural no espaço da cidade, principalmente na zona dos arrabaldes, era recorrentemente captada pela toponímia das ruas:

Os nomes pelos quais eram conhecidos os arrabaldes medievais de Guimarães, constituem um exemplo particularmente feliz. Aí coexistiam os que sugeriam a presença do campo, tais como *Vale Melhorado*, *Trigais*, *Hortas do Prior*, *Ramada*, *Toural* com o que especificava o local reservado ao periódico exercício das actividades mercantis: o arrabalde do *Campo da Feira* (ANDRADE, 2003, 18).

Não apenas as atividades rurais deixavam sua assinatura na toponímia. Ao contrário de hoje, em que “a toponímia atual tende, cada vez mais, a ser uma simples convenção, pois resultou de cíclicas ondas comemorativas que espalharam [...] nomes e datas que o correr do tempo tem esvaziado de sentido”, nos tempos medievais o nome dado a uma via partia de elementos concretos do cotidiano:

A identificação de uma artéria ou de um espaço aberto partia do concreto e resultava, antes de mais, de uma apreensão visual que incluía a disposição das construções, os materiais utilizados, a existência de elementos decorativos, as atividades econômicas dominantes e que se completava com a percepção de ruídos e cheiros característicos. O nome assim resultava assim óbvio,

⁴ Sobre esse tema, Amélia Andrade tece importantes considerações sobre o caso luso: “Mas o mundo urbano, apesar de subestimar institucionalmente a área rural envolvente, não deixava de depender fortemente dela. Com efeito, aí se ia buscar água, lenha, pedra, barro e areia. Entre o arvoredo das matas próximas ou nos vinhedos e ferragiais mais característicos do Sul do país apanhava-se caça miúda que trazia variedade à dieta alimentar. E aproveitava-se a força das águas dos rios e ribeiras para fazer mover os engenhos de moinhos e azenhas, obtendo assim as farinhas para fabrico do pão ou fios que se utilizavam nos teares. Aí se situavam também as parcelas agrícolas que uns compravam por vaidade e ostentação e, outros, exploravam para assim completarem os rendimentos provenientes do seu mester”. ANDRADE (2003, 64).



consensual para moradores e forasteiros, tornando desnecessárias as placas toponímicas (Ibidem, 83).

Daí a toponímica buscar se referir a atividades desenvolvidas por um determinado ofício ou por uma instituição em particular, o que implicou que as cidades medievais fossem recortadas por ruas cujos nomes fizessem referência a uma profissão. Veja-se o caso de Lisboa, que até os dias de hoje conservou as suas ruas dos Bacalhoeiros, dos Tanoeiros, dos Correeiros, do Contador-Mor, da Mouraria, dos Douradores, das Farinhas, a Praça do Comércio, do Prior. Às vezes o nome se referia a um tipo de construção que dominava a paisagem pela sua importância institucional, como as Ruas da Alfândega, do Arsenal, do Castelo, da Quinta dos Peixes etc (SILVA, 2008).

O Rio Antigo também tinha seus exemplares medievais, alguns vivos na paisagem da cidade até os dias de hoje: Praia do Sapateiro, Rua da Cadeia, Rua dos Lateiros, Rua do Ouvidor, Rua das Flores, Rua dos Ourives, Rua da Cadeia, Rua do Cano, Rua do Fogo, Rua do Sabão, Praia do Peixe, Ponta do Calabouço, Rua da Vala, Rua da Alfândega, Rua do Senado, Rua da Quitanda, Beco da Sardinha etc.

Muitos desses logradouros tiveram seus nomes modificados num processo que se torna bem visível a partir da segunda metade do século XX e que toma maior vulto a partir da instauração do regime republicano.

O papel da água

Além da rede viária terrestre, a cidade do Rio encontrava outra semelhança com a sua matriz medieval por basear boa parte de suas atividades de transporte nas vias marítimas e fluviais. Era pelos rios que os negociantes da “cidade velha” conseguiam ter acesso mais fácil às regiões de Inhaúma, São Cristóvão, Irajá, parte da Baixada e Jacarepaguá. O transporte de pessoas e mercadorias, também era viabilizada pela baía de Guanabara, pela qual a cidade tinha contato com outras partes da Colônia (Bahia), região do Prata, Europa, África, Índia e, até mesmo, com a



Austrália. Sem falar que era pela baía que se tinha acesso a localidades como Magé, para que então se pudesse chegar aos caminhos novos para as minas.

Há que se destacar que várias localidades da atual zona oeste da cidade surgiram a partir de pequenos portos fluviais e marítimos, como Sepetiba, Pedra e Ilha de Guaratiba, Barra da Tijuca, Madureira e Irajá.

Se a água dos rios era fundamental nas cidades medievais (em seus leitos se instalavam os moinhos, os açougues), o mesmo teria que se dar numa cidade que incorporou o termo em seu nome. Além dos rios, as lagoas e a praia eram bastante procuradas por curtumes, criadores de gado, açougues e olarias. Nesta concessão feita pela Câmara no início do século XVII, vemos um certo Filipe Fernandes pedir pela instalação de um curtume às margens da Lagoa de Santa Antonio. Na concessão fica evidente o quanto era essencial a água para algumas atividades.

Fazendo a concessão, a Câmara impõe ao peticionário a condição de não tapar as águas da lagoa ao gado vacum, nem a outra qualquer criação, donde se pode inferir a existência de pastagens nas vizinhanças. Não muito longe daí, nas fraldas do Morro do Castelo, ficava o curral que fôra de Antonio de Marins (COARACY, 1965, 32).

Os rios, os lagos e lagoas além de atuarem como importantes vias de transporte, também purificavam. Cabe destacar que eles foram importantíssimos para a expansão urbana da cidade rumo à região que cobre a atual zona oeste carioca. Vários bairros como Taquara, Anil, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Freguesia devem sua origem aos engenhos de cana-de-açúcar que se esparramavam pelo *termo* do município, mas o fazendo acompanhando os cursos dos rios que banhavam a região.

Mas era também pelas águas, mormente as do mar, que vinham os “inimigos”. Várias foram as ameaças de invasão, algumas concretizadas, como a dos franceses em 1710. Daí a grande preocupação em montar uma enorme rede de fortalezas e fortes contornando praticamente toda a Guanabara. Mais um aspecto da água, além do econômico e do higiênico: a função defensiva. Algo também muito presente nas cidades medievais. E tal como nelas, o controle sobre as formas de abastecimento de



água era fundamental. A cidade atravessaria todo o período colonial tentando resolver essa questão, começando pelo sistema alimentado pelo Rio da Carioca e pela construção de vários chafarizes e fontes públicas. O controle sobre a água incide sobre o próprio controle do território (MELLO, 2011).

A relação Campo-Cidade

O historiador francês Jacques Le Goff pontua que a dinâmica urbana que vigorava nas grandes cidades da Europa medieval era marcada por uma relação bastante peculiar entre usos urbanos e rurais. A “Cidade” e o “Campo” tinham funções distintas, mas complementares. Havia sim uma fronteira entre tais pólos, mas tratava-se de uma fronteira bastante porosa (LE GOFF, 1992; WILLIAMS, 1990). Mas ao contrário do que se possa imaginar, em tal relação vê-se claramente a dominação da cidade sobre o campo. Conforme pontua Le Goff em uma de suas passagens:

É fácil imaginar que esse espaço de 'liberdades' ligado à cidade se tenha tornado um espaço de dominação do campo pela cidade. É aquele que fornece à cidade o grosso do que ela consome, do que ela revende. Em Besançon encontra-se por vezes, significativamente, *vignoblium* (vinhedo) como equivalente de *territorium* – espaço do endividamento tanto dos senhores quanto dos camponeses em face dos burgueses da cidade; espaço onde outros cidadãos que não os burgueses fazem sentir o peso de sua dominação econômica e social. Não esqueçamos o poder exercido sobre os campos suburbanos pelos senhores eclesiásticos urbanos. Guy Fourquin mostrou muito bem, por exemplo, a importância dos domínios do capítulo de Notre-Dame de Paris na região parisiense – espaço onde se difundem, a princípio e sobretudo, os modelos atuais elaborados pela cidade, a arquitetura da igreja paroquial, a voz dos pregadores dos conventos mendicantes urbanos que estabeleceram seu próprio território, muitas vezes ainda mais vasto que o da cidade e que eles chamaram de *praedicatio*, espaço da palavra, espaço também da coleta, de uma nova forma de exploração financeira do campo pela cidade (LE GOFF, 1992, 62).

As tentativas por parte de administradores de algumas cidades em estabelecer normas e regras mais rígidas entre os “dois mundos” por meio de decretos e posturas logo caíam em esquecimento sob o peso de uma prática cotidiana onde rural e urbano



se misturavam. Sublinha ainda Le Goff que tal característica só viria a perder fôlego no século XIX: é quando se inicia o processo de *desruralização* das cidades (LE GOFF, 1988, 32-33).

Outro historiador francês, Fernand Braudel, apresenta essa interessante descrição a respeito das funções agrícolas desempenhadas por alguns dos principais núcleos urbanos da Europa, já na “Idade moderna”:

[...] até o século XVIII, mesmo as grandes cidades conservam atividades rurais. Abrigam pastos, guardas rurais, lavradores, viticultores (até em Paris); têm *dentro* e *fora* das muralhas um cinturão verde de hortas e pomares e, mais longe, campos por vezes repartidos em três folhas, como em Frankfurt-am-Main, em Worms, na Basiléia ou em Munique. Na Idade Média, o barulho do mangual pode ser ouvido em Ulm, Augsburg ou Nuremberg, até as imediações da *Rathaus*, e os porcos são criados nas ruas em liberdade, tão sujas e tão cheias de lama que é preciso usar andas para atravessá-las ou fazer pontes de madeira de um lado para o outro. Na véspera de uma feira, em Frankfurt, cobriam-se às pressas as ruas principais com palha ou aparas de madeira. Quem poderia pensar que em Veneza, ainda em 1746, foi preciso proibir a criação de porcos “na cidade ou nos mosteiros” (BRAUDEL, 1995, 446).⁵

Quadro semelhante é observado no contexto medieval português. Sobre o assunto, nota José Mattoso (1993, 208) que

Apesar de, durante a época medieval, a diferença entre a cidade (*vila*) e o espaço circundante (*termo*) ser muito maior do que aquela que resultou do domínio definitivo da economia urbana, na época moderna, a relação entre uma e outra foi sempre fundamental. A cidade não podia existir sem esse espaço e vivia em grande parte do domínio fiscal que sobre ele exercia.

Quando passamos a olhar mais detidamente o caso do Rio de Janeiro no período da chamada *Belle Époque* (passagem do século XIX para o XX), podemos ver o

⁵ Característica essa também realçada por Lewis Mumford (1964, 367-8): “*Les citadins ne se privaient pas de pêcher dans tous les cours d’eau proches de leur ville. Augsburg était renommée pour ses truites, et, jusqu’em l’année 1643, dès pesées de truites servaient à payer un certain nombre d’employés de la cité.*”

Ces fortes influences rurales apparaissent avec évidence sur les plans des premières cites: beaucoup plus qu’à l’un de nos modernes centres commerciaux, la ville médiévale ressemblait à un gros bourg campagnard. On trouve encore dans le centre même d’anciennes Villes médiévales, dont le développement semble s’être arrêté à une période antérieure au XIX siècle, des jardins et des vergers comme nous pouvons en apercevoir sur des gravures du XVI.”



quanto o seu urbanismo ainda era influenciado pela matriz européia de raiz medieval (RODRIGUES, 2009). A mistura de usos urbanos e rurais é reveladora. Ao invés de fronteiras rígidas, o que se tinha era um grande vaivém entre esses diferentes usos, entre essas diferentes modalidades de relação dos agentes humanos com o meio ambiente. Em lugar de uma oposição absoluta, uma relação de complementaridade, vendo-se em diversos momentos um se debruçando sobre o outro. Se voltarmos um pouquinho na história da cidade, lá no período colonial, teremos a oportunidade de conhecer uma figura como Antonio Salema que, segundo nos informa o historiador e memorialista Adolfo Rios Filho, tinha como principal objetivo durante a sua administração como governador do Sul do Brasil a partir de 1753 fomentar a agricultura na cidade do Rio de Janeiro:

Como homem prático, compreendeu necessitar a cidade de viver do campo. Para isso, suas vistas se voltaram para a zona sul, onde abundavam os terrenos altos e, por isso, enxutos, e água em abundância: a da vasta lagoa de Sacopenapã e a de vários rios que a carreavam das montanhas, com despejo na lagoa. E melhora o Engenho d’El-Rei (RIOS FILHO, 1970, 229).

Em relação ao contexto do Rio de Janeiro no período colonial, os trabalhos de Vieira Fazenda e Vivaldo Coaracy, por exemplo, informam sobre um sem número de chácaras que ocupavam o núcleo urbano, destacando-se os das ordens religiosas como os beneditinos (Morro de São Bento), jesuítas (Morro do Castelo) e franciscanos (Morro de Santo Antônio). Paulo Berger nos conta que famosos logradouros existentes até hoje foram originalmente construídos para dar acesso a algumas dessas propriedades. A rua da Quitanda era antigamente o caminho que levava à chácara dos frades de São Bento. Já a rua da Alfândega fora o caminho que levava ao Engenho Pequeno dos Jesuítas (BERGER, 1974, 32). Ainda no século XIX, podiam ser encontradas, conforme atestam documentos da administração local, várias “casas com horta e quintal e chácara”, junto de casas de vivenda, lojas, armazéns, açougues, trapiches, cocheiras, senzalas, casas de banho etc (CAVALCANTI, 2007, 418). Outro exemplo ilustrativo é o da antiga e célebre rua de Mata Porcos. Um texto da Revista da Diretoria de Engenharia nos esclarece o porquê desse nome: “Neste sitio coberto de



arvoredos silvestres se criavam além de caças grossas, abundantes varas de porcos, que, depois de mortos, eram conduzidos à cidade. Por isso, ficou conhecido com o nome, corruptamente expressado, de Mata-Porcos, devendo-se dizer Mata dos porcos.” (PDF, 1934,36)

Tamanha era a dificuldade do abastecimento de alimentos, que até os funcionários da Fazenda Real eram forçados a serem lavradores ou agricultores (idem).⁶ Além disso, não esqueçamos que as atividades agrícolas movimentavam um significativo comércio no espaço urbano, basta pensar por exemplo nos meios de transportes da época, todos movidos por força animal. Como alimentá-los? Onde guardá-los, sendo que não era econômico e viável (dado as péssimas vias de transporte da época) transportá-los para lugares distantes do centro? Ao menos no início do século XIX havia, comprovadamente, 115 chácaras no centro da cidade, instaladas especialmente para satisfazer tais necessidades. Todas elas dotadas de pastagens e estrebarias e local para guarda de eqüinos e veículos. Tal era a importância desse comércio que na visão do historiador Nireu Cavalcanti, “possuir uma cocheira na área mais construída e central da cidade, representava ‘status’ social só compatível com o nível de negociantes de ‘grosso trato’(...)” (CAVALCANTI, 2007, 423). O mesmo autor lembra ainda que o comércio de gramínea era tão rendoso a ponto de um logradouro da cidade passar a ser chamado de “largo do capim”. Gilberto Freyre (op. cit.) sustenta que os arredores do Rio, assim como os de Recife e Salvador, foram se tornando, “na primeira metade do século XIX, principalmente áreas de plantação de capim ou forragem para o crescente número de animais a serviço dos ricos das cidades.” Este autor assinala ainda que nesta mesma região era vasta a plantação de “vegetais e frutas de fácil cultura que eram consumidos mais por escravos do que por senhores, mais por pretos do que por brancos – inhame ou cará, taioba, quiabo, abóbora ou

⁶ Sobre Salvador, comenta Gilberto Freyre (1990, 304-5): “[...] parece ter conservado no século XVII e no XVIII o ar meio agreste [...]. E era muito o mato dentro da cidade. Muita árvore. As casas-grandes dos ricos quase rivalizando com as de engenho não só na massa enorme, patriarcal, do edifício, como no espaço reservado à cultura da mandioca e das frutas, e à criação dos bichos de corte. Os moradores dos sobrados não podiam depender de açougues, que quase não existiam, nem de um suprimento regular de víveres frescos, que viessem dos engenhos e das fazendas do interior para os mercados da beira-mar.”



jerimum, banana [...].”

Mas tal tipo de atividades agrícola ainda era importante na virada do século XIX para o XX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada de outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão proporcionada pelas posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes. Ao passo que ainda eram abundantes, no início do século XX, em lugares como Botafogo, Leblon, Laranjeiras, São Cristóvão e Engenho Velho, elas foram se tornando escassas no centro da cidade. Sendo ainda bastante visíveis nos altos de morros como o do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Santa Tereza. Contudo, não se pode descartar a hipótese de que houvesse várias outras chácaras, só que bem menos visíveis, no fundo de prédios e terrenos. Mesmo porque não se pode esquecer que havia ainda no centro inúmeras construções identificadas como tipicamente rurais, os chamados casarões e chalés. Aliás, neste ponto tocamos numa questão importante: o rural se expressava não apenas nos usos, mas era associada a determinados tipos de construção (OMEGNA, 1971, 23). Em vários casos os dois aspectos se misturavam: a construção rural dava ensejo a práticas rurais em seu interior.

Os antigos casarões tinham bastante espaço em seus fundos, bastante convidativo para a realização de alguma cultura, ainda mais se levarmos em consideração que a obtenção de gêneros era uma questão problemática na época devido a vários motivos: preços, escassez, qualidade dos (poucos) produtos oferecidos. O que impedia alguém de aproveitar o espaço daquele pátio ou quintal para plantar algo que complementasse as suas refeições, como uma fruta depois do almoço, sem contar as vantagens de uma boa sombra oferecida pelas árvores frutíferas, detalhe nada desprezível numa cidade tão quente e abafada como o Rio de Janeiro? Bem a seu estilo, Gilberto Freyre comenta o assunto: “Havia sempre nos jardins das chácaras, um parreiral, sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos



cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor” (FREYRE, 1985, 202).

Nota o mesmo autor, que predominavam nas casas da gente rica, em pleno século XIX

o jardim particular – jardim emendado à horta e ao pomar – em sítios que eram verdadeiros parques: tão vastos que se realizavam, dentro deles, procissões. Esses parques particulares foram, tanto quanto as casas, atingidos pela reeuropeização que tão ostensivamente alterou formas e cores, na paisagem urbana, suburbana e até rural do litoral do Brasil, durante a primeira metade do século XIX. Reeuropeização – acentue-se sempre – no sentido inglês e francês; e não no português. Ao contrário: reeuropeização em sentido quase sempre antiportuguês, como se para os anglófilos e francófilos mais exarados a tradição portuguesa não fosse senão aparentemente européia.

Wetherell observou na Bahia, onde residia durante a primeira metade do século XIX, que na velha cidade tornara-se moda o jardim em torno às casas. Onde, outrora, só se viam poucas plantas, alguns abacaxis, algumas roseiras, começaram a surgir jardins afrancesados. Da França haviam chegado jardineiros com plantas européias e exóticas, principalmente roseiras. De Portugal vinham importando algumas pessoas, delicadas camélias plantadas em cestas. [...] Realmente, um dos aspectos mais ostensivos da reeuropeização do Brasil, após a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, foi esse culto exagerado de plantas e flores européias, com sacrifício das tropicais, nativas ou já aclimadas entre nós. Se muitas dessas plantas não se deixavam destruir e superar pelas importadas da Europa é que grande era o seu viço, sendo quase todas como as chamadas ‘marias sem-vergonhas’ que cortadas ou arrancadas dos jardins, não tardavam a rebentar de novo (Ibidem, 137).

Com base em relatos de Gastão Cruis, aquele autor destaca “terem sido o regalo dos garotos que cresciam na antiga Corte e recém-criada Capital Federal, o cambucá, o abiu, a grumixana, o cajá, a manga, o sapoti, a fruta-do-conde, o jamborosa, o jambo-de-carçoço – frutas, quase todas, que se encontravam nas árvores dos vastos fundos de sítios ou simplesmente de quintais das casas da maior parte da burguesia brasileira do fim do Império e do começo da República.” (FREYRE, 1990, 86).

Em ensaio memorável sobre a constituição do saber médico na sociedade brasileiras do século XIX, Jurandir Freire Costa ressalta essa importante característica das residências urbanas da elite senhorial: “A casa brasileira até o séc. XIX era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos víveres, utensílios domésticos e



objetos pessoais de que necessitava uma família eram fabricados na própria residência” (COSTA, 1983, 83). Analisando anúncios de sobrados do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, Gilberto Freyre verifica que a “arquitetura nobre então dominante nas ruas do centro da cidade” não era apenas constituída de tetos de estuques, dos papéis de forro, das varandas de ferro, mas também de cocheiras, de jardins e de hortas (FREYRE, 1990, 331).

Portanto, o comércio ou simples criação de animais, assim como o cultivo de gêneros agrícolas, era ainda bastante presente no centro da capital. Vendedores de perus, porcos, galinhas, passeavam com suas crias pelas ruas da cidade. Eles constituíam o chamado comércio ambulante da cidade, o mesmo que a partir do governo Pereira Passos sofreria forte repressão. Mas o que mais se destacava no comércio desse gênero – o de alimentos de origem animal -, que segundo palavras de Luiz Edmundo era “o mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século”, era o leiteiro, sempre acompanhado de sua “esquelética vaca”, segundo palavras do cronista:

O vendedor de leite, que usa barba passa-piolho e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal-desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu comércio, magro e pachorrento, duas ou três chocalhantes campainhas dependuras ao pescoço bambo e pelancudo. E logo o homem da ajudância no serviço, atrás, ordenhador astuto da alimária, mágico avisado, capaz de transformar, à vista do freguês, sem que esse perceba, a água que está dentro de múltiplas vasilhas, em leite, e do melhor! Vem, depois, o bezerro, de focinheira de couro, esfaimado e tristonho, preso à cauda da sua pacata genitora. Quem pensar que ele, entanto, no quadro, serve apenas como elemento decorativo, engana-se, porque, quando a mão do ordenhador já não mais ordenha o leite recalcitrante, empacado na glândula mamária da leitera, lá vem o bezerrote para o trabalho da sucção, que é tanto mais violento quanto maior é a ânsia do triste em libar o alimento que tanto lhe recusam. Com três ou quatro arrancadas vaza a teta, mas logo a focinheira de couro lhe chegam de novo, para que possam, aí, entrar em função: a mão calosa do vendedor, a vasilha da água e a vasilha do leite... (idem)

Relato também rico é o de Gilberto Freyre em seu *Ordem e Progresso*, com base em depoimento oferecido a ele por Joaquim Amaral Jansen. Aqui ele testemunha o quanto a venda de leite tirado diretamente da vaca se integrava no chamado comércio



ambulante da cidade:

Joaquim só avistava da rua o que a rua lhe levava até ao portão ou à varanda ou às janelas da casa. Não era pouco mas ele agora começava a descobrir que não era tudo. Era o leiteiro, quase sempre chamado Manuel, bigodudo e português, vendendo a dois vinténs o copo de leite, tirado na própria rua do peito da vaca: leite talvez contaminado pela mão nem sempre limpa do portuga; mas fresco e de ordinário sem água. Era o vendedor de perus, trazendo suas aves sobre enormes varas de bambu: ‘perus de boa roda’, se apregoava naqueles dias.

(...) Também à porta da casa de Joaquim vinha o vendedor ou freguês de verdura, com balaios ou cestas, sustentados por compridas varas que o vendedor punha aos ombros, à maneira madeirense; e das cestas transbordavam legumes frescos e alguns cheirosos, com todo o seu esplendor de vermelhos, verdes, amarelos. Vinha o vendedor de frutas. Vinha o de peixe. Vinha o de camarão. Vinha o de galinhas. Cada um com seu pregão, com seu tipo de cesto, com seu cheiro que da rua chegava às casas (ibidem, 87-88.).

Embora fosse grande o seu trânsito no centro do Rio, parece que pouco a pouco a maior parte das vacas que forneciam o leite fresco aos consumidores passou a ser criada em estábulos localizados em lugares mais afastados, como o subúrbio. Conforme se passam os anos no período inicial do século XX, podemos notar que vão escasseando pouco a pouco os anúncios de aluguel de estábulos e pastos no centro da cidade. É possível que alguma criação desse gênero tenha ocorrido em alguns cortiços, a exemplo de alguns *coventillos* em Buenos Aires (FERRERAS, 2006). Em algumas imagens de cortiços produzidas pelo fotógrafo Augusto Malta é possível ver o grande espaço que alguns deles tinham em seus fundos, o que proporcionaria uma pequena criação em seu interior. Aluísio de Azevedo deixa levemente entrever essa possibilidade ao narrar uma situação que se passava nos fundos do cortiço de João Romão:

Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria: as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que no entanto gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores (AZEVEDO, 1997, 24).

Apoiado em testemunhos da época, Gilberto Freyre comenta que as primeiras



“cabeças-de-porco” da cidade - isso em torno da década de 1880 - tinham “espaços livres quase ridículos, de tão pequenos”, mesmo assim era nesse mesmo local “onde se lavava roupa, se criava *suíno, galinha, pato, passarinho*” (FREYRE, 1985, 351). O próprio *Cabeça de Porco*, o célebre cortiço localizado próximo ao Morro da Providência, informa-nos Lílian Fessler Vaz, tinha no seu interior “um armazém, várias cocheiras e galinheiro”. Acrescenta a autora que uma “reportagem publicada 30 anos após a demolição” informava que havia ainda “bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos” (VAZ, 1986, 31).

Até os primeiros anos do século XX, várias chácaras ainda podiam ser vistas nos morros da área central da cidade, como os do Castelo, Santo Antonio e Santa Tereza. Em alguns casos, como nos dois primeiros, tais chácaras só desapareceriam com o arrasamento dos morros em 1922.⁷ Podemos encontrar algumas alusões a elas na literatura. Ao contar um pouco da vida de Luís Garcia, o protagonista de *Iaiá Garcia*, Machado de Assis acaba dando alguns detalhes sobre sua chácara em Santa Tereza:

A vida de Luís Garcia era como a pessoa dele – taciturna e retraída. Não fazia nem recebia visitas. A casa era de poucos amigos; havia lá dentro a melancolia da solidão. Um só lugar podia chamar-se alegre; eram as poucas braças de quintal que Luís Garcia percorria e regava todas as manhãs. Erguia-se com o sol, tomava do regador, dava de beber às flores e à hortaliça (ASSIS, 1973, 8).

As marcas medievais na divisão do município do Rio de Janeiro

Mas o que vinham a ser exatamente essas expressões: Termo, zona da Cidade, zona dos Campos, freguesias “de fóra” e “de dentro”? Quais as suas implicações para a organização e divisão territorial da cidade, ou melhor, do município do Rio de Janeiro?

⁷ Ver o excelente estudo sobre o morro do Castelo de Cláudia Paixão (2008). Benjamim Costallat (1990, 35) dá conta em seu *Mistérios do Rio* da criação de porcos no Morro do Pinto, na Lagoa: A sarjeta, a rua, o esgoto, é tudo a mesma cousa, e essa mesma cousa é uma enorme vala onde se passa aos pulos, saltando-se de buraco em buraco, e onde os porcos engordam, imensos e sonolentos, e as porcas, de ventre para o ar, as mamas inchadas de leite, alimentam a voracidade de uma quantidade de porquinhos...”



Pode não parecer, mas a constituição do *termo* era visto como um dos aspectos cruciais pelas autoridades responsáveis pelo estabelecimento de cidades no “Novo Mundo” (CAETANO, 1985, 219). Para tanto elas eram instruídos pelo Governo português por meio de um *Regimento* ou de um *Foral*.⁸ Figuravam nestes dois instrumentos as normas jurídicas, administrativas e de estruturação do poder local, além das diretrizes gerais para a escolha do sítio e constituição da vila ou cidade. Cabe destacar ainda que a cidade que então se forma, junto com o seu termo, compõem o seu município (*municipia*), que é a menor unidade administrativa da Colônia. Temos então que o Município do Rio de Janeiro que é na verdade composto pela *Cidade* e por seu *Termo*, onde se localizam as freguesias acima citadas.⁹

Conta Nireu Cavacanti que depois de constituir a estrutura político-administrativa e jurídica da cidade, Estácio de Sá deu início à distribuição de terras em forma de sesmarias para o estabelecimento do sítio da *urbs*. A primeira sesmaria foi concedida à Companhia de Jesus (2 léguas de quadra) e a segunda, 1,5 por 2 léguas, foi destinada ao *rossio* e *termo* da cidade. Com base em consulta a um Dicionário de 1712 (Vocabulário Português e Latino), o autor verifica que *rocio* significava “praça, ou espécie de prado na Villa ou cidade”. Era o lugar dos encontros, das trocas comerciais, das trocas de idéias por meio do debate, da conversa, amistosa ou acalorada. A constituição de um espaço para a “multidão das gentes operar como órgão de opinião” é uma das marcas da tradição urbana medieval – cujas primeiras aparições já se verificam no antigo Império Romano e em Atenas -, que se observa principalmente nas cidades de países da orla mediterrânica, onde o peso das instituições jurídicas romanas

⁸ O *Foral* era uma lei municipal, estabelecida pelo monarca ou por um senhor particular, que determinava o censo, o tributo ou o foro que os moradores de uma determinada vila ou cidade deviam pagar para ter o direito de usufruto ao lugar, seja trabalhando ou simplesmente morando nele. Ver *Ordenações Filipinas*, Livro 2, Tit. 27.

⁹ Miguel Arcanjo Souza (1994) informa que durante a época colonial, os municípios eram normalmente criados por ato da autoridade régia ou originário ou confirmativo dos atos dos governadores e capitães-mores. Lembra ainda que alguns surgiram por iniciativa dos próprios moradores como Campos e Parati. Sobre o tema da organização de Municípios no contexto Colonial, ler: AZEVEDO (1956), BANDECCHI (1972), BICALHO (2003), GARCIA (1956), GLEZER (2007), MARX (1980), REIS FILHO (2004), ZENHA (1948), RIBEIRO (2008).



se fez mais presentes, como Itália, Espanha e Portugal. Já a expressão *termo* da cidade designaria o espaço a que abrange a jurisdição dos seus juízes (CAVALCANTI, 1997, 31). Mas tal definição não abarca minimamente o significado histórico da expressão. Portanto, precisemos melhor o termo. Talvez possamos conseguir boas respostas se perguntarmos, por exemplo, que função cumpria o estabelecimento do termo para a condução administrativa e para o próprio desenvolvimento da cidade?

Miguel Arcanjo observa que o *termo* e a *cidade* abrangiam a extensão territorial em que a Câmara Municipal ou o Senado, “como também se denominava o conjunto de indivíduos eleitos pelo povo”, exercia a administração (SOUZA, 1994, 34). Carlos de Carvalho alude que “A criação de uma cidade determinava a constituição de um patrimônio territorial, que compreendia muitas vezes, além do território da própria cidade, outros distantes; eram os *agri coloniarum, municipiorum civitatum...*” (CARVALHO, 1893, 23). Como já frisado, estamos falando de institutos de origem medieval, mas com fortes raízes no antigo direito romano, forjados portanto num contexto onde o poder político era indissociável do domínio sobre terras e bens. Nessa perspectiva medieval, a afirmação de uma autoridade político-jurídica era proporcional aos hectares de terra que ele tinha sob seu estrito domínio (DUBY, 1994). Mas não parecia ser apenas isso: junto às demandas de caráter administrativo, havia também uma questão mais estratégica. Da mesma forma que a cidade devia ser fixada num sítio que permitisse que o contato com outras cidades fosse realizado sem grandes dificuldades, era necessário, opina Nelson Omegna, que se disponibilizasse à cidade uma área de *hinterland* vasta, “para que a vizinhança de outro centro urbano não lhe perturbasse a vida e a ação” (OMEGNA, 1971, 10).¹⁰

¹⁰ Não é demais lembrar que tal como inúmeras cidades portuguesas, a forma como a cidade do Rio de Janeiro foi organizada revela claramente a preocupação da defesa contra os ataques e invasões de “inimigos” (franceses e tribos indígenas). Não é demais lembrar que a cidade é fundada logo após a vitória dos portugueses contra os franceses liderados por Villegagnon. E até praticamente meados do século XVIII as autoridades metropolitanas se veriam às voltas com a ameaça de invasões estrangeiras. Para uma análise da dinâmica do campo sócio-político (em suas diversas escalas e dimensões) na qual a cidade do Rio de Janeiro estava relacionada ler BICALHO (2003).



Quanto aos *Campos*, ele era uma tradução portuguesa do *Rocio* da Antiguidade. Só que aqui despojado de todo seu caráter urbano e político, sendo reorientado para finalidades agropecuárias, de provimento das necessidades de víveres de uma cidade. A sua situação jurídica era semelhante a do *Termo*, pois pertencia também à Câmara Municipal, que tinha o direito de arrendá-los e cobrar foros a seus adquirentes. Uma das finalidades da criação de uma zona de Campo era prover a cidade de caminhos que a pusessem em contato com áreas interioranas e outros núcleos urbanos. Outro objetivo a ser alcançado era a constituição de áreas de pastagem, para a criação principalmente de gado bovino de modo a prover a cidade de carne vermelha. Além de Irajá e Santa Cruz, outra área de campo conhecida foi o próprio Campo da Cidade, onde se localizava o Largo do Rocio. Estabelecido exatamente para a invernada do gado a ser abatido para o consumo da população da cidade. Nestor Goulart lembra que o *Rocio* era uma parcela demarcada junto aos núcleos urbano – ou seja, fora dos limites da cidade - e utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas, para a implantação de pastagens de animais de uso dos moradores (transporte pessoal e de mercadorias) e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde. É possível também que este autor esteja se referindo a uma característica que o *Rocio* passou a ter na conjuntura hegemonicamente agrária da idade Média.¹¹

Mas uma questão ainda merece melhor esclarecimento: o que diferenciava na prática a *Cidade* do seu *Termo* e dos seus *Campos*? Nelson Omegna acaba se servindo da clássica dicotomia urbano/rural para compor algumas respostas:

A cidade colonial, algumas vezes, começava por ser um espaço vazio em redor do qual se enrolava a muralha ou se cavava o valado ou se alteavam os baluartes. Se tinham, num dado e efêmero momento, um sentido tático de defesa e proteção contra investidas inimigas, tiveram por mais tempo os muros uma certa significação ecológica.

¹¹ Um outro detalhe: o antigo Rocio do Rio de Janeiro – na verdade, um deles - se localizava na área hoje compreendida entre a atual Praça Tiradentes (antes chamada de Largo do Rocio), Rua do Riachuelo, morro da Conceição e Rua Uruguaiana. Caso a versão de Goulart esteja correta, os limites do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, nas suas primeiras décadas, mal iam além do que é hoje a Rua Uruguaiana (REIS FILHO, 1968, 113). A esse respeito ler COARACY (1965, 139). Sobre o Campo de Santana, ler PINTO (2007).



A cidade, sem nada que grifasse o seu sentido urbano, precisava ser uma área diferente do campo. O colono que a funda tem de se isolar do cosmo fitogeográfico para defender os padrões culturais que carrega para cá.

Há que se dar real importância a esse contorno com o qual a cidade defende sobretudo as próprias convicções da sua função e feição urbanas (REIS FILHO, 1968, 16).

Ou seja, desde já, os colonos buscam, por meio das muralhas, simbolizar a oposição da cultura urbana de sua cidade frente ao “cosmo” ligado aos campos, às florestas e às matas, que compunham o termo. Nestor Goulart comenta que esta diferença implicava em diferentes modalidades de concessão de parcelas de terra.

Uma vez solicitadas as doações, as terras eram distribuídas pelas Câmaras, sob a forma de lotes na parte urbana propriamente dita, isto é, na parte central, e nas áreas extra-muros ou mais afastadas, sob a forma de pequenas sesmarias, que iriam dar origem à formação de chácaras e pelas quais teriam especial interesse os conventos (REIS FILHO, 1968, 113).¹²

Mas será isso mesmo o elemento em torno do qual se estabelecem as diferenças entre *termo* e *cidade*? A oposição se daria pelo fato de um abrigar uma cultura urbana e o outro ainda conter nele uma terra ainda ligada ao mundo rural? Parece que não. Se atentarmos para princípios contidos nos textos que sancionam a criação das cidades e seus termos, teremos a oportunidade de perceber que tais atos – realizados por pessoas investidas de poder e autoridade, geralmente um monarca – buscavam mais do que oficializar determinadas fronteiras espaciais. Por serem fruto de um ato de autoridade de um soberano, que era realizado publicamente e oficialmente, essas fronteiras tornavam-se reais e, conseqüentemente, criavam ou recriavam diferenças, não só espaciais como também sociais. Pois ao estabelecer a

¹² Tais informações são corroboradas pelo trabalho de Fernando Ribeiro (2008, 6). Lembra ele que “as 'sesmarias' podiam ser de tamanho variado, mas nos primórdios da colonização abrangiam de uma a três léguas, simples ou em quadra, mas os 'chãos de terra' eram dados ou cedidos graciosamente em braças”, medida bem menor do que a primeira.



descontinuidade, em separar o interior, da cidade e seu termo, do exterior, com os seus campos e florestas, o poder público buscava circunscrever as regiões que seriam objeto de obrigações (tributos) e direitos (a proteção real) perante o Rei. Conseqüentemente o pertencimento ou não de um grupo social a uma cidade e seu termo determinava a capacidade de um grupo social em poder usufruir de um direito e ser objeto de obrigações.

A criação dessas fronteiras bem nos remete a discussão efetuada por Ilmar de Mattos sobre a idéia de *região*. O autor lembra – como já vimos em Bourdieu - que o sentido original do termo está calcado nas noções de *regere*, comandar. Daí que seja compreensível que a região colonial que resulta da ação colonizadora dos agentes da metrópole portuguesa se apresente unida a uma noção militar e fiscal. Conforme se verá nas páginas mais à frente, a determinação de fronteiras, isto é, a divisão administrativa de uma cidade nunca perdeu de vista esses dois sentidos: o sentido fiscal, enquanto instrumento de obtenção de recursos por parte dos aparelhos do Estado e o sentido sócio-político de dispor sobre a criação de diferenças espaciais, criando grupos ou simplesmente reconfigurando a sua identidade no quadro de relações de força existente, com o estrito fim de consolidar o domínio sobre estes grupos.

Mas, essas freguesias, muitas delas consideradas decadentes no final do século XIX, também eram classificadas – pelos Poderes Públicos inclusive - nessa mesma época como “freguesias de fóra”. O que vem a significar isso?

A cidade do Rio de Janeiro era desde o Ato Adicional de 1834, o Município Neutro da Corte, não se ligando mais à Capitania do Rio de Janeiro.¹³ Este município abarcava então a *cidade* propriamente dita - dentro da qual se situavam as “freguesias urbanas” - e as “freguesias de fóra” – que constituiria o *termo*. Ilmar Mattos nos informa que eram chamadas de freguesias “de fora”, em contraste com as freguesias “de dentro”, pois, mais próximas dos centros de decisão da corte, a saber, as

¹³ O seu Artigo 1º estabelece: “A autoridade da Assembléia Legislativa da província em que estiver a corte não compreenderá a mesma corte, nem o seu município”, apud ANDRADE (2006, 593).



“instituições e instalações que tornavam possível a reprodução dos interesses dominantes”: o Paço, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal (MATTOS, 1990, 79).

Como vimos antes, a primeira era chamada também de “zona da cidade” e a segunda de “zona de campo”. Ou seja, o município aqui é composto por uma área urbana e outra que diríamos rural, como na Antiguidade; ao mesmo tempo, a noção de cidade empregada para diferenciar o seu território do restante do Município é o mesmo da Idade Média – a área urbana se localizando no núcleo original da cidade e os campos como que ficando “fóra”, do lado externo das “muralhas”. Neste sentido tais categorias faziam direta alusão a localização ou posição de uma área em relação às muralhas da cidade medieval. Mas podemos objetar dizendo que as muralhas nem sempre diziam respeito aos limites da cidade. E ao contrário do que crêem alguns estudiosos, elas nem sempre tiveram como objetivo servir de símbolo da oposição entre cidade e o campo ou aquilo que seriam suas respectivas culturas. Como o prova a Idade Antiga. A cintura de muralhas encerrava nessa época não a cidade e sim a *urbs*.¹⁴ A palavra cidade, por sua vez, referia-se não só a esse núcleo original como também ao território rural subordinado a essa *urbs*.¹⁵

Só que ainda persiste uma pergunta: no caso do Rio de Janeiro, que muralhas eram essas? Logicamente que se tratava de uma muralha simbólica,¹⁶ mas não sem

¹⁴ Nota Fania Fridman (2010, 33) que em Portugal “na Baixa Idade Média, ‘fazer vila’ era o ato de cercar, e ‘fazer fortaleza’, o ato de urbanizar”. FRIDMAN, Fania. “Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira”.

¹⁵ Outras visões sobre a questão da relação entre espaço urbano e rural na cidade podem ser consultadas em LOPEZ (1988) e COULANGES (1919).

¹⁶ Embora é certo também que por diversas vezes, por conta principalmente de ameaças de invasões estrangeiras, alguns governantes que passaram pelo Rio e a própria Coroa portuguesa tenham demonstrado interesse na construção de uma cinta de muralhas para proteger a muy leal e heróica cidade de São Sebastião. Vivaldo Coaracy (1965, 128) nos fala a esse respeito: “Grande era o empenho de Duarte Vasqueanes em aparelhar a defesa da cidade para a eventualidade, que então se julgava muito provável, dum ataque por parte dos holandeses. Mandou o Governador levantar muralha do Forte de Santiago (Ponta do Calabouço) até Santa Luzia e construir trincheiras permanentes na Prainha e em S. Cristóvão. Estudou a possibilidade de murar a cidade desde a Praia da Carioca (Flamengo) até a Prainha (hoje Praça Mauá), mas desistiu diante da grande despesa que semelhante obra acarretaria e para a qual não dispunha de recursos. Resolveu então consagrar todos os esforços à conclusão da Fortaleza da Laje, de acordo com as ordens da carta régia de 1644.”



conseqüências concretas de extrema relevância: tal muralha foi “construída” em 1808 pelo então príncipe regente D. João quando da vinda da família real ao Brasil ao instituir por meio do alvará de 27 de junho daquele ano a cobrança da “Décima urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”.¹⁷ As diferenciações impostas pela muralha demonstram o quanto os termos cidade e urbano são quase sinônimos. Assim, vemos que as freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita formavam em conjunto a “zona da cidade” sobre a qual incidia a Décima urbana. Do outro lado, no “de fóra”, havia o restante do município, cujos limites eram estabelecidos em função dos limites da área de incidência da “Décima urbana”. Assim, tínhamos o Engenho Velho, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, ilha do Governador, ilha de Paquetá e o curato de Santa Cruz como as freguesias não-urbanas. Isso se expressará na forma como o município é representado por meio dos mapas até as primeiras décadas do século XX: neles só a zona da cidade e, quando muito, seus arrabaldes são enfocados. As zonas suburbana e rural, áreas “de fóra” da cidade, também ficam fora dos mapas.¹⁸

De caráter simbólico, as muralhas não deixavam de produzir impactos concretos sobre a organização e divisão administrativa da cidade. Tanto que era ainda muito comum até o final do século XX ouvir moradores dos bairros mais distantes da

Assim como no Rio de Janeiro, as muralhas tinham um valor simbólico tão forte, que elas figuram nos brasões da maioria dos municípios brasileiros, mesmo os criados às portas do século XXI. Uma interessante reflexão, consistentemente documentada, a respeito da apropriação do passado em favor da elaboração de estratégias políticas e identitárias da atualidade é oferecida por SILVA (2007).

¹⁷ Nireu Cavalcanti (1997, 407-8) nos explica a origem da Décima: “Nas ocasiões em que Portugal se encontrava sob ameaça de ou efetivamente em guerra, o rei costumava estabelecer a cobrança de uma taxa equivalente ao percentual de 10% sobre todas as formas de rendimento dos seus súditos”. Ademais, a décima incidia sobre todos os rendimentos originários dos bens imóveis, do comércio, indústria, agricultura, pecuária, pesca, ou de qualquer tipo de serviço prestado ou de trabalho assalariado.

¹⁸ A associação entre “freguesias de dentro” e cidade, em contraste com as “freguesias de fora”, encontra-se subtendida logo no início da narrativa de Bentinho, cujo codinome serve de título a grande obra de Machado de Assis - *Don Casmurro*: “Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo [uma freguesia “de fora”], encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu”. Outro exemplo nos é oferecido por José de Alencar em *Encarnação*, romance escrito em 1877. Comentando sobre os hábitos de H. Aguiar, dono de uma “chácara contígua à do Sr. Veiga, pelo lado esquerdo”, escreve: “O dono da casa costumava ir à cidade três vezes na semana, para tratar de seus negócios, ou talvez para não se isolar totalmente do mundo, de que já vivia apartado. Também saía de passeio, a pé ou a cavalo, pelos arrabaldes.”



zona central do Rio, referir-se a essa como a própria “cidade”: “vou à cidade hoje”. A própria expressão “carioca da gema” tem como pressuposto a existência de um núcleo distinto da região de fora da cidade, isto é, as freguesias que ficavam para além das “portas da cidade”.¹⁹

Sem contar a clara diferenciação sócio-econômica entre as respectivas regiões. Até aqui o legado urbano medieval deve ter contribuído para a produção capitalista do espaço extremamente desigual e concentrada (ABREU, 1987).

Imagens

Vejam nos brasões das cidades brasileiras. Aqui aparece de maneira clara a importância da muralha fortificada como elemento de afirmação de uma identidade urbana. Aspecto inegável da tradição medieval. Elemento tão forte que ele figura em cidades que nunca a tiveram como São João de Meriti. Mas as muralhas em forma de coroa, expressam também a dependência dessas cidades ao poder régio. A falta de autonomia municipal pode ser um legado da tradição muçulmana.

¹⁹ Silva (2008, 3º mapa anexo) nota no caso lisboeta o grande número desses elementos do urbanismo medieval, que ainda se faziam presentes até o século XVIII - as Portas: de S. Antão, Sant'Ana, do Conde, do São Vicente, da Traição, de S. Lourenço, de S. André, do Moniz, de St.º Agostinho, do Coval, de Stª Catarina, das Fontainhas, da Cata-que-faias, da Oura, da Rua Nova, dos Armazéns, do Açougue, da Portagem, da Ribeira, do Mar, do Chafariz de El-Rey, de S. Pedro de Alfama, da Polvora, do Ramoso, da Lapa, da Portagem e do Furadouro.



 <p>Rio de Janeiro</p>	 <p>Curitiba</p>	 <p>João Pessoa</p>
 <p>Recife</p>	 <p>Salvador</p>	 <p>Cabo Frio</p>
 <p>Milão</p>	 <p>Nápoles</p>	 <p>Pisa</p>

Fonte: RODRIGUES (2009, 103).



Eis o Convento de Santo Antonio, repleto de árvores frutíferas em seu entorno, bem no coração da cidade. “Largo da Carioca”, Rio de Janeiro. Nicolas-Antoine Taunay, c. 1816.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.
- ADONIAS, Isa. *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s/ed., 1966.
- ALLAIN, Èmile. Rio de Janeiro. *Quelques données sur la capitale et sur l'administration du Brésil*. Paris: L. Franzine; Rio de Janeiro: Lachaud, 1886.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, Paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.



- AZEVEDO, André Nunes de (Org.). *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento de Cultura/ NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FFLC-USP, 1956.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Entre a Corte e a Cidade: O Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamentos Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. *La ville dans L'Histoire européenne*. Paris: Éditions du seuil, 1993.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. In: *Rev. Bras. Hist.* vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.
- BORGES, Marília Vicente. *O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação*. Rio de Janeiro, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BURCKHARDT, Titus. *La civilización hispano-árabe*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.
- CAETANO, Marcelo. *História do Direito Português (1140-1495)*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1985.
- CARVALHO, Carlos de. *O patrimônio territorial da Municipalidade do Rio de Janeiro e o Direito Emphyteutico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 23.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 1997.



- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século Dezesete*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.
- COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e instituições da Grécia e de Roma*. Lisboa: Livraria clássica editora de A. M. Teixeira, 1919.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- EDMUNDO, Luiz. *Recordações do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquálias e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. *A Imagem do Brasil Através dos Mapas (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro, Monografia de especialização em História da Arte/ PUC/ Rio de Janeiro, 1998.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006.
- FINLEY, Moses I. *La Grecia Antigua. Economía y sociedad*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos, 1582 – 1808*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., Garamond, 1999.



- FRIDMAN, Fania. “Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira”, In: FRIDMAN, Fania & ABREU, Maurício (Orgs.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2010.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira editora, 1965.
- MELLO, Fernando. *Sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: o aqueduto do Rio Comprido*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2011.
- SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado*. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). Annablume/Fapesp, 2007.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GLOTZ, Gustave. *La cité grecque*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LOPEZ, Roberto S. *A cidade medieval: entrevista conduzida por Marino Berengo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. 2º Volume – A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971.
- PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Niterói, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2008.



- PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. "A Câmara Municipal e a Doação de Terras em São Paulo colonial (1560-1765)", In: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*, setembro de 2008. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Ribeiro_Fernando_V._Aguiar.pdf. Acesso em: 08 de outubro de 2008.
- RODRIGUES, Vitor Lima. *Revisitando os semeadores de cidades: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil*. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.
- RONCAYOLO, Marcel. "Território". In: *Enciclopédia Einaudi*, volume 8, Região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Leonardo Soares dos Santos. "A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX". In: *De Cidades e Territórios*. Rio de Janeiro: PoD, 2010, v.1, p. 13-30.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.
- SÁTIRO, Doralice Maia. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB*. São Paulo, Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2000.
- SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988.
- TEIXEIRA, Manuel. C. *As cidades medievais portuguesas. As cidades muçulmanas dos séculos VIII-XIII. As cidades cristãs planeadas dos séculos XIII-XIV*, In: CARVALHO,



Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (orgs.). *As cidades no tempo*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d'Água, 2005.

WEBER, Max. *La Ville*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

WEBER, Max. *The City*. New York: The Free Press; London: Collier-Macmillan Limited, 1966.



Muçulmanos e Cristãos: Uma definição nem sempre tão fácil da alteridade dos fiéis das duas crenças

Maria do Carmo Parente Santos¹

RESUMO

Muçulmanos e cristãos: uma definição nem sempre fácil da alteridade dos fiéis das duas doutrinas

A pregação do profeta Maomé levou ao surgimento de uma terceira fé monoteísta no Oriente e as conquistas muçulmanas alteraram profundamente o equilíbrio de forças políticas e militares na região. Em vastos territórios judeus, cristãos e muçulmanos viveram lado a lado. O tema de nosso trabalho é uma reflexão sobre o processo de afirmação de uma identidade genuinamente islâmica frente aos seguidores do cristianismo e do judaísmo.

Palavra Chave: Alteridade – Islamismo – Cristianismo

ABSTRACT

Muslims and Christians : a definition always easy of altering faithful people of two doctrines

The preaching of Mahomet prophet led to the arisement of a third monotheist faith at the Middle East and the Muslims conquests deeply altered the balance of political and militar forces of the region . In vast territories ,christians , jewishes and muslims lived side by side .The theme of our work is a reflexion about the process of the genuine islamic identity face to the followers of Christianity and Judaism

Key words: Altering – Islamism – Christianity

¹ Professora Dra. Em História Medieval da UERJ e professora do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA-UERJ).



A vitória dos turcos seldjúcidas sobre as tropas bizantinas em agosto de 1071 foi um duro golpe para os exércitos cristãos, uma vez que abriu caminho para o assentamento do inimigo na região da Anatólia. É difícil não se reconhecer neste evento o ápice de um processo de expansão muçulmana iniciado logo após a morte do fundador do islamismo.

O surgimento do Islã e a sua conseqüente expansão ocorreram num momento em que as vitórias do imperador Heráclio sobre o império sassânida pareciam ter efetivado definitivamente a soberania cristã sobre a Ásia Menor, Egito, Síria e Mesopotâmia, áreas importantes por seus imensos recursos naturais e humanos.

Os governantes dos impérios bizantino e sassânida foram pegos de surpresa, quando se iniciaram as primeiras investidas dos muçulmanos sobre suas fronteiras. A perspectiva com que ambos encaravam os árabes não era das mais lisonjeiras. As tribos nômades habitantes da península Arábica vivendo em permanentes conflitos umas com as outras não pareciam constituir uma ameaça aos dois impérios, que não acreditavam que estas pudessem transcender seus ódios tradicionais, aliando-se para a formação de uma unidade política obediente a um único governo.

Mas, o tribalismo e o modo de vida nômade dos beduínos era uma característica da Arábia setentrional e média, e não de toda a região. No sul florescia uma apreciável cultura urbana, possível pela construção de grandes diques e sistema de irrigação. Sua posição - saída do mar Vermelho - tornava-a ponto de convergência das grandes rotas mercantis Oriente- Ocidente e ainda local de ligação comercial entre o oceano Índico e as rotas terrestres que se dirigiam para a Síria e o Egito.

Mas, uma região cuja posição favorecesse o comércio acabava sempre por levar ao abandono do nomadismo. Tal fenômeno pode ser observado em Meca, posicionada no entroncamento de duas grandes rotas de caravanas, tornou-se por este motivo um vigoroso entreposto comercial, dirigida por uma aristocracia de ricos comerciantes.

Os árabes não viviam isolados em seu território interagindo com persas e bizantinos das mais diversas maneiras : trabalhavam como soldados mercenários , mas



também praticavam o comércio fornecendo aos dois impérios camelos , incensos ou escravos.

Além disso, os governos de ambos os impérios defendiam suas fronteiras de eventuais invasões incentivando a formação de pequenos estados clientes semibeduínos governados por príncipes árabes.

As contínuas relações entre bizantinos e árabes e, mesmo entre estes e os judeus explicam o aparecimento, a partir do século VI de uma mudança espiritual, mudança esta que apontava em direção ao monoteísmo denunciando uma grave insatisfação com a religião politeísta tradicional.

O aparecimento de uma terceira fé monoteísta na região não foi percebida de imediato. Primeiramente porque as querelas religiosas que sacudiram periodicamente o império bizantino tornavam fácil acreditar que o islamismo seria apenas outra corrente teológica desviante da ortodoxia imposta pelo clero de Constantinopla. E talvez, a própria ausência da idéia de pluralismo religioso tornasse impossível conceber o surgimento de uma nova religião, uma vez que acreditava-se ser a Bíblia a fonte legítima de todo o conhecimento espiritual.

A pregação de Maomé e a conseqüente formação da *Umma*, significou a suspensão das lutas tribais e a canalização da agressividade para fora da península Arábica, exatamente para regiões pertencentes aos impérios persa e bizantino. Estes estavam por demais ocupados em manter uma guerra um contra o outro, conflito que se arrastou do ano de 602 até 628, exaurindo as riquezas e os exércitos de ambos.

Em 629 uma coluna de beduínos, comandada pelo filho adotivo de Maomé atacou *Mu'ta* , fortificação bizantina no mar Vermelho. Este foi o primeiro passo de um processo que levou os exércitos árabes a alcançar a Espanha e o Turquestão. Mas, para as autoridades bizantinas *Mu'ta* não passara de uma escaramuça de fronteira sem uma importância maior. Mas em dez anos desapareceria o império persa varrido pela força das tropas muçulmanas enquanto Bizâncio passou a viver em constante estado de alerta devido a crescente pressão islâmica, que se mostrara tão avassaladora que no ano de 640 arrebatou-lhe sua mais rica província—o Egito.



Durante muito tempo explicou-se a rapidez da conquista muçulmana pela capacidade dos homens que compunham seus exércitos de enfrentarem as mais duras provações, uma vez que estavam habituados ao modo de vida nômade dos beduínos, aliado à ambição de obter a posse de enormes riquezas. Contudo, uma análise mais acurada sobre a situação do Oriente bizantino demonstra que existia uma debilidade intrínseca na capacidade do governo de Constantinopla em fazer-se obedecer em suas diversas províncias.

Tal situação era, sem dúvida, o resultado das inúmeras querelas religiosas que durante séculos sacudiram o império, criando dissensões que na maioria das vezes sob o manto religioso expressavam insatisfações de caráter político, aumentadas pela rigorosa política fiscal estabelecida pelo imperador Heráclio, com o intuito de obter recursos, pois a guerra contra os persas esvaziara o tesouro.

Além disso, o fator cultural também era um fator ponderável nas difíceis relações do império com suas províncias. No caso da Síria e do Egito, a primeira possuía uma cultura aramaica enquanto a cultura egípcia era copta. A população de ambas as regiões adotara o monofisismo. Assim, não havia nenhuma identificação com o governo bizantino, tanto sob o ponto de vista étnico quanto cultural.

A lealdade destas populações em relação ao Império Bizantino era bastante fraca e podemos acreditar que não houve a oposição de uma forte resistência ao avanço muçulmano. Fontes siríacas informam-nos que a expansão árabe foi considerada como um castigo divino enviado por Deus para punir o pecado dos imperadores bizantinos, especialmente Heráclio, cuja feroz política em relação às comunidades monofisistas e nestorianas havia trazido um enorme ressentimento contra o domínio imperial.

A própria postura tolerante dos invasores, que não forçaram a conversão de cristãos e judeus, vistos como *al-kitab* (povos do Livro) e por isso participantes da verdade levou a uma rápida acomodação entre conquistadores e conquistados.

A tolerância dos primeiros califas foi um reflexo da própria carreira do Profeta, que fundara um império religioso na Arábia, usando muito mais a diplomacia do que a



guerra. Assim, os comandantes muçulmanos ofereciam condições generosas – proteção e tolerância— em troca de um tributo fixo, obtendo desta forma a rendição de importantes cidades, como foi o caso de Damasco e Alexandria.

A conquista estendeu-se e no século VIII abarcava terras que se estendia do rio Tejo, em Portugal, ao rio Indus no Paquistão, do Atlântico ao mar de Aral, na Ásia Central, do sul do Saara aos montes Pirineus entre a Espanha e a França. As vitórias conseguidas neste empreendimento legitimaram-se sob a égide da *jihad*, ou seja, da luta contra o infiel. É bem verdade, que este não é o único nem o primeiro significado desta palavra, que na sua origem queria dizer “*combate na senda de Deus contra si mesmo a fim de se aperfeiçoar*”.

Uma segunda expansão ocorreu no século XI e não apresentou um caráter militar, mas foi realizada por comerciantes e missionários que adentrando da Índia Meridional, do arquipélago das Maldivas, da ilha de Sumatra, da Malásia, da China Meridional, do arquipélago da Indonésia, da África Oriental, da Etiópia e do Sudão procuraram converter os príncipes e soberanos locais. A expansão do islamismo nestas regiões configurou-se num processo de larga duração temporal.

A empresa militar iniciada logo após a morte do Profeta conheceu sua maior expansão a oeste com a conquista da Sicília entre 827 e 902. A guerra santa havia chegado ao fim com a ascensão do califado abássida, que mudando a capital para Bagdá no Iraque transformou o califado do império mediterrâneo em império asiático.

O processo de expansão colocou os árabes muçulmanos em contato direto e, por vezes, bastante estreito com povos das mais diversas religiões. Os de fé monoteísta fizeram jus à tolerância, por meio de um pacto - *dhimma* - que, se por um lado garantia-lhes o direito de continuarem praticando sua própria religião, gozando mesmo de certo grau de autonomia comunal; por outro os obrigava a pagar a *jyza*, imposto por cabeça.

Desta forma, numerosas minorias cristãs sobreviveram em números expressivos no Egito, Síria, Líbano e Palestina, embora o mesmo não tenha ocorrido na



Ásia Central, sul da Arábia e norte da África. Contudo, budistas, hindus e animistas, não fizeram jus à tolerância dos conquistadores.

O islamismo é apresentado no Corão como uma religião que se define por sua oposição às outras (*umma dunal-nas*). Que podemos traduzir como povo ou comunidade distinta do resto da humanidade. Derivada desta idéia a perspectiva política tornava-se bem clara, quando os territórios dominados pelo Islã eram denominados *Dar al-Islam*, ou seja, Casa do Islã; enquanto as terras sob outra soberania eram vistas como *Dar-al-Harb* - Casa da Guerra, que deve ser conquistado para a *charia*, a lei islâmica, e isto poderia ser feito seja pela pregação da palavra, ou se esta se mostrasse inútil, pela força das armas.

Mas, esta rígida polarização mostrou-se inexequível durante o processo expansionista, obrigando os juristas a criarem outras categorias. O chamado *Dar el Soth* (território da trégua) podia-se conservar em paz mediante o pagamento de tributos aos muçulmanos. O reconhecimento de que determinados territórios não poderiam ser conquistados pela superioridade militar ou numérica dos infiéis ou mesmo por imperativos econômicos, técnicos e sociais levaram a que as relações com estes fossem regidas pela *daruriyya*, ou seja, pelo estado de necessidade.

Mas, a constituição de uma marcada alteridade islâmica foi um processo longo. Em relação aos povos politeístas havia desde o início a consciência bastante forte da diferença, emanada do ensinamento fundamental do Profeta, Deus é Único. Mas, o mesmo não ocorria em relação aos dois outros povos de fé monoteísta.

Tais como os fiéis do judaísmo e do cristianismo, o muçumano é um homem “temente a Deus” e preocupa-se com o Juízo Final. Como acima já dissemos judeus e cristãos como povos do Livro --o *Antigo Testamento*-- não foram obrigados a converterem-se. Isto aliado ao fato da contínua convivência entre estes e os muçulmanos criou o medo de a uma “contaminação” da fé islâmica.

Para compreendermos melhor esta questão devemos refletir sobre alguns pontos importantes para entendermos as dificuldades que se apresentaram, primeiramente ao próprio Profeta e, posteriormente aos diversos califas no processo



de definição de uma teologia muçulmana própria, livre das idéias oriundas do judaísmo e do cristianismo.

Como já o dissemos, desde muito cedo as tribos beduínas entraram em contato com cristãos e judeus, tendo um grande número destes últimos habitado na península Arábica. Deste modo sabemos que na região , quando Maomé começou sua pregação, já haviam tribos convertidas ao cristianismo e ao judaísmo.

Em Hira existia, por volta de 510 um bispado nestoriano, fazendo surgir no século VI uma comunidade arábico-nestoriana (*'ibad*), que por sua combinação de grupo religioso e organização tribal, constituiu-se num prenúncio da comunidade islâmica. Tribos beduínas foram cristianizadas a partir do reino gassânida, sendo que algumas destas possuíam seus próprios bispados.

Não podemos esquecer que, segundo a tradição, em Meca acreditava-se que a *Caaba* havia sido fundada por Abraão e à princípio dedicada a um único deus, mas a maldade dos homens acabaram por desvirtuar este objetivo, dedicando-o a numerosos deuses. Deste modo, podemos afirmar que os elementos que no final do século VI impulsionaram uma mudança espiritual na península Arábica foram o cristianismo e o judaísmo .

A oposição às predicções de Maomé em Meca não se fundamentavam numa rejeição ao monoteísmo, mas por suas idéias escatológicas e a severa condenação ao politeísmo, especialmente das divindades locais. A animosidade dirigida ao Profeta era reforçada pelo ressentimento social e pelo temor que suas prédicas pudessem prejudicar a lucrativa indústria da peregrinação.

A *Hégira* significou o primeiro passo no processo de definição do islamismo. Até sua chegada em Medina, Maomé acreditava que a revelação que lhe fora feita era a mesma anunciada a judeus e cristãos, mas a refutação feita pelos primeiros de sua mensagem modificou a sua concepção de missão religiosa. Embora, continuasse afirmando que Moisés e Cristo não eram falsos profetas, explicava que eles não conheciam a verdade plena, ou seus seguidores haviam-na conspurcado após a morte



de ambos. A mudança no costume de rezar voltando-se para Meca e não mais para Jerusalém foi um reflexo do distanciamento do Profeta das influências hebraicas.

Mas, a contínua convivência dos muçulmanos com cristãos e judeus dentro dos territórios conquistados tornava sempre presente a ameaça de que a doutrina islâmica fosse “contaminada”. Tal convivência foi provocada pelas necessidades da montagem de um sistema administrativo, tarefa impossível de ser realizada sem a admissão de cristãos e judeus como funcionários.

Além disso, não podemos esquecer outra contribuição de vital importância recebida pelos muçulmanos dos “*infiéis*”: foram eles que lhes apresentaram a cultura da Antiguidade helenística e persa. Outrossim, estes conheceram por meio dos seguidores de Maomé, a sofisticada literatura poética nascida no deserto, e se deixam por ela encantar.

Nas terras do Crescente Fértil dominadas pelos muçulmanos estabeleceu-se uma estreita cooperação entre estes e os cristãos em dois campos em que os estudos serviam para o avanço de ambos : os de serviço profissional e intercâmbio intelectual.

Durante o século dos califas *omíadas* os costumes beduínos ainda estavam muito presentes, conferindo uma superioridade social aos árabes evitando que eles perdessem a sua individualidade no meio da imensa população de povos conquistados, pois no século VIII somente uma minoria muçulmana (cerca de 10%) podia ser contada na população do Irã, Iraque, Síria, Egito, Tunísia e Espanha.

No século X esta situação havia se modificado, tendo grande parte da população destas regiões se tornado muçulmana, tanto a população urbana quanto um considerável número de habitantes das zonas rurais. Isto pode ter ocorrido porque a linha entre fiéis e infiéis estava mais nitidamente estabelecida, tendo se definido mais claramente todo um sistema de ritual, doutrina e lei próprio dos seguidores da fé islâmica. Isto reforçou o sentimento de identidade dos seguidores dos ensinamentos do Profeta, levando-os a perceberem-se como muçulmanos, seguidores de uma fé monoteísta, que embora, na sua gênese devesse muito ao judaísmo e ao cristianismo havia ao longo do tempo adquirido uma feição própria.



Bibliografia:

FLECTHER, Richard. *A cruz e o crescente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

KENNEDY, Hugh. *Las Grandes Conquistas Árabes*. Traducción castellana de Luís Noriega. Barcelona: Critica, 2007.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. 2ª ed, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MENOCAL, Maria Rosa. *O ornamento do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WHEARCROFT, Andrew. *Infiéis: o conflito entre cristandade e o Islã 638-2002* tradução Marcos José Cunha, Rio de Janeiro: Imago Ed, 2004.



Compreendendo o “Novo Confucionismo”: a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea

André Bueno¹

RESUMO:

O objetivo desse artigo é examinar a retomada do confucionismo na China moderna, sua re-apropriação como doutrina filosófica e política, e as implicações que o movimento conhecido como ‘Novo Confucionismo’ terá na mudança do sistema de governo chinês em um futuro próximo.

Palavras-chaves: Confucionismo; Novo Confucionismo; China; Sinologia

ABSTRACT:

The aim of this paper examine the return of Confucianism in modern China, its re-appropriation as a philosophical doctrine and politics, and the implications of the movement known as 'New Confucianism' will have in changing the system of Chinese government in the near future.

Keywords: Confucianism; New Confucianism; China; Sinology

¹ Professor Dr. em História Antiga da UNESPAR - FAFIUUV



Apresentação

O atual sucesso econômico da China tem colocado em questão a continuidade do pensamento marxista como ideologia oficial do governo chinês. Que se entenda, esse questionamento é muito mais um anseio ocidentalista do que, propriamente, uma preocupação chinesa; contudo, a velha guarda do partido comunista chinês está sendo gradualmente substituída por um número significativo de cientistas e técnicos voltados diretamente para o contínuo desenvolvimento do país, deixando os aspectos ideológicos do comunismo – aparentemente - em segundo plano.

Um exame rápido sobre a história do comunismo na China mostra que ele desenvolveu um dinamismo próprio, calcado na fusão de elementos ancestrais da filosofia chinesa com a visão revolucionária de Maozedong, que adaptou o marxismo à realidade de sua civilização milenária e conseguiu, assim, com que ele se transformasse no pilar do Estado chinês no século 20. A trajetória do comunismo chinês pode ser dividida em três grandes fases: até 1949, quando da criação da república popular da China (RPC), cujos fundamentos se assentam num marxismo adaptado a economia agrária chinesa; de 1949 até 1976, ano da morte de Maozedong, quando a China enveredou por essa linha própria de comunismo, rompendo com o mundo soviético e promovendo a revolução cultural (1966-1973), de modo a tornar “permanente” o processo revolucionário; por fim, a fase de distensão, iniciada por Deng Xiaoping, no qual o desenvolvimento estratégico do país (estabelecido na diretriz das “Quatro grandes modernizações”) deu um impulso significativo à economia, e dissolveu as tensões políticas depois do episódio de Praça da Paz Celestial em 1989, criando as condições fundamentais para a existência da China atual (SPENCE, 2000).

Essas reviravoltas na política chinesa configuraram uma situação diversa daquela encontrada no panorama dos países comunistas europeus. Se por um lado o Partido Comunista Chinês não “caiu” na década de 90 junto com o leste europeu, por outro, suas linhas ideológicas se transformaram num desafio aos intelectuais de esquerda, que debatem continuamente se a China representa a vitória do



pragmatismo, de um comunismo bem sucedido ou ainda, uma deturpação das teorias marxistas.

No entanto, qual é a visão chinesa a esse respeito? O governo chinês sustenta ainda a preeminência do marxismo, como base do planejamento econômico e social do Estado; e de fato, características fundamentais do estatismo comunista e da economia planificada continuam a existir solidamente, sustentando o desenvolvimento chinês e fornecendo a estrutura para o rápido processo de industrialização do país. Por outro lado, a fabricação de bens de consumo e a gerência do mercado se dão no âmbito da iniciativa privada, configurando a idéia de uma economia mista. Contudo, essas são análises realizadas com o instrumental teórico ocidental, cujo alcance em relação às políticas chinesas ainda continua sendo superficial e especulativo, sem atingir, de fato, o cerne das interpretações chinesas sobre o seu próprio desenvolvimento e futuro. Que se entenda: enquanto os pensadores ocidentais debatem se a China representa ou não o futuro do comunismo na história da humanidade, as mensagens confusas que essa sociedade envia para o mundo só podem ser decodificadas se houver uma compreensão profunda do modo de pensar chinês.

E qual a chave para compreender as futuras mudanças ideológicas na China? Neste presente texto, proponho que as mudanças em andamento dentro do governo chinês da RPC resultam de uma retomada do pensamento milenar confucionista, propiciado pela corrente filosófica do ‘Novo Confucionismo’ (ou ainda, ‘Pósconfucionismo’), cuja releitura dessa antiga doutrina se propõe a adaptar um *modus cultural chinês*, baseado no confucionismo, ao contexto da modernidade, estabelecendo parâmetros de governo e de socialização que conjuguem a estrutura cultural milenar dessa civilização com os desafios do mundo contemporâneo.

A questão do confucionismo

O confucionismo foi a doutrina oficial do estado imperial chinês desde o século 3 a.C., quando foi alçado ao posto de ideologia do governo pela recém fundada



dinastia Han. As origens do confucionismo remontam, porém, ao sábio Confúcio (551-479 a.C.), cujo pensamento filosófico defendia a formação do indivíduo por meio de uma educação extensa e humanizadora. O pensamento confucionista pressupunha, porém, um sistema meritocrático para hierarquizar a sociedade, e admitia uma rede graduada de relações entre os diversos níveis sociais. O confucionismo perdeu muito de seu dinamismo ao longo dos séculos, e foi considerado com uma das principais causas do atraso chinês no século 19. De fato, o confucionismo dessa época havia se transformado num conjunto de disciplinas fossilizadas e obsoletas, cuja função básica era apenas a de nortear o sistema de concursos públicos para a admissão em cargos dentro do Estado. O surgimento da república chinesa em 1911 veio a golpear duramente o prestígio do confucionismo como uma ideologia de Estado e mesmo como uma ética social. Embora o próprio Confúcio detestasse ele mesmo a idéia de sua doutrina transformar-se em alguma espécie de culto, durante os séculos 18 e 19 essa tendência se acentuou, e o estado imperial degradou ao máximo as possibilidades de se instituir qualquer forma de confucionismo modernizante – embora houvesse intelectuais nessa época, como Kang Youwei (1858 -1927), que trabalhassem com a possibilidade de uma retomada.

O século 20 testemunharia a banalização do confucionismo como sistema filosófico, sendo entronizado como uma espécie de religiosidade em Taiwan, ou sendo amplamente criticado como a raiz de todos os males sociais na RPC. O próprio Maozedong dirigiu uma campanha ideológica em 1973-74 contra Lin Biao e Confúcio – que a seu ver, tratavam-se dos dois grandes inimigos revisionistas do sistema comunista durante a época da Revolução Cultural. Mao entendia que Confúcio representava o lado arcaico e atrasado da sociedade chinesa; e Lin Biao, o inimigo escondido, o suposto comunista que tramava o fim do regime (embora tivesse sido indicado pelo próprio Mao, tempos antes, para sucedê-lo, causando uma grande comoção em torno da ‘visão esclarecida’ do ‘Grande Timoneiro’).

O confucionismo continuava a ser encarado como uma doutrina antiquada e feudalizante, que desestimulava ao aprimoramento do indivíduo numa sociedade



coletivista. No entanto, alguns autores chineses começaram a trabalhar uma reformulação do confucionismo para o mundo contemporâneo, iniciando aquilo que seria conhecido como movimento do ‘Novo Confucionismo’ (cuja denominação tenta evitar uma confusão com o ‘Neoconfucionismo’ do século 12).

A proposta inicial desse movimento seria resgatar o confucionismo em suas múltiplas facetas, desde uma teoria pedagógica até as suas formas mais amplas de sistematização política, ética e mesmo econômica. Esse novo confucionismo tem contado com um amplo número de autores, dos quais nos utilizaremos aqui apenas Jiang Qing, cujo projeto político e filosófico dirige-se diretamente a questão da construção de um ‘Novo confucionismo’ para a sociedade e o governo da RPC.

O surgimento desse movimento intelectual tem suas raízes no início da China republicana, mas se desenvolveu de fato nos Estados Unidos, em Hong Kong, Coreia do Sul e Cingapura, embora nos últimos vinte anos ele tenha encontrado uma ampla repercussão na RPC (MAKEHAM, 2003). A questão que se configura em torno do novo confucionismo é a seguinte: se o governo chinês vier a flexibilizar cada vez mais as suas conceituações teóricas sobre o marxismo, qual será a resposta a ser dada em relação às questões sociais e políticas que surgirem diante de um Estado cujo compromisso ideológico com a sociedade modificou-se? Atualmente o governo da RPC tem mudado sua postura em relação a várias áreas da sociedade (comércio, produção, educação, direitos civis), sobre as quais exercia antes um controle direto e atento. No entanto, de que outro modo poderá se regular as relações sociais e políticas se, mesmo que aparentemente, ficar caracterizado uma espécie de ‘distanciamento’ do regime vigente em relação às mesmas?

Autores como Metzger (1986) já defendiam uma reinterpretação do confucionismo em novas bases intelectuais e políticas, mas quase todos – inadvertidamente – subentendiam uma relação entre essa retomada com a presença de elementos do sistema democrático, supondo que o estabelecimento de um novo confucionismo dependeria, ou estaria vinculado, à promoção do indivíduo como participante da vida política. Porém, o primeiro teste governamental com a



consecução de uma ideologia de caracteres confucionistas veio com a bem sucedida experiência de Cingapura, cujo governo do general Lee Kuan Yew (de 1965 a 1990) promoveu a criação de um Estado cuja ênfase na educação e da boa ordem social eram complementadas por um sistema político duro e de feições autoritárias. Os avanços econômicos do país, porém, chamaram a atenção do mundo asiático para a fórmula proposta, que se consagrou como uma alternativa aos modelos consagrados do capitalismo e do comunismo (HAN, 1998). Em 1987, a RPC promoveu o primeiro encontro internacional de retomada do pensamento confucionista, convidado o general Lee como o principal palestrante; e já em 1994, forma a primeira associação internacional de Confucionismo, para estabelecer as diretrizes da reinterpretação do Confucionismo dentro da história chinesa e para o mundo contemporâneo; por fim, a RPC formalizou a criação de uma vasta rede mundial de institutos de ensino da língua chinesa a partir de 2004 com o nome de *Instituto Confúcio*.

Esses sinais revelam que a RPC procura, há algum tempo, formas de continuar dinamizando seu sistema político e econômico sem perder, porém, as conquistas da planificação comunista. A retomada do confucionismo poderia ser surpreendente, mas não é: ao longo dos períodos mais agudos do maoísmo, fragmentos de diversas escolas do pensamento antigo chinês eram constantemente retomados para servir de analogia as decisões atuais. A mente chinesa tradicional não opera pela eliminação do passado, mas pela constante reformulação de conceitos que são considerados fundamentais para a manutenção e a continuidade do que é ser chinês. Isso implica, necessariamente, em recorrer a Confúcio, cuja obra construiu os ditames básicos dessa identidade chinesa, revista constantemente ao longo dos séculos e ao mesmo tempo, consolidada por esse processo.

Contudo, a crença de que o novo confucionismo construirá uma abertura para o regime democrático eleitoral é de uma ingenuidade tremenda. A visão ocidental, nesse sentido, ainda opera dentro da dicotomia ‘democrático x autoritário’, supondo que uma mudança no regime chinês poderia ensejar algum tipo de flexibilização política liberal (ACKERLY, 2005). A questão é que o novo confucionismo que se propõe



na China de agora é essencialmente meritocrático, ou seja: sua aplicação na política, a princípio, considerará que as eleições ou mudanças de governo serão feitas dentro das estruturas do Estado, por aqueles que o constituem – funcionários públicos, especialistas, membros do partido, etc., não envolvendo necessariamente a participação direta das massas. O que por um lado pode ser considerado pouco democrático, por outro pressupõe que aqueles que decidirão sobre os destinos do governo têm uma experiência adquirida sobre os principais da sociedade, tendo uma visão de conjunto que o eleitor isolado não possui. Além disso, a ênfase na educação tecnológica e moral dos indivíduos dariam o respaldo às ações institucionais, ocupando o vácuo deixado pelo Estado no que concerne ao controle direto sobre certas estâncias sociais. Como afirmamos antes, o fato de grande parte dos quadros governamentais atuais serem formados por cientistas e especialistas demonstra, de certo modo, que vinculações ideológicas ou partidárias estão se transformando em questões secundárias. Por outro lado, entende-se como necessária a manutenção de um regime de partido único, que estruture o funcionamento da máquina burocrática e administrativa, assegure a estrutura de poder baseada nesse sistema meritocrático e ainda, sustente o funcionamento dessa economia mista que, na compreensão chinesa, provou ser um sistema adequado a realidade mundial atual.

A leitura de Daniell A. Bell sobre o ‘Novo confucionismo’

Um dos estudiosos mais atentos a questão do ‘Novo confucionismo’ é Daniel A. Bell, autor de *China’s New confucianism* (2010). Bell é professor na universidade de Tsinghua em Beijing, sendo um observador atento dos movimentos políticos da China moderna. Bell apresenta em seu livro uma série de questionamentos sobre o futuro do marxismo na China, e o processo de reabilitação do confucionismo, retomado como uma doutrina moral e cultural que tem ocupado o espaço vazio da ética comunista na sociedade chinesa contemporânea. A preocupação chinesa é a de constatar – e admitir – que o conjunto básico de relações e modos sociais chineses manteve-se



eminentemente confucionista (ritos funerais, a preocupação com a educação, relações familiares, redes sociais, etc.), apesar do duro impacto que o comunismo maoísta impôs a essas tradições. Alguns avanços da ideologia comunista foram considerados extremamente saudáveis para a sociedade chinesa, tais como o fim dos acordos de casamento e a tendência à submissão feminina. Contudo, a idéia de dedicação ao trabalho e ao estudo, a submissão a hierarquias e formação de uma intelectualidade acadêmica e política são considerados efeitos da mentalidade confucionista tradicional.

No entanto, a virtude da análise de Bell reside na sua clareza e na consciência em não defender o ‘Novo confucionismo’ da RPC como uma saída ‘democrática’ para o capitalismo ocidental, como se pode supor superficialmente. Ao mesmo tempo, suas considerações em relação ao Estado chinês são suficientemente lúcidas para não admitir que a RPC é tão simplesmente um ‘estado autoritário’ como os alguns analistas ocidentais insistem em afirmar. Seu livro tenta escapar a essa dicotomia, sem preocupar-se em firmar um compromisso com a ideologia oficial da China atual. Bell centra diretamente suas preocupações em torno da questão política que atinge o país: como conciliar o marxismo e a tradição maoísta com a economia de mercado? Se nos deixarmos levar pela armadilha do discurso capitalista liberal, que prega o binômio ‘economia de mercado=democracia’, incorreremos no erro de não admitir que existam opções políticas disponíveis, e que as teorias ocidentais teriam superado inequivocamente quaisquer outras formas de teorias políticas possíveis. O modelo chinês, como afirmamos antes, desafia a compreensão ocidental pela sua capacidade de adaptar-se ao mercado mundial defendendo, contudo, uma intervenção severa do Estado em certos setores. Por outro lado, aspectos da ideologia comunista relativos à austeridade, igualdade e coletivismo socialista praticamente desapareceram, e são considerados como superados.

É nesse ‘vazio’ que Bell tem acompanhado as discussões da sociedade chinesa em torno da retomada do pensamento confucionista. Se pelo lado religioso os chineses tem buscado opções variadas, o confucionismo tem sido encarado como uma



doutrina filosófica capaz de rivalizar com as principais teorias políticas advindas do ocidente, e que influenciaram a China do século 20. As obras de Confúcio são repletas de conselhos sobre governo e administração da vida pública, mas os pontos fundamentais de suas obras, porém, vem de encontro à situação da China atual: um estado que preserve as relações sociais, cuide da lei, mas estimule o indivíduo a se realizar por conta própria. Como conciliar, porém, o ideal comunista com essa teoria que durante anos foi refutada pelo próprio maoísmo?

O confucionismo político de Jiang Qing

A construção do ‘Novo confucionismo’ apresenta, pois, dois lados que devem ser analisados: um, do projeto ético e social (já em andamento na educação e na produção intelectual sobre o tema), e o outro, do projeto político – esse segundo, mais complexo e em fase de elaboração. A China recriará algum sistema de exames para a administração pública e para o partido, como na época do império? Qual será a estrutura de um sistema meritocrático, e como ele funcionará? Essas proposições, aparentemente ‘improváveis’, estão sendo redesenhadas e discutidas dentro dos órgãos da RPC de modo a criar uma alternativa, de governo que mantenha o Estado sólido e centralizado, sem dar brechas a democracia populista que incomoda profundamente os políticos atuais da China. Basicamente, o ‘Novo confucionismo’ da RPC segue a linha proposta por Jiang Qing, cujas propostas tentam conciliar a questão do marxismo chinês com a reconstrução do confucionismo. Jiang, dentro de uma tradição intelectual consagrada desde a China antiga, possui uma academia autônoma de estudos confucionistas e é autor do livro *Confucionismo Político (zhengzhi ruxue)* (1991) que lançou a questão do projeto confucionista como algo viável ao futuro do governo chinês. Afirmções mais recentes de Jiang apontam sua preocupação com uma mistificação do confucionismo – isso fez com que ele se afastasse também do estado laico da RPC, mas suas opiniões continuam sendo a base para discussão da implantação desse ‘Novo confucionismo’ na sociedade. Atualmente, a academia



confucionista de Jiang fica na província de Guizhou (Daniel Bell descreve sua visita ao mesmo em 2008, in <http://www.dissentmagazine.org/online.php?id=146>).

Em seu livro, Jiang faz uma extensa análise do desenvolvimento do confucionismo em relação a política desde a época Han até o fim do império. Analisando os aspectos educacionais e políticos da mesma, ele defende como o confucionismo criou uma identidade social, cultural e política para a China, sendo alicerce da vida intelectual do país. A própria tradição burocrática foi criada e desenvolvida com base na teoria confucionista, culminando com o sistema de exames imperiais e a difusão do ensino público. Sua proposta, pois, consiste em elaborar um novo sistema político que incorpore a teoria hierárquica e meritocrática confucionista, mas sem a ascensão de um novo imperador ou com a perda da república. De fato, Jiang propõe uma espécie de parlamento em três níveis representativos, que representariam, em escala hierárquica, as comunidades distritais e populares, as agremiações (partidos e associações) e por fim, a câmara superior formada por funcionários públicos qualificados e de longa carreira. Visto assim, o sistema não se afastaria muito do que já existe em voga na China atual: no entanto, as exigências doutrinárias e os compromissos sociais seriam ideologicamente pensados a partir do confucionismo, e não mais do marxismo.

Conclusão - os problemas do ‘Novo confucionismo’

Verticalizada por uma estrutura milenar política que desde cedo organizou as forças produtivas da sociedade, a China oferece ao mundo de hoje uma proposta inteiramente nova de organização política e econômica – ainda que calcada em formas ancestrais. Como já dizia o sábio Confúcio, “mestre é aquele que, por meio do antigo, revela o que é novo” – e é isso exatamente que o país está fazendo. A China sofreu a experiência trágica do colonialismo, e decidiu responder a ela adotando a teoria marxista. As razões para isso são claras; em primeiro lugar, os chineses do início do século 20 sabiam que precisavam se modernizar (tecnologicamente), à maneira ocidental, mas não o queriam fazer por meio do capitalismo – teoria individualista e



malévola responsável pelo mesmo colonialismo vil que se instalava em seu país; além disso, o regime imperial não havia conseguido manter-se, tanto por ser estrangeiro (manchu), quanto por não ser flexível e adaptável, como ocorreu no caso do Japão Meiji; e, por fim, o marxismo defendia que os seres humanos eram iguais, seus direitos seriam universais e que a razão de existência do trabalho era a formação de uma comunidade perfeita (o comunismo), sistema que para os chineses parecia constituir, simplesmente, a realização de suas milenares utopias camponesas. Além disso, o marxismo parecia mais equânime e gentil com a antiga civilização chinesa, desrespeitada acintosamente pelos preconceitos raciais e étnicos dos europeus do século 19.

O que a China fez, pois, foi construir um marxismo próprio, re-interpretado por suas orientações filosóficas seculares, cujos conflitos internos se deram em função de radicalizações dentro do partido comunista chinês e da sociedade. Após a morte de Maozedong em 1976, Deng Xiaoping orientou o país numa nova espécie de socialismo, posteriormente conhecido por “socialismo de mercado”. Seu lema para a economia - “não importa a cor do gato, desde que ele apanhe os ratos” – já indicava que a proposta chinesa seria de recuperar o país e fortalecê-lo, através da construção de uma decisiva capacidade econômica e política, que intencionalmente modificaria certos paradigmas do marxismo-maoísta anterior (MARTI, 2007).

Contudo, se esse modelo chinês desfruta das atenções mundiais em função de sua originalidade, por outro lado ele prevê suas próprias necessidades de mudança, que se configuram na implementação desse ‘Novo confucionismo’. Como dissemos, o Estado pretende transferir ao indivíduo chinês uma partilha de responsabilidades sociais sobre a educação, as questões ecológicas, a auto-regulação do mercado, a negociação de direitos trabalhistas, etc. Os efeitos dessas medidas são conhecidos: aumento das desigualdades econômicas e sociais, exploração da mão de obra, transferência de responsabilidades públicas para a iniciativa privada, etc.; por outro lado, a livre iniciativa econômica, as interferências reguladoras do Estado, e o aumento das ofertas de emprego têm feito a sociedade chinesa supor que está no caminho



correto, sendo necessários somente os ajustes resultantes do surgimento de novos problemas sociais e estruturais. Para isso, o novo confucionismo surge como a sistematização filosófica que pretende servir de escopo para a formação de uma nova mentalidade social que se desobrigue da dependência do Estado e parta para uma condição de autonomia do indivíduo que não pressuponha, porém, o ‘desatinos culturais e as mazelas morais’ do neoliberalismo ocidental. Esse novo confucionismo seria uma alternativa ética e moral que dispensaria as regulações religiosas – posto que ele não prega qualquer tipo de fé, dentro de um Estado que se entende laico e contra a presença da religião dentro da esfera política – resgatando os princípios confucionistas de dedicação ao trabalho, estudo, respeito a família e aos superiores, dentro da concepção de que a concretização desses elementos tornam a vida em sociedade harmoniosa e construtiva, independendo da necessidade repressão policial direta ou de ‘ameaças metafísicas’ representadas pela religião. Para exemplificarmos isso, a obra mais divulgada do ‘Novo confucionismo’ na RPC, e com patrocínio direto do governo, é uma reinterpretação da sabedoria confucionista adaptada ao cotidiano, escrito pela professora Yudan (*Confúcio com amor*, de 2006), cuja análise moralizante se aproxima muito mais da auto-ajuda do que, propriamente, da discussão filosófica ou sociológica. Por outro lado, não podemos nos equivocar acreditando que esse livro foi produzido e supervisionado por especialistas que ignorem as dimensões desse ‘Novo confucionismo’, ao contrário; ele é uma ponte direta para com a massa do público leitor chinês, acostumada a receber ‘orientações’ desse gênero desde a época maoísta.

É notável, portanto, que para se compreender o mundo chinês, é necessário retomar seu passado. Alicerçados em tradições milenares, cuja continuidade é um fenômeno desconhecido no Ocidente, a China representa um desafio teórico que só pode ser acessado com o estudo aprofundado de suas épocas e pensadores mais antigos. Sem isso, qualquer análise sobre essa civilização será sempre a do presentismo imediatista, incapaz de conceber como o modelo dessa civilização funciona. Trinta anos atrás, supor que Confúcio retornaria ao topo das preocupações



chinesas seria motivo de prisão na RPC; contudo, é bem provável que daqui a mais trinta anos, o marxismo seja considerado apenas um momento dessa longuíssima história – e a China planeja seu futuro baseada no passado.

Referências Bibliográficas

- ACKERLY, Brooke. **Is liberalism the only way toward democracy? - Confucianism and Democracy.** in POLITICAL THEORY, Vol. 33 No. 4, 2005 in http://users.polisci.wisc.edu/avramenko/Methods/Ackerly_Liberalism%20and%20Confucianism.pdf
- AMES, Roger. & HALL, David. **Anticipating China: thinking through the narratives of Chinese and western cultures.** California: Suny press, 2002.
- AMES, Roger. & HALL, David. **Thinking from the Han: self, truth and transcendence in Chinese and western culture.** California: Suny press, 2002b.
- AMES, Roger. & HALL, David. **Thinking trough Confucius.** California: Suny press, 2002c.
- BALAZS, Etienne. **La burocracia celeste.** Barcelona: Barral, 1974
- BELL, Daniel A. & CHAINBONG, Haim. **Confucianism for the modern world.** Cambridge: CUP, 2003.
- BELL, Daniel A. **Confucian Political ethics.** Princeton: PUP, 2010.
- BELL, Daniel A. **China's new Confucianism: politics and everyday life in a changing society.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- BELL, D. Jiang Qing's Political Confucianism in RUIPING, Fan. **(org.) The Renaissance of Confucianism in Contemporary China.** New York: Springer, 2011.
- CHENG, Anne. **Diálogos de Confúcio.** São Paulo: Ibrasa, 1997.
- CHENG, Anne. **História do pensamento chinês.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CUA, Antonio S., ed. **Encyclopedia of Chinese Philosophy.** London and New York: Routledge, 2002
- GERNET, Jacques. **Dictionaire de la civilization chinoise.** Paris: Albin Michel, 1998
- HAN, Fook Kwang. **Lee Kuan Yew - the man and his ideas.** New York: Times, 1998.



- JENSEN, Lionel M. **Manufacturing Confucianism: Chinese Traditions and Universal Civilization**. Durham: Duke University Press, 1997.
- JIANG, Qing **Zhengzhi ruxue (confucionismo político)**. Yucheng: Harvard university press-yusheng academy, 1991 (2003).
- JIANG, Qing From Mind Confucianism to Political Confucianism in RUIPING, Fan.(org.) **The Renaissance of Confucianism in Contemporary China**. New York: Springer, 2011.
- JULLIEN, François. **O Diálogo das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LEVENSON, Joseph. **Modern china: na interpretative anthology**. Toronto: Macmillian, 1971.
- LEVENSON, Joseph. **Confucian China and Its Modern Fate: A Trilogy**. New York: ACLS Humanities, 2008.
- LEYS, Simon. **Diálogos, de Confúcio**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAKEHAM, J. **New confucianism: a critical examination**. New York: Palgrave, 2003.
- MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.
- METZGER, Thomas A. **Escape From Predicament: Neo-Confucianism and China's Evolving Political Culture**. New York: Columbia University Press, 1977.
- MITTER, Rina. **China moderna**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- RUIPING, Fan.(org.) **The Renaissance of Confucianism in Contemporary China**. New York: Springer, 2011.
- SPENCE, Jonathan. **Em Busca da China Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- XIN Zhongyao. **El Confucianismo**. Madrid: Cambridge University press, 2002
- ZHANG, Dainian. **Key Concepts in Chinese Philosophy**. New Haven, CT Yale University Press, 2002.
- YANG, Jungkuo. (org.) **A Crítica Contra Lin Piao e Confúcio**. Lisboa: Moraes, 1976.



O vinho no Antigo Egito: uma história mediterrânea

Sofia Fonseca¹, Maria Rosa Guasch Jané², Mahmoud Ibrahim³

RESUMO:

Com uma história de mais de 3000 anos, a civilização do Antigo Egito continua fascinando hoje em dia pela sua complexidade, riqueza cultural e beleza artística. No entanto, e ao contrário do que muitas vezes pensamos, há âmbitos que nos aproximam de forma insuspeitada da civilização egípcia e um deles é a chamada “cultura do vinho”. *Irep en Kemet*, “O vinho no Antigo Egito”, é um projeto de 3 anos, da Universidade Nova de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, que tem como objetivo principal documentar e analisar, pela primeira vez, o corpus completo de imagens de vinicultura e de vinificação presentes, em forma de gravuras e de pinturas, nas paredes das sepulturas do Antigo Egito. Trata-se de um estudo exaustivo que incluirá não só as imagens, mas também os textos associados e que uma vez concluído nos permitirá comparar o método usado pelos egípcios com o método de elaboração tradicional utilizado, ainda hoje, em países mediterrânicos como Portugal, a Espanha e a França.

Palavras – chaves: Antigo Egito- vinho- iconografia- tumbas- projeto

ABSTRACT:

With a history of more than 3000 years, the civilization of Ancient Egypt continues to fascinate today due to their complexity, cultural richness and artistic beauty. However, contrary to what we often believe, there are areas that approach us to the Egyptian civilization in an unsuspected way and one of them is the so-called "wine culture". *Irep en Kemet*, "Wine in Ancient Egypt" is a three-years project of the Universidade Nova de Lisboa, funded by the Fundação para a Ciência e Tecnologia in Portugal, that as main objective aims to document and analyze, for the first time, the full corpus of images related to viticulture and winemaking in the ancient Egyptian tombs. This comprehensive and complete study will include not only the images but also the associated text, and at the end of the project will enable us to compare the method used by the Egyptians with the traditional method of wine elaboration used, even today, in Mediterranean countries like Portugal, Spain and France.

¹ Doutoranda em Egiptologia na Universidade Autônoma de Barcelona, orientador Professor Doutor Josep Cervelló Autuori, fonseca.wineancientegypt@gmail.com

² Pós-doutoranda na Universidade Nova de Lisboa, guasch.wineancientegypt@gmail.com

³ Mestrado em Filologia e Egiptologia pela Universidade de Basiléia, Suíça: ibrahim.wineancientegypt@gmail.com



Keywords: Ancient Egypt- wine- iconography- tombs- project

Introdução:

O Egito é um país africano profundamente mediterrâneo. O seu entorno majoritariamente desértico é cruzado pelo rio Nilo que viaja de sul para norte até ao delta, em forma de cravo, para desaguar no mar Mediterrâneo. Essa imensa extensão de água, a mais larga do mundo só superada em termos de caudal pelo rio Amazonas, foi desde sempre a maior fonte de riqueza da região (fig. 1). Em termos políticos, o delta do Nilo corresponde ao Baixo Egito e o vale ao Alto Egito que serão duas entidades separadas até aproximadamente 3100 a.C., quando se dá a unificação de todo o território pelo mítico faraó Menes, iniciando-se assim o chamado período dinástico. Este período inclui as primeiras dinastias, as Tinitas (3100-2700 a.C.) e as três grandes etapas da história do Antigo Egito: o Reino Antigo (2700-2200 a.C.), o Reino Médio (2050-1800 a.C.) e o Reino Novo (1550-1085 a.C.).



Fig. 1. Mapa físico do Egito: país majoritariamente desértico, cruzado pelo imenso rio Nilo. Imagem do Google Earth.

O vinho, *irep*, no Antigo Egito era um produto de prestígio majoritariamente consumido pelas classes elevadas da sociedade e pela família real, tal como ficou plasmado na decoração das sepulturas privadas do Reino Novo, como a de Nebamun em Tebas [TT90]. O vinho era oferecido nos rituais nos templos pelo Faraó e pelos sacerdotes (fig. 2), para reforço do poder real como o festival-Sed [*Heb-Sed*] de coroação ou de celebração do Ano Novo (Poo, 1995: 51-4). Possuía um forte significado religioso sendo oferecido ao morto para a sua vida no além e encontra-se, a partir da 5ª Dinastia (2450-2325 a.C.), entre as ofertas funerárias descritas nos Textos das Pirâmides, sendo a principal bebida do Faraó depois da sua ascensão aos céus (Allen, 2005: 26-7; Poo 1986: 1186). Era também utilizado em medicina como ingrediente principal ou como excipiente para dissolver compostos sólidos, tal como referem os papiros médicos. Por exemplo, no Papiro Ebers, é referido que o vinho é utilizado como aperitivo, para abrir o apetite ao paciente e como anti-helmíntico (Poo,



1995: 30-1). O vinho era parte integrante da cultura dos antigos egípcios que podem ser considerados por esse motivo, a primeira civilização vinícola da história.



Fig. 2. Esquerda: representação de convidados ilustres num banquete consumindo vinho, tumba de Nebamun em Tebas Oeste [TT90], 18a dinastia (1539-1292 a.C.), Reino Novo, British Museum, Londres (copyright: Trustees of the British Museum); Direita: oferta de vinho do Faraó Tutmosis III ao deus Sokaris, no templo de Deir el-Bahari, Tebas Oeste, 18a dinastia, Reino Novo (copyright: Maria Rosa Guasch Jané).

A história do vinho no Antigo Egito:

A presença de uvas no Egito está datada desde o Pré-dinástico (4000-3500 a.C.) nas estações arqueológicas de Tell Ibrahim Awad e Tell el-Fara'in, ambas no Delta do Nilo (Murray, 2000: 577). É também a partir deste período que se enterram jarras de vinho como oferendas funerárias nos túmulos egípcios sendo de destacar as necrópoles reais de Abidos e Saqqara, com as suas jarras de cerâmica com um metro de altura e tampa de barro, estampadas com o selo real (Petrie, 1900: 54, pls 21-22, 24-25; Petrie, 1901: 54, pls 20, 23; Emery, 1958: 34, 68-70, 97, pls 37, 79-81, 106), como se pode ver na fig. 3.



Fig. 3. Ânforas de Abidos, 1a Dinastia (2950-2775 a.C.), Reino Antigo, Musée du Louvre (copyright: Brian J. McMorrow).

A partir do Reino Antigo, as tumbas dos nobres passam a ser decoradas com representações da vida quotidiana que incluíam cenas agrícolas, de caça e de pesca que refletiam a vida quotidiana e que atualmente são uma fonte inesgotável de informação sobre o modo de vida dos antigos egípcios. É por esse motivo que a documentação mais numerosa e também a mais antiga sobre viticultura e produção de vinho provém do Antigo Egito. Cenas de viticultura e de enologia foram representadas nas paredes dos túmulos privados desde o Reino Antigo (2575-2150 a.C.) até ao período Greco-Romano (332 a.C.-395), evidenciando que o processo de elaboração do vinho era bastante similar ao método tradicional europeu (Murray 2000: 585-599; Guasch-Jané 2008: 11-23).

Para o Reino Antigo, são de destacar as decorações das tumbas das necrópoles de Giza e de Saqqara (fig. 4), junto à capital Mênfis, e para o Reino Médio as dos hipogeus de Beni Hassan, no Egito Médio (fig. 5).

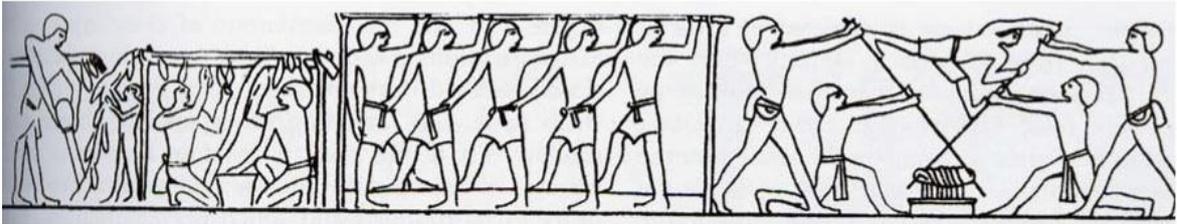


Fig. 4. Representação de várias etapas da elaboração do vinho: à esquerda um homem rega a vinha enquanto outros fazem a vindima colocando a uva em cestos. Na parte central temos um grupo de homens descalços num lagar a pisar a uva, e à direita temos representada a segunda extração do mosto numa prensa de saco. Tumba de Ptahhotep em Saqqara, 6a Dinastia (2325-2175 a.C.), Reino Antigo (Davies, 1900). Imagem cortesia da Egypt Exploration Society.

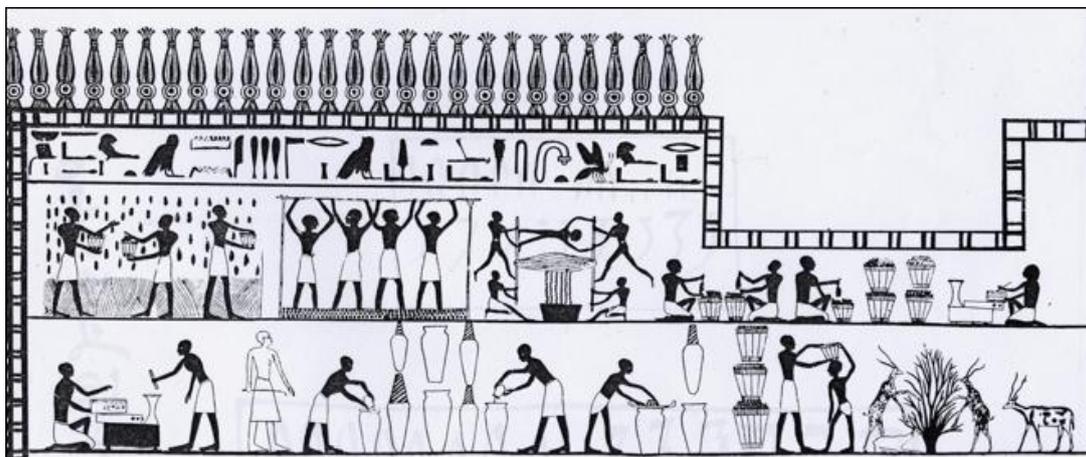


Fig. 5. Uma das representações mais completas de viticultura e elaboração do vinho. Parte superior: à esquerda três indivíduos realizam a vindima, ao centro pisam a uva e fazem a segunda extração com uma prensa de saco; à direita contagem dos cestos de uva e um escriba a fazer o registro. Parte inferior: esquerda, enchimento das ânforas que são tapadas sob o olhar do supervisor, à direita as cabras pastoreiam para alimentar-se e simultaneamente limpar a vinha. Tumba de Amenemhat [no 2] em Beni Hassan, 12a Dinastia (1938-1775 a.C.), Reino Médio (Newberry, 1893). Imagem cortesia da Egypt Exploration Society.

No Reino Novo a maioria de tumbas decoradas encontram-se na necrópole de Tebas e na região de El-Amarna. Durante este período as jarras de vinho passam a ter inscrições com detalhes da colheita, incluindo o ano, o tipo de produto (*irep* ou *shedeh*), a qualidade, a origem geográfica, a propriedade e o nome e o título do produtor (fig. 6). São regras de rotulação bem estabelecidas que podemos comparar com as utilizadas na atualidade nas garrafas de vinho que seguem a legislação da União Européia (Guasch, 2010: 68).



Fig. 6. Ânfora de Tutankhamun no Museu Egípcio do Cairo (JE 62303), encontrada na câmara anexa da sua tumba [KV 62] em Tebas Oeste. A inscrição diz: “Ano 4, Vinho da propriedade de Aton, v.s.f., do Rio Ocidental, chefe dos vinicultores Nen” (copyright: Maria Rosa Guasch Jané, com autorização do Museu Egípcio do Cairo).

A vinha era plantada junto ao Nilo, numa zona não alcançável pela inundação anual do rio. Inicialmente era cultivada na região do Delta e posteriormente no Reino Novo foi-se expandido para os Oásis do deserto ocidental e para o Vale do Nilo. Durante o Reino Novo, a região vinícola mais importante era denominada “Rio ocidental”, fazendo referência ao nome do braço mais ocidental do Nilo, o antigo braço Canópico que desembocava junto à atual cidade de Alexandria. Atualmente, este braço do rio já não existe, conservando-se dos sete que existiam inicialmente apenas dois: Roseta e Damietta.

A vindima tinha início a finais de Julho quando no céu aparecia a estrela Sotis que os egípcios associavam ao início da inundação, uma vez que a subida das águas coincidia com o seu surgimento. As águas do Nilo nesse período adquiriam um tom vermelho devido à grande concentração de sedimentos ferruginosos provenientes do Nilo Azul da região de Atbara, nas montanhas da Etiópia, cor associada pelos Egípcios ao sangue do Deus Osíris, deus agrícola e da ressurreição, que segundo a mitologia foi encontrado pela sua mulher Isis e pela sua irmã Neftis, morto no Nilo. Por essa relação com a cor vermelha do Nilo e com o sangue de Osíris, e devido também às pinturas das



tumbas que mostravam uvas pretas, considerava-se que o vinho que se elaborava no Egito seria tinto (Poo 1986: 1190; Poo 1995: 147, 149-151, 153), ver fig 7.

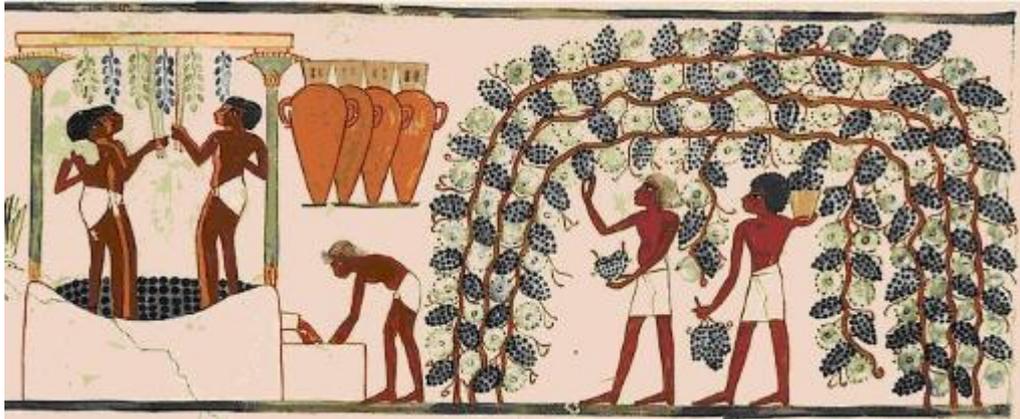


Fig. 7. Vindima e elaboração do vinho: à direita temos a vinha em forma de arco e a uva de cor preta, dois trabalhadores recolhem a uva com as mãos e colocam-na em cestos, à esquerda temos cinco homens a pisar a uva dentro do lagar e vemos um sexto homem que recolhe o líquido que sai do tanque e que é de cor escura, avermelhada. Por cima temos quatro ânforas de vinho já tapadas. Tumba de Nakht [TT 52] em Sheikh Abd el Qurna, Tebas Oeste, 18a Dinastia, Reino Novo (imagem de Davies, 1917: lâmina XXVI).

De fato, a cor do vinho nunca é referida pelos egípcios, nem em textos nem nas inscrições das jarras. Produziriam exclusivamente vinho tinto? Tal como já vimos, a única informação que se conhecia em relação a esta questão era a que podíamos obter a partir das pinturas nas tumbas e da simbologia que relacionava o vinho com o sangue de Osíris, logo com a cor vermelha característica do vinho tinto. A primeira referência que existia sobre o vinho branco no Egito era de época Romana. Athenaeus (170-230 AD) de Naukratis, no Egito, no seu livro *Deipnosophistae*, descrevia o vinho de Mariut, próximo a Alexandria, como sendo: “excelente, branco, agradável e aromático” e, anteriormente, no século I a.C., o poeta Virgílio nas suas *Geórgicas* falou sobre as uvas brancas de Mariut (Guasch-Jané, 2008: 24).



Análise arqueológica do vinho do Antigo Egito:

Para estudar a cor dos vinhos egípcios, e investigar que tipos de vinhos se produziam, foi desenvolvido um método de análise de marcadores de vinho em arqueologia utilizando a técnica da cromatografia líquida acoplada a espectrometria de massas em tandem (LC/MS/MS) (Guasch-Jané *et al*, 2004). Foram recolhidas e estudadas amostras de resíduos em ânforas de Tutankhamun que se encontram no Museu Egípcio no Cairo (Guasch-Jané, 2008: 35-8), e os resultados dessas análises permitiram identificar dois compostos: o ácido tartárico, como marcador da presença da uva, e o ácido sirínico derivado da malvidina, antociano que é o principal responsável pela cor vermelha das uvas e do vinho, como marcador para a presença de uva preta (Guasch-Jané *et al*, 2004; Guasch-Jané, 2008: 39-40). O método combina duas técnicas analíticas: a cromatografia líquida e a espectrometria de massas e as suas principais características são a elevada seletividade e a extrema sensibilidade o que permite que com apenas 2mg se possa fazer a análise, permitindo trabalhar com amostras arqueológicas cuja quantidade disponível é, na maioria dos casos, muito pequena.

Com a autorização do Supreme Council for Egyptian Antiquities (SCA) e do Museu Egípcio do Cairo, foram estudadas 8 ânforas procedentes da tumba de Tutankhamun que continham resíduos no interior. Os resultados revelaram que das 8 ânforas havia 2 de vinho tinto y 5 de vinho branco. A outra amostra continha *shedeh*. As análises permitiram identificar na amostra da ânfora de Tutankhamun, Museu do Cairo no. JE 62314 (Carter nº 195) com a inscrição "*Ano 9, Vinho da propriedade de Aton do Rio Ocidental, chefe vinhateiro Khaa*", um vinho tinto (Guasch-Jané *et al*, 2006a; Guasch-Jané, 2008: 56-57, amostra EM5) e na amostra da ânfora de Tutankhamun Museu do Cairo no. JE 62316 (Carter nº 180), com a inscrição "*Ano 5, Vinho da propriedade de Tutankhamun, governante de Tebas, no Rio Ocidental, chefe vinhateiro Khaa*", um vinho branco, uma vez que foi identificado ácido tartárico, mas não ácido sirínico (Guasch-Jané *et al*, 2006a; Guasch-Jané, 2008: 56, 59, amostra EM4).



Fig. 8. Inscrição em hierático da ânfora do Museu do Cairo JE 62315. Na parte superior está repetido “muito bom” (*nfr nfr*). Copyright: Griffith Institute, University of Oxford.

Mas se *irp* é vinho em egípcio e *shedeh* também, porque é que os antigos egípcios faziam essa diferença clara entre o *irp* e o *shedeh*? Em termos etimológicos não existe uma tradução exata para a palavra *shedeh*, o Papiro Anastasi IV menciona o pomar de Ramses II do qual se obtinham 2 tipos de frutas, uvas e romãs, das quais se elaboravam 3 tipos de bebidas: vinho, mosto e *shedeh* (Tallet, 1995: 460-64). Como o vinho e o mosto provêm da uva, Loret (1892: 76-8) concluiu que o *shedeh* só podia ser um vinho feito a partir da fermentação da romã, ainda mais porque a romã começa a ser cultivada no Egito por volta da 18ª Dinastia que é quando se inicia a produção de *shedeh* (Tallet 1995: 461-62). Tudo isto levou a que durante mais de 100 anos se pensa-se que o *shedeh* podia ser um vinho feito a partir da romã. Há um outro papiro que descreve a fabricação do *shedeh*, é o papiro Salt 825 [BM 10051], onde se diz que “era filtrado e aquecido”, embora a parte onde estaria identificada a matéria prima está danificada (Guasch-Jané, 2008: 29-30).

Os resultados das análises da amostra da ânfora de Tutankhamun Museu do Cairo no. JE 62315 (Carter nº 206) com a inscrição “Ano 5, *Shedeh* de muito boa qualidade da propriedade de Aton do Rio Ocidental, chefe vinhateiro Rer” (fig. 8), através do método para marcadores de vinho em arqueologia por LC/MS/MS,



permitiram comprovar pela primeira vez que o *shedeh* se elaborava com uva preta (Guasch-Jané *et al*, 2006b; Guasch-Jané, 2008: 52-4).

Sendo assim, no Antigo Egito durante o Reino Novo eram produzidos três tipos de vinho: branco, tinto e *shedeh*, um vinho tinto com uma elaboração distinta. E estes três tipos de vinhos foram depositados junto ao corpo mumificado de Tutankhamun, na câmara sepulcral, porque lhe permitiam levar a cabo a sua transfiguração para o renascimento no além (Guasch-Jané, 2011: 857).

A Iconografia do vinho no Antigo Egito:

Em relação ao processo de fabricação do vinho a fonte mais utilizada é a iconográfica, uma vez que, tal como já referimos anteriormente, a este nível o Antigo Egito tem a documentação mais extensa e também a mais antiga.

Nas cenas de viticultura e vinificação os egípcios deixaram plasmadas as diferentes etapas do processo de elaboração do vinho, apesar de que muito raramente temos o procedimento completo representado numa mesma tumba (ver fig. 9): trabalhador regando a vinha, trabalhadores colhendo a uva à mão e colocando-a em cestos que são depois transportados, uma vez contabilizados por um escriba, até ao lagar onde homens pisam a uva descalços. Posteriormente o líquido é colocado no interior de jarras de cerâmica para fermentar. Uma segunda prensa de saco era também utilizada para recolher os restos de peles e sementes. Há ainda a representação das ânforas a serem tapadas e seladas e finalmente, a serem transportadas para o celeiro onde ficavam até serem escolhidas para consumo diário (banquete, festividade), oferenda ou para acompanhar o Faraó defunto no seu caminho para o além.

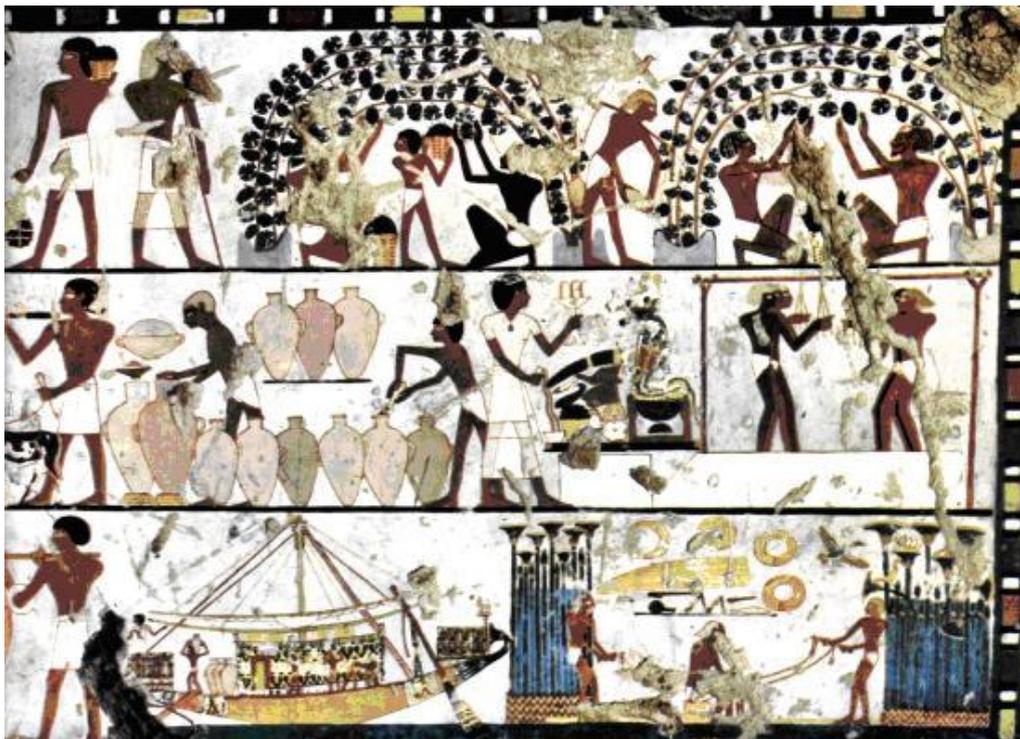


Fig. 9. No registro superior, ao centro, temos entre duas vinhas em forma de arco um indivíduo a regar a vinha. Há homens a vindimar colocando as uvas em cestos que são transportados aos ombros (à esquerda) enquanto um supervisor, também à esquerda, controla o trabalho. No registro do meio temos representado o pisar das uvas no lagar (à direita), o enchimento das ânforas e o cerre das mesmas. No centro uma imagem de oferenda de vinho à Deusa Renenutet, deusa agrícola e da abundancias, associada à vindima. No registro inferior temos representando um barco transportando ânforas de vinho que estão a ser descarregadas. Tumba de Khaemouaset [TT261], Dra Abou el-Naga, em Tebas (imagem de www.antikforever.com).

O projeto “Irep en Kemet”

O projeto *irep en Kemet* é um projeto de três anos, da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pela Dra Maria Rosa Guasch Jané e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em Portugal. O projeto tem 3 objetivos principais:

- a) Construir uma base de dados arqueológica e bibliográfica (fig. 10) para todas as cenas de vinicultura e enologia presentes nas tumbas egípcias desde o Reino Antigo até ao período Greco-Romano. Esta base de dados será acessível on-line para todos os investigadores e público em general que esteja interessado.
- b) Analisar e interpretar toda a informação recolhida de forma a aprofundar o conhecimento atual sobre a cultura do vinho no Antigo Egito.



c) Demonstrar o nível de excelência e criatividade do método dos antigos egípcios no que se refere à fabricação do vinho, comparando-o com os métodos tradicionais europeus.

**COMPLETE STUDY OF VITICULTURE AND OENOLOGY
IN EGYPTIAN TOMBS**

BIBLIOGRAPHY database



SERIAL 0176

TYPE Book

AUTHORS J. G. Wilkinson

TITLE The Ancient Egyptians, Manners and customs

WEBSITE

ONLINE LINK <http://www.archive.org/details/mannerscustomsof02wik>

**PERIODICAL / JOURNAL
/ ENCYCLOPEDIA /
DICTIONARY**

EDITION

EDITORS

PAGES 377-398

PLATES / PLANS

PUBLISHER John Murray

PLACE OF PUBLICATION London

YEAR OF PUBLICATION 1878

ABBREVIATION Wilkinson, 1878

REMARKS

Fig. 10. Layout da base de dados bibliográfica do projeto *Irep en Kemet*, desenhado em Filemaker pro 11.

No que se refere à base de dados bibliográfica o nosso objetivo é registrar todas as publicações relacionados com a vinicultura e a vinificação nos seguintes formatos: livros, capítulos de livros, páginas web, artigos, artigos on-line e teses. Atualmente contamos com mais de 180 entradas bibliográficas que foram encontradas nas seguintes bibliotecas e arquivos especializados em egiptologia:

- British Museum libraries: <http://libraries.britishmuseum.org/client/default>
- Bodleian Libraries: <http://www.bodleian.ox.ac.uk/>
- Zenon DAI: <http://www.dainst.org/en?ft=all>



- OEB-Griffith Institut: <http://oeb.griffith.ox.ac.uk/>
- The EES library on-line: <http://library.ees.ac.uk/Scripts/AfWilnq.dll>
- IFAO: <http://www.ifao.egnet.net/bibliotheque/>
- Aigyptos Literaturdatenbank: <http://www.aigyptos.uni-muenchen.de/>
- Brooklyn Museum Libraries & Archives: <http://library.brooklynmuseum.org/search~S3>

Para a base de dados das cenas relacionadas com a viticultura e enologia serão realizadas estadas de investigação em arquivos e bibliotecas especializados em Egiptologia do Reino Unido, em Londres e Oxford, e do Egito, no Cairo, para identificar todas as imagens de viticultura e enologia presentes nas tumbas do Antigo Egito (publicadas e por publicar). Até ao momento foram consultados os arquivos da Egypt Exploration Society e do British Museum em Londres, do Griffith Institute e da Sackler Library, Universidade de Oxford, em Oxford (fig. 11).



Fig. 11. Alguns dos arquivos e bibliotecas que o projeto consultará para realizar o levantamento completo de todas as imagens de viticultura e vinificação presentes nas tumbas do Antigo Egito ao longo da sua história (da esquerda à direita): biblioteca do British Museum em Londres, Instituto Alemão no Cairo (DAIK), e Biblioteca da Egypt Exploration Society em Londres.

Conclusão

O projeto *Irep en Kemet*, “Vinho do Antigo Egito”, tem como objetivo principal a criação de uma base de dados on-line abrangente e pesquisável com o corpus completo (bibliografia, iconografia e fontes textuais) das cenas referentes à viticultura e vinificação presentes nas tumbas egípcias, incluindo a sua localização, a sua estação arqueológica, o seu período cronológico bem como os títulos dos proprietários dos túmulos. Essa informação estará disponível para ser consultada por egiptólogos,



enólogos, investigadores, responsáveis por museus etnográficos e museus do vinho, estudantes e público em geral.

Referencias bibliográficas:

ALLEN, James Peter. *The Ancient Egyptian Pyramid Texts*. Writings from the Ancient World, 23. Leiden: Brill, 2005.

DAVIES, Norman de Garis. *The mastaba of Ptahhotep and Akhethotep at Saqqara, part I: the chapel and the hieroglyphs*. London: Egypt Exploration Society. Archaeological Survey of Egypt, Eight Memoir, 1900.

DAVIES, Norman de Garis. *The tomb of Nakht at Thebes*. New York: Metropolitan Museum of Art, 1917.

EMERY, Walter Bryan. *Great Tombs of the First Dynasty, III*. London: Egypt Exploration Society. Excavations at Saqqara, 1958.

GUASCH-JANÉ, Maria Rosa; IBERN-GÓMEZ, Maite; Andrés-LACUEVA, Cristina; JÁUREGUI, Olga; LAMUELA-RAVENTÓS, Rosa M. *Liquid chromatography mass spectrometry in tandem mode applied for the identification of wine markers in residues from ancient Egyptian vessels*, Analytical Chemistry, 76, 1672- 1677, 2004.

GUASCH-JANÉ, Maria Rosa; Andrés-LACUEVA, Cristina; JÁUREGUI, Olga; LAMUELA-RAVENTÓS, Rosa M. *First evidence of white wine in ancient Egypt from Tutankhamun's tomb*. Journal of Archaeological Science, 33, 1075-1080, 2006a.



GUASCH-JANÉ, Maria Rosa; Andrés-LACUEVA, Cristina; JÁUREGUI, Olga; LAMUELA-RAVENTÓS, Rosa M. *The origin of the ancient Egyptian drink shedeh revealed using LC/MS/MS*. *Journal of Archaeological Science*, 33, 98-101, 2006b.

GUASCH-JANÉ, Maria Rosa. *Wine in Ancient Egypt: a Cultural and Analytical Study*. *British Archaeological Reports IS 1851*. Oxford: Archaeopress, 2008.

GUASCH-JANÉ, Maria Rosa. *On Egyptian wine marketing*. In Hudecz, András; Petrik, Máté (ed.). *Commerce and Economy in Ancient Egypt. Proceedings of the Third International Congress for Young Egyptologists, 25-27 September 2009*. Budapest. *British Archaeological Reports IS 2131*. Oxford: Archaeopress, 2010, 63-69.

GUASCH-JANÉ, Maria Rosa. *The meaning of wine in Egyptian tombs: the three amphorae in Tutankhamun's burial chamber*. *Antiquity*, 85, 329, 851-858, 2011.

LORET, Victor. *La flore pharaonique d'apres les documents hieroglyphiques et les specimens decouverts dans les tombes*. Paris: Ernest Leroux, 76-78, 1892.

MURRAY, Mary Anne; BOULTON, Neil; HERON, Carl. *Viticulture and wine production*. In Nicholson, Paul T.; Shaw, Ian (ed.). *Ancient Egypt Materials and Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 577- 608.

NEWBERRY, Percy E. *Beni Hassan, part I*. Egypt Exploration Fund. *Archaeological Survey of Egypt*, 1893.

PETRIE, William Matthew Flinders. *The Royal Tombs of the First Dynasty, I*. London: Egypt Exploration Society. *Memoir*, 18, 1900.



PETRIE, William Matthew Flinders. *The Royal Tombs of the Earliest Dynasties, II*. London: Egypt Exploration Society. Memoir, 21, 1901.

POO, Mu-Chou. *Weinopfer*. In Lexikon der Ägyptologie VI. Wiesbaden: Harrassowitz, 1986, 1186-90.

POO, Mu-Chou. *Wine and Wine Offering in the Religion of Ancient Egypt*. London: Kegan Paul, 1995.

SHEDID, Abdel Ghaffar; SEIDEL, Matthias; EATON-KRAUSS, Marianne. *The tomb of Nakht: the art and history of an eighteenth dynasty official's tomb at Western Thebes*. Mainz: Philipp von Zabern, 1996.

TALLET, Pierre. *Le shedeh, étude d'un procédé de vinification en Égypte ancienne*. Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale, Cairo, 95, 459-492, 1995.



Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional

Moacir Elias Santos¹

RESUMO:

Em 1998 iniciamos um levantamento da coleção de múmias humanas e de animais pertencentes ao Museu Nacional, que acabou se transformando em um projeto de pesquisa. Dentre os exemplares da coleção egípcia, nos chamou a atenção um conjunto de partes de corpos humanos mumificados, que inclui cinco cabeças, três pés, cinco dedos de mão e sete vértebras, que se encontravam guardadas na reserva técnica do museu destinada à Arqueologia, excetuando uma cabeça que estava na exposição. Com a análise destes fragmentos de corpos nós iniciamos a divulgação científica, mas sem publicá-los na totalidade. Assim, este artigo tem como objetivos apresentar o contexto da época em que os exemplares foram encontrados e as informações provenientes da documentação histórica sobre a sua origem e a análise das partes de múmias, feita por meio da visualização direta, por meio da qual nós discutimos as técnicas de embalsamamento a que os fragmentos de múmias foram submetidas.

Palavras Chave: Egíptologia - Coleção Egípcia - Fragmentos de Múmias - Museu Nacional

ABSTRACT:

In 1998 we initiated a survey of the collection of human and animal mummies belonging to the National Museum, which was transformed into a research project. Among the samples of the Egyptian collection, caught our attention a number of mummified human body parts, which includes five heads, three feet, five fingers of one hand and a set of seven vertebrae, which were kept in the museum storage intended for Archaeology, except a head that was on display. With the analysis of these fragments of bodies we started disseminating scientific information, but without publishing them in full. Thus, this paper aims to present the context of the time in which the specimens were found and the information from the historical documentation of their origin and analysis of parts of mummies, made by direct visualization through which we discussed the embalming techniques that fragments of mummies were submitted.

Key Words: Egyptology - Egyptian Collection - Mummies fragments - National Museum

¹ Arqueólogo; Doutor em História Antiga pela UFF; Membro do Grupo de Estudos Egíptológicos Maat e do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade da UFF; UNIANDRADE.



Introdução

Em 1998, como bolsista do CNPq, realizamos em conjunto com a Bióloga Martha Locks um levantamento de todas as múmias humanas e de animais que se encontravam no acervo do Departamento de Antropologia (Setor de Arqueologia) do Museu Nacional- UFRJ, acervo este que se encontrava sob a coordenação da Prof. Titular Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão. Esta pesquisa tinha como meta, em um primeiro momento, a reunião de documentos escritos ou iconográficos que trouxessem alguma contribuição para a história das múmias, a verificação de seu estado de conservação, de seus eventuais acompanhamentos e a análise do processo de mumificação a que foram submetidas. Ainda, no caso das múmias humanas, seria possível avaliar, por meio das características biológicas, o sexo e a idade dos indivíduos.

No decorrer da pesquisa constatamos que a maior parte dos restos mumificados provenientes de outros países, que pertencem a diversas sociedades pretéritas, apresentavam pouca ou nenhuma análise. A única exceção corresponde a uma parcela do acervo de múmias humanas egípcias que foi analisado por meio de radiografias. Este estudo, pioneiro em nosso país, foi levado a cabo pelo médico Roberval Bezerra de Menezes no princípio década de 1960 e publicado como o título “As Múmias do Museu Nacional”. Utilizando um aparelho de raios-X portátil, ele obteve imagens que permitiram avaliar os esqueletos da múmia feminina romana, da múmia do sacerdote Hor-sa-Aset, da criança de 12 anos e da cantora de Amon, Sha-Amon-em-su (MENEZES, 1962, 49-50).

O restante dos exemplares pertencentes ao acervo egípcio, apenas foram listados no catálogo elaborado por Kenneth Kitchen e Maria Beltrão (1990, v.1, 228-230), visto a formação filológica do primeiro autor. No levantamento das peças nos chamaram a atenção as demais partes de corpos de múmias que conseguimos localizar no museu, que incluem cinco cabeças, três pés, cinco dedos de mão e sete vértebras, que não possuíam nenhum registro e tampouco constavam no catálogo. Estes exemplares permaneciam acondicionados na reserva técnica de Arqueologia, com



exceção de uma cabeça masculina que se encontrava exposta, junto com a múmia da criança de 12 anos, um gato e três crocodilos, em uma vitrine localizada na antiga sala das múmias, atualmente destinada ao acervo pré-colombiano do museu.

A partir da observação e do registro fotográfico iniciamos o primeiro estudo destes restos mumificados, cujos resultados preliminares foram divulgados e publicados tanto em encontros científicos² quanto em outros destinados ao público em geral³. Este artigo, contudo, visa apresentar o contexto da época em que os exemplares foram encontrados, as informações provenientes da documentação histórica sobre a sua origem e a análise das partes de múmias. Esta última foi levada a cabo a partir de uma observação macroscópica, visto que o estado de conservação dos fragmentos permitiu não só a visualização externa mas também a interna, no caso dos exemplares que apresentavam algum dano em sua estrutura. O estudo ainda contribui para o entendimento do processo de mumificação a que estes indivíduos foram submetidos, mesmo restando apenas partes dos corpos.

Exploradores e comerciantes: em busca das origens

O período compreendido entre o final do século XVIII e o princípio do século XIX foi profícuo para o surgimento de grandes coleções de antiguidades egípcias, tanto no Velho quanto no Novo Mundo. A expedição de Napoleão Bonaparte à terra dos antigos faraós em 1798, cujo objetivo principal era enfraquecer o poderio inglês, teve um papel fundamental neste sentido, pois os 167 estudiosos que acompanharam o general foram incumbidos de registrar tudo o que encontrassem durante a viagem pelas terras do vale do Nilo, quanto de coletar o que fosse possível a fim de que as antiguidades pudessem ser enviadas à França (SILIOTTI, 2007, 80-87). Quando os

² Um painel no III Congresso Mundial de Estudos sobre Momias em 1998, realizado na cidade de Arica – Chile; uma comunicação e resumo no XIII Seminário de Estudos Clássicos em 1999, promovido pelo CEIA/UFF, em Niterói; uma comunicação e resumo na X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira em 1999, na UFPE, em Recife; entre outros.

³ Um artigo publicado sob o título “Restos Egípcios Mumificados da Coleção do Museu Nacional”, na revista AMORCultural em 2000.



franceses foram vencidos pelos ingleses tiveram que se retirar deixando para trás tudo o que tinham coletado. Este acervo teve um novo destino, a Inglaterra, mas a posse de seus registros foi garantida pela diplomacia. Pouco tempo depois surgia a monumental obra *Description de L’Egypte*, publicada em Paris entre 1809 e 1822, por ordem do imperador (VERCOUTER, 2002, 54).

É por meio desta obra que vislumbramos alguns achados que os pesquisadores, durante a permanência na região oeste de Luxor, realizaram nos hipogeus. Além de inúmeros artefatos arqueológicos, como os ataúdes, as estatuetas de servidores funerários e as peças de cartonagem, havia também fragmentos de restos humanos. Nas pranchas 48 a 51 do segundo volume de ilustrações temos um braço e três cabeças que revelam o estado de conservação em que se encontravam inúmeras múmias nesta época (*Description de l’Égypte*, 1994, 218-221). Fruto da ação de saqueadores, a destruição generalizada do conteúdo das tumbas e dos próprios corpos embalsamados era algo que já ocorria desde o Egito antigo, mas esta situação perduraria visto o interesse crescente dos europeus pelas antiguidades, em parte resultado da própria divulgação da *Description de L’Egypte*.

Na primeira metade do século XIX a exploração dos sítios arqueológicos acabou por ser facilitada indiretamente pelo governo de Mohammed Ali que, após tornar-se vice-rei do Egito em 1805, optou por modernizar a região (VERCOUTER, 2002, 60-61). Estrangeiros foram atraídos, entre os quais um célebre paduano chamado Giovanni Battista Belzoni (1778-1823), que havia estudado mecânica hidráulica e se apresentava em espetáculos em feiras na Inglaterra. Em 1814 Belzoni encontrava-se em Malta quando conheceu o capitão Ismail Gibraltar, emissário do vice-rei egípcio, que lhe informou sobre os investimentos que estavam sendo feitos em seu país (MAYES, 2006, 73). No intuito de enriquecer, Belzoni começou a trabalhar em um projeto de uma máquina que se destinava à irrigação dos campos. No Egito, porém, ao apresentar a invenção, um erro de funcionamento foi suficiente para convencer o vice-rei e os dignitários contrários à inovação que ela não serviria (MAYES, 2006, 108-109). Belzoni acabou sem dinheiro, mas o destino o levou ao encontro do cônsul britânico Henry



Salt, recém estabelecido no cargo, que procurava por alguém que pudesse auxiliá-lo na reunião de artefatos arqueológicos.

Munido de recursos, Belzoni percorreu o Egito entre os anos de 1816 e 1819 não só procurando e coletando antiguidades em templos e tumbas, mas também realizando importantes descobertas, que foram registradas por ele. Em 1817, durante sua estada na região de Luxor, ele explorou a necrópole tebana, incluindo o Vale dos Reis, onde descobriu a tumba de Séty I⁴, que ficou conhecida por muito tempo como “a tumba de Belzoni” (ROEHRIG, 38-40). Giovanni Belzoni viveu no período em que a Arqueologia estava no início de sua trajetória. Esta “Era dos Antiquaristas”, que se caracterizou pela intensa coleta de artefatos arqueológicos sem muitas preocupações científicas, tinha como objetivo principal constituir coleções para museus europeus e colecionadores privados. Os métodos empregados na busca pelos objetos não tinham limites e, por vezes, causavam muita destruição, tal como o fizeram os antigos saqueadores. Eis um exemplo do tratamento que as múmias receberam do próprio Belzoni, em uma de suas inúmeras incursões em tumbas, de acordo com suas próprias palavras:

Após o esforço de entrar em tal lugar, através de uma passagem de cinquenta, cem, trezentos, ou talvez seiscentas jardas, próximo de superar, eu procurei um lugar de descanso, encontrei um e planejei sentar, mas quando o meu peso perfurava o corpo de um egípcio, esmagava-o como um caixote. Eu, naturalmente, recorria às minhas mãos para sustentar o meu peso, mas elas não encontraram um suporte melhor, então eu afundava juntamente entre as múmias quebradas, com uma batida violenta de ossos, trapos e caixas de madeira, que levantavam tamanha poeira que me mantinha imóvel por um quarto de hora, esperando até que baixasse novamente. Eu não poderia me mover do local, porém, com a aproximação da saída, a cada passo que eu dava

⁴ Há na coleção do Museu Nacional seis figuras shabtis pertencentes a este faraó, três com inscrições e três anepígrafas. Foi o próprio Belzoni que as encontrou na tumba real, o que comprova que explorador teve uma participação na reunião das antiguidades egípcias do Rio de Janeiro. Ver KITCHEN, K. A. & BELTRÃO, M. C. *Catálogo da Coleção do Egito Antigo* existente no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Warminster: Aris & Phillips, 1990, v.1, p. 194 e 214.



eu esmagava uma múmia em alguma parte ou outra.
(BELZONI, 1827, 157)

As múmias inteiras, completamente negligenciadas por Belzoni nesta descrição, estavam entre as antiguidades que mais atraíam a atenção dos comerciantes, visto que poderiam conter outros artefatos, a exemplo de papiros, peças de joalheria e amuletos TAYLOR, 2010, 143). Mas se um comprador não tivesse recursos para adquirir um exemplar completo com o seu ataúde, uma cabeça ou qualquer outra parte avulsa de uma múmia certamente seria oferecida. Um fotógrafo francês chamado Félix Bonfils, que viajou pelo oriente e esteve no Egito na década de 1860, registrou o instante em que um egípcio estava, de cócoras, descansando ao lado de três múmias. Na fotografia, mostrada na figura 1, podem ser vistas duas múmias dispostas em pé, uma enfaixada e a outra desprovida de suas bandagens, e uma terceira, colocada deitada no chão, cuja face foi exposta devido aos danos causados nas faixas por saqueadores. Uma cabeça de múmia aparece ao fundo, além de outros artefatos. A descrição da foto é sumária, “Múmias encontradas nas tumbas dos reis de Tebas”, e não revela a identidade do homem. Seria ele um guarda ou um comerciante de antiguidades? De qualquer forma, a imagem alude à situação a que muitas múmias foram submetidas.

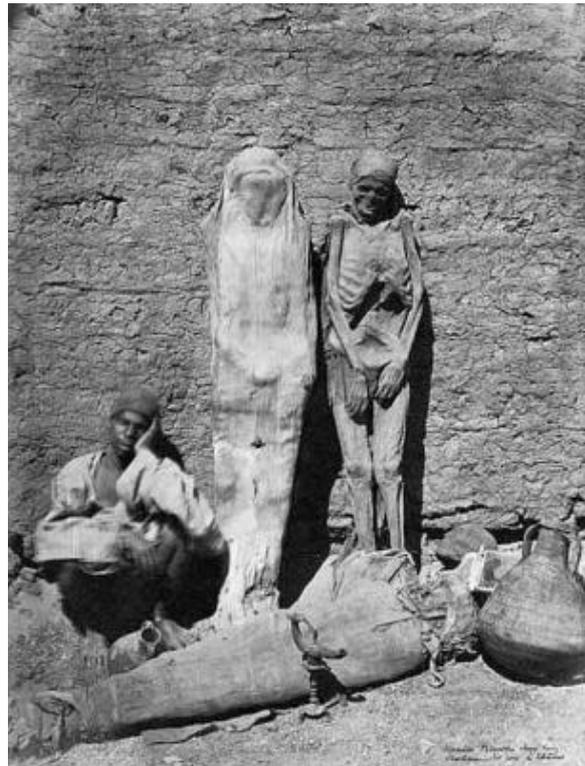


Figura 1 – Esta cena, de homem próximo a três múmias e uma cabeça encontradas em Tebas ocidental, alude ao comércio de antiguidades existente no século XIX. Referência: HAGEN, R-M. & HAGEN, R. Egípto: pessoas, deuses, faraós. Colónia: Taschen, 2003, p. 208.



Peças egípcias diversas, entre as quais estavam múmias completas ou fragmentadas coletadas por Belzoni ou por seus contemporâneos, acabaram sendo negociadas com outros antiquários da época. Parte destas antiguidades, de alguma maneira, chegou às mãos de um comerciante chamado Nicolau Fiengo. Esta personagem, que só conhecemos por meio de suas assinaturas em documentos, ora declarando-se italiano ora francês (PALMEIRA, 1970, 15), e por breves descrições de sua aparência física, foi responsável por trazer de Marselha para a América do Sul aquele que seria o primeiro núcleo da coleção egípcia do Museu Nacional. As peças foram adquiridas por acaso, visto que Fiengo viajava em direção à Argentina (KITCHEN & BELTRÃO, 1990, v.1, 4), mas devido a problemas no Rio da Prata retornou de Montevideu para o Rio de Janeiro, onde chegou em 14 de julho de 1826. Algum tempo depois, após a inspeção e a liberação dos objetos pela alfândega, Fiengo conseguiu expor as antiguidades em uma parte do andar térreo do Museu Real, situado no Campo de Sant'Anna. A carta escrita por Basílio Ferreira Goular (1926, 150), endereçada ao redator do Jornal Astrea e publicada em 19 de setembro do mesmo ano critica a exposição das múmias e confirma esta localização: "(...) Continuaremos com o nosso caso do Museo. Sr. Redactor, parecia-me, que a Loja do Museo se tinha convertido nas antigas Catacumbas dos Terceiros de S. Francisco, onde se mostravao pedaços de Corpos mirrados e mesmos inteiros, (...)". As antiguidades permaneceram no museu e passaram a integrar oficialmente o acervo quando foram adquiridas por ordem do Imperador D. Pedro I, por intermédio de José Bonifácio, em 3 de abril de 1827 (PALMEIRA, 1970, 20).

Os Exemplos Mumificados nas Fontes Escritas:

Entre os itens comprados pelo imperador havia um grande número de estelas funerárias, ataúdes contendo múmias humanas, animais mumificados, estatuetas votivas, shabtis, amuletos, entre muitos outros objetos. Neste ponto, embora a coleção fosse expressiva, nenhum registro ou lista precisa dos materiais que



constavam no acervo originalmente vendido pelo italiano foi elaborada. Há, contudo, uma referência indireta publicada no Jornal Astrea datado de 29 de julho de 1826, com alguns itens que foram considerados mais importantes. É justamente nesta lista que aparece uma descrição que comprova a origem de uma das partes humanas mumificadas da coleção do Museu Nacional:

(...) 11. Uma cabeça de um jovem o qual segundo os trajés com que está adornado faleceo há mais de 23 séculos couza maravilhosa pelo cabelo que conserva intacto e fresco, em tranças com o que se adquire uma idéia do penteado daquele tempo: conservando demais todas as suas feições. (Astrea, 1826, 64)

Esta passagem se refere à cabeça de uma mulher (número 168 do inventário), entretanto, é possível que o jornalista tenha se equivocado quando menciona “conservando demais todas as suas feições”. A face do exemplar 168 está oculta pelas faixas de linho, impregnadas com resina, e no lado esquerdo o crânio está danificado. Tal descrição, possivelmente relatada pelo próprio Fiengo, provavelmente se referia ao exemplar 175, a cabeça de um homem, cuja face está totalmente conservada.

O primeiro inventário da coleção do Museu Nacional, conforme consta nos arquivos, foi realizado em 30 de abril de 1838, mas neste ponto só há uma breve listagem de algumas das peças egípcias. No que se refere às múmias temos apenas “5 múmias humanas” (NETTO, 1870, 62), mas sem maiores detalhes. Já no inventário de 1844 (PALMEIRA, 1970, 22) constatamos a mesma situação, pois foram apenas listadas as múmias humanas e as de animais, sem nenhuma referência às cabeças, aos pés, às mãos e aos dedos. Finalmente, outro inventário provavelmente redigido em 1846 (SEMEAR, 1846), apresenta na “4ª. Secção” correspondente à “Archeologia, Numismatica, Bellas Artes, Usos e costumes das Naçoens modernas” as “Antiguidades Egypcias”. Na listagem aparecem dois itens que são prováveis referências às partes de múmias: “1 cabeça egypcia” e “duas extremidades inferiores”. Estas últimas talvez fossem dois pés.



Neste ponto, embora não tenhamos uma comprovação direta de que todas as partes humanas mumificadas, excetuando a cabeça de número 168 descrita no Astrea, tenham sido trazidas por Fiengo, esta possibilidade não pode ser completamente descartada. Tal origem poderia ser mantida, visto que ao verificarmos os registros de doações de particulares posteriores, como as de José Francisco Guimarães (1848), de Felipe Lopes Netto (1873), de Frederico J. Ramoush (1911), de Arthur Neiva, (sem data), de I. Dumont Villars (sem data) e de H. W. Seton Karr (sem data) (SOUZA, 1999, 13-17), não há nenhuma menção a restos humanos. A mesma situação pode ser constatada nas aquisições por compra, as de Eduardo Bianchi (1891) e de Frederico J. Ramoush (sem data) (SOUZA, 1999, 14-15). Um fragmento de múmia, fosse uma cabeça ou um pé, certamente teria chamado a atenção, tendo em vista que muitas das peças registradas eram de pequenas proporções.

Por intermédio de uma descrição feita por Ladislau de Souza Mello e Netto, diretor do Museu Nacional entre 1870 e 1893, sabemos que três cabeças de múmias já se encontravam na coleção antes da publicação de sua obra, em 1870. Tal data descarta a possibilidade de que estas cabeças mumificadas tivessem sido obtidas pelo Imperador D. Pedro II, visto que a sua primeira viagem ao Egito só ocorreu posteriormente, entre 1871 e 1872. Assim, é possível que as peças estivessem mesmo entre as antiguidades vendidas por Nicolau Fiengo.

A obra de Ladislau Netto também apresenta um fato curioso, pois ele se refere à existência de uma múmia que acabou sendo desfeita. Ao se referir à “Saleta 8” do museu, que mantinha quase toda a coleção egípcia, ele descreve o conteúdo dos armários separadamente. No de número 2 ele afirma: “(...) uma cabeça de múmia, pertencente aos membros separados que se achão no armário n. 7; (...)” (NETTO, 1870, 263), e ao se referir a este último, há a seguinte descrição “(...) alguns amuletos achados presos ao braço esquerdo da múmia cuja cabeça se acha no armário n. 2; e finalmente os fragmentos desta mesma múmia de par com duas cabeças mumificadas.” (NETTO, 1870, 265). Portanto, temos aqui uma cabeça, dois braços e



outros fragmentos que pertenceriam, na opinião dele, a um mesmo indivíduo. Na sequência da narrativa ele nos fornece mais alguns dados:

Em uma caixinha à parte estão conservados os dois objetos seguintes, encontrados nas mãos da múmia atualmente desfeita: uma cebola na mão esquerda e um sceptro esmaltado, em miniatura, na direita.

Convém notar que esta múmia era a única que tinha os braços cruzados sobre o abdômem de modo a lhe ficaram os pulsos aconchegados ao umbigo. (NETTO, 1870, 265-266).

Nesta parte da descrição ele confirma o que parecia ser uma simples suposição e aponta, além da existência dos amuletos presos ao braço esquerdo mencionados anteriormente, mais dois itens: a cebola e um amuleto de faiança. Os detalhes são completados com a posição dos braços e das mãos sobre a região pubiana, o que sugere que a múmia encontrava-se parcialmente ou totalmente desenfaixada. Estaria esta múmia entre as cinco que foram descritas nos documentos? Se retomarmos as fontes, o jornal *Astrea* de 29 de julho menciona “He de certo este Gabinete o mais rico em Mummies de que temos conhecimento, pois contém cinco e todas de muita remota antiguidade” (*Astrea*, 1826, 63). Há na coleção as seguintes múmias: uma mulher do Período Romano que estava no ataúde de Pestjef, a múmia de um indivíduo adulto encontrada no ataúde de Hori, a múmia de Hor-sa-Aset em seu ataúde, a múmia de uma criança de 12 anos e a múmia de uma criança pequena, estas duas últimas sem ataúdes. Estes cinco exemplares confirmariam o número descrito pelo jornal, mas no inventário de 1846 o registro é diferente: “4 mummies humanas com sarcophagos de sicomoro; duas destas múmias e seus sarcophagos são dignos de ornarem os mais ricos museos do mundo.”

Não sabemos se nesta época a múmia da criança menor era reconhecida como humana e se ela estaria entre as cinco contabilizadas pelo jornalista do *Astrea*. Se pensarmos nesta possibilidade, a ausência de uma múmia no inventário de 1846 poderia sinalizar a que foi desfeita. Mas algo é certo, uma das cabeças da coleção,



excluindo a de número 168, pertencia a esta múmia. Quanto aos braços e outros fragmentos mencionados por Ladislau Netto, não há nenhum registro posterior que pudesse indicar o seu paradeiro. O acervo egípcio, que incluía os restos humanos mumificados, permaneceu no Museu Real no Campo de Sant'Anna até ser transferido para uma nova sede, na Quinta da Boa Vista. A data oficial desta mudança, 25 de julho de 1892, ocorreu poucos anos após a Proclamação da República, quando a instituição passou a ser denominada “Museu Nacional”.

Em 2 de janeiro de 1912 o pioneiro da Egiptologia no Brasil, Alberto Childe, foi admitido como conservador de Arqueologia no museu. Durante o tempo em que permaneceu no cargo, ele realizou um levantamento efetivo de toda a coleção, que foi registrado em duas cadernetas redigidas em próprio punho. Em seu “Guia”, Childe mencionou três dos exemplares:

(...) n°164. Cabeça mumificada – homem. (É digno de nota o arrasamento dos dentes, outr’ora mencionado por Lund, quando comparava-o com os craneos de Lagôa Santa). N°168, cabeça mumificada – mulher. N. 175, idem – homem. (CHILDE, 1919, 29)

Childe não procedeu nenhum estudo com estas peças, que permaneceram sem a atenção de especialistas por quase cinquenta anos, até que Kenneth Kitchen e Maria Beltrão publicassem o catálogo da coleção egípcia, em 1990. Por meio desta obra temos uma lista de todas as partes de múmias, com as respectivas medidas, mas sem maiores detalhes. Na lista estão cinco cabeças (Inv. 164, 168, 175, 176 e 177), quatro pés (Inv. 163, 165, 166 e 167); duas mãos (Inv. 172 e 173) e cinco dedos de mão (Inv. 174). Neste grupo não localizamos três partes de múmias: um exemplar de pé com ataduras (Inv. 167) segundo os autores “não visto em 1960 e 1987”; a mão esquerda com ataduras (Inv. 172) que “não foi vista em 1987”; e a mão com ataduras (Inv. 173) que “não foi vista em 1960 ou 1987” (KITCHEN & BELTRÃO, 1990, v.1, 228-230).

Já os cinco dedos de mão (Inv. 174), que segundo o catálogo “não foram vistos em 1960 e 1987” (KITCHEN & BELTRÃO, 1990, v.1, 230), estavam acondicionados



dentro de uma pequena caixa que encontramos próxima às múmias de filhotes de crocodilo. Por esta razão, talvez, tenham passado despercebidos pelos autores. Outro grupo que também não foi notado por todos os outros pesquisadores que trabalharam com a coleção é o das sete vértebras humanas que localizamos no interior da cabeça de múmia de uma jovem (Inv. 168). Trataremos dos detalhes desta descoberta na sequência de nossa apresentação sobre as cabeças, os pés, os dedos e as vértebras, feita com base no número do inventário.

Os Exemplos: 1 – Cabeças

1.1 - Crânio Mumificado (Inv. 164):



Figura 2 – Vista frontal e lateral esquerda do crânio mumificado, com restos de tecidos de linho e resina, da coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Fotos de Martha Locks.

Este crânio, visto de frente e de perfil na figura 2, possui 23 cm de altura e 16,1 cm de largura. Está completo e em mau estado de conservação, pois há poucos vestígios de tecidos orgânicos de coloração amarelo-acinzentada sobre os ossos frontal (região da glabella), maxila, arcos zigomáticos, parietal, occipital e mandíbula. A face apresenta as órbitas vazias, sem vestígios de materiais utilizados no processo de mumificação. No lado esquerdo dois ossos estão quebrados, respectivamente uma parte do arco zigomático e do lacrimal. Já o lado direito contém duas áreas danificadas, ambas na parte inferior da órbita. No interior da cavidade nasal nota-se



que os ossos vômere e etmóide foram quebrados intencionalmente. Tal dano foi produzido pelos embalsamadores egípcios para a extração do cérebro. No lado esquerdo do crânio há três perfurações: uma na porção escamosa do osso temporal e duas na superfície infratemporal do maxilar.

Em toda a caixa craniana, notadamente na base do occipital, a pele ou o que restou dela foi envolvida por uma capa de resina com coloração preta. Em alguns pontos onde a camada da referida substância está mais espessa, notadamente na base, há uma série de rachaduras. Na face restam também algumas áreas com impregnação de resina: sobre o osso frontal, nos zigomáticos e na maxila (próximo aos dentes). Na mandíbula, a resina conserva-se apenas na área do mento. Sobre a camada de resina há vestígios de algumas faixas de linho, aderidas à substância. A concentração do tecido varia um pouco: as áreas que possuem maior quantidade estão acima da região dos ossos parietal e temporal direitos, na parte posterior do occipital e sobre a mandíbula. Dentro da caixa craniana encontramos restos de resina com coloração escura, bem como restos de linho. Este material foi inserido pelos embalsamadores como parte do processo de mumificação.

A dentição está completa e em estado regular, excetuando os dentes quebrados: incisivos superiores, incisivo lateral inferior esquerdo e canino inferior esquerdo. Quase todos os dentes apresentam o esmalte fosco e desgaste acentuado. Os incisivos central e lateral inferiores direitos estão fora de sua posição normal, sendo que o incisivo lateral direito está atrás do central. O mesmo ocorre com o incisivo lateral esquerdo que, em parte, está atrás do incisivo central direito. Nota-se um provável processo infeccioso no terceiro molar superior esquerdo. A oclusão caracteriza-se pelo prognatismo.

Percebemos, através das informações descritas, que este exemplar não está em bom estado de conservação. Isto se deve à condição precária em que o corpo se encontrava, quando foi mumificado. A quantidade de resina aplicada é o único dado de que dispomos para tentar datar este exemplar: provavelmente da segunda metade do Primeiro Milênio a.C..

1.2 - Cabeça Feminina Mumificada (Inv. 168):

Esta cabeça de uma mulher jovem com idade estimada entre 18 e 25 anos, vista de frente e de perfil na figura 3, tem sua origem confirmada na coleção por meio da descrição no jornal Astrea. A cabeça encontra-se muito danificada no lado esquerdo, com diversos ossos quebrados: frontal, zigomático, maxila, temporal, esfenóide, etmóide e nasal. Não encontramos fragmentos dos mesmos, entretanto, dentro do crânio estava guardado um estranho conjunto. Quando retiramos a cabeça do armário onde estava acondicionada percebemos, através da área quebrada, que dentro havia sete vértebras, dois dentes, alguns fragmentos de pele, tecidos de linho e um pequeno pedaço de madeira. Tal conteúdo foi reunido e guardado no interior do crânio provavelmente por algum antigo funcionário do museu, com a intenção de que este não se perdesse.



Figura 3 – Vista frontal e lateral esquerda da cabeça feminina mumificada da coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Note as tranças em perfeito estado de conservação. Fotos de Martha Locks.

A face apresenta-se parcialmente oculta por tecidos de linho, impregnados com resina. No lado direito a pele está exposta, desde o mento até a região do occipital. Na órbita direita resta apenas a pálpebra superior, e sob esta há um tampão de linho de formato arredondado. O nariz foi achatado pela pressão das faixas que o recobrem. A



pele de coloração cinza escuro dos lábios está parcialmente exposta. As orelhas estão bem conservadas e os respectivos canais auditivos estão visíveis, sem enchimentos.

O cabelo está parcialmente visível, notadamente no lado esquerdo, próximo à orelha, até a região do occipital e também na área correspondente ao osso temporal direito. Estas partes contêm tanto algumas tranças, conservadas com a amarração original, quanto outras que se desfizeram, deixando os cabelos soltos. O crânio encontra-se parcialmente envolvido com linho, de forma irregular e impregnado com resina, desde a área do osso frontal até a região posterior dos parietais. Os músculos da região do pescoço ainda conservam-se parcialmente.

Os dentes presentes na maxila, parcialmente ocultos pela pele dos lábios, são respectivamente: incisivos centrais, incisivo lateral esquerdo, canino esquerdo, 1º e 2º pré-molares esquerdos, 2º pré-molar direito, 1º, 2º e 3º molares esquerdos e 1º e 2º molares direitos. A mandíbula está quebrada no ramo com fratura recente no lado direito, e antiga no esquerdo. A dentição está completa excetuando o 2º pré-molar e 3º molar direitos. O 2º pré-molar provavelmente caiu antes, ou durante o processo de mumificação, pois a pele ao redor recobriu parcialmente o espaço do alvéolo. De maneira geral a dentição não possui desgaste acentuado.

No que se refere ao conteúdo que estava na caixa craniana, mostrado na figura 3.1, identificamos as seguintes partes de músculos e pele: fragmentos da pálpebra superior e inferior esquerda; fragmento de tecido muscular próximo à orelha; tecido muscular contendo a pele do lado esquerdo do crânio; e dois fragmentos de músculos da região do maxilar. Além destes, também encontramos o globo ocular esquerdo, contendo vestígios dos músculos, e um pequeno tampão feito de linho com forma cônica. As sete vértebras serão descritas posteriormente.



Figura 3.1 – Fragmentos de pele e músculos, o globo ocular esquerdo (segundo acima à direita), pedaço de madeira e tampão de linho (abaixo a direita) encontrados no interior do crânio. Foto de Martha Locks.

O cérebro foi provavelmente extraído pelas narinas, visto que não há outra perfuração intencional possível do crânio, além, é claro, da área danificada. Esta se deve provavelmente à ação de saqueadores, que a quebraram na busca de algum objeto precioso. Dentro da caixa craniana não há vestígios de resina ou outra substância de preservação ou enchimento. Os dados que descrevemos sobre esta jovem nos permitem estipular a época em que foi mumificada, provavelmente durante a primeira metade do Primeiro Milênio a.C..

1.3 - Cabeça Masculina Mumificada (Inv. 175):

Esta cabeça mumificada de um homem adulto com idade estimada entre 25 e 45 anos, mostrada de perfil e de frente na figura 4, encontra-se em bom estado de conservação e, como ressaltou Kitchen (1990, v. I, 228), assemelha-se ao faraó Séty I. A pele possui coloração acinzentada, variando entre tons claros e escuros, mas apresenta rachaduras na região das órbitas, zigomáticos e mandíbula. Tal coloração é, sem dúvida, resultado da secagem com o natrão, substância que age desidratando os tecidos e provoca o escurecimento da pele. As pálpebras, relativamente bem conservadas, estão cerradas e preenchidas com tampões circulares de linho, expostos em locais onde a pele está rachada. Há vestígios de cílios nas pálpebras e nas bordas



orbitárias, o que comprova que estes não foram raspados. Já os cabelos, de coloração castanha, encontram-se conservados sobre a região meso-inferior dos ossos parietais e occipital. O comprimento dos fios maiores não ultrapassa cinco milímetros, indicando que estes provavelmente foram raspados um pouco antes do processo de mumificação, prática também verificada em outras múmias.



Figura 4 – Vista lateral direita e frontal da cabeça masculina mumificada em excelente estado de conservação. Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Fotos de Martha Locks.

O nariz apresenta parte do osso nasal exposto e está achatado, resultado da pressão das faixas que o envolviam. Nas narinas não foram encontrados vestígios de tampões, ou algo semelhante, pois ambas foram deixadas vazias. Neste ponto verificamos, através da luz de uma lanterna, que o osso etmóide havia sido quebrado, fato que comprova a extração do cérebro pelas narinas. O que chama a atenção neste ponto, refere-se à habilidade do embalsamador em retirar a massa encefálica através de uma pequena abertura no osso, a qual não deve ultrapassar três centímetros, sem ter causado nenhum dano à estrutura cartilaginosa do nariz.

Na face há rachaduras em ambos os lados. No esquerdo, abaixo da região do osso zigomático, é possível observar os músculos nos locais onde não há pele. Em um ponto com maior deterioração, o osso da mandíbula está exposto. A mesma situação verifica-se no lado direito, embora esteja melhor conservado que o homólogo esquerdo. As orelhas também estão bem preservadas, exceto pela perda dos lóbulos, aderidas ao crânio pela pressão das faixas que outrora a envolviam. A boca,



proeminente, quase não possui diferenciação dos lábios, que estão entreabertos, exibindo parcialmente os dentes brancos. A dentição está completa, excetuando apenas a ausência do terceiro molar inferior direito. Nota-se também um desgaste acentuado em todos os dentes.

Por meio dos dados disponíveis, a ausência de revestimento de resina sobre a face, e também no interior da caixa craniana, sugerem um estilo de embalsamamento anterior ao Primeiro Milênio a.C., assim, tal como sugeriu Kitchen, é possível que este exemplar seja do Reino Novo.

1.4 - Cabeça Humana Mumificada (Inv. 176):

Esta cabeça de um indivíduo adulto, com 23 cm de altura e 16,1 cm de largura, encontra-se em estado regular de conservação e, ao contrário das demais, conserva parte do pescoço. Todo o conjunto foi envolvido por diversas camadas de faixas de linho e houve uso intenso de resina. A parte externa do tecido encontra-se muito deteriorada, principalmente na região da face. O nariz foi destruído, deixando expostos o osso nasal e dois tampões, formados por tecido de linho e resina. Um embalsamador enrolou duas pequenas peças de tecido, provavelmente de forma quadrangular, impregnou-as com resina e posteriormente as introduziu nas cavidades nasais.

A região dos lábios é protuberante e no mento parte do osso da mandíbula está exposto. Percebe-se um volume na área das orelhas; provavelmente as mesmas estejam conservadas, impregnadas pela resina. No alto do crânio as camadas de linho estão também danificadas, o que torna possível a visualização da pele, envolvida com resina. O osso parietal, na região da sutura sagital, também está exposto em dois pontos. A primeira camada de linho que envolvia o crânio apresenta uma trama mais aberta em comparação com as camadas exteriores, o que indica peças de tecido diferentes.

Na região do pescoço nota-se que este, assim como a cabeça, foi envolvido por inúmeras camadas de linho. Uma vértebra está visível na base do pescoço, circundada



por um enchimento feito com uma fibra vegetal, que é provavelmente, parte de fragmento de uma raquis. Esta cabeça possui um peso considerável, o que nos leva a pensar que o interior tenha sido preenchido com grande quantidade de resina, o que em parte se confirma pela existência dos tampões.



Figura 5 – Vista lateral direita e frente de uma cabeça de um indivíduo adulto. Note o uso de tampões nas narinas. Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Fotos de Martha Locks.

Embora a cabeça esteja aparentemente em um estado razoável de conservação, verificamos aqui que há deterioração dos tecidos de linho e também exposição de partes ósseas. Não podemos nos referir ao estado de conservação deste indivíduo quando foi mumificado, pois não dispomos de dados suficientes. Entretanto, se a existência das orelhas for confirmada, é possível que estejam em bom estado. Outro ponto que precisaria de uma confirmação é o período que estimamos para o exemplar. O uso intenso de resina nas camadas mais internas, vista por áreas onde há deterioração, indica uma data mais recente. Podemos, então, somente supor que a referida cabeça apresenta técnicas utilizadas no Período Greco-romano.

1.5 - Cabeça Mumificada (Inv. 177):

Esta cabeça completa com 21 cm de altura e 18 cm de largura, vista de perfil e de frente na figura 6, encontra-se em estado regular de conservação, pois apresenta-



se completamente envolvida com uma camada de resina de coloração preta, e conserva, parcialmente, o envoltório de faixas de linho com trama espessa. A face está parcialmente descoberta, deixando à mostra as áreas correspondentes aos ossos zigomático esquerdo, maxilar e mandíbula, impregnados com resina. As órbitas estão cerradas, a direita ainda com restos de faixas e a esquerda em parte visível. Pedacos de linho foram provavelmente inseridos sob as pálpebras, pois as mesmas são volumosas. As orelhas foram quebradas, o que permite a observação dos canais auditivos. Na área próxima, a resina apresenta inúmeras rachaduras.



Figura 6 – Vista lateral direita e frontal de uma cabeça mumificada, com grande impregnação de resina, da coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Fotos de Martha Locks.

Na cavidade nasal verificamos que o osso vômer foi destruído e o etmóide, quebrado. Tal como nos exemplares anteriormente descritos, isto se deve à ação dos embalsamadores que extraíram o cérebro. Dentro da caixa craniana não encontramos nenhum vestígio de materiais utilizados como enchimentos. A base do crânio não está bem conservada. A área sob a mandíbula perdeu-se, o que torna possível a visualização de toda a dentição. A resina neste ponto está muito quebradiça, com inúmeras rachaduras. Ao centro, a vértebra atlas está conservada na posição original.

A boca foi deixada semicerrada e, devido à perda dos lábios, alguns dos dentes da maxila apresentam-se expostos: incisivos centrais e laterais, caninos, 1º e 2º pré-molares esquerdos. Na mandíbula, os dentes foram recobertos por resina negra. A



dentição está completa, exceto pela ausência do 2º molar inferior direito. Na face oclusal e lingual os dentes contêm impregnações de resina. O esmalte dos dentes está danificado, há muitos traços de rachaduras e desgaste acentuado.

Tal como referimos quanto ao exemplar anterior, esta cabeça não está em bom estado de conservação. Provavelmente este indivíduo também já estivesse em decomposição antes de ser mumificado, pois não encontramos nenhuma área com a pele em bom estado. A camada de resina aplicada sugere que esta cabeça pertence à segunda metade do Primeiro Milênio, mais provavelmente a Época Greco-romana.

2 - Pés

2.1 - Pé Esquerdo Mumificado (Inv. 163):

Este pé esquerdo completo com 21,2 cm de comprimento e 7,5 cm de largura, mostrado na figura 7, apresenta-se totalmente envolvido por ataduras, excetuando a parte distal dos artelhos, que possuem coloração escura, quase preta. O 1º artelho conserva parte da unha, estando a pele, abaixo da mesma, fraturada; o 2º, 3º e 4º artelhos estão expostos e o 5º, oculto pelas faixas. Na região do astrágalo são visíveis restos de tendões. O envoltório é composto por diversas camadas de linho. Os artelhos foram enfaixados separadamente, envolvidos com grande impregnação de resina. Outras camadas de faixas podem ser vistas, próximas à região do astrágalo.



Figura 7 – Pé esquerdo com restos de uma sandália, feita de cartonagem, da Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Foto de Martha Locks.



O pé foi decorado com faixas dobradas com cerca de 2 cm de largura, dispostas uma sobre as outras na região medial. Por cima desta camada de faixas, na planta do pé, há parte de uma cartonagem com motivo quadriculado, nas cores azul (muito escurecido), vermelho e branco (em alguns pontos amarelado). Este grande fragmento não recobre os artemhos nem a região do calcâneo. Trata-se de uma sandália, a julgar pelos cordões que a prendem à sola do pé (um entre o 1º e 2º artemhos, outros dois passando ao redor do peito do pé e outro no calcanhar). A parte lateral externa do pé contém uma série de camadas de linho, impregnadas com resina de coloração amarronzada, que recobria originalmente todo o conjunto.

O fato de este exemplar ter conservado as faixas, dispostas paralelamente, e a peça de cartonagem, nos permite datá-lo com segurança como pertencente a Época Greco-romana.

2.2 - Pé Direito Mumificado (Inv. 165):

Este pé direito completo com comprimento de 21,8 cm e largura máxima de 8 cm, exposto na figura 8, contém ainda parte da perna envolvida em tecido de linho, correspondendo às regiões distais das epífises da tíbia e da fíbula. Os artemhos foram enfaixados separadamente e apresentam-se impregnados com resina de coloração negra. A parte inferior do pé está com o envoltório completo, excetuando a região dos artemhos. A decoração, que recobre todo o pé até a região do calcâneo, é feita por um padrão de faixas dobradas e dispostas paralelamente, ao total de dezessete, com aproximadamente 1,2 cm de largura cada.

A parte lateral e superior do pé, acima do padrão decorativo, estão envolvidas por uma série de faixas impregnadas com resina. Na região dos maléolos há sucessivas camadas de linho trançadas, com 3 cm de largura, que atingem a região do calcâneo e a parte posterior da tíbia e fíbula. Na parte em que a perna está quebrada, nota-se o tecido esponjoso da tíbia e fíbula, os tendões e a pele com impregnação de resina.



Figura 8 – Pé direito contendo restos de um padrão decorativo, formado por faixas. Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Foto de Martha Locks.

A decoração das faixas, dispostas paralelamente, nos permite datar este exemplar como pertencente à segunda metade do Primeiro Milênio a.C., mais precisamente à Época Greco-romana.

2.3 - Pé Direito Mumificado (Inv. 166):

Este pé direito incompleto, mostrado na figura 9, encontra-se em sua maior parte desenfaixado. Há, entretanto, vestígios de linho no calcânhar e no 3º artelho. A coloração predominante é preta, com alguns pontos arroxeados. A pele está trincada na região dorsal, e, acima do 1º metatarso, danificada a tal ponto que é possível visualizar os tendões. O primeiro artelho foi quebrado, restando apenas parte da falange proximal; os demais estão em perfeito estado de conservação, contendo as unhas de coloração amarelada. O calcâneo está exposto, com a pele recobrimdo parte do calcânhar. Na região onde deveria estar o astrágalo até a parte inferior do pé, a pele está em péssimo estado – apenas os tendões prendem o calcâneo à parte restante, que está bem conservada.



Figura 9 – Mesmo danificado, este pé mumificado auxilia no estudo das técnicas de embalsamamento desenvolvidas pelos egípcios. Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Foto de Martha Locks.

Não há dados suficientemente disponíveis para datar este exemplar, mas pela ausência da impregnação de resina, frequente nas múmias do Primeiro Milênio a.C., é possível que seja de uma época anterior, talvez do Reino Novo.

3 - Dedos de Mão Mumificados (Inv. 174):

Estes dedos, que podem ser visualizados na figura 10, foram registrados como pertencentes a uma mesma mão. O comprimento do primeiro dedo é de 7 cm. Os cinco dedos apresentam poucos restos de tecido orgânico e foram envolvidos em tecidos de linho, atualmente de coloração amarronzada escura. Respectivamente:

1º dedo: com falanges completas.

2º dedo: com a falange proximal quebrada.

3º dedo: com unha e falanges intactas.

4º dedo: com a falange proximal quebrada na diáfise e desarticulada na junção com a falange medial.

5º dedo: com a falange proximal quebrada na diáfise.

Por meio da observação dos exemplares, verifica-se que não foram submetidos a um processo de mumificação eficiente, pois a pele apodreceu, restando somente os ossos e as faixas de má qualidade. Não há meios de datá-los, visto seu estado precário de conservação. Neste caso, somente um teste físico poderá esclarecer o período a que pertencem.



Figura 10 – Dedos mumificados da coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Foto de Martha Locks.

4 – Vértebras:

Um conjunto de sete vértebras, cinco delas mostradas ao lado de dois dentes na figura 11, foi encontrado dentro da caixa craniana do exemplar 168. Não possuem número de registro. Pudemos identificá-las como pertencentes a três conjuntos, ou três indivíduos distintos, respectivamente:

Ao primeiro conjunto pertencem as vértebras C2, C3, C4 e C5, que apresentam impregnações de resina. O eixo e a C3 permanecem fusionadas com restos de tecido muscular. A vértebra C4 apresenta restos de fibras vegetais no canal neural. A vértebra C5 possui músculos no lado esquerdo do processo transversal e a apófise espinhosa está fragmentada.

O segundo conjunto é formado por outras duas vértebras cervicais, atlas e eixo, com vestígios de músculos e resina. Por meio da observação, sugerimos que estes exemplares pertencem à cabeça feminina de número 168.

No último conjunto há apenas uma vértebra, também cervical, que apresenta o processo transversal e apófise espinhosa fragmentados.

Não é possível estimar o período a que estas vértebras pertencem, exceto as que fazem parte do exemplar de número 168, que descrevemos anteriormente.



Figura 11 – Algumas das vértebras, sem número de registro, e dois dentes que estavam no interior da cabeça feminina (Inv.168). Coleção do Museu Nacional/ UFRJ. Foto de Martha Locks.

Discussão sobre os exemplares:

A análise de fragmentos de corpos humanos mumificados revela diversas informações sobre as técnicas empregadas pelos antigos embalsamadores egípcios na conservação dos corpos. Embora o processo seja amplamente conhecido por meio dos estudos realizados com fontes escritas, iconográficas e arqueológicas, aliados à experimentação em laboratório, a análise de exemplares de diferentes museus poderá contribuir para futuras pesquisas. Assim, neste ponto discutimos as informações que reunimos no decorrer da observação dos exemplares do Museu Nacional.

Nas cinco cabeças encontramos dados que confirmam um procedimento, quase que padrão, dos antigos embalsamadores na extração do cérebro pelas narinas: a fratura no osso etmóide. No crânio mumificado (Inv. 164), na cabeça feminina (Inv. 168) e na cabeça mumificada (Inv. 177) a fratura foi observada diretamente, devido à ausência do nariz. Já no caso da cabeça masculina (Inv. 175) esta foi reconhecida de forma indireta, com o auxílio da incidência da luz através das narinas. Na cabeça de múmia que se encontra enfaixada (Inv. 176), embora a visualização macroscópica do interior do crânio não tenha sido possível, a presença dos tampões cilíndricos de linho aliada ao peso considerável sugerem a extração pelo mesmo método. Em quatro casos, excetuando a cabeça de múmia (Inv. 176), não constatamos a existência de



fragmentos ósseos no interior da caixa craniana, tal como é possível observar nos estudos realizados com outras múmias egípcias.

Como parte do processo de mumificação, após a remoção do cérebro era comum a adição de enchimentos no crânio. Nos exemplares do Museu Nacional constatamos que estes não foram aplicados em três casos: na cabeça feminina jovem (Inv.168), na cabeça masculina bem preservada (Inv. 175) e na cabeça mumificada (Inv. 177). Os outros dois exemplares apresentam um tratamento diferenciado. O crânio mumificado (Inv. 164) recebeu resina, atualmente de coloração negra, juntamente com tecidos de linho, enquanto que a cabeça de múmia que se encontra enfaixada (Inv. 176), devido ao peso anteriormente mencionado, sugere o uso de enchimentos, provavelmente resina. Ao final da preparação da caixa craniana tampões de tecidos de linho, formados por pequenas peças retangulares ou quadrangulares, poderiam ser colocados nas cavidades nasais, tal como se observa no exemplar 176.

As cabeças de múmias que se encontram com restos de tecidos, pele e músculos, demonstram o uso do natrão⁵ no processo de desidratação dos corpos. Ao final desta etapa, que durava aproximadamente 35 dias, os embalsamadores continuavam o trabalho. Neste ponto, alguns dados estão relacionados a esta fase, como a colocação de pequenos tampões de formato circular, ou cônico, feito com tecido de linho sob as pálpebras. Na cabeça feminina (Inv. 168) temos o tampão que se conserva sobre o olho esquerdo, enquanto que o do lado direito, que estava solto no interior do crânio, permitiu constatar o encaixe perfeito no globo ocular desidratado. Na cabeça masculina (Inv. 175) esta mesma prática pode ser verificada diretamente por meio das rachaduras, que expõem parte do tecido de linho, enquanto que o volume das pálpebras na cabeça mumificada (Inv. 177) sugere o mesmo procedimento.

Os exemplares da coleção também apresentam diferentes tratamentos no que se refere aos cabelos. Em três cabeças (Inv. 164, 175 e 177) houve a raspagem, mas na

⁵ O natrão é formado por carbonato de sódio, bicarbonato de sódio, sulfato de sódio e cloreto de sódio. Ocorre naturalmente no Egito em duas grandes áreas: uma ao norte, na região chamada Wadi El-Natrun, a 100 quilômetros do Cairo; e a outra no sul, em El Kab.



cabeça da mulher jovem (Inv. 168) verifica-se um excepcional cuidado na preparação das tranças, que foram posteriormente envolvidas pelas faixas. Neste caso trata-se de um processo de mumificação que reflete, claramente, a posição social elevada desta jovem. A parte final do embalsamamento consistia na aplicação de resinas e no enfaixamento que ocupava até 15 dias. O uso de resina é percebido em profusão, principalmente nos exemplares que podem ser datados do Período Greco-romano, a exemplo da cabeça de múmia (Inv. 176) e da cabeça mumificada (Inv. 177). Em outros casos, como o da cabeça da mulher jovem (Inv. 168) e do crânio mumificado (Inv. 164), houve a impregnação dos tecidos, como forma de manter as faixas no local original. Todo o tecido empregado pelos embalsamadores egípcios era de linho oriundo, na maioria das vezes, de outras peças a exemplo de vestimentas que vinham do contexto doméstico. Não encontramos dados que possam comprovar tal origem, contudo, a diferenciação na trama dos tecidos aponta para peças de diferentes qualidades.

Os pés e os dedos de mão apresentam dados que permitem o entendimento dos cuidados que os embalsamadores tinham com outras partes do corpo. No caso do pé direito mumificado (Inv. 166) o excelente processo de secagem com natrão a que foi submetido proporcionou uma preservação total, que proporciona o reconhecimento das digitais. Já os dedos de mão (Inv. 174), cuja conservação não foi eficiente, foram reduzidos aos ossos, embora o enfaixamento individual demonstre um cuidado posterior. Os outros dois pés, um esquerdo (Inv. 163) e um direito (Inv. 165) mostram o o enfaixamento individual dos dedos com o uso de resina. A sobreposição de camadas de faixas dispostas seguindo um padrão geométrico, comum no Período Greco-romano, revela que os pés pertenciam a indivíduos cujas famílias dispunham de recursos para tais cuidados com o corpo, inclusive na colocação de peças de cartonagem, como a sandália presente na sola do pé esquerdo (Inv. 163).

No que se refere ao conjunto de vértebras, o seu estado de conservação não reflete apenas a destruição dos corpos ao longo dos séculos, pois a existência de resina e de uma fibra vegetal no canal neural de uma delas comprovam um embalsamamento mal feito. O material vegetal é um provável vestígio da tentativa de um embalsamador



manter as vértebras da coluna vertebral de um indivíduo alinhadas. Um tipo de enchimento semelhante também está presente na base do pescoço da cabeça de múmia (Inv. 176), talvez com a mesma finalidade. A utilização de outros materiais nos corpos, principalmente a partir da segunda metade do Primeiro Milênio a.C, nos mostra o estado precário que muitos deles se encontravam, em uma época em que se valorizava mais a aparência externa da múmia do que a conservação em si.

Considerações Finais:

A redescoberta do Egito por Napoleão, aliada à divulgação da obra resultante de sua campanha, fez com que surgisse um maior interesse dos europeus pelas antiguidades. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX estrangeiros, como Giovanni Belzoni, percorreram o Vale do Nilo vasculhando os sítios arqueológicos com a intenção de reunir artefatos, entre os quais estavam as múmias, para museus e colecionadores do Velho e do Novo Mundo. Mas ao mesmo tempo em que realizaram importantes descobertas, causaram tanta destruição quanto os artigos saqueadores. O comércio crescente fez com que um conjunto de antiguidades, algumas de procedência tebana, reunidas por Belzoni ou por seus contemporâneos, chegassem às mãos do comerciante de antiguidades Nicolau Fiengo.

Em 1926 o antiquário italiano partiu com os artefatos de Marselha rumo à Argentina, mas este não foi o destino final das peças. Devido a problemas no rio da Prata, a carga acabou sendo levada para o Rio de Janeiro, onde foram expostas no museu e, posteriormente, adquiridas pelo Imperador D. Pedro I, que as incorporou ao acervo. Por meio da investigação das fontes escritas do século XIX propomos que todas as partes de múmias que pertencem a coleção estavam entre as antiguidades adquiridas por Nicolau Fiengo. Ao longo do tempo, contudo, nem tudo se conservou, pois há referências a uma múmia que acabou desfeita. Uma das cabeças do acervo provavelmente foi tudo o que restou de um corpo completo. Em nosso levantamento localizamos os dedos de uma mão que estavam aparentemente desaparecidos, além de descobrirmos um conjunto de sete vértebras e outros fragmentos pertencentes a



uma cabeça feminina mumificada, que se encontravam guardadas na própria caixa craniana desta.

As análises que realizamos no conjunto de partes de múmias, formado por cinco cabeças, três pés, cinco dedos de uma mão e sete vértebras, permitiram a descrição do estado de conservação, a identificação do sexo e da idade em alguns exemplares, além do estabelecimento de uma estimativa de datação com base no estilo do embalsamamento. O estudo também serviu para a compreensão dos detalhes do processo de mumificação a que os exemplares foram submetidos. Tal avaliação se mostrou efetiva, visto que o estado de conservação das cabeças mumificadas permitiu o acesso às estruturas internas, mesmo sem uma avaliação por meio de técnicas biomédicas. É evidente que estas contribuem nos estudos, a exemplo de como fizemos em 1999 com a utilização da tomografia axial computadorizada, como parte de nosso projeto de estudo da múmia Tothmea do Museu Egípcio e Rosacruz, em Curitiba, cujos resultados foram satisfatórios.

Agradecimentos:

Deixo expresso meus agradecimentos as seguintes pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Ao Professor Ciro Flamarion Cardoso, Titular de História Antiga e Medieval da UFF, pela leitura e opiniões a respeito do texto, visto que muitos dados aqui expostos foram empregados em nossa Dissertação de Mestrado, que preparamos sob sua orientação. À Professora Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, que na época dos meus estudos com a coleção egípcia era Chefe e curadora do acervo do Setor de Arqueologia, por conceder a permissão para a pesquisa com as múmias. À Bióloga Professora Martha Locks que muito me auxiliou tanto no levantamento de dados quanto na realização de todas as fotografias apresentadas neste estudo.



Fontes Primárias:

SEMAR (Seção de Mémória e Arquivo do Museu Nacional). Inventário, “4ª. Secção”, 1846 (?).

Astrea. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1826, nº 37.

GOULART, Basílio Ferreira. *Astrea*, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1826.

BELZONI, G. B. *Narrative of the operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs, and excavations, in Egypt and Nubia*. London: printed by Thomas Davison, 1820.

CHILDE, A. *Guia das colleções de Archeologia Clássica*, Museu Nacional do Rio de Janeiro (IV secção). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

Description de l'Égypte, publiée par les ordres de Napoléon Bonaparte. Köln: Taschen, 1994.

NETTO, L. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

PALMEIRA, L. C. Apendice II: Novos dados históricos acerca da coleção egípcia do Museu Nacional. In: DE CASTRO FARIA, L. *Alberto Childe – O homem, a Obra, e sua Época*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Publicações Avulsas, nº 60, 1970.

Referências Bibliográficas:

HAGEN, R-M.; HAGEN, R. *Egipto: pessoas, deuses, faraós*. Colónia: Taschen, 2003.

KITCHEN, K. A.; BELTRÃO, M. C. *Catálogo da Coleção do Egito Antigo* existente no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Warminster: Aris & Phillips, 1990, 2v.

MAYES, S. *The great Belzoni: the circus strongman who discovered Egypt's treasures*. London: I. B. Tauris, 2006.

MENEZES, R. B. As múmias do Museu Nacional. *Revista Brasileira de História da Medicina*. Rio de Janeiro: v. XIII, nº. 2, p. 49-68, mar/abr, 1962.

ROEHRIG, C. *Explores and Artists in the Valley of the Kings*. Vercelli: White Star Publishers, 2001.



SANTOS, M. E. Restos Mumificados Egípcios da Coleção do Museu Nacional. In: *XIII Jornada de Estudos Clássicos/ UFF*, 1999, Niterói. Caderno de Resumos da XIII Jornada de Estudos Clássicos. Niterói: GOTTEN, 1999. v. 1. p. 10.

SANTOS, M. E.; LOCKS, M. *Restos Egípcios Mumificados da Coleção do Museu Nacional*. AMORCultural - Informativo do Centro Cultural Amorc. Curitiba: v. 3, p. 4 - 11, 01 jan. 2000.

SANTOS, M. E.; LOCKS, M. A Extração do Cérebro e Preparação Craniana de Múmias Egípcias em Coleções Brasileiras. In: *XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologias da América Latina*, 2003, São Paulo. Caderno de Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo: All Print, 2003. v. 1. p. 109.

SILIOTTI, A. *Primeiros descobridores: a descoberta do antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007.

SOUZA, N. J. S. *Contribuição à história da Coleção Egípcia do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Publicação do Autor, 1999.

TAYLOR, J. H. *Egyptian mummies*. London: British Museum Press, 2010.

VERCOUTTER, J. *Em busca do Egito esquecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.



Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos¹

Liliane Cristina Coelho²

RESUMO: Quando o cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano, a escrita hieroglífica não mais foi empregada, e desde este momento ela vem encantando aqueles que se interessam pela cultura egípcia. A partir de sua decifração por Champollion o reconhecimento desta escrita não somente permitiu o desenvolvimento da egiptologia, mas também assegurou sua adoção nos livros didáticos, no que concerne ao Egito Antigo. Assim, propusemos uma pesquisa, cujos objetivos principais são o reconhecimento e a avaliação do modo pelo qual as informações ligadas à escrita do Egito faraônico são transmitidas aos alunos de onze a dezessete anos, por meio destas obras. Para atingir estes objetivos, vinte e dois livros foram analisados: seis nacionais e dezesseis estrangeiros, que foram traduzidos para o português. Entre eles, há uma publicação nacional que pode ser considerada literatura infanto-juvenil. Os resultados obtidos foram colocados em uma tabela e separados em categorias, de acordo com o assunto analisado.

Palavras-Chave: Egito Antigo; Escrita Hieroglífica; Livros Paradidáticos.

RESUME:

Quand le christianisme est devenu la religion officielle de l'Empire Romain, l'écriture des hiéroglyphes n'a plus été employée, et depuis ce moment elle enchante ceux qui s'intéressent à la culture égyptienne. À partir de son déchiffrement par Champollion la reconnaissance de cette écriture non seulement a permis le développement de l'Égyptologie, mais aussi a assuré son adoption dans les livres didactiques, en ce qui concerne l'Égypte Ancienne. Ainsi nous avons proposé une recherche, dont les objectifs principales sont la reconnaissance et l'évaluation de la façon laquelle les informations liées à l'écriture de l'Égypte Pharaonique sont transmises aux élèves de

¹ O estudo aqui apresentado foi desenvolvido como parte do programa de Iniciação Científica, relacionado ao Projeto de Pesquisa "Egiptomania no Brasil: séculos XIX e XX – Paraná", entre os meses de maio e novembro de 2005. Foi apresentado primeiramente na forma de um painel no III Seminário de Pesquisa e III Seminário de Iniciação Científica da UNIANDRADE, em novembro de 2005.

² Mestre e doutoranda em História Antiga pelo PPGH-UFF, sob orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso. Membro do Grupo de Estudos Egiptológicos Maat e do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade da UFF. Professora do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval das Faculdades Itecne, Curitiba – PR e Professora do Curso de Graduação em História da Uniandrade - Curitiba - PR. E-mail: lilianemeryt@hotmail.com



onze à dix-sept ans, à travers ces oeuvres. Pour atteindre ce but, vingt deux livres ont été analysés: six nationales et seize étrangers qui ont été traduits au portugais. Parmi eux, il y a une publication nationale qui peut être considérée littérature pour la jeunesse. Les résultats obtenus ont été mis dans un tableau et séparés en catégories selon le sujet analysé.

Mots-Cles: Égypte Ancienne; Écriture des hiéroglyphes; livres d'appui didactique.

Introdução

A escrita egípcia antiga fascina a humanidade desde a Antiguidade, seja pela sua beleza ou pela dificuldade em decifrá-la. A expressão *ta hieroglyphica* tem origem grega, significando “as (letras) sagradas esculpidas”, de onde vêm “hieroglífica” e “hieróglifos” (MCDERMOTT, 2001: 12). Para os egípcios, a escrita era uma invenção de Toth, deus da sabedoria, que decidiu ensiná-la aos homens contrariando uma ordem do deus Ra. O nome dado por eles à sua escrita era *medju netjer*, ou literalmente, “palavras dos deuses” (GARDINER, 1988: 1).

O desenvolvimento da escrita egípcia pode ser separado em cinco estágios, de acordo com a análise de documentos datados, produzidos ao longo dos 3.000 anos da História dessa sociedade (GARDINER, 1988: 5). O primeiro estágio, chamado de Egípcio Antigo (c. 3000-2140 a.C.), corresponde à forma escrita desde o seu surgimento, no final do IV milênio a.C., na fase anterior à unificação, até a VI dinastia. Os textos desta época aparecem na forma de legendas, escritas sobre artefatos variados. Documentos com textos mais longos surgiram na V Dinastia, destacando-se nessa fase os Textos das Pirâmides (GARDINER, 1988: 5).

O próximo estágio, o Médio Egípcio (c. 2140 - 1360 a.C.), corresponde à forma escrita utilizada do Primeiro Período Intermediário até meados da XVIII Dinastia. Esta fase também é conhecida como “Egípcio Clássico”, e foi empregada até o final da história egípcia na antiguidade. Os documentos produzidos em Médio Egípcio são variados, incluindo os de natureza religiosa, legal e textos literários (GARDINER, 1988: 5). Por ter sido a forma mais utilizada para a escrita, e cuja gramática é mais bem



conhecida, normalmente é o primeiro estágio estudado em cursos de escrita egípcia antiga no Brasil.

Os últimos três estágios são: o Egípcio Tardio (de meados do século XIV até 700 a.C.), que era a forma escrita utilizada desde o Reino Novo – a partir do reinado do faraó Akhenaton – até o Terceiro Período Intermediário; o Demótico (c. 700 a.C. – 300 d.C.), que era a “língua popular”, empregada em textos relacionados ao cotidiano, bem como comerciais e jurídicos; e o Copta (do século III d.C. em diante), último estágio da língua, cuja estrutura vocálica é conhecida, sendo ainda utilizada na igreja Copta (GARDINER, 1988: 5). Com o advento do cristianismo, no século IV d.C., o sistema egípcio de escrita, considerado pagão, caiu em completo desuso.

O último texto hieroglífico escrito na Antiguidade foi gravado num dos templos da ilha de Philae, em 394 d.C. (DODSON, 2003: 90). A língua e a escrita cópticas, porém, foram preservadas, pois eram utilizadas pelos descendentes cristãos dos antigos egípcios, na liturgia. Isso tornou possível que o padre Athanasius Kircher identificasse a língua e a escrita cópticas como remanescentes das antigas grafias e falares egípcios. Ele publicou, no ano de 1643, um dicionário e uma gramática do copta, que foram úteis, posteriormente, para a decifração dos hieróglifos (BAKOS, 1996: 27).

Mas foi a expedição de Napoleão ao Egito, em 1799, que fez a mais importante descoberta para a decifração desses símbolos: a “Pedra de Roseta” (LENDO o passado, 1996: 154). A “pedra”, na realidade uma estela comemorativa, contém um texto cujo conteúdo é um decreto dos sacerdotes de Mênfis em honra ao faraó Ptolomeu V Epifânio, gravado em três formas de escrita: Hieroglífica, Demótica e Grega. A importância deste documento está na possibilidade de que a escrita grega poderia ser comparada com a egípcia, fato que impulsionou a pesquisa de inúmeros estudiosos europeus da época (LENDO o passado, 1996: 154). Quem completou o processo de decifração, no entanto, foi o francês Jean-François Champollion, que anunciou a sua descoberta em 29 de setembro de 1822 (ALLEN, 2001: 9). Em 1824 Champollion



publicou uma obra (*Précis du système hiéroglyphique*), onde o sistema da língua foi exposto (LENDON o passado, 1996: 163).

A descoberta de Champollion possibilitou a criação de uma nova ciência: a Egiptologia (ALLEN, 2001: 9). Depois dele, muitos outros filólogos e egiptólogos debruçaram-se sobre as inscrições egípcias, e assim foi possível escrever a história dessa sociedade a partir de fontes produzidas por ela mesma. O fascínio pela língua egípcia continuou, e atualmente existem várias obras que discorrem sobre esse tema. Entre elas, algumas de cunho didático, e que são utilizadas por professores de ensino médio e fundamental, nas aulas de história.

Assim, ao verificar que vários livros paradidáticos relacionados ao antigo Egito mostram capítulos ou partes dedicadas a explicações sobre os hieróglifos, criou-se um projeto de investigação que teve como objetivo principal o reconhecimento e a avaliação de como as informações relacionadas à escrita egípcia antiga são transmitidas aos estudantes de ensino médio e fundamental.

A Estrutura da Escrita Egípcia Antiga

Antes de iniciarmos o estudo propriamente dito, foi necessário um conhecimento prévio da estrutura da escrita egípcia antiga, o que foi possível por meio de um curso de extensão sobre o Médio Egípcio ministrado pelo professor Moacir Elias Santos, entre os meses de junho e novembro de 2005, nas dependências da UNIANDRADE, em Curitiba.

A escrita egípcia é formada por um grande número de sinais, que no estágio conhecido como Médio Egípcio inclui aproximadamente 700 hieróglifos (ZAUZICH, 2004: 1). Esses podem ser classificados a partir de quatro tipos de sinais (pictográficos, ideográficos, fonéticos e determinativos), cada um com um valor gramatical diferente (MENU, 1989: 12-5).

Os sinais pictográficos foram os primeiros utilizados pelos egípcios. São signos-objeto, que representam uma ideia, um objeto ou um ser (MENU, 1989: 12). Por exemplo, o desenho de um braço significa literalmente “braço”, assim como a imagem



da planta baixa de uma casa significa “casa”. Já os sinais ideográficos, diferentemente dos pictográficos, não tratam do próprio objeto, mas da ideia representada por eles (MENU, 1989: 13). Assim, a imagem de um homem com a mão na boca representa várias ações, tais como “comer”, “falar” e “ter sede”. Essa divisão, no entanto, é apresentada apenas por alguns autores, como a egiptóloga francesa Bernadete Menu (MENU, 1989: 12-5). Outros não fazem distinção entre pictogramas e ideogramas, como é o caso da egiptóloga escandinava Gertie Englund (ENGLUND, 1995, VIII-IX).

Os sinais fonéticos são figuras que correspondem a sons específicos. São divididos em: uniliterais ou uniconsonantais (apenas uma letra); biliterais ou biconsonantais (duas letras); e trilaterais ou triconsonantais (três letras) (GARDINER, 1988: 25). Os sinais uniliterais são os mais simples da língua, e a partir deles criou-se o pseudo-alfabeto, onde se encontram os símbolos correspondentes às consoantes e semivogais do nosso alfabeto (GARDINER, 1988: 26-7).

Por último, existem os determinativos. Estes são sinais hieróglifos que não possuem valor fonético, aparecendo ao final das palavras com a finalidade de indicar seu real significado. Tais sinais são muito importantes para a escrita egípcia, pois é por meio deles que sabemos onde termina uma palavra, já que nessa escrita não existem marcas para a pontuação (GARDINER, 1988: 31-3). Também são importantes para diferenciar palavras que são escritas de maneira semelhante. Por exemplo, as palavras “escriba” e “escrita” são escritas com o mesmo sinal hieroglífico, que representa os instrumentos utilizados para a escrita. A diferenciação é feita pelo determinativo, que no caso de “escriba” é um homem, e no caso de “escrita” é um papiro selado.

Existem, ainda, algumas particularidades em relação à escrita que merecem ser enunciadas, pois aparecem em algumas das publicações analisadas. Uma delas é em relação aos chamados complementos fonéticos, ou seja, sinais fonéticos que seguem as palavras formadas por signos bi ou triconsonantais, com a função de enfatizar o som ou preencher espaços. Os complementos fonéticos, contudo, não são lidos, cumprindo apenas as funções descritas acima (GARDINER, 1988: 38). A função de preencher espaços está diretamente relacionada à outra característica da escrita, qual seja, a da



organização harmoniosa dos signos hieroglíficos em quadrados imaginários. Nessa disposição, alguns sinais ficam sobrepostos, sendo a sua leitura realizada de cima para baixo (ENGLUND, 1995: X).

Outra particularidade da escrita egípcia está relacionada à direção de escrita e leitura (GARDINER, 1988, 25). Enquanto as escritas ocidentais geralmente são lidas e escritas da esquerda para a direita, a escrita egípcia antiga pode aparecer em quatro direções diferentes: da esquerda para a direita; da direita para a esquerda; de cima para baixo com a leitura a partir da esquerda; e de cima para baixo com a leitura a partir da direita. Tais direções são determinadas pelas figuras animadas que aparecem no texto. Tais figuras sempre estão voltadas para o início da frase (MENU, 1989: 15).

Na sociedade egípcia, porém, poucos sabiam ler e escrever os sinais hieroglíficos. Essa era uma função geralmente exercida por alguém muito prestigiado, que ostentava o título de escriba. A formação do escriba era difícil e demorada, até o completo domínio da língua, mas era necessária para a manutenção do Estado egípcio. O aprendizado também era cansativo, e os professores não se continham se fosse preciso castigar fisicamente um aluno. Num relato datado provavelmente da XII Dinastia, a Sátira das Profissões, um pai que conduz o filho para a escola de escribas descreve as diferentes profissões. Sobre a do escriba, diz:

Eis que não há profissão sem chefe, exceto a do escriba: ele é o chefe. Por isso, se souberes escrever, esta será para ti melhor que as outras profissões que te descrevi em sua desdita. Atenta para isso, não se pode chamar um camponês de ser humano. Em verdade eu te fiz ir para a Residência, em verdade fiz isso por amor a ti, (pois) um dia (que seja) na escola, será proveitoso para ti. Suas obras duram como as montanhas... (ARAÚJO, 2000: 222-223)

Percebe-se, assim, por esse pequeno trecho, o quanto era valorizada a profissão do escriba em tempos faraônicos.

Os egípcios costumavam escrever em quase tudo que construía, desde paredes, portas e colunas de tumbas e templos, a objetos de uso cotidiano. Os escribas



aprendizes utilizavam-se geralmente de lascas de calcário ou fragmentos de cerâmica, chamados pelos gregos de “ostraca”, ou de tábulas de madeira em suas tarefas, por serem materiais mais baratos que o papiro. Este era um material caro, destinado apenas àqueles que já possuíam a experiência e conhecimentos necessários (LUCAS & HARRIS, 1999: 364).

O processo de produção do papiro aparece com freqüência nos livros analisados. Esse constava, primeiramente, da coleta do *Cyperus papyrus*, encontrado em abundância nas regiões pantanosas do vale do Nilo. Em seguida, o caule da planta era descascado, e o miolo era cortado em fatias finas. As tiras eram deixadas de molho em água por alguns dias, para a dissolução do amido. Depois de retirada a água, as tiras eram dispostas lado a lado, em camadas organizadas em forma de cruz. As camadas eram prensadas e, depois de unidas, as faces eram polidas e as bordas aparadas (LUCAS & HARRIS, 1999: 138-9).

Os pincéis utilizados eram produzidos a partir do *Juncus maritimus*, uma planta que crescia naturalmente no Egito (LUCAS & HARRIS, 1999: 365). As extremidades do junco eram cortadas e preparadas de diferentes maneiras: um dos lados era seccionado na diagonal, enquanto o outro era esfacelado. Essa diferenciação produzia uma ponta fina, para traços mais delgados, enquanto a outra se destinava a traços mais espessos. No Período Greco-Romano foi utilizado o junco *Phragmites communis* para o mesmo fim (LUCAS & HARRIS, 1999: 365).

Para a escrita em papiros, o destaque gráfico das palavras era feito com tinta vermelha, obtida do ocre. A cor mais utilizada, contudo, era o preto, que tinha como origem o carvão (LUCAS & HARRIS, 1999: 363). Para a produção da tinta, o ocre ou o carvão eram moídos em um pequeno almofariz, e depois eram misturados a uma espécie de goma. Essa mistura era colocada em locais específicos nas paletas, e ali ficavam até a secagem completa. Para a utilização, primeiramente o pincel era colocado na água e depois passado sobre a tinta seca, como numa espécie de aquarela (LUCAS & HARRIS, 1999: 362). Caso errasse uma inscrição o escriba poderia tentar



consertar com a própria língua, com um pequeno pedaço de pedra calcária, ou com um pano úmido (LUCAS & HARRIS, 1999: 365).

As informações aqui expostas foram utilizadas como base para a posterior análise dos livros paradidáticos e de literatura infanto-juvenil. Consideramos importante o seu conhecimento, por parte do leitor, para que os dados expostos a seguir e as críticas feitas em relação às publicações sejam melhor compreendidas. Outrossim, para que os professores que adotarem as obras possam utilizá-las da maneira correta, apontando, inclusive, os desacertos existentes aos seus alunos.

O Estudo

Em nosso estudo localizamos trinta e sete livros paradidáticos e de literatura infanto-juvenil, disponíveis em língua portuguesa, com assuntos relacionados ao antigo Egito. Desses, vinte e dois foram selecionados, por conterem capítulos ou pequenas informações sobre a escrita egípcia antiga. Respectivamente: seis publicações nacionais, entre elas uma de literatura infanto-juvenil; e dezesseis estrangeiras, traduzidas para o português.

Como metodologia foi empreendida uma análise dos conteúdos referentes à escrita nesses livros, por meio de conhecimentos prévios sobre a língua egípcia antiga e sua decifração. A base para a análise do pseudo-alfabeto apresentado nessa bibliografia foi a tabela de sinais do pseudo-alfabeto de Alan Gardiner, apresentada em sua gramática de Médio Egípcio (GARDINER, 1988, 27).

Verificou-se que, entre os erros mais frequentes, está a colocação incorreta dos sinais uniconsonantais mais simples da língua, o pseudo-alfabeto, seja por seu valor fonético ou pelo que representam. Tais desacertos foram encontrados em nove exemplares analisados, e o fato desses erros serem recorrentes mostra uma situação que requer certa atenção. Na figura 1 são mostrados alguns exemplos, com os respectivos sinais corretos:

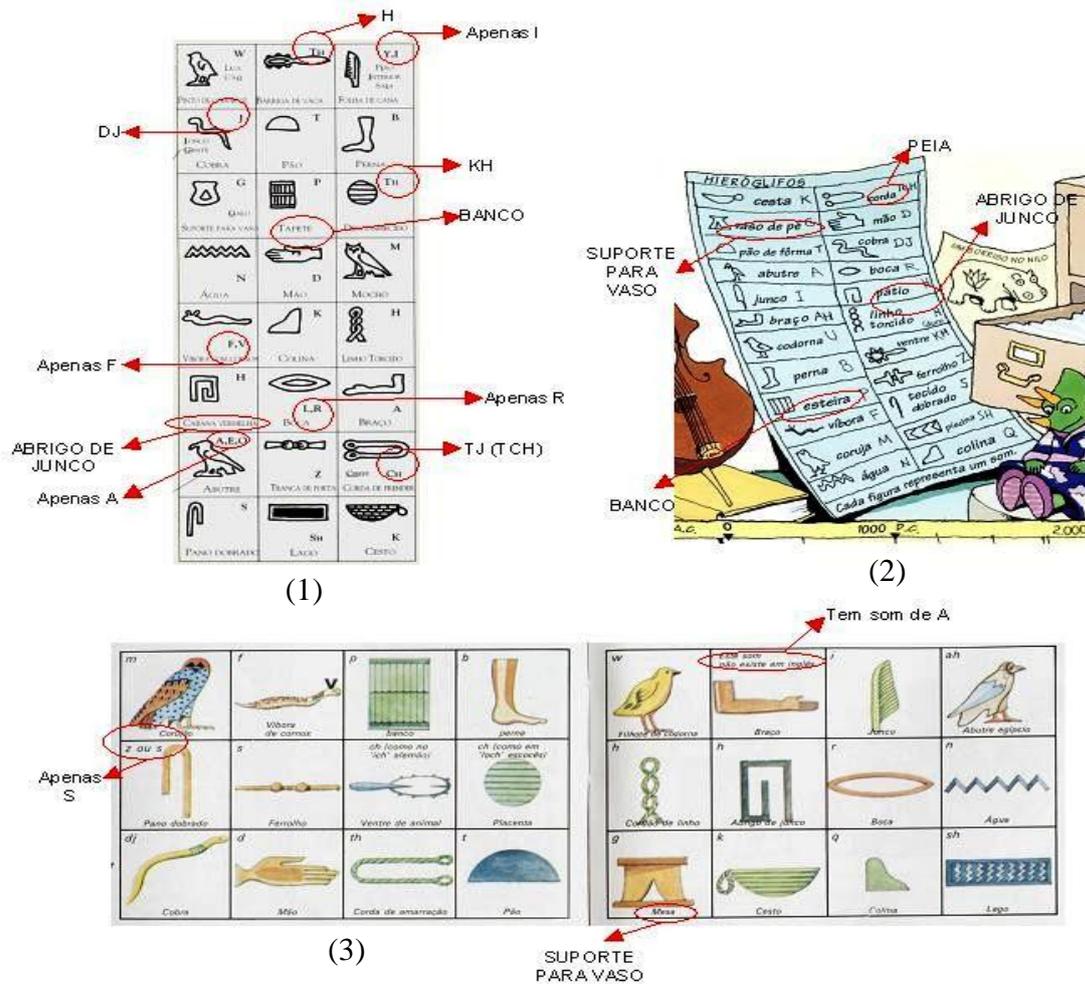


Figura 1 – Erros comuns e recorrentes relacionados ao pseudo-alfabeto egípcio. Referências: (1) STEEDMAN, S. *Antigo Egípto*. Lisboa: Texto Editora, 1998. p. 148. (2) COLE, J.; DEGEN, B. *As Aventuras da Dona Friz*: Antigo Egito. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. Página de apresentação. (3) MILLARD, A. *Os Egípcios*. São Paulo: Melhoramentos, s/d. p. 36.

Ainda em relação ao pseudo-alfabeto, o encarte pertencente ao kit “Ação e Aventura: Pirâmides”, cujo consultor foi James Putnam, merece um comentário especial. Na contracapa do encarte referente à história do Egito antigo existe um “alfabeto egípcio moderno”, que não é o mesmo pseudo-alfabeto encontrado nas outras obras. Nele, os símbolos são colocados com traduções aleatórias, que não condizem com a escrita egípcia original. Isso é informado aos leitores, mas pode causar confusão, pois a informação está em letras pequenas, e pode não ser percebida por aquele que utiliza a obra.



Grande parte dos livros apresenta informações sobre as três formas da escrita egípcia – a hieroglífica, a hierática e a demótica – e dados sobre as direções de leitura e escrita. Apenas um deles, “Os Antigos Egípcios”, de Anita Ganeri, contudo, mostra um esquema de leitura semelhante ao apresentado por Alan Gardiner, conforme mostrado na figura 2.



Figura 2 – As direções de escrita e leitura no egípcio antigo. Referência: GANERI, A. *Os Antigos Egípcios*. São Paulo: Abril Jovem, 1995. p. 13.

O mesmo livro, porém, comete um equívoco em relação à data em que ocorre a última utilização dos hieróglifos. Enquanto o livro informa 394 a.C., a data correta é 394 d.C.. Em relação ao número de letras que cada símbolo hieroglífico pode representar, a mesma obra apresenta outra falha: informa que cada símbolo pode representar até cinco letras, enquanto na realidade são empregados até três.

A autora Fiona MacDonald, no livro “Egípcios Antigos”, informa que eram necessários diversos hieróglifos para escrever uma palavra. No entanto, essa informação nem sempre é verdadeira: a palavra “boca”, por exemplo, escreve-se apenas com o hieróglifo que representa “boca”, seguida por um traço vertical embaixo. Ainda em relação aos sinais, John Guy, no livro “Os Egípcios: vida cotidiana”, informa que eles representam apenas ideias, e não palavras. Tal informação é falsa, pois, conforme comentado anteriormente, os hieróglifos poderiam representar ideias, ou mesmo letras e palavras completas.



Deve-se destacar o livro “O Egito Antigo”, de Robert Nicholson e Claire Watts. Inovando, ele apresenta palavras na língua egípcia antiga, grafadas de forma correta. Apenas a palavra “falcão” está incompleta: falta-lhe o sinal determinativo, conforme pode ser visualizado na figura 3.



Figura 3 – Palavras em língua egípcia. Referência: NICHOLSON, R.; WATTS, C. *O Egito Antigo*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 17.

Os sinais determinativos são mostrados de uma maneira muito interessante no livro “Oficinas de História”, de Keila Grinberg, Ana Maria Nascia Lagoa e Lúcia Grinberg. As autoras apresentam uma tabela com os chamados “determinativos genéricos”, catalogados por Alan Gardiner em sua gramática (GARDINER, 1988, 31-3). A única falha em relação à tabela oferecida é o uso de expressões como “ideias semelhantes” ou “as mesmas ideias” sem a referência a que ideias estão sendo tratadas.

Também foi verificado que poucos livros trazem informações sobre outros suportes para a escrita, como as ostraca (fragmentos de cerâmica ou lascas de calcário). A maioria apenas menciona o papiro, mostrando, inclusive, o seu processo de confecção, como o de Fiona MacDonald, cujo processo figurativo pode ser visto na figura 4:

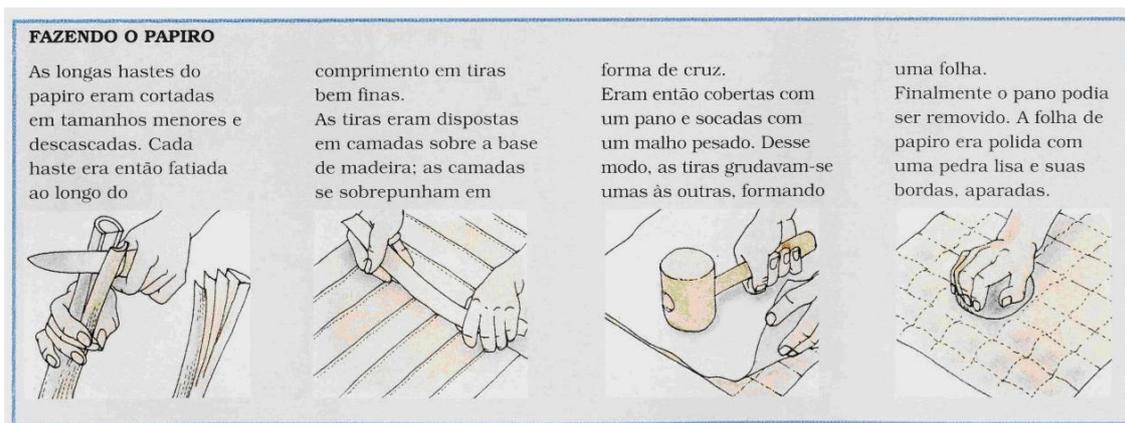


Figura 4 – O processo de fabricação do papiro. Referência: MACDONALD, F. *Egípcios Antigos*. São Paulo; Moderna, 1996. p.36.

O livro “Espantosos Egípcios”, de Terry Deary e Peter Hepplewhite, inova em relação aos materiais utilizados pelo escriba. Apesar de citar como suporte apenas o papiro, o livro traz informações sobre os pincéis e tintas utilizados. Tal conteúdo está correto e colocado de maneira clara, com comparações a materiais atuais, como a caneta e a aquarela. Outro dado interessante apresentado pelos autores é a origem grega da palavra hieróglifos, por meio dos termos gregos: *hieros* (sagrado) e *gluphe* (entalhar). Essa informação apresenta apenas um erro: no lugar de hieros, no livro aparece a grafia heiros. Isto pode ter ocorrido em função de um erro de digitação.

A decifração dos hieróglifos está presente em dez livros analisados. Os passos de Jean-François Champollion para tal descoberta, no entanto, são apresentados em apenas dois livros. Um deles, “Egito: terra dos faraós”, de Olavo Leonel Ferreira, cita o padre Athanasius Kircher, mas a obra atribuída ao pesquisador está incorreta: ele publicou um dicionário de **copta**, e não de **hieróglifos**, como informa a obra. No outro, de Scott Steedman, “Antigo Egito”, é citado o pesquisador Thomas Young, que também esteve envolvido com a decifração da língua egípcia, e ainda mostra a sua relação com a descoberta de Champollion.

O livro de Deary e Hepplewhite exclui totalmente a participação de outros pesquisadores, e também diminui razoavelmente os conhecimentos de Champollion, quando afirma que foi o seu conhecimento do grego que o ajudou na decifração dos



hieróglifos. Champollion, além do grego, conhecia outras línguas antigas, sendo que seu conhecimento de copta é que foi essencial para a decifração. Outro livro que exclui os outros estudiosos é a “Larousse Jovem do Egito”, que atribui a descoberta do francês J. J. Barthélemy, de que os cartuchos continham nomes de reis, a Champollion. Tal suposição já fora levantada por Barthélemy em 1762, antes da descoberta da Pedra de Roseta.

A PEDRA DE ROSETA

Os viajantes ficavam fascinados com os estranhos caracteres inscritos nas paredes dos túmulos ou templos. Como o segredo dos hieróglifos foi sepultado com os últimos egípcios da Antiguidade, ninguém sabia seu significado. Apenas no século XIX a escrita hieroglífica foi afinal decifrada por um jovem francês, Jean-François Champollion. O feito foi conseguido após a descoberta, em 1799, no Egito, da Pedra de Roseta.

Jean-François Champollion

Champollion estava decidido a decifrar a antiga língua egípcia. Trabalhou durante 14 anos sobre uma cópia da Pedra de Roseta antes de realizar sua espantosa façanha, em 1822.



Três textos

A pedra traz três inscrições: hieroglífica, demótica e grega. Todas elas têm o mesmo significado.



Figura 5 – Champollion e a Pedra de Roseta. Referência: PUTNAM, J. *Ação e Aventura: Pirâmides*. São Paulo: Globo, 1996. p.15.

Com relação ao famoso artefato foram encontrados também alguns equívocos. Por exemplo, nos livros “O Egito dos Faraós e Sacerdotes”, de Raquel Funari, e “Larousse Jovem do Egito”, nos é informado que as três formas de escrita presentes no monumento são a hieroglífica, a **hierática** e a grega. O correto, no entanto, é: hieroglífica, **demótica** e grega. Em relação às formas de escrita encontradas na pedra,



o erro que mais chamou a atenção foi o cometido pelos autores do livro “Espantosos Egípcios” e “O Mais Belo Livro das Pirâmides”, que apresentam apenas as escritas grega e hieroglífica como constantes na pedra. A figura 5, mostrada anteriormente, apresenta uma das formas como a Pedra de Roseta é apresentada aos estudantes.

O texto contido na pedra é citado em duas publicações, sendo uma delas a obra já mencionada de Anita Ganeri. Tal livro informa que a inscrição sobre a pedra trata-se de um relato sobre a coroação de Ptolomeu V, mas, na verdade, o texto é um decreto dos sacerdotes de Mênfis em honra ao faraó Ptolomeu V Epifânio. A outra publicação afirma apenas tratar-se de um decreto de Ptolomeu V.

Considerações Finais

Com esse breve estudo pôde-se verificar que os livros paradidáticos atualmente disponíveis sobre o antigo Egito, no que diz respeito à escrita, devem ser submetidos a uma análise detalhada antes de serem utilizados como apoio didático em escolas e por professores dos ensinos médio e fundamental.

A análise que realizamos em vinte e dois livros nos chamou a atenção para uma constatação: a repetição dos erros encontrados. Entre eles, o mais frequente é a colocação incorreta dos sinais do pseudo-alfabeto, seja pela sua tradução ou pelo que representam. Neste ponto, o engano mais comum é se colocar o sinal representativo da letra “S” significando ao mesmo tempo “S” e “Z”. Já quando se trata do que representam as figuras, espanta-nos a quantidade de traduções incorretas para o sinal que é associado a “abrigo de junco”. Entre os encontrados, temos “cabana vermelha” e “pátio”. Outro equívoco é a utilização de regionalismos para a significação dos símbolos, como usar a palavra “pintainho” no lugar de “codorniz”. Tal forma de utilização pode levar a problemas de interpretação por parte de estudantes que não estão habituados a tais regionalismos.

A maioria das publicações omite a existência de outros suportes para a escrita, que não o papiro e as paredes dos monumentos. Em relação ao papiro, alguns livros trazem inclusive seu processo de fabricação e a forma de utilização de tintas e pincéis



com o fim específico de se escrever sobre este material. Nesse caso, os professores devem levar em consideração os outros suportes utilizados para a escrita pelos egípcios, e mesmo as outras formas de uso dos materiais de apoio para a escrita.

Quanto à decifração dos hieróglifos, parte da bibliografia analisada apresenta Champollion, mas não faz referência aos seus passos para a decifração da escrita. Raras são as publicações que citam outros estudiosos, anteriores ou posteriores a Champollion, que participaram desse processo. E também não se encontram, entre os livros analisados, citações sobre outras línguas antigas conhecidas por Champollion que o ajudaram no processo de decifração, que não o grego.

O conteúdo do texto presente na pedra de Roseta também merece análise detalhada por parte dos professores. Um primeiro erro verificado foi em relação às três formas de escrita encontradas sobre a pedra, que aparecem em duas obras como “hieroglífica, hierática e grega”, sendo o correto “hieroglífica, demótica e grega”. Um segundo equívoco foi sobre o conteúdo do texto gravado sobre o monumento. O nome de Ptolomeu V é corretamente citado, mas o assunto do texto apresenta alguns equívocos: trata-se de um decreto sacerdotal em honra ao faraó, e não de um decreto do próprio faraó.

Para que os professores possam transmitir tais conhecimentos de maneira mais abrangente e segura, existe no Brasil bibliografia especializada, e disponível em língua portuguesa³. Tal avaliação, pelo que é demonstrado na análise aqui apresentada, é indispensável para uma transmissão dos conteúdos sobre a escrita egípcia antiga, que é cercada pelo misticismo relacionado ao País dos Faraós.

Se não existir a preocupação da avaliação de conteúdo, há uma grande possibilidade de que o uso recorrente de obras que trazem informações incorretas transforme os desacertos em acertos e, assim, possam prejudicar a qualidade daquilo que é transmitido aos discentes. Igualmente, é importante que o professor procure,

³ Ver, por exemplo: LENDO o Passado: a história da escrita antiga do cuneiforme ao alfabeto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996; BAKOS, M. *O que são Hieróglifos*. São Paulo: Brasiliense, 1996.



sempre que possível, bibliografia especializada sobre o assunto que será tratado em sala de aula, pois isso poderia evitar que determinados erros, como os que mostramos ao longo desse trabalho, passassem despercebidos e, conseqüentemente, fossem tomados como uma verdade irrestrita.

Referências

Obras de referência:

- ALLEN, J. P. *Middle Egyptian: an introduction to the language and culture of hieroglyphs*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ARAÚJO, E. *Escrito para a Eternidade: a literatura no Egito faraônico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BAKOS, M. *O que são Hieróglifos*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DODSON, A. *The hieroglyphs of ancient Egypt*. London: New Holland, 2003.
- ENGLUND, G. *Middle Egyptian: an introduction*. Uppsala: University Press, 1995.
- FAULKNER, R. O. *A Concise Dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 2002.
- GARDINER, A. *Egyptian Grammar: being an introduction to the study of hieroglyphs*. Oxford: Griffith Institute, 1988.
- LENDO o Passado: a história da escrita antiga do cuneiforme ao alfabeto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.
- LUCAS, A. & HARRIS, J. R. *Ancient Egyptian Materials and Industries*. New York: Dover Publications, 1999.
- MCDERMOTT, B. *Decoding Egyptian Hieroglyphs: how to read the secret language of the pharaohs*. San Francisco: Chronicle Books, 2001.
- MENU, B. *Petite Grammaire de l'Égyptien Hieroglyphique a l'Usage des Débutants*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner S.A., 1989.
- PARKINSON, R. *O Guia dos Hieróglifos Egípcios: como ler e escrever em egípcio antigo*. São Paulo: Madras, 2006.



WILSON, P. *Hieroglyphs: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2003.

ZAUZICH, K.-T. *Discovering Egyptian Hieroglyphs: a practical guide*. London: Thames & Hudson, 2004.

Livros paradidáticos utilizados na análise:

BROIDA, M. *Egito Antigo e Mesopotâmia para Crianças*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CLARE, J. D. *Pirâmides do Antigo Egito*. São Paulo: Manole, 1994.

DEARY, T. & HEPPLWHITE, P. *Espantosos Egípcios*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

DEGEN, B. & COLE, J. *As Aventuras de Dona Friz: antigo Egito*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FEIJÓ, M. C. *Antigo Egito: o Novo Império*. São Paulo: Ática, s/d.

FERREIRA, O. L. *Egito: terras dos faraós*. São Paulo: Moderna, 1992.

FUNARI, R. S. *O Egito dos Faraós e Sacerdotes*. São Paulo: Atual, 2001.

GANERI, A. *Os Antigos Egípcios*. São Paulo: Abril Jovem, s/d.

GRINBERG, K. et al. *Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

GUY, J. *Egípcios: vida cotidiana*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

KOENIG, V. & AGEORGES, V. *Às Margens do Nilo, os Egípcios*. 3.ed. São Paulo: Augustus, 1998.

LAROUSSE Jovem do Egito. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

MACDONALD, F. *Egípcios Antigos*. São Paulo: Moderna, 1996.

MILLARD, A. *Os Egípcios*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. *O Mais Belo Livro das Pirâmides*. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

NICHOLSON, R. & WATTS, C. *O Egito Antigo*. São Paulo: Loyola, 1996.

PUTNAM, J. *Ação e Aventura: pirâmides*. São Paulo: Globo, 1996.

QUESNELL, A. et al. *O Egito: mitos e lendas*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHNEIDER, M. E. *O Egito Antigo*. São Paulo: Saraiva, 2001.



SILVA, F. L. e. *O Agito de Pilar no Egito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

STEEDMAN, S. *Antigo Egito*. Lisboa: Texto Editora, 1998.

TIANO, O. *Deuses do Egito*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.



Tortura, Sujeição e Flagelo nos Relevos Assírios

Katia Maria Paim Pozzer¹
Leandro Barbosa dos Santos²

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar algumas das práticas assírias de tortura, sujeição e flagelo, através da análise dos relevos e fontes textuais assírias datadas do I milênio a.C. Estas fontes nos fornecem informações sobre práticas de tortura, sujeição e flagelo, e concepções políticas que baseavam a constituição do império Assírio. No presente trabalho abordaremos o tratamento dado às nações dominadas, percebendo características que buscam a legitimação, e a normatização de poder e declaração de guerra e violência, acompanhada de concepções ideológicas implícitas na composição dos relevos que narram às batalhas que foram amplamente representadas e documentadas, em diferentes locais nos palácios assírios.

Palavras-Chave: Assíria – Poder – Violência – Iconografia – Mesopotâmia

Torture, Subjugation and Scourge in Assyrian Reliefs

Abstract

This article have to purpose to address some Assyrian practices of subjugation, torture and scourge, by the Assyrian reliefs and textual sources dating from the first millennium BC. These sources provide us with information about torture, subjugation and scourge, and policies concepts who based the constitution of the Assyrian empire. In this paper we discuss the treatment of dominated nations, realizing features that seek legitimacy, and the normalization of power and declaration of war and violence, followed by ideological concepts implicit in the composition of the reliefs that narrate the battles that were largely represented and documented at different locations in Assyrian palaces.

Key Words: Assyria – power – violence – iconography – Mesopotamia

¹ Orientadora, Professora do Curso de História – ULBRA. E-mail: pozzer@terra.com.br. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa do Mundo Antigo – LAPEMA.

² Teólogo e acadêmico do curso de História da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: leofilhodorei@hotmail.com.



Os resultados apresentados neste artigo referem-se às conclusões preliminares do projeto de pesquisa em curso “Guerra e Religião: estudo de textos e imagens do mundo antigo oriental”, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

A metodologia utilizada para análise destas imagens está baseada nos estudos de Erwin Panofsky³ que propõe o estudo iconológico dividido em três etapas. Na primeira etapa realizou-se a análise iconográfica, método que descreve e classifica as imagens, conforme o tema representado. Posteriormente, realizamos uma interpretação iconológica, identificando ícones e símbolos desta representação visual, onde consideramos estes relevos como obra produzida em um contexto histórico-cultural determinado por características tipológicas dos personagens e dos elementos.

A guerra tem sido ao longo dos tempos uma temática muito pertinente dentro da historiografia. Ela se caracteriza conforme a conjuntura ideológica e a herança cultural de cada sociedade em determinado tempo. O exército neoassírio ficou conhecido no I milênio a.C. como um referencial de poder e força militar. Batalhas, cercos e táticas de guerra, e o tratamento violento dado aos opositores do império se fazem presentes em vários documentos históricos deste império, fato que os destacou por constituir um exército de exímios guerreiros no Antigo Oriente Próximo.

A arte assíria de esculpir relevos parietais, que eram dispostos nas salas dos palácios, servia muito mais do que a mera atividade artística de decoração. Eles funcionavam como um instrumento propagandístico da ideologia assíria de terror. As cenas de guerra, de soldados empunhando armas, cercando uma cidade inimiga, mutilando, prendendo, deportando, empalando ou cortando as cabeças dos inimigos, serviam como uma recomendação àqueles que circulavam pelo palácio, fossem nativos ou estrangeiros, do poder de guerra e punição que poderia ocorrer a todo aquele que desafiasse a ordem estabelecida (BACHELOT, 1991, p. 109-128).

³ Erwin Panofsky foi um crítico e historiador da arte alemão, um dos principais representantes do chamado método iconológico, relacionado a estudos acadêmicos em iconografia.



A história da Assíria se desenvolveu ao norte do atual Iraque, nos textos em cuneiforme identificamos a expressão *mât Aššur*, que significa “país do deus Aššur”⁴. Sua História emerge em um estado territorial no século XIV a.C. tendo seu território cobrindo aproximadamente todo o norte do Iraque moderno. A primeira capital da Assíria era Aššur³, localizada cerca de 150 quilômetros ao norte da capital do Iraque, Bagdá, próxima a na margem oeste do rio Tigre. A cidade foi nomeada como Aššur³ por motivos de homenagem ao deus nacional, nome da qual a cognominação Assíria também é derivada.

Desde o princípio a Assíria projetou-se com uma tendência de forte poder militar na conquista. Países e povos que se opunham as regras assírias eram punidos com violência, tendo como consequência a destruição de suas cidades e a devastação de seus campos e pomares. Por volta do século IX a.C. a Assíria tinha consolidado a sua hegemonia sobre o norte da Mesopotâmia. Foi então que os exércitos assírios marchavam além de suas fronteiras com o propósito de expandir seu império, buscando através do butim o financiamento de seus planos de conquista e obtenção de mais e poder. Em meados do século IX a.C. a Assíria representava uma ameaça direta para os pequenos estados Sírio-Palestinos a oeste, incluindo também Israel e Judá. No mapa abaixo podemos ter uma percepção da expansão do império assírio (fig. 1).

⁴ Aššur é o deus da nação assíria, uma divindade guerreira que é amplamente registrada nos relevos assírios quase sempre ligada à imagem do rei. Ver: (BLACK / GREEN, 2008, p. 37-39).

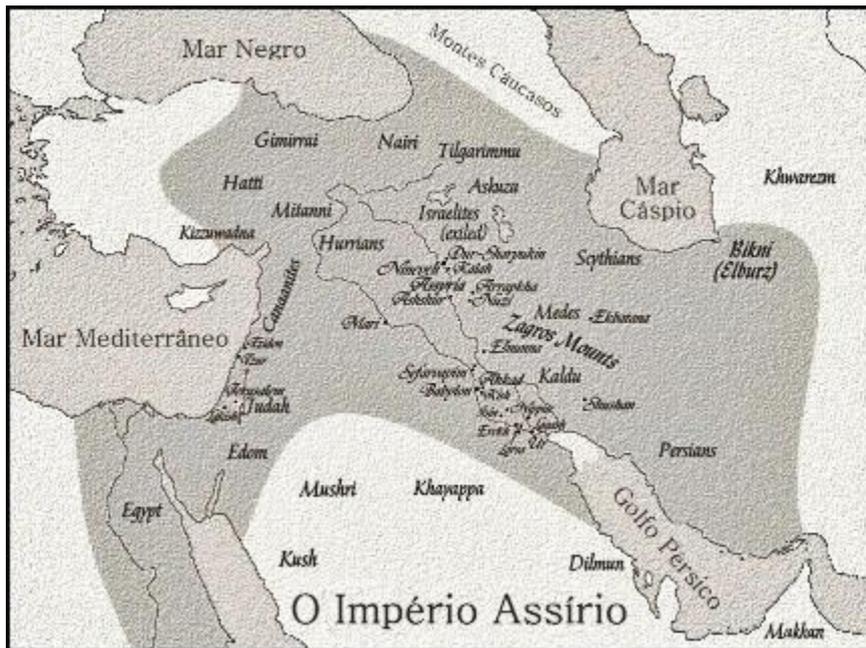


FIGURA 1 – Mapa da expansão do império Assírio. FONTE: do autor.

O período entre o século IX até o final do século VII a.C. é conhecido como período neoassírio, durante o qual o império atingiu o seu ápice. A destruição da Babilônia e a formação de sua capital em Nínive em 612 a.C. marcam o fim do império neoassírio. Embora o último rei assírio, Aššur-uballit, tenha realizado tentativas de reconstituição do império, ele ficou resumido a um pequeno território em torno de Haran. No entanto, o rei babilônico Nabû-apal-usur (658 - 605 a.C.) acabou por invadir Haran em 610 a.C. No ano seguinte houve uma última tentativa de recuperar Haran feita por Aššur-uballit, com a ajuda de tropas egípcias, mas não teve êxito. Posteriormente o império Assírio veio a desaparecer da história.



FIGURA 2 – RELEVO 1. FONTE: (LAYARD, 1853, p. 30.)

A figura acima é de Aššurnazirpal II (883 – 859 a.C.). Na laje três carros de guerra assírios, cada um puxado por três cavalos, avançam para a direita da cena. Os ocupantes dos carros portam arcos, flechas e sobre a cabeça carregam o estandarte da divindade Adad⁵. Cada carro de batalha é ocupado por dois guerreiros, um que conduz e outro que ataca os adversários com flechas.

O guerreiro do carro da frente está ferido por uma flecha, e tem o torso e a cabeça virada para trás na direção dos carros que o seguem, seu braço direito está estendido para cima e os cavalos de seu carro estão caindo. À frente, três arqueiros do exército assírio avançam. No plano superior, vê-se um abutre e três corpos dos guerreiros adversários estão decapitados e estendidos no chão. Vê-se também partes de árvores que foram cortadas.

Na Mesopotâmia a mutilação dos corpos dos inimigos é uma prática bem conhecida. Podemos perceber a preocupação dos escribas e artesãos em, incisivamente, registrar grande número de inimigos mortos e mutilados, como também suas identidades e grupos étnicos ao qual pertencem. Entre os diferentes tipos de mutilação praticados, a decapitação de cabeças é bastante comum, já que a cabeça é a expressão da personalidade única e individual e, uma vez exposta, não se teria dúvida da morte dos mutilados.

⁵ Adad divindade mitológica sumério-babilônica assimilada pelos assírios. Uma divindade guerreira ícone de virilidade e fertilidade (JOANNÈS, 2001, p. 4-6).



FIGURA 3 – RELEVO 2. FONTE: (COLLINS, 2008, p. 136 - 137.)

O Relevo acima é de Aššurbanipal (668 – 631 a.C). O rei Aššurbanipal está sentado em uma esteira longa, ele veste uma túnica adornada de símbolos e está coberto por uma capa um pouco abaixo de sua cintura, na cabeça usa uma tiara com fitas e tem seu braço direito levantado e na mão segura um cálice que leva na altura da boca, seu outro braço está encostado sobre o móvel e em sua mão esquerda segura uma flor de lótus, descansando no jardim. Ele está acompanhado da rainha Aššuršarrati, sentada em seu trono, na cabeça ela usa uma coroa adornada e veste uma longa túnica adornada com rosetas, em uma das mãos tem um cálice. Ali bebem e escutam música. E a poucos passos do rei, que estava sentado embaixo de uma parreira, podia ser observada, na esquerda da cena, a cabeça de Teumman⁶ rei do Elam⁷ pendurada em uma árvore.

O destaque desta imagem é a cabeça de Teumman exposta no canto esquerdo superior, e a celebração de Aššurbanipal demonstrando escárnio e prazer sobre a representação da evidência de morte de seu inimigo. Segundo Bahrani (2008. p.23-55) a cabeça é a parte do corpo que funciona como símbolo da evidência da vitória em

⁶ Khumma-Khaldash III o Último rei Elamita, foi capturado em 640 BC por Aššurbanipal.

⁷ Elam ou *Elão* (em persa: *ایلام*) foi uma civilização da Antiguidade localizada no território que corresponde ao atual sudoeste do Irã.



todo tempo da narrativa, a guerra é um retrato real histórico, mas a cabeça é o ponto fixo na batalha expressa no relevo.



FIGURA 4 – RELEVO 3. FONTE: (COLLINS, 2008, p.47)

No relevo acima se vê soldados assírios celebrando a vitória com as cabeças decapitadas de seus inimigos, juntamente com músicos celebrando a vitória. Na primeira linha vemos dois soldados assírios vestidos com túnicas, os pés estão descalços, tendo sobre a cabeça esta um elmo cônico arredondado pontiagudo. Em cada uma das mãos esta cabeça de um inimigo decapitada. Adiante deles estão três músicos vestindo vestes compridas. Os dois primeiros possuem barba comprida, estão descalços e carregam sobre as mãos um instrumento musical. O terceiro a direita é imberbe, carrega um pandeiro e também esta descalço.

A mutilação de partes do corpo é um símbolo de força muito utilizado como instrumento de propaganda e terror político, demonstrando aos inimigos o que poderia suceder aos opositores do poder real. Além da decapitação encontramos a amputação de mãos e pés, empalamento⁸ e esfolamento⁹, práticas conhecidas no Oriente Próximo, que também facilitavam questões administrativas, como a contagem de partes para contabilizar o numero de inimigos mortos (VILLARD, 1991, p.247-251).

⁸ Empalação: Uma lança pontiaguda penetra pelo orifício anal do condenado, até a boca, peito ou costas.

⁹ Esfolamento: Mata-se a vítima tirando-lhe a pele.



Junto com as representações iconográficas nos relevos, também encontramos inscrições, que nos fornecem informações detalhadas sobre o tratamento da Assíria aos povos conquistados, os seus exércitos e aos seus governantes.

Nos registros de Aššurnazirpal II encontramos relatos que nos trazem uma percepção do tratamento dos conflitos e rebeliões contra o império:

Eu esfolei muitos dos nobres que haviam se rebelado contra mim [e] dependurei suas peles, e fiz uma pilha [de corpos], e alguns corpos espalhados da pilha, eu ergui em estacas sobre a pilha ... Eu esfolei muitos da minha terra [e] dependurei suas peles sobre as paredes (GRAYSON, 2002, p. 199).

Neste relato percebemos a punição severa aos rebeldes com o esfolamento, acompanhado de uma propaganda do terror, expressa no ato de expor as peles dos esfolados nas paredes da cidade. Esta propaganda tinha o intuito de servir de exemplo para os possíveis rebeldes, uma demonstração da severidade da punição para com os rebelados contra o império.

Em outro relato de Aššurnazirpal II há outra descrição onde encontramos a amputação de mãos e pés dos soldados inimigos. Este tipo de flagelo demonstra uma punição severa que transcendia o simples assassinato, mas sim, uma ênfase no flagelo e humilhação do inimigo:

Em lutas e conflitos cerquei [e] conquistei a cidade. Eu abati 3.000 de seus homens a lutando com a espada... Eu capturei suas tropas ainda vivas: Destes eu cortei de alguns seus braços [e] as mãos, eu cortei de outros os seus narizes e orelhas, [e] nas extremidades. Eu arranquei os olhos de muitas tropas. Eu fiz uma pilha da vida [e] uma de cabeças. Eu pendurei as suas cabeças nas árvores ao redor da cidade (GRAYSON, 2002, p. 201).

No relato acima encontramos, também, a amputação de narizes e orelhas, um ato com intuito de deformar o inimigo na intenção de impossibilitar o retorno ao convívio social. Também a ideia de tornar incapacitado o oponente arrancando-lhe os olhos e partes do corpo (BOUZON, 2003, p.181).

A violência no tratamento dos inimigos é algo que, frequentemente, acompanhava alguns registros assírios. Em uma série de relevos de Senaqueribe (704-681 a.C) encontrados em Nínive, alguns registram as façanhas de sua invasão em Judá



em 701 a.C. Lakiš¹⁰, uma das quarenta e seis cidades que ele conquistou. No relevo abaixo podemos observar a representação de um esfolamento.

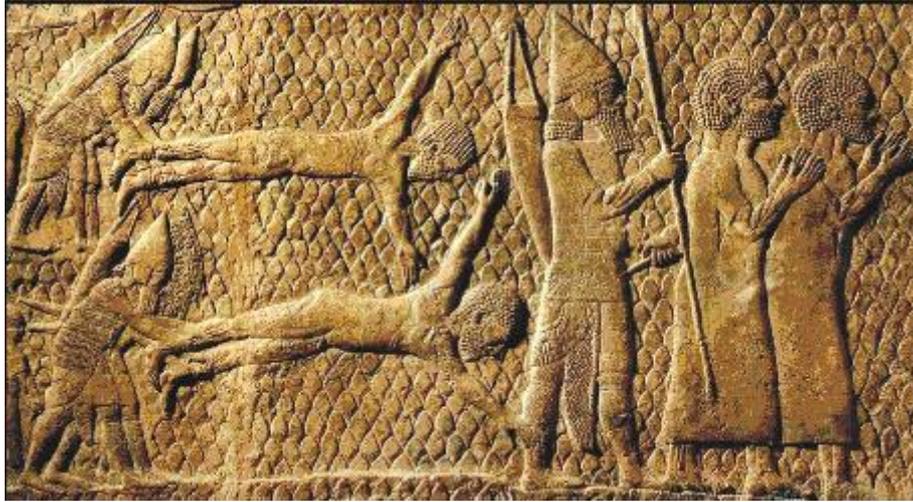


FIGURA 5 – RELEVO 4. FONTE: (COLLINS, 2008, p.94)

No relevo acima na parte superior esquerda se vê dois soldados assírios estendendo um soldado inimigo nu ao chão, pelas pernas. Os dois soldados assírios vestidos com túnicas, os pés estão descalços, tendo sobre a cabeça esta um elmo cônico arredondado pontiagudo, o da direita carrega uma aljava com um arco nas costas. Logo abaixo na parte inferior esquerda se vê também dois soldados assírios estendendo um soldado inimigo nu ao chão, pelas pernas. Os dois soldados assírios vestidos com túnicas, os pés estão descalços, um tem sobre a cabeça um elmo cônico arredondado pontiagudo, e carrega uma aljava com um arco nas costas. O da esquerda não se pode identificar os detalhes do rosto devido ao relevo estar danificado. Na parte direita do relevo encontramos um soldado assírio vestido com uma túnica, os pés estão descalços, tem sobre a cabeça um elmo cônico arredondado pontiagudo, nas costas uma aljava com um arco. Na mão direita carrega uma lança, e na esquerda uma maça. Adiante dele segue dois soldados inimigos vestidos com túnicas longas, ambos estão descalços.

¹⁰ Lakiš é considerada como a segunda mais importante a cidade ao sul do antigo reino de Judá.



Na mesma série de relevos de Senaqueribe encontramos outra representação de empalamento, onde estão dois soldados assírios erguendo uma estaca com um homem empalado nu ao lado de outros dois.

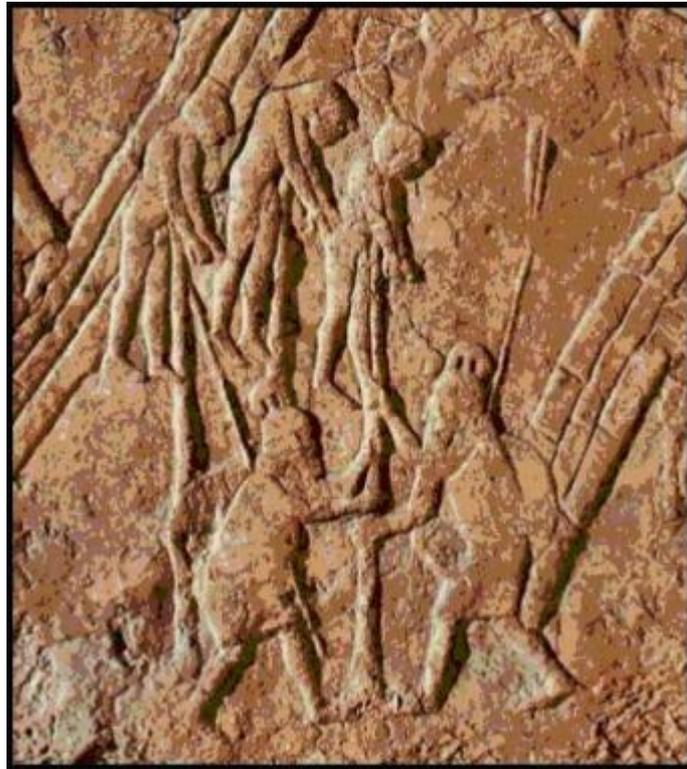


FIGURA 6 – RELEVO 5. FONTE: www.britishmuseum.org

No relevo acima na parte superior esquerda se vê dois soldados assírios levantando um soldado inimigo nu, sobre uma lança. Os dois soldados assírios vestidos com túnicas, os pés estão descalços, tendo sobre a cabeça esta um elmo arredondado com penacho, ambos carregam sobre as costas um escudo e uma lança. Na esquerda se observa outros dois soldados inimigos, ambos estão nus e cada um está levantado sobre uma lança.

Nos relatos das campanhas militares de Senaqueribe encontramos descrições que dão detalhes mais precisos dos flagelos e torturas a que eram submetidos os inimigos do império.

Eu cortei as suas gargantas, como a de cordeiros. Cortei suas vidas preciosas como se corta uma corda. Assim como as muitas águas de



uma tempestade, eu fiz (o conteúdo) das suas gargantas e entranhas correrem por sobre toda a terra. Empinei meus corcéis aproveitando para atrelá-los, e mergulhá-los nas correntes de seu sangue como (em) um rio. As rodas do meu carro de guerra que derruba os perversos foram salpicadas de sangue e imundície. Com os corpos dos guerreiros Eu enchi a planície, como a erva. “Cortei seus falos, e espalhei as suas partes íntimas, como as sementes do pepino (LUCKENBILL, 1926, p. 117-123)

Outra questão importante de destacar era a prática da deportação dos inimigos. A deportação era de suma importância para o império devido à mão-de-obra especializada para as suas construções monumentais, e também para lidar com a agricultura e pecuária que eram exercidas nessa região. Na série de relevos que retratam a batalha de Lakiš encontramos um grande número de judeus sendo deportados, junto com mulheres e crianças.

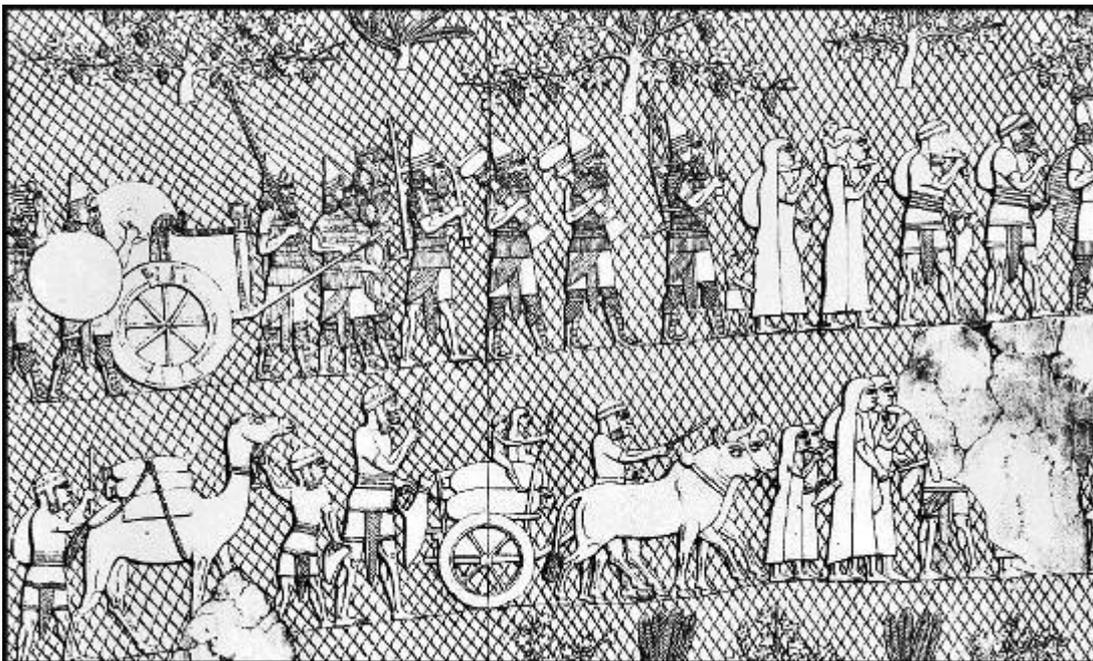


FIGURA 7 – RELEVO 6. FONTE: (LAYARD, 1853, p.50)

No relevo acima encontramos nove soldados, quatro portando saques, três soldados conduzindo três deportados dentre eles três homens, um deles carrega uma criança, os outros carregam seus pertences, uma mulher leva seus pertences, três estão conduzindo o carro de boi com butins de guerra, atrás da carroça conduzida por



dois bois ao lado uma mulher carregando seus bens. Na quinta linha, três homens possivelmente deportados, carregam seus pertences e conduzindo um camelo com seus pertences com tocas e saiotas, após, uma carroça. Acima provavelmente duas crianças sendo conduzidas por dois bois, ao lado um deportado, seguido de duas crianças, e duas mulheres uma ao lado da outra, a sua frente encontra-se um soldado visto apenas da cintura para baixo.

A deportação servia como forma de dissolver a identidade das nações conquistadas, também como forma de prevenir futuras possíveis revoltas. Os deportados passavam a pertencer de corpo e alma a nação vencedora. A vontade do rei é decisiva quanto ao destino dos deportados, eles podem ser mortos, oferecidos no templo, vendidos, atribuídos em trabalhos agrícolas ou de construção, utilizados como artesões, e até integrados no exército (BACHELOT, 1991, p.109-128).

Conclusões preliminares

Assim sendo, a mutilação dos corpos inimigos constitui-se em uma prática comum no I milênio a.C. Em particular no Antigo Oriente Próximo, encontramos evidências de valor ideológico que unem recursos de propaganda à destruição do corpo do inimigo. A questão do flagelo e tortura não foi, portanto, um fenômeno acidental e nem uma prática exclusiva dos assírios, mas um aspecto da integração dos sistemas culturais. Quanto à questão dos registros assírios de tortura e flagelo, é legítimo considerar que os termos da produção que representam o conjunto de relevos Assírios possuem determinados fatores que lhes classificam como instrumentos de propaganda.

Ao utilizarmos o termo propaganda em sua concepção geral, percebe-se a tentativa de exercer influência e opinião nos indivíduos para fazer-se aderir à política de um dirigente ou de um regime, neste caso os relevos assírios exprimem uma relevante propaganda. Nos relevos o poder se constitui na atividade simbólica como



fonte de outros tipos de relação inter individuais que definem a estruturação do espaço social, sobre a mediação do simbólico nas organizações da sociedade.

Nesta análise encontramos evidências que superam questões hegemônicas, percebendo uma forte tendência da utilização destas práticas como forma de propaganda do terror com finalidade política. O poder absoluto, a violência e a produção simbólica aparecem como produto nos relevos assírios e como consequência da ordem política, bem como reflexo das violências geradas pelo exercício do poder.

Referências Bibliográficas

BACHELOT, L. Fonction politique des reliefs néo-assyriens. In: CHARPIN, D.; JOANNES, F. *Marchands, Diplomates et Empereurs*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1991. p.109-128.

BAHRANI, Zainab . *Rituals of War*. New York: Zone Books, 2007.

_____. *The Graven Image*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2003.

BELIBTREU, Erika. Grisly Assyrian Record of Torture and Death. Disponível em: <http://www.jewishhistory.com/pdf/grisly_assyrian.pdf> Acesso em: 16/03/10, às 14:00.

BOUZON, Emanuel. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 181

British Museum - Palace of Sennacherib. Disponível em: <http://www.britishmuseum.org/explore/galleries.aspx> > Acesso em: 02 jul 2010 13:45.

COLLINS, Paul. *Assyrian Palace Sculptures*. London: British Museum Press, 2008.

CURTIS, J. E.; READE, J.E. *Art and Empire: Treasures from Assyria in the British Museum*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1995.

FAIVRE X. La Guerre au Proche-Orient dans l'Antiquité, *Les Dossiers d'Archéologie*. Paris: n. 160, p.70-83, mai. 1991.

GRAYSON, Albert Kirk. *Assyrian Royal Inscriptions, Part 2: From Tiglath-pileser I to Ashur-nasir-apli II*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1976.



LAYARD, H. A. *A Second Series of the Monuments of Nineveh*. London: John Murray, 1853.

LUCKENBILL, Daniel David. *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, 2 vols. (Chicago Univ. of Chicago Press, 1926–1927), vol. 1

MARCUS, M. Art and Ideology in Ancient Western Asia. In: SASSON, J. M. (editor). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000. p.2487-2505.

_____. Palaces and Temples in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (editor). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000, p. 423-441.

PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

PARROT, A. *Assur*. Paris: Éditions Gallimard, 2007.

READE, J. *Assyrian Sculpture*. London: The British Museum Press, 2006.

ROAF, M. *Atlas de la Mésopotamie*. Paris: Brepols, 1991.

_____. Palaces and Temples in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (editor). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000, p. 423-441.

ROUX, G. Mesopotamia. Historia Política, Económica y Cultura. Madrid: Ediciones Akal, 1987.

SERRES, R. S.; POZZER, K. M. P.; OLIVEIRA, S. S.; LIMA, J. A Tecnologia da Guerra nos Relevos Neo-assírios. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, v. 7, 2008, p. 169-179.

VILLARD, P. L'armée Néo-Assyrienne. *Les Dossiers D'Archéologie*. Paris: n.160, p.42-47, mai. 1991.



Revista Mundo Antigo

Resenha
Review



O deus Bês do Egito em Ibiza (El dios Bes de Egipto a Ibiza)

Margaret M. Bakos¹

BRIEVA, Francisca Velázquez. **El dios bes de Egipto a Ibiza**. Elvissa: Museu Arqueològic d'Eivissa, 2007.

Palavras – chaves: Egito – deus bês - divindade egípcia.

Keywords: Egypt – god bes – god – Egyptian deity.

Bês é uma divindade que nunca fez parte dos considerados *grandes deuses egípcios*, não pertencendo a nenhum dos sistemas cosmogônicos da religião egípcia. Ele foi, não obstante, desde priscas eras, um deus muito popular no Egito e em muitos sítios, ao longo do mar Mediterrâneo, inclusive, durante o período conhecido como *Mare Nostrum*, sob a dominação romana. Aliás, a sua presença é particularmente sentida na ilha de Ibiza.

A primeira análise científica realizada sobre essa divindade encontra-se na **Description de l' Egypte**. Nesse texto, ele é identificado como **Tifón**, ser monstruoso, o menor dos filhos de Gea e Tártaro, com características de homem e de animal. Champollion, entretanto, logo se insurge contra essa proposição, advertindo que vários deuses estariam representados nessa mesma figura básica.

Nos anos seguintes, o deus Bês ou Besa torna-se objeto de inúmeros estudos que discutem sua possível origem: a Arábia, o oriente e/ou o sul da África. Esse último, foi considerado o local mais provável de seu surgimento, devido a evidências encontradas nos textos dos Templos de Dendera e de Phila; aos próprios epítetos e atributos exibidos por Bês, tais como penas de avestruz e peles de pantera e às

¹ Professora Dra. dos Cursos de Graduação e Pós-graduação (PUCRS), Bolsista Produtividade CNPq - mmbakos@portoweb.com.br



associações de sua imagem com os baboons, originários da Núbia; aos seus traços faciais: lábios grossos, nariz achatado, arco superciliar proeminente, enorme cabeleira, barba espessa, semelhantes aos dos pigmeus; e, finalmente, à sua imensa popularidade no reino de Napata-Meroe.

Além disso, na iconografia do deus, chama a atenção o seu aspecto leonino, que, aos poucos, vai-se transformando, devido ao processo de antropomorfização a que Bês foi sendo submetido no decorrer do tempo. Essa hipótese explicaria as pernas curvadas do deus no Reino Médio, atribuídas à dificuldade de se manter em pé, devido à sua natureza animal.

No período greco-romano, as representações de Bês mostram-no segurando com a mão esquerda uma serpente e, com a direita, uma espada. Aos finais dessa etapa, começam a aparecer registros de sua presença em *mamisis*, edifícios dedicados às deusas Hathor e Tawret, nos quais aconteciam os nascimentos dos filhos divinos, o que comprovaria sua associação e subordinação às missões protetoras das deusas. Com o triunfo do cristianismo, em 392, o deus foi, aos poucos, sendo considerado uma espécie de gênio maléfico que atormentava os monges (BRIEVA, 2007, p. 31).

Para a autora, entretanto, Bês é uma divindade que, com o desenvolvimento do culto, foi adquirindo diferentes naturezas: o seu nome revela *uma unidade dentro da aparente multiplicidade, até que sejamos capazes de resolver o problema* (BRIEVA, 2007, p. 15). A imensa confusão que se criou, ainda não bem resolvida, sobre a origem e características do deus pode ter surgido ainda na época egípcia antiga, pois, já então, parecem existir divergências entre as posições canônica e a popular, entre as primeiras imagens originais levadas pelos que viajaram para fora do país, e as representações feitas a partir de suas cópias.

Cronologicamente, as primeiras referências a Bês aparecem nas *facas mágicas*, e as últimas, em estelas, tão famosas como a de Metternich, mandada fazer por Nectanebo (360-342 a.C.), agora no Museu Nacional de Nápoles. Nessa estela, a imagem da cabeça de Bês é muito grande e está colocada sobre o corpo desnudo de



Harpocrates, que segura, nas mãos, animais peçonhentos, para evitar que eles façam mal às pessoas.²

Sabidamente, Bês não fazia parte de um culto de Estado, pois inexistem templos dedicados a ele. Recebia rituais em nível doméstico, o que incluía sua presença tanto em casas habitadas por operários em Deir el Medina ou Tell el Amarna, como em moradias suntuosas e até mesmo palácios, como o de Amenófis III, onde sua imagem aparece esculpida na cabeceira do leito real e/ou nas diversas residências de Ramsés II.

Bês, em linhas gerais, é configurado como um deus alegre e protetor dos lugares onde ficavam reclusas as parturientes. Acreditava-se ainda que ele velava também pelas crianças, pelo amor dos casais, pelos músicos e festas, pelos adormecidos, afastando deles as serpentes, bem como pelos defuntos no além.

No III, IV, e V capítulos, Brieva analisa a presença de Bês fora do Egito: no Mediterrâneo Oriental, Central e Península Ibérica. O primeiro exemplar encontrado de Bês foi uma figura em osso, localizada na Anatólia e datada do segundo milênio a.C.; mas, a partir daí, essas figuras começam a aparecer mais amiúde, nos mais diversos sítios, produzidas em outros materiais. Há, inclusive, figuras bizarras em escaravelhos representando Bês como esfinge. Acredita-se que a maioria dessas representações sejam fruto de manufaturas egípcias; mas, em algumas delas, há evidências, devido ao material utilizado em sua produção, de proveniência dos locais em que foram encontradas.

Finalmente, no VI capítulo, a autora dedica-se à análise minuciosa das representações do deus localizadas em Ibiza, constatando que, em alguns casos, Bês já se havia convertido em uma espécie de senhor dos animais.

Segundo Brieva, o reconhecimento da presença de Bês em Ibiza é resultado de um longo processo de pesquisa, pautado por longas discussões e a adoção de posições

² Essas imagens foram, por mim, apresentadas no I Congresso Internacional de **Religião, mito e magia no mundo antigo**, promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 8-12 de novembro 2011, na comunicação intitulada: “Bês em Deir el Medina e no Mediterrâneo.”



controversas. O primeiro passo foi o aceite da existência de moedas de procedência **ibicenca** (BRIEVA, 2007, p. 100) nas quais a presença do deus pode ser identificada. Também foram localizadas, em Ibiza, dezenas de escaravinhos com a imagem de Bês, bem como imagens do deus em pé, desnudo sobre um sóculo. Essas descobertas são resultantes das escavações feitas na ilha e estão hoje depositadas no Museu Arqueológico de Ibiza. Nesse museu, também se encontra um importante número de amuletos de tipo egípcio, mas há ainda muitas dúvidas sobre suas procedências; alguns aventam que sejam originários das ilhas de Chipre, Cartago e Tharros. O famoso egiptólogo Jean Vercoutter (1911-2000) considerava que eles provinham de tumbas dos séculos VII e VI a.C., sendo autenticamente egípcias (BRIEVA, 2007, p. 130). Brieva constrói dez gráficos bastante complexos, registrando as peças encontradas, segundo o material empregado em sua produção, local das escavações em que foram encontradas e tipologias. A autora confessa, não obstante, a insuficiência de dados para conclusões mais objetivas sobre a história dessas peças.

O livro, de 259 páginas, é fruto da Licenciatura de Francisca Velázquez Brieva, defendida na Universidad Autónoma de Madrid. Em tom acadêmico, a publicação contém densas descrições, imagens em preto e branco, exaustivas e minuciosas revisões historiográficas sobre a história do deus, o que confere ao texto uma tal densidade de informações que torna, por vezes, penosa a leitura. Recomenda-se, entretanto, a não desistência, pois a leitura vale a pena: induz os visitantes de Ibiza, para além de aproveitarem as praias da ilha³, a conhecerem o Museu Nacional, no qual todas essas peças podem ser melhor admiradas.

³ Agradeço ao Dr. Phillip Gomes Jardim, querido sobrinho, que, de sua viagem a Ibiza, trouxe formidáveis subsídios para o futuro desenvolvimento desta pesquisa.



Sexo e Violência

Realidades Antigas e Questões Contemporâneas

(Sexe et Violence – Realités anciennes et Questions Contemporaines)

Katia Maria Paim Pozzer¹

GRILLO, José Geraldo C.; GARRAFFONI, Renata S.; FUNARI, Pedro Paulo A. (Orgs.). **Sexo e Violência – Realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2011. 284p.

Palavra Chave:

Sexualidade – Violência – História Comparada – Sexualidade e Violência na Antiguidade – Sexualidade e Violência na Modernidade

Mots-clés:

Sexualité – Violence – Histoire comparée – Sexualité et Violence dans l'Antiquité – Sexualité et Violence dans la Modernité

Este livro é o resultado de encontros. Encontro entre jovens pesquisadores e experimentados estudiosos, encontro entre o mundo antigo e o mundo contemporâneo. Todos dispostos a refletir sobre dois assuntos que são, ao mesmo tempo, absolutamente atuais e muito antigos: sexo e violência. Para tratar destes temas os organizadores da obra optaram por uma perspectiva multidisciplinar, onde a história, a antropologia, a psicologia, a arqueologia, a filosofia, a educação física, entre

¹ Doutora em História pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, Pós-doutorado pela Université de Paris X – Nanterre, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa do Mundo Antigo (LAPEMA) e Professora do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: pozzer@terra.com.br



outras, são chamadas a colaborar neste debate. Além disso, o livro apresenta recortes cronológicos que retomam as práticas e as percepções dos homens e mulheres de outros tempos acerca da sexualidade e da violência.

O livro abre com um polêmico texto de Ian Buruma, jornalista e professor de direitos humanos em Nova York, originalmente publicado no *Corriere della Sera*, na Itália. Ele propõe uma discussão sobre a relação entre a sexualidade e o fascismo na Europa dos anos 40 e, a sexualidade e a intolerância na Europa dos dias de hoje.

Em seguida o volume é dividido em duas sessões. Na primeira parte, os estudos que apresentam as diversas práticas de sexo e violência e suas representações entre as principais civilizações do mundo antigo. Assim conhece-se alguns documentos e realidades entre os egípcios, os mesopotâmicos, os gregos, os romanos, os cristãos e os pagãos. Na segunda parte, ele congrega as análises da arqueologia como ciência à serviço da resistência e da rebelião escrava, com um estudo de caso brasileiro; uma discussão sobre as questões de raça e de gênero, de uma perspectiva científica na Europa do século XIX; três estudos da realidade brasileira acerca da temática da sexualidade e da violência atuais; e uma análise antropológica comparada sobre as práticas de representação sobre sexo e violência em diversos países no século XX.

A obra “Sexo e Violência – realidades antigas e questões contemporâneas” oferece ao leitor uma análise acurada, inteligente, polêmica e documentada sobre o tema. Ainda que estas questões sejam de uma atualidade dramática, é preciso certa dose de ousadia para empreender estudos desta natureza. José Geraldo C. Grillo, Renata S. Garraffoni e Pedro Paulo A. Funari, os organizadores, tiveram a sensibilidade de congregar diferentes perspectivas historiográficas e o mérito de articular novas tendências interpretativas que resultaram em um livro que alia rigor acadêmico e prazer da leitura; que evoca o passado e interpela o presente; que evidencia a inextricável relação entre o mundo antigo e o mundo atual.



Revista Mundo Antigo Notícias News



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

(enviar para o e-mail nehmaat@gmail.com)

CONGRESSOS, ENCONTROS, JORNADAS E AFINS

VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL

Programação referente aos trabalhos de História Medieval, que serão apresentados no

Simpósio 17 Poder Escrita na Idade Média coordenado pelos Profs. Drs. Marcelo

Pereira Lima (UFBA) e Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL). As apresentações

ocorrerão entre os dias 25 a 27 de junho na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Cordiais saudações,

Adriana Zierer - medievalzierer@terra.com.br

<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/index.php>

XI JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS

A ser realizada na Universidade Estadual de Maringá, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Grupo GTSEAM (Transformação Social e Educação nas épocas Antiga e Medieval). Contamos com o apoio de todos para divulgar e participar do referido Evento. As informações encontram-se disponíveis no site: www.ppe.uem.br/xijeam

II ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS - PRÁTICAS E SABERES NO OCIDENTE MEDIEVAL

Prezados colegas, professores e pesquisadores, com muita satisfação iniciamos a divulgação do II ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS - PRÁTICAS E SABERES NO OCIDENTE MEDIEVAL, que será realizado entre 26 e 29 de setembro de 2012 em Porto Alegre. O evento dá continuidade temática ao VI Seminário de Estudos Medievais, realizado em 2011 e contamos com a colaboração dos colegas com a divulgação e participação.

Informações no site do GT <http://gtestudosmedievais.ufrgs.br/>



Inscrições abertas

Att. Igor Teixeira, Carlinda Mattos, Edison Cruxen, Rodrigo Moraes Alberto
(coordenação do GT)

V SIMPÓSIO NACIONAL E IV INTERNACIONAL DE ESTUDOS CELTAS E GERMÂNICOS,

O NEREIDA (PPGH-UFF) e o BRATHAIR têm o prazer de convidá-los para o **V Simpósio Nacional e IV Internacional de Estudos Celtas e Germânicos**, a se realizar na **Universidade Federal Fluminense (UFF)** na semana de **16 a 19 de outubro de 2012**.

Com o tema ***Paisagem e Natureza: Cotidiano, Imaginário e Memória*** e com uma perspectiva interdisciplinar, esse simpósio vem trazer discussões sobre os temas de paisagem e natureza na cultura material, nos assentamentos, nos registros históricos, assim como nos mitos e lendas das sociedades celtas e germânicas, desde a proto-história até o medievo e também considerando suas releituras modernas. Assim, convidamos apresentação de comunicações acerca dos seguintes temas:

- Paisagens, assentamentos e monumentos de celtas e germanos;
- Paisagem, Natureza e religiosidade **celta** e germânica;
- Paisagem e poder nas sociedades celtas e germânicas;
- Paisagem e Natureza nos mitos e literaturas **celta** e germânica;
- Poesia de natureza;
- Reflexões teórico-metodológicas sobre paisagem, espaço, ritual e memória nas sociedades celtas e germânicas;
- Paisagem e memória nos estudos célticos e germânicos;
- Geonomástica **celta** e germânica;
- Paisagens étnicas – usos do passado desde o Medievo até a Contemporaneidade;
- Releitura desses temas pelas sociedades contemporâneas na literatura e no cinema.

As inscrições de trabalhos, assim como de ouvintes, já se encontram abertas. **Maiores informações no site:** <http://www.uff.br/vsimposioceltasegermanos/>

Esperando contar a participação de todos!

Cordialmente,

Adriene Baron Tacla e Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Organizadores

VII SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA DA UERJ

Inscrições abertas. O Evento ocorrerá entre os dias 22 e 26 de Outubro de 2012.

<http://www.semanahistoriauerj.net/index.htm>



Equipe Editorial

VIII ENCONTRO NACIONAL DO GTHA – GRUPO DE TRABALHO DE HISTÓRIA ANTIGA DA ANPUH

O Encontro acontecerá na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Guarulhos) entre os dias 12 e 14 de novembro de 2012.

O tema do encontro será: ***Integração e Identidade no Mundo Antigo: A Antiguidade e suas Apropriações***

A programação esta em fase de construção.

Equipe Editorial



CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E AFINS

PALESTRA: “COMO SE PREPARAR PARA A OUTRA VIDA? A RELIGIÃO FUNERÁRIA NO GOVERNO DO FARAÓ AKHENATON”

Data: 15 de setembro

Horário: 15h00.

Local: Auditório H. Spencer Lewis. Rua Nicarágua, n. 2640 – Bacacheri – Curitiba – PR

Informações: Profa. Vivian Noitel Valim Tedardi (Tel: 41-33513024)

Palestrante: Profa. Doutoranda Liliane Cristina Coelho. Historiadora e Professora da História Antiga.

Sinopse: Nas tumbas reais e privadas construídas durante o reinado de Akhenaton (c. 1353-1335 a.C.) encontramos objetos que mostram que a religião funerária sofreu algumas modificações durante o Período de Amarna. Nestes artefatos, ao mesmo tempo em que aparecem algumas fórmulas funerárias relacionadas à religião oficial, encontramos inscrições que mostram que novas expectativas sobre a vida *post mortem* foram introduzidas neste reinado. Nesta palestra partiremos da análise de textos e imagens presentes em materiais funerários do período, como *shabtis*, escaravinhos do coração, sarcófagos e estelas, buscando perceber o que se manteve da religião funerária tradicional e quais foram as mudanças que se deram na visão sobre o além nesta época.



CURSOS, MINI-CURSOS, E AFINS

A IGREJA, A VIOLÊNCIA E A ORDEM SOCIAL (SÉCULOS X E XII)

O Laboratório de Estudos Medievais convida para o curso **A Igreja, a violência e a ordem social (séculos X e XII)**, que será ministrado pelo Prof. Dr. Damien Carraz* (Université de Clermont-Ferrand 2) no Programa de Pós-Graduação em História Social (Sala de Vídeo do DH, dias 20, 21 e 22 de Agosto, das 9h às 13h).

Aula 1 - A Igreja e a violência: da Paz de Deus à Cruzada.

Aula 2 – A igreja e a ideologia da guerra: a invenção do "miles Templi".

Aula 3 – A Igreja e o enquadramento sócio-religioso: em torno das comendadorias no sul francês

* O Professor Damien Carraz também participará de atividades nos núcleos UFMG, UNIFESP e UFG do LEME - as mesmas serão divulgadas posteriormente.

Marcelo Cândido candido@usp.br



LANÇAMENTO DE LIVROS, VÍDEOS E AFINS

Ferreira, Lúcio M.; Ferreira, Maria L. M.; Rotman, Mónica B. (Org.) *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso*. Anablume, novembro de 2011.

http://www.annablume.com.br/comercio/product_info.php?products_id=1659&PHPSSESSIONID=6sano4gfb379jno0c1piptbda1

FUNARI, Pedro P. A.; Chevitarese, André L. *Jesus Histórico: uma brevíssima introdução*. Editora Kline, janeiro de 2012.

<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2012/03/07/funari-e-chevitarese-lancam-jesus-historico>

FUNARI, Raquel. *"O príncipe do Egito": um filme e suas leituras na sala de aula*. Anablume, 2012.

http://www.annablume.com.br/comercio/product_info.php?products_id=1685&PHPSSESSIONID=nnefs4tfnhn6bo888k4seq91g1

CARLAN, Claudio Umpierre, FUNARI, Pedro Paulo A., CARVALHO, Margarida Maria de e SILVA, Érica Cristhyane Morais da (organizadores). *História militar do mundo antigo: guerras e culturas – 3 Volumes*. São Paulo: Anablume, 2012.

http://www.annablume.com.br/comercio/product_info.php?cPath=67&products_id=1691&PHPSESSIONID=n0ppg1gb3gtfnfbhgk5h7rqb1

BRAGANÇA, Álvaro. *A fraseologia medieval latina*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2012.

http://clubedeautores.com.br/book/130556--A_Fraseologia_Medieva

O trabalho, fruto da tese de doutoramento do autor em Letras Clássicas – subárea Latim Medieval, ocupa-se com as expressões paremiológicas constantes em manuscritos do mundo germanófono continental entre os séculos XII e XV, com ênfase no estabelecimento de campos temáticos predominantes e análise histórico-filológica dos provérbios rimados selecionados.

Cordiais saudações

Álvaro Bragança



Revista Mundo Antigo

Normas de Publicação

Guidelines for publication



Normas de Publicação / Guidelines for publication

REVISTA MUNDO ANTIGO

ARTIGO - NORMAS DE PUBLICAÇÃO

EXEMPLO INICIAL DE ARTIGO

Título do Artigo

Subtítulo

Nome e Sobrenome do autor ou autores¹

RESUMO:

Em português ou idioma nativo do autor

De 5 a 15 linhas. Espaço simples, fonte Times New Roman 12

Palavra chave: Até cinco palavras separadas por traço.

ABSTRACT – Resumen – Résumé:

Título do Artigo traduzido para o idioma escolhido.

O resumo em língua estrangeira pode ser em inglês (preferencialmente), espanhol ou francês.

De 5 a 15 linhas. Espaço simples, fonte Times New Roman 12

Palavra chave em idioma diferente do nativo: Inglês preferencialmente, espanhol ou francês.

¹ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.



TEXTO:

O texto deve ser enviado no formato *.DOC e não *.DOCX

Margem = 3 cm.

Limite de 10 a 25 laudas.

- Para parágrafo utilizar fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,5;
- Para Título do Artigo, utilizar fonte Times New Roman 18, Negrito;
- Para subtítulos, fonte Times New Roman 14;
- Para Notas de Rodapé, fonte Times New Roman 10;

NOTAS:

- Citação ou indicação de autor inserida no corpo do texto usar o formato que se segue em parênteses: (SOBRENOME DO AUTOR, Ano, página).
- Citações com mais de três linhas usar recuo esquerdo = 5 cm. Fonte 10 e espaço simples.
- Passagens de textos antigos inseridas no corpo do texto usar o formato que se segue em parênteses: (AUTOR, obra, volume ou livro[se for o caso], capítulo, passagem).
- No rodapé somente informações e explicações necessárias a compreensão da passagem e que por razões próprias não foram colocadas no texto.

IMAGENS:

Inseridas no texto com legenda e referência.

As imagens também devem ser enviadas em anexo no formato JPG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. A documentação utilizada no artigo deve vir em primeiro lugar.
 2. A bibliografia deve vir em seguida e em ordem alfabética.
- Para livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do livro*. Cidade: Editora, Ano.



- Para capítulo de livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do capítulo*. In: SOBRENOME, Pré-nome do autor. Título do livro. Cidade: Editora, Ano, p.
- Para artigo de periódico: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do artigo*. Título do Periódico. Cidade, v., n., p., mês (se tiver) Ano.

RESENHA - NORMAS DE PUBLICAÇÃO²

EXEMPLO DE RESENHA

Título da resenha³

Título da resenha em outro idioma

(Preferencialmente tradução do título para o Inglês podendo também ser para o espanhol ou francês)

Nome e Sobrenome do autor ou autores da resenha⁴

Referência do texto para a resenha⁵

Palavra chave:

Até cinco palavras separadas por traço.

Palavra chave em idioma diferente do nativo (Inglês – preferencialmente, espanhol ou francês):

Até cinco palavras separadas por traço.

TEXTO⁶

Limite de 2 a 12 laudas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA⁷

² Conforme normas para artigo.

³ Conforme normas para artigo.

⁴ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.

⁵ Referência bibliográfica conforme as normas para artigo.

⁶ Conforme normas para artigo.



MUNDO ANTIGO Journal (Ancient World Journal)

PAPER – GUIDELINE FOR PUBLICATION

EXEMPLE OF PAPER

Title of Paper

Subtitle

Name and surname of author or authors⁸

ABSTRACT:

It could be author's native language

5 to 15 lines. Simple space, Times New Roman 12

Keyword: Up to five words separated by underscores

ABSTRACT – Resumen – Résumé:

It can be in English (preferably), Spanish or French.

5 to 15 lines. Simple space, Times New Roman 12

Keyword: Up to five words separated by underscores

TEXT:

The text should be submitted in the format *. DOC, (do not use DOCX, please save in DOC format)

For foreign researchers, texts should be submitted in English (preferably), Spanish or French.

⁷ Conforme normas para artigo

⁸ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.



Margin = 3 cm.

Limit of 10 to 25 pages.

- For paragraph using Times New Roman 12, spacing 1.5;
- To Article Title, use Times New Roman 18, Bold;
- For captions, font Times New Roman 14;
- To Footnotes, Times New Roman 10;

NOTES:

- quote or indication of the author inserted in the text using the format below in parentheses (author surname, year, page).
- Quotations over three lines using indentation left = 5 cm. Font 10, simple space.
- Passages from ancient texts inserted in the text using the format below in parentheses: (author, work, or volume book [if applicable], chapter, passage).
- At the bottom only the information and explanations necessary to understand the passage and for their own reasons that were not placed in the text.

IMAGES:

Attach the image in the text with information and reference.

The images should also be sent as attachment in JPG format.

REFERENCES:

1. The documentation used in the article should come first.
2. The bibliography should come next in alphabetical order.

- To book: SURNAME, Pre-author's name. *Title of book*. City: Publisher, Year
- To book chapter: SURNAME, author's name. *Title of chapter*. In: SURNAME, author's name. Title of book. City: Publisher, Year, p.
- For journal article: SURNAME, author's name. *Title of the article*. Title of Periodical. City, v., n., p., month (if any) Year.



REVIEW - RULES OF PUBLICATION ⁹

EXEMPLE OF REVIEW

Review title¹⁰

Review title in other language

(It can be in English (preferably), Spanish or French)

Name and surname of author or authors¹¹

Book bibliographic reference for review¹²

Keyword: Up to five words separated by underscores (native language).

Keyword: Up to five words separated by underscores (diferent from native language).

TEXT¹³

Limit 2 to 12 pages.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCE¹⁴

ANY DOUBT CONTACT US:

Prof. Dr. Julio Gralha

julio.egito@gmail.com or nehmaat@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – BRAZIL

City of Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

<http://www.proac.uff.br/campos/>

<http://www.pucg.uff.br/>

⁹ As rules for papers.

¹⁰ As rules for papers.

¹¹ **If you are teacher** put: your titles, research area, institution (private or public University). Inform whether you are doing a postdoc or connected to a research center. If you desire inform your e-mail for contact. **If you are graduate student**: Indicate titles, research area, institution (private or public University) and advisor. If you desire inform your e-mail for contact..

¹² Bibliographic reference.

¹³ As rules for papers.

¹⁴ If necessary.